

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

ESCRITOS EM MEIO AO FOGO

Reflexões, intuições e aflições em torno do
pós-golpe de Estado de 2016 e da ascensão
de Jair Bolsonaro ao poder



Universidade Estadual da Paraíba

Profª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Profª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

ESCRITOS EM MEIO AO FOGO:

Reflexões, intuições e aflições em torno do
pós-golpe de Estado de 2016 e da ascensão
de Jair Bolsonaro ao poder



Campina Grande - PB | 2023



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidival Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

A345e Albuquerque Júnior, Durval Muniz de.
Escritos em meio ao fogo : reflexões, intuições e aflições em torno do pós-golpe de Estado de 2016 e da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder / Durval Muniz de Albuquerque Júnior. – Campina Grande : EDUEPB, 2023.
304 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 1,3 MB.

ISBN: 978-85-7879-832-1 (E-book)
ISBN: 978-85-7879-834-5 (Impresso)

1. Ciência política. 2. Fascismo. 3. Extrema direita. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Título.

21. ed. CDD 320

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Prefácio

A rmei com sucesso, modéstia à parte, uma verdadeira operação de guerra para convencer o professor, escritor e historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a escrever semanalmente, aos domingos, para uma agência de jornalismo independente do Rio Grande do Norte, que àquela altura existia somente nos meus sonhos.

Estávamos em meados de julho de 2017. Portanto, sob a penumbra golpista de Michel Temer e os efeitos devastadores, para o campo da esquerda, dos justicamentos em curso cometidos pela força-tarefa da Lava-Jato.

A pedido de Durval, combinamos um café em um dos shoppings de Natal. Antes de dizer se topava, ele queria entender, primeiro, do que se tratava o projeto, e, também, conhecer o sujeito de quem nunca ouvira falar, mas que teve a cara de pau de convidá-lo para uma empreitada fixa e sem remuneração. Parecia coisa de maluco. E de certa forma era.

Adotei a estratégia da pressão emocional. Nervoso, chamei nada menos do que cinco amigos (você não leu errado, foram cinco pessoas) que já conheciam a ideia da agência para que me ajudassem nos argumentos. Com um sorriso sem graça, Durval parecia não acreditar quando viu aquela turma animada chegando - e já puxando as cadeiras - como se fosse assistir à palestra de uma das principais referências do pensamento contemporâneo brasileiro.

E não estaria errado se fosse essa a ideia passando pela mente.

Foi exatamente com esse espírito que fui ao encontro do autor do clássico *A Invenção do Nordeste e outras artes*.

Ficamos todos tão à vontade que, em meia hora de papo, Durval já parecia um velho amigo e experiente colunista do portal. O professor comprou logo de cara a ideia de colaborar com um espaço virtual, uma agência de notícias e artigos de opinião, que se propunham a narrar os fatos sem a viseira neoliberal e debater as diferentes vertentes do pensamento progressista.

Naquele final de tarde, por cerca de duas horas, tivemos um aperitivo de um pensador profundo; um historiador honesto com os fatos; um provocador irônico; intérprete da realidade; crítico duro e sem medo de apontar as falhas e a hipocrisia dos falsos moralismos, de fora e do próprio campo de centro-esquerda.

Um Durval ainda mais leve e solto desfilaria por mais de dois anos, aos domingos, na **agência SAIBA MAIS**. Aliás, Durval Muniz Jr foi quem mais entendeu e incorporou a ideia embutida no nome do projeto, indo sempre além, entregando algo mais e oferecendo ao leitor as raízes e o contexto dos assuntos abordados com profundidade e clareza.

Colunista, Durval dialogou com todos os tipos de leitores, dos iniciantes aos mais letrados. O segredo da boa comunicação está aí: em se fazer entender pelos mais variados perfis e segmentos de público.

Os 30 artigos reunidos neste *Escritos em meio ao fogo* ainda mostram um historiador contemporâneo desafiado pela urgência do tempo. E, vamos combinar, não se trata de um tempo qualquer.

A poeira do golpe de 2016, que encobriu o país, jogou luz, contraditoriamente, sobre as profundezas de um passado escravagista que continuava à espreita e segue vivo. Um passado que, sem o acerto de contas de uma Justiça de Transição, como ocorreu em países vizinhos, se reencontrou com o fantasma da ditadura.

Interpretar esse tempo hoje, com tantos signos, símbolos ressignificados e velhos conceitos transportados para o divã do

século XXI foi um exercício e compromisso histórico conduzido por Durval com um olhar sensível, equilibrado e crítico.

As ideias reunidas ao longo destes 30 textos, que vão do final do governo Temer aos primeiros seis meses da catástrofe personificada por Bolsonaro, revelam um Brasil triste, sádico, depressivo, cruel e doente.

Entender as razões que nos fizeram descer tão fundo é motivo de sobra para pedir um café e se reconectar com a história e o pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Natal, 20 de abril de 2023.

Rafael Duarte

Sumário

- 11** Apresentação
- 15** Carta a um (in)justiçado
- 25** Sentados sobre um barril de gasolina
- 33** Como identificar um reacionário
- 45** Tempos de monstruosidades
- 55** O país da chibata
- 67** Pouco se lixando para o lixo
- 79** A violência do direito
- 89** Os patos e os fatos do golpe
- 99** Cristãos fascistas, como entender?
- 107** O ataque à ciência
- 117** Elites antimodernas
- 127** A insegurança como condição existencial
- 137** Bolsonaro ou o desejo masoquista

- 149** Jair Bolsonaro ou a revanche do machismo
- 159** Os donos da voz e da imagem
- 169** Entre fachadas e chamadas
- 179** Coitados de todos nós se não salvarmos a democracia!
- 185** Entendendo a derrota I: a antipolítica
- 195** Entendendo a derrota II: o antipetismo
- 203** Entendendo a derrota III: as redes sociais
- 213** Tramar no contratempo: o que fazer após a derrota
- 223** Porque a extrema-direita cresce em todo o mundo I: a insegurança
- 233** De volta a Primeira República?
- 241** Porque a extrema-direita cresce em todo mundo II: as incertezas
- 251** Porque a extrema-direita cresce em todo o mundo III: o retorno do recalcado
- 263** Brasil: um ninho de urubus

Apresentação

Os artigos aqui reunidos foram escritos entre o dia 28 do mês de maio do ano de 2018, período em que já se podia avaliar as consequências do golpe de Estado, parlamentar, midiático, empresarial, militar e judicial, que apeou do poder o Partido dos Trabalhadores e a presidenta Dilma Rousseff, e o dia 28 de junho de 2019, quando já se viam os resultados desastrosos, do ponto de vista econômico, político, social e cultural, da chegada ao poder da extrema-direita, através da eleição de Jair Bolsonaro, para exercer a presidência da República, nas eleições do ano anterior, evento possibilitado pela ruptura constitucional empreendida pelas forças golpistas, que abriu espaço para o discurso da antipolítica.

Publicados aos domingos, no site da agência de reportagens **Saiba Mais**, criada pelo jornalista Rafael Duarte, eles foram escritos no calor da hora, em meio ao fogo cruzado dos debates e embates políticos, tentando refletir, explicar e, ao mesmo tempo, entender o que estava se passando nesse momento sombrio em que, mais uma vez, as elites brasileiras puseram de lado qualquer escrúpulo democrático e republicano para defenderem seus privilégios e barrarem o tímido processo de mudanças pelo qual vinha passando a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que eles são resultado de um esforço de inteligência, de busca pelo sentido e significado do que víamos acontecer, a cada semana, desde a ascensão do golpista Michel Temer ao poder, para executar um programa cujas ideias mestras haviam sido derrotadas nas urnas em 2014, quando Aécio Neves, que as representava, perdeu as eleições, eles trazem algumas intuições que, infelizmente, se

mostraram premonitórias, como a crescente expansão das posições políticas fascistas no país.

Tendo que ler os eventos à medida que aconteciam, escrever esses artigos foi um desafio e uma experiência nova para um historiador, que está acostumado a abordar fatos que dormem nas cinzas dos arquivos, que já perderam o fulgor e o crepitar do que se passa no presente e no momento. O uso da intuição se fez muito mais necessário, já que buscava apreender tendências e processos sociais e históricos que estavam em pleno andamento, capturar no voo as possibilidades e probabilidades, os devires e futuros possíveis que compunham e constituíam os eventos que se desenrolavam a minha volta. Nessa aventura da interpretação dos eventos, à medida que ocorriam, mobilizei o aparato intelectual de que dispunha, mas também minha imaginação e minha sensibilidade, para, muitas vezes, tentar divisar, em meio à fumaça das aparências, ao fumo das imagens e das palavras, o esboço de perfis, a silhueta de um porvir, muitas vezes assustador e fantasmagórico.

Ao desafio de ler os eventos somava-se o desafio de comunicá-los, de analisá-los em uma linguagem acessível a um novo público, distinto daquele a quem costumamos dirigir os textos escritos na universidade, na academia. Foi também um desafio encontrar a linguagem e o modo de escrever, que pudessem chegar a mais leitores, aqueles não necessariamente especializados, aqueles a quem estava dirigida a criação da agência de reportagens. O convite inesperado e honroso que Rafael me fez, para ser um colunista fixo da agência de reportagens, me abriu a possibilidade de tentar trazer aquilo que conhecia e aquilo que minha formação na área das humanidades me proporcionara, para um público distinto daquele para o qual estava acostumado a escrever. Era preciso encontrar uma escrita próxima da tradição do ensaio brasileiro, essa escrita que guarda em si mesma o fulgor do momento, que meio de afogadilho, atravessada por uma espécie de respiração ofegante, tenta acompanhar, seguir o que se passa

e, no calor da hora, tenta narrar e dar sentido ao que acontece. Às vezes, a sensação é de que, literalmente, corres atrás da notícia, a de que, por vezes, nessa aventura, chegas atrasado e com a respiração difícil, mas também, por vezes, parece se adiantar aos acontecimentos, ultrapassas velozmente o que está ocorrendo e olhas para trás esbaforido e, ao mesmo tempo, satisfeito por ter capturado o que estava se passando.

Mas, como o leitor mais sensível desse livro poderá constatar, esse conjunto de escritos estão também marcados pela aflição, pela angústia, pelo sofrimento de quem via todo um projeto político, no qual empenhou sua vida e que a ele ofereceu parte do que sabia e fazia, desmoralizar, ser derrotado no tapetão do golpe de Estado, ser desmontado peça por peça pelo governo de destruição de Jair Bolsonaro. Os avanços sociais e civilizacionais pelos quais lutara, pelos quais militou em distintos momentos e instâncias, destruídos pelo avanço do fascismo e do neoliberalismo, esse casamento tétrico, a própria encarnação do desejo de morte e da exploração do corpo humano, sem peias (não é mera coincidência que a figura que primeiro encarnou esse projeto ficou conhecida como vampiro). São escritos atravessados pela ironia, pelo riso amargo, muitas vezes pelo sarcasmo, únicas formas de lidar com as dores subjetivas que a derrota política, que foi também uma derrota da política e da civilização, uma derrota dos mais necessitados, de todos os excluídos desse país, produziu em mim.

São escritos, como já dito antes, produzidos em meio ao fogo e, por isso, neles, podem-se ainda ouvir os gritos de aflição e de desespero, os lamentos e imprecações de quem entrou no fogo de uma batalha e saiu mosqueado. Mas, neles, também fulguram lampejos de esperança, pequenos fochos de luz a iluminarem os tempos de trevas em que foram produzidos. Eles, agora reunidos em livro, podem se constituir em testemunhos de uma época, em documentos de um tempo em que catávamos brasas de esperança, no momento em que ela foi derrotada pelo medo, pelo ódio, pelo ressentimento, pela violência simbólica e física. Eles podem se

constituir em material de pesquisa para quem quiser compreender como se pensou e se viveu esses tempos de retorno do recalcado, em que toda a podridão das vísceras do país se viu exposta, à luz do dia, empestando o ar que respirávamos. Em muitos momentos, esses artigos materializam o sufoco, o afogamento, a dificuldade em respirar provocados por um ar carregado e pestilento produzido pelos gases nauseabundos do fascismo, da mentira, das fake news, do negacionismo, do jornalismo de guerra, pelos arreganhos do militarismo e do moralismo pretensamente cristão. Se era difícil respirar, imagine escrever em tempos de exceção. Esse livro pretende apenas servir de registro à agonia em se pensar, em se manter lúcido em tempos de delírio e mitologias de rebanho. Ele é um grito de dor de quem ainda não acha suficiente saber mugir e ter vida de gado!

Carta a um (in)justiçado

Sim, escrevo porque soube que, há pouco mais de uma semana, saiu uma sentença. Soube que em uma nova instância da (in)justiça brasileira você foi novamente (in)justiçado. Mas, o que queria você? Você pensou que ia mesmo ficar impune depois de tudo o que fez? Você acreditou mesmo que ia ser perdoado depois de tudo o que fez acontecer nesse país? Você, que passou oito anos dizendo e fazendo o que nunca era para ser dito e o que nunca era para ser feito, achava mesmo que ia escapar? Você que sempre esteve no lugar errado, que sempre quis o que não era para você, que sempre quis estar no lugar que não era o seu, que insistiu em ocupar um lugar proibido para gente de sua espécie, achava mesmo que eles iam lhe deixar voltar e novamente fazer o país enxergar o que nunca tinha enxergado? Você que tocou em tantas feridas seculares desse país, que tocou nos nervos expostos de nossa história, achava mesmo que ia se safar? Eles, se puderem, acabarão com a sua raça. Como fizeram com outros no passado, esquarterarão seu corpo, derrubarão e salgarão sua casa, tentarão, de todo modo, que seu nome seja esquecido, proscrito, difamado, odiado.

Sim, o que queria, cometeu tantos crimes, como pode querer não ir para o cárcere, como pode querer não ser humilhado, constrangido, quem sabe até fisicamente eliminado (infelizmente até de um câncer de garganta você sobreviveu, essa garganta que arrasta multidões e as faz ouvir o que não pode ou deve ser dito). Você cometeu o crime de sair de onde saiu e chegar aonde chegou. Você, que nasceu um menino condenado a morrer antes de completar oito anos, pela fome, pela miséria, pela subnutrição, pela

falta de acesso à saúde, que nem pai teve direito, e que sobreviveu para jogar em nossa cara de classe média, na cara das minorias privilegiadas, que nunca nos importamos sequer com meninos como você, com a fome das crianças como você. Como perdoar você, que passou oito anos mostrando que nós, elites dirigentes, somos capazes de roubar até merenda escolar das crianças pobres, que nós nunca, sequer, nos preocupamos em combater a fome. Nós que somos capazes de tirar o pão e o leite da boca de crianças lhe condenamos por roubo, só poder ter sido muito ladrão para sair da caatinga e terminar no Planalto. Você, ladrão de corações e de consciências daqueles que, como você, sabe o que é passar fome, sabe o que é não ter um prato de comida para comer antes de se deitar. Os almofadinhas que lhe condenam, filhos privilegiados de uma elite sem consciência social lhe julgam com ódio, porque só podem odiar a quem vem jogar na cara deles sua justiça injusta, sua justiça de classe, sua justiça que coloca pobres em infectas prisões e soltam os ricos, independente do crime que cometem. Agora, querem fazer de você o bode expiatório, o bode no meio da sala, para esconder a defesa constante da injustiça vendida como justiça.

Você cometeu muitos crimes. Como pode ficar impune se mostrou em oito anos a incompetência político-administrativa de uma elite que nos governa, há mais de cem anos, e não conseguiu fazer o que você fez em tão pouco tempo. Como ousa reduzir desigualdades sociais, distribuir renda, tirar crianças das ruas e das calçadas e dar para elas escolas?! Como ousa colocar os pobres no orçamento, no centro das políticas de governo? Não sabe que o Estado deve servir apenas as classes dominantes? Não aprendeu que o Estado deve servir aos interesses dos poderosos? Que história é essa de políticas públicas para catadores de lixo, para negros, para mulheres, para índios, para homossexuais? Que história é essa de defender direitos humanos, de beneficiar pequenos agricultores, de privilegiar nordestinos e nortistas? Você está na contramão, meu querido, e quem vem na contramão mais cedo

ou mais tarde é atropelado. Que história é essa de política exterior independente, de ser o cara nas reuniões internacionais, de aparecer mais do que o presidente dos EUA? Que história é essa de fazer dessa republiqueta de bananas, que nós sempre assaltamos em benefício de nossos interesses privados e dos interesses do capital internacional, do qual somos associados, um país respeitado e ouvido em todos os fóruns internacionais? Mas, como, logo você, um analfabeto, um iletrado, que nem sabe falar inglês, como ousa não ter ouvido a sábia advertência do sábio dono da Folha de São Paulo, que lhe disse para desistir dessa brincadeira de ser presidente da República, pois mal sabia falar o português?

Que teimoso você é! Primeiro teima em sobreviver. Depois teima em ser alguém, até diploma do SENAI você tirou, antes de tirar diploma de Presidente da República, e por duas vezes, e sem levar bomba, não só passando com louvor, mas alcançando notas e aprovação nunca vista (84% de ótimo e bom). Como esses senhores de toga e camisa preta, que fazem seus cursos em universidades federais, embora filhos de papai, podem aguentar você com tanta popularidade e eles escondidos, no seu anonimato? Não, você ofereceu a oportunidade a eles de também serem populares, de aparecerem no Jornal Nacional, de serem transmitidos ao vivo lendo durante três horas uma coisa chamada peça jurídica, sem pé nem cabeça, aumentando sua pena, destinando-lhe à cadeia. Sim, eles sabem qual a plateia deles. Não é aquele povo preto, pobre, malvestido, de rosto marcado pelo sol, pelo suor do trabalho, gente de mãos grossas e calejadas que costuma te abraçar com tanto amor, acariciar seu rosto, gritar seu nome espontaneamente em plena casa da justiça eleitoral. Eles sabem que a plateia para a qual jogam tem o controle da riqueza do país, monopolizam os meios de comunicação, são, como eles, filhos do privilégio, ao qual se agarram, fazendo qualquer coisa para não perdê-lo.

Como ousa teimar, não desistir? Derrotado quatro vezes, eis que teima até chegar ao poder, onde todos achavam que você

seria um fracasso e, sendo, serviria de lição para todo mundo de sua igualha não tentar as mesmas coisas que você. Como pode um nordestino, pau-de-arara, baiano, paraíba, um sem dedo, um sapo barbudo, ter 60% dos votos válidos e não fracassar, e se tornar o maior presidente que o país já teve, batendo ícones como Getúlio Vargas e JK, que eles também odiavam a ponto de levá-los a morte?!. Sim, é isso que querem, assim como fizeram, há um ano, com sua esposa, eles querem que você morra. Eles nunca aprendem nada com a história. Eles mataram Getúlio, mas ele permanece vivo na memória do povo. Agora destroem o que ele deixou: a CLT, a Petrobras, a Eletrobras, mas ele continuará a viver no coração do povo brasileiro. Eles podem lhe prender, humilhar, podem até lhe matar, mas você continuará vivo no coração daqueles a quem você tirou da miséria, aqueles que graças a teu governo puderam ver uma filha negra chegar à faculdade de direito ou de medicina, para o escândalo de corporações racistas e machistas. Aqueles que tiveram uma cisterna para beber água, aqueles que viram a luz elétrica em casa graças a seu governo nunca lhe esquecerão. Aqueles que conseguiram sua sonhada casinha, que conseguiram comer carne e iogurte, que puderam colocar uma prótese deixando de ser banguelos, que puderam ter de graça todo mês o remédio para pressão arterial e diabetes. Pouco, né? Migalhas, esmolas, segundo aqueles que nunca precisaram do Estado para ter as mínimas coisas. Esses são privatistas, neoliberais, pois julgam que políticas sociais são assistencialismo, populismo, bolivarianismo, comunismo, pois eles nunca souberam o que é andar quilômetros com uma lata na cabeça atrás de água, não sabem nem o que é uma lamparina e um candeeiro, não sabem o que é dar uma papa d'água para o filho desnutrido e doente.

Como querer que lhe façam justiça, uma justiça cega para os mais pobres, uma justiça capaz de enviar para cadeia quem rouba um pão para matar a fome dos filhos e que põe na rua o empresário de ônibus assaltante dos cofres públicos? As faculdades de direito,

desde o século XIX, destinam-se aos filhos dos poderosos. Os cargos no Judiciário passam de pai para filho. Ele (o Judiciário) se constitui numa casta de privilegiados que vivem de costas para o país, que violam as leis para abocanharem cada vez uma maior parcela dos impostos que são pagos pela população, que são capazes de violar a Constituição na defesa de seus nababescos salários além do teto. Esses senhores e senhoras só podem odiá-lo pois até isso você está fazendo, está deixando claro para o país qual o sistema de justiça que temos. Os julgadores não conseguem sequer disfarçar a irritação com a sua altivez, com a sua capacidade de argumentação, com a sua insistência em dizer que não há um juiz mais honesto do que você. Em sua simplicidade, você deixa clara a indigência mental e moral de seus perseguidores, disfarçados de julgadores. O Ministério Público, dos filhos de papai engravatados, te odeia porque vasculha suas contas e nada acham, não encontram uma conta na Suíça, fazem gravações ilegais e o máximo que conseguem é ver você reafirmando sua inocência e proferindo os palavrões que eles merecem ouvir. Nenhuma mala de dinheiro, nenhuma propriedade não declarada, ninguém que apresente uma prova que te tenha subornado. Como pode, o pobre coitado ser mais honesto do que seus companheiros de classe social, do que aqueles para quem só se tem sorriso e não vem ao caso.

Sim, tu fostes justificado. Tua sentença é uma confissão pública de que estás sendo julgado, segundo palavras textuais de um dos excelentíssimos, “pelo conjunto da obra”. Isso, assim, preciso. Não estás sendo julgado por um crime preciso, detalhadamente descrito nos autos, acompanhada essa descrição de provas cabais, não. Tu sabias que estavas sendo julgado porque, um dia, petulância, tu e aquela pobretona de tua mulher pensaram em comprar um triplex no Guarujá. Nada como uma casa em Higienópolis ou uma fazendola em Minas Gerais ou um apartamento em Paris, não, vocês compraram um título de um empreendimento imobiliário, pagaram as prestações, declararam no imposto de renda,

depois quando ele ficou pronto, não gostaram, não quiseram, pediram a devolução do dinheiro. A construtora ficou com o apartamento, penhorou-o junto a Caixa Econômica, mas eis que você tem que ser dono do imóvel. O inquisidor mor e sua turma criaram esse enredo, contaram para todo mundo e agora não pode ser desmentido, embora ele agora ainda avenge a hipótese de que o apartamento não seja seu. Mas, agora, na semana passada, o senhor que passou três horas lendo uma xaropada insossa disse que ser ou não dono do apartamento não vem ao caso, esse apartamento ser ou não fruto de propina, o que afinal não ficou provado, não vem ao caso, não tem a menor importância. O importante é que você era Presidente da República quando a Petrobras foi roubada e foi você que assinou a nomeação dos ladrões, logo você é ladrão também, você é cúmplice.

Vê como agora ficou claro: você é culpado por ter sido Presidente da República, esse sempre foi seu crime, desde o início. O raciocínio do senhor de preto é de uma lógica fantástica: suponhamos que eu tenha um filho e ele roube alguém, eu serei então tão ladrão quanto ele? Por que o pus no mundo, criei-o, eu deveria saber que meu filho delinquia? E se eu não sabia, aí mesmo é que sou culpado, duplamente culpado, de ser mau pai e de ser ladrão. Não está claro? Você ainda acredita em individualização da pena, base do direito? Você ainda acredita em ônus da prova para o acusador? Depois que a Ministra Rosa Weber disse a famosa frase de seu voto no caso do mensalão, escrito pelo almo-fadinha de Curitiba: “não encontro provas contra José Dirceu, mas o condeno porque a legislação me permite”, tudo é possível, você ainda duvida? Estamos diante de uma justiça de classe, você, um homem de esquerda, esqueceu isso?

Você está prestando mais uma vez um serviço ao país, está desmascarando uma justiça que julga, diferentemente, dependendo da cor, da posição social, do gênero, do partido ou da ideologia de quem está sob julgamento. Você nomeou a maioria daqueles que compõem o Supremo Tribunal Federal, mas será o

único que não contará com o beneplácito de nenhum deles ou de quase nenhum deles. E sabe por quê? Porque eles não se identificam com você, como os homens e mulheres pobres desse país se identificam. Para eles, será sempre um intruso, um estranho no ninho, alguém que podem até respeitar e admirar, mas que nunca considerarão um igual. Alguns se envergonham ou querem esquecer que foram indicados por você, querem deixar claro em seus votos que nada tem a ver com sua laia. Se chegar a vez de eles te absolverem, te condenarão para mostrarem aos poderosos que nada têm a ver contigo. Inclusive gente que foi advogado do PT faz questão de mostrar horror a esse passado e garantir aos donos do país que estão a seus serviços.

Você estranha, a essa altura da vida, que tantos que subiram graças a você, que chegaram lá no rastro de sua popularidade, te traia, te enfie a faca pelas costas? Muitos o fizeram e ainda farão. Alguns não lhe perdoam os terem derrotado várias vezes, não te perdoam teres achado pouco eleger um operário presidente, ainda elegestes uma mulher como sucessora, você pensa o que, que vai sair impune de tantos crimes? As capas de revistas já te colocaram atrás das grades várias vezes e, no entanto, foi em seu governo que ficamos sabendo que alguns empresários de mídia é que têm muitas contas a ajustar com a justiça, por isso se calam diante dos privilégios de uma casta capaz de cuidar apenas de seus interesses contra os interesses dos demais. Não vemos os juízes e desembargadores tratarem de ir à justiça (muito engraçado um poder acionando a si mesmo para defender seus interesses corporativos) para receberem seus polpudos salários e penduricalhos salariais nos Estados que não conseguem pagar aos demais servidores? Alguém já viu um gesto de solidariedade desses senhores com seus colegas de serviço público?

Mais uma vez caro Luiz Inácio, caro Lula da Silva, teu sacrifício pessoal servirá para que esse país aprenda uma lição. Quando surgistes nas greves do ABC, enfrentando cães, cassetes, bombas de gás lacrimogêneo, ameaçado por metralhadoras

em helicópteros militares, quando amargastes tua primeira prisão (creio que não tens medo de outra), teu sofrimento pessoal serviu para que a democracia finalmente se afirmasse nesse país. Quando, indo contra ventos e marés, fundastes um Partido dos Trabalhadores, que serviu de piada como um partido nanico e sem voto, que se tornou o maior partido de esquerda da América, todo mundo duvidou de ti e de tuas forças. Quando a Rede Globo te tirou uma vitória certa, quando usaram até tua filha contra ti, num dos gestos mais baixos já perpetrado contra um candidato no país, você teve forças para dar a volta por cima. Quando a elite gozava com as vitórias que o estelionato do Plano Real concedia a seu príncipe, você não desistiu. Dado o golpe, eis que os golpistas acharam que você ia esmorecer, ia para casa. Você voltou a percorrer o país, que conhece como poucos, e a encher ruas, praças, a congestionar estradas por onde passa. Julgavam-te morto e eis que após a maior perseguição que já se fez contra alguém na mídia e na justiça, eis que lideras com folga todas as pesquisas eleitorais. Tu és teimoso, tu vais na ONU deixar claro o que é a justiça brasileira, um aparelho de classe, que pouco produz efetivamente justiça, por ser cara, lenta e elitista.

Não estão te condenando por teus erros, mas por teus acertos. Não estás sendo condenado por corrupção, se assim fosse quanta gente não deveria estar do teu lado. A pressa em te condenar, em te enjaular, desnuda uma justiça que para ti se faz célere, mas para os Malufes e Aécios só chega quase na hora da morte. É muito importante o que estais causando Lula, estás mais uma vez contribuindo para desnudar as entranhas de um dos poderes da República pouco transparente, pouco controlado socialmente, um poder, portanto, antidemocrático, que, como demonstrou nos últimos anos, não tem nenhum compromisso com a democracia. Um poder que incentiva o linchamento público das pessoas, um poder composto de gente autoritária e vaidosa, que ataca aqueles que no seu interior cobram o respeito ao Estado Democrático de Direito. Uma justiça quase sempre seletiva e parcial. Teu sofrimento

pessoal fará com que a sociedade brasileira fique sabendo como opera seu Judiciário, a quem ele serve, beneficia e protege.

Como ousas colocar setenta mil pessoas nas ruas em tua defesa, em defesa de tua liberdade, de teu direito de cidadão de ter um julgamento justo e imparcial? Como ousas provocar a criação de mais de dois mil comitês em defesa da democracia e de teu direito de ser candidato? Eles eram apenas três, mas a eles foi dado mais poder do que a setenta mil. Eles já haviam prejudicado em público o réu, mas nada aconteceu com eles, porque eles não estão nem aí com o povo. Que povo? Eles são os escolhidos, eles são os eleitos (alguns acham que foram até escolhidos por Deus), eles são os infalíveis e parecem os intocáveis, os inimputáveis (quando apanhados em crime, são castigados indo para casa com suas gordas aposentadorias). Mas tu, Lula, vais para a cadeia, como tantos outros que, ao longo da história, quiseram efetivamente fazer justiça, justiça para a maioria, justiça social. Mas de lá sairás para entrar para a história, enquanto o trio da toga, uma semana depois, ninguém já lembra mais nem dos nomes empolados deles. Se te prenderem é a eles que estarão condenando para toda a história. Por mais que tentem não poderão apagar tudo o que você fez, tudo o que você disse, tudo o que você significou para milhões de brasileiros. Tu, Lula, és da rara cepa dos mitos, dos símbolos. Mitos não se encarceram, símbolos não se apriam, eles transcendem qualquer barreira. Quem sabe tu não derrotas a todos mesmo na prisão. Tu já fizeste muitos pulsos sangrarem de ódio, a violência verbal, midiática, simbólica contra ti mostra o quanto incomodas. Se fosses um Silva qualquer quem se importaria. Talvez consigas um outro feito político memorável, reunires as esquerdas brasileiras em torno de um programa comum, de objetivos comuns, no enfrentamento conjunto às forças da direita que estão destruindo tudo o que fizeste pelo país e pelos mais pobres. Essa carta é só para te dizer obrigado por nos estimular a todos a resistir a toda e qualquer injustiça, mesmo aquela que se fantasia de justiça.

Sentados sobre um barril de gasolina

Não podemos deixar de admitir que, nos últimos dias, a frase que mais vem às cabeças daqueles que foram contra o golpe de 2016 é: “quem ri por último ri melhor”. A paralisação dos caminhoneiros autônomos e o lockout das empresas de transporte de cargas, motivada pela política neoliberal do governo golpista, que transformou uma empresa estatal numa empresa que atua com a lógica de uma empresa privada, ignorando seu papel de reguladora da economia brasileira, fez a classe média e as elites que apoiaram o golpe ficarem sem ter o que dizer, todas fazendo que o caso não era com elas. Nenhum coxinha, amarelinho, patinho ou paneleiro apareceu nas ruas para apoiar a manifestação que levou pânico aos lares, com a ajuda luxuosa do sensacionalismo da cobertura da Rede Globo, que rapidamente provocou o desabastecimento de alimentos, de medicamentos e, principalmente, de combustíveis. Os próprios caminhoneiros e empresários de empresas de carga, que realizaram paralisações contra o governo Dilma, quando a gasolina custava R\$ 2,70 e o óleo diesel também estava abaixo dos R\$ 3,00, ajudando a criar o clima para legitimar o golpe, agora choram pelas redes sociais dizendo que não estão podendo criar seus filhos.

A Petrobras, que foi usada como instrumento para a preparação do golpe, já que a corrupção na empresa serviu de pretexto para a instalação da operação Lava Jato, claramente urdida para atingir o PT e levar Lula para a cadeia, está sendo submetida aos interesses privados e internacionais. O brilhante comandante do apagão elétrico no governo FHC, Pedro Parente, foi colocado

na direção da empresa e desde então vem desmontando-a passo a passo, na direção de sua privatização. Tratando-a como uma empresa privada, colocando em cargos de direção representantes das petroleiras internacionais, reduzindo a produção nacional de combustíveis para importar das empresas estrangeiras, acabando com a política de compras voltada para as empresas nacionais, leilando seus ativos, incentivando com um Programa de Demissões Voluntárias que técnicos qualificados, que a empresa levou anos para formar, deixassem a empresa, entregando partes da exploração do pré-sal para as concorrentes, vem paulatinamente, destruindo um patrimônio que se levou anos para se constituir.

Com a queda da produção de combustíveis no país, com a crescente importação de derivados de petróleo, somadas a alta dos preços do barril de óleo cru e a alta do dólar, a empresa iniciou uma política insana de aumento dos preços dos combustíveis. O preço do botijão de gás de cozinha passou a ser reajustado mensalmente, tendo subido mais de 50% nos dois anos do governo golpista. Hoje, muita gente está voltando a consumir lenha e carvão, ameaçando ainda mais nossas matas e florestas de destruição. A gasolina e o óleo diesel passaram a ter aumentos praticamente diários, acompanhando as variações do preço do barril de petróleo e as variações cambiais. Os pobres e a classe média que haviam adquirido carro durante o governo Lula, não estão conseguindo mantê-los rodando e o transporte de cargas vem se tornando inviável economicamente. Atrelar reajuste de combustíveis ao câmbio é uma política que mostra a total falta de preocupação social do governo dos golpistas. Como diz Pedro Parente, e todo dia comemora Miriam Leitão, a comentarista de economia da Globo, a Petrobras sob esse governo pensa nos acionistas e não nos consumidores. Ainda têm a cara de pau de acusar os governos do PT pelo descalabro que essa política vem causando. A Petrobras nunca deixou de ser lucrativa nos governos petistas, nunca esteve tão bem financeiramente, mesmo fazendo uma política de preços que levava em conta seu papel como principal empresa da

economia brasileira e o fato dos preços dos combustíveis serem fundamentais para se controlar a inflação e para permitir o consumo dos derivados de petróleo pelas camadas populares.

No entanto, cremos que nós que estivemos na luta contra o golpe, que estivemos e estamos em luta em defesa da democracia, do Estado Democrático de direito, temos mais a temer do que a comemorar com essa paralisação dos transportes de carga. Primeiro é preciso lembrar que esse movimento, embora esteja sendo chamado de greve dos caminhoneiros, está mais para um lockout de patrões do que para uma paralisação de trabalhadores. Por trás de tantos caminhões parados nas rodovias brasileiras, estão os interesses dos patrões e empresários do setor de transporte de cargas que estão tendo seus lucros estrangulados pela política de preços dos combustíveis. Temos que lembrar que esses senhores foram entusiastas defensores do golpe, chegando a ameaçar parar o país para que a presidente fosse retirada do cargo. Em muitas páginas nas redes sociais, vemos pretensas lideranças desse movimento clamando pela intervenção militar, pela instalação de um governo de força no país. Quem é de esquerda não pode embarcar no apoio a um movimento de patrões ressentidos e reacionários que, vendo frustradas suas esperanças com o golpe que apoiaram, podem facilmente vir a se tornarem um apoio para um rompimento com o Estado Democrático e pretexto para a intervenção de forças que temem a realização de eleições livres em outubro, dada a total falta de competitividade dos candidatos da direita e a inconteste e crescente liderança de Lula nas pesquisas, mesmo depois de ter se tornado um preso político do Dr. Moro.

Quem tem memória ou estuda história sabe que lockout do setor de transportes serve sempre para que forças obscurantistas tomem o poder. Foi assim em 1933, em Berlim, quando uma paralisação do setor favoreceu a vitória dos nazistas nas eleições e a ascensão de Hitler ao poder. Um lockout do setor de transportes foi fundamental para criar o clima de caos que favoreceu a legitimidade do golpe de Pinochet no Chile e a derrubada de

Salvador Allende. A atuação das organizações Globo, criando o clima de caos, incentivando uma corrida a supermercados e postos de combustíveis deve deixar todos nós com a pulga atrás da orelha. Sabemos do DNA golpista da organização dos Marinho, ela cresceu, seveu-se e se tornou esse gigante de mil tentáculos, que infelicitava e prejudicava constantemente o país, na defesa de seus interesses empresariais, graças ao apoio incontestável que deu ao golpe de 1964 e a ditadura militar. No momento em que a democracia tem submetido a Globo a um desgaste crescente de imagem junto à população (equipes de reportagens da emissora são constantemente expulsas de manifestações, inclusive dos próprios cozinhas) dada sua descarada parcialidade, no momento em que a democracia permite que o país saiba das tenebrosas transações em que andou envolvida, como no caso da Fifa, por exemplo, da distribuição de propinas para ter o domínio sobre o futebol brasileiro, inclusive sobre a transmissão dos jogos da seleção brasileira, tudo o que os Marinho podem desejar é um governo de força, que censure a concorrência na internet de blogs e sites que vem reduzindo sua audiência e sua influência na formação da opinião pública.

Não nos parece mera coincidência que a crise dos transportes e a participação da Globo colocando gasolina onde faltava, tenha coincidido com a aprovação pelo Senado, no último dia 24 de maio, das regras para a eleição indireta do presidente da República pelo Congresso Nacional, em caso de vacância do cargo, um projeto do notório ruralista golpista Ronaldo Caiado, que estava dormindo nas gavetas da Casa desde quando foi apresentado ainda antes de Eduardo Cunha dar início ao processo de impeachment da presidenta Dilma. Sabemos que coincidências, na história, não acontecem por acaso. Podemos estar diante de mais uma grande armação das mesmas forças que prepararam e organizaram o golpe de 2016, para que não ocorram eleições em outubro, para a ocorrência de um golpe dentro do golpe. É público e notório que o golpe de 2016 é um fracasso político,

administrativo, econômico, social, financeiro. Os golpistas estão submetidos a tal desgaste político que as chances eleitorais de qualquer um que pretenda os representar ou que do golpe tenha participado são praticamente nulas. O quadro eleitoral que está polarizado entre as figuras de Lula e Bolsonaro (um homem de extrema-direita, despreparado e de difícil controle, uma incógnita que amedronta muita gente) vem se tornando cada vez mais favorável ao petista à medida que a memória do sucesso de seu governo vai se tornando mais viva com o descalabro do governo golpista e de sua política desastrada que só beneficia os mais ricos. Mesmo a prisão do ex-presidente e o impedimento de que venha a concorrer às eleições não garantem que ele não termine por transferir para outro candidato os seus votos e levar o PT ou outro partido de esquerda ao poder. Mesmo as candidaturas de Ciro Gomes e Roberto Requião, que podem vir a se viabilizar com a saída de Lula do páreo, não agradam as forças internacionais e nacionais que patrocinaram o golpe.

O decreto de Garantia da Lei e da Ordem em todo o território nacional, assinado ontem por Temer, para reprimir o movimento no setor de transportes, parece-nos mais um episódio em uma escalada crescente de alijamento do país da normalidade democrática, que se iniciou com o golpe e que vem sendo aprofundado por cada medida de força que um governo fraco e impopular, manchado pela corrupção e pela incompetência administrativa, vem tomando para se manter de pé. Ao invés de rir por último e comemorar a cara de bundão dos coxinhos encalacrados em intermináveis filas nos postos de gasolina, temos que ficar preocupados e alerta diante do crescimento do arreganho de dentes das forças obscurantistas e antidemocráticas atuantes no país. O apelo à ordem e à segurança costuma calar fundo em amplas parcelas da população brasileira, que foram e são educadas em um país de cultura autoritária e de pouco apreço à democracia, notadamente no que ela significa de conflito e de competição, de convivência com a discrepância e com a divergência. O segundo

apelo às Forças Armadas, em menos de um ano, para resolver questões banais de administração e que requer, numa democracia, habilidade política e instituições fortalecidas e legitimadas para a negociação dos interesses em conflito, mostra que o golpe vem destruindo as bases institucionais do funcionamento do próprio sistema democrático e nos encaminhando para o encontro com um regime e um Estado de exceção.

A falta de prestígio das instituições, que se desmoralizaram com a sua participação na trama golpista, não deve nos alegrar, mas nos preocupar enormemente. Que o Legislativo tenha saído desmoralizado daquela vergonhosa votação de abril de 2016, que de lá para cá, com as duas absolvições seguidas que deu as denúncias de crimes contra Temer, e seus asseclas, tenha deixado claro que a luta contra a corrupção foi um mero pretexto para retirar do poder um governo que seus financiadores de campanha, no meio empresarial, não apoiavam, não deve nos alegrar, pois uma democracia depende do funcionamento de um poder Legislativo forte e legítimo. Se o Supremo Tribunal Federal se calou diante do golpe, se nada fez para impedi-lo; se alguns de seus membros dele participaram ativamente tomando medidas judiciais, como a proibição de Lula assumir a Casa Civil graças a uma decisão do ministro Gilmar Mendes; se os estapeamentos verbais entre seus membros, via TV, mostram o nível ético e o estatuto pessoal de suas excelências; se alguns votos mostram o despreparo jurídico e a parcialidade política de alguns de seus componentes; se as decisões da Casa têm sido implacáveis com certos partidos e com outros nem tanto; se a presidência do STF senta em cima de Ações Diretas de Inconstitucionalidade que podem beneficiar o ex-presidente Lula e tirá-lo da cadeia para que não sejam votadas; se a Casa não se ruboriza em dividir espaços com o Presidente que, ao mesmo tempo processam, devemos ficar preocupados, pois o funcionamento da democracia exige o contrapeso entre os três poderes e um Judiciário que se atém a observância das leis e da Constituição.

A preparação de um golpe dentro do golpe pode estar se dando porque um dos grandes heróis e paladinos do golpe, o juiz Sérgio Moro, e todos os membros da força tarefa da Lava Jato vêm rapidamente sendo desmascarados e perdendo popularidade. A Rede Globo, após apostar na candidatura de um Geraldo Alckmin que, flagrado definitivamente atolado na corrupção de todo o PSDB, parece ter sido abandonado na beira da estrada (para lembrar frase do chamado Paulo Preto, o homem bomba dos tucanos, gasolina pura, prestes a explodir, que só não o fez ainda por causa de mais um habeas corpus salvador dado pelo tucaníssimo Gilmar Mendes), apostou em uma candidatura da casa, mas Luciano Huck tinha muito a perder, muito rabos de palha, muita proximidade com o agora execrado Aécio Neves, o herói dos coxinhas, o iniciador do golpe e que, como muitos, foi tragado por ele, e desistiu. Vendo sua última esperança derreter, pois Moro, segundo última pesquisa Ipsos/Estadão, é desaprovado por 50% dos entrevistados, bem próximo dos 52% que desaprovam Lula, (sendo que Lula está em viés de alta, vendo sua aprovação subir a cada pesquisa, enquanto Moro está em viés de baixa, é cada vez mais desaprovado pela população que o vê como um juiz parcial, à medida que posa despidoradamente junto a candidatos tucanos, tem viagens financiadas por empresas ligadas ao tucanato e não se interessa por ouvir o depoimento de certas pessoas que podem não só incriminar os tucanos, como a sua própria atuação parcial e ao arrepio das leis) a organização dos Marinheiros pode estar participando de uma conspiração para evitar a realização de eleições.

A desmoralização da política, dos partidos políticos e da própria presidência da República, levada a efeito pelo governo golpista, por um presidente fantoche dos interesses empresariais mais mesquinhos e dos interesses americanos lesivos ao país, pode criar o vácuo de poder perfeito para mais uma aventura autoritária no país. Estamos literalmente sentados sobre um barril de gasolina, temos que ter muito cuidado, estarmos atentos e

denunciarmos mais essa tentativa de retirar do povo brasileiro o direito de escolher os seus governantes. Nossas elites nunca titubearam em sacrificar a democracia em nome da defesa de seus interesses corporativos e de classe, sempre em nome da defesa da própria democracia, um cinismo, e do combate à corrupção, estando entre eles os maiores corruptos ou corruptores. Não interessa aos que defendem a democracia e o funcionamento regular das instituições, que defendem os interesses nacionais e dos trabalhadores, que possuem consciência social, embarcar nesse caminhão desgovernado que ameaça nos atropelar a todos. As forças democráticas precisam, unidas, tomar o volante dessa carreta sem freios que vem se tornando o processo político brasileiro, sob pena de sofrermos um atropelamento coletivo, com muitos casos de morte, como em tantos momentos da história desse país. Ao invés de rirmos com o fogo e o atiçarmos mais ainda, devemos exercer a sabedoria da negociação e da mobilização política para extinguirmos esse incêndio que ameaça transformar as conquistas democráticas de décadas em cinzas. Mesmo nos sentindo vingados e portando por dentro um riso de satisfação por vermos os golpistas atropelados pela carreta desgovernada a que deram partida, devemos agir como bombeiros e não como pirômanos, devemos nos apresentar como as forças políticas capazes de mediar conflitos e oferecer um projeto alternativo de país, apontar caminhos, abrir uma outra estrada para que esse país não saía definitivamente dos trilhos da democracia

Como identificar um reacionário

O conceito de reacionário surgiu na linguagem política, no decurso da Revolução Francesa, para nomear aqueles que se colocavam contrários ao processo revolucionário, que defendiam o retorno ao Antigo Regime e defendiam os privilégios e a ordem senhorial que estava sendo contestada. O conceito de reacionário fazia referência, portanto, desde o princípio, não só a uma posição política conservadora e reativa a transformação em curso, como também nomeava posições filosóficas, morais e ideológicas que defendiam os valores que estavam sendo contestados, que tentavam preservar as relações e hierarquias sociais e os códigos e regras, sejam legais, sejam costumeiros que ordenavam a estrutura social. Um reacionário se define por sua posição diante da mudança, da transformação, da descontinuidade social, cultural e histórica. Ser partidário da reação ao processo revolucionário foi a origem do termo, que foi adotado na gramática política para nomear, a partir daí, todo aquele que defende o status quo, que defende um certo imobilismo do social, que defende privilégios e hierarquias, que tende a ver a ordem social presente como aquela que deve permanecer e se perpetuar. Um reacionário tende a temer a história, a passagem do tempo, pois investe na necessidade de segurança que a continuidade de uma dada forma de organização social implicaria. O que um reacionário esquece é que toda forma que se enrijece e que não se renova, tende a rachar e perecer por falta de oxigenação, de renovação.

O reacionário, como todos nós, possui uma dada imagem do humano, do que é ser humano, ou seja, ele possui uma dada antropologia. Podemos nomear a sua antropologia de antropologia

negativa, pois ele tende a duvidar das capacidades humanas, notadamente das capacidades humanas de transformar o mundo, de inventar novos mundos. Ele tende a pensar que todo homem que busca a transformação, a mudança, promete-nos a desordem e a catástrofe. Eles preferem um ser humano, como ele, conservador, com medo de qualquer transformação, aquele que se conforma e apresenta a ordem social vigente como a única possível e cabível. Ser homem é ser conformista e conformado diante das maiores iniquidades. Toda vez que um reacionário ouve alguém falar ou sonhar com uma nova sociedade, ele apresentará uma experiência fracassada do passado para servir de espantinho a essa vontade de mudança. Se você critica o capitalismo, ele logo achará que você quer a volta do bolchevismo ou que almeja a ditadura comunista da Coreia do Norte, ou as fracassadas experiências socialistas em todo mundo. Ele aposta que, com isso, imobilizará sua vontade de mudança e te fará aderir à ordem vigente como a única possibilidade de organização do mundo social. Se você critica o golpe ocorrido, em 2016, no Brasil, se você grita Fora Temer, ele logo diz que você quer é instaurar a falida experiência bolivariana da Venezuela no Brasil. Porque um reacionário tem dificuldade de pensar que nós humanos nos definimos pela capacidade de criação e de invenção do mundo humano sempre de novas maneiras. Nós historiadores sabemos que os homens já fracassaram inúmeras vezes em seus sonhos, em suas tentativas de criarem um mundo melhor, mas que sempre foram capazes de recuperar novamente a capacidade de sonharem, de agirem no sentido de que o mundo seja diferente do que é. Se os homens não tivessem se levantado após suas inúmeras debacles, o mundo seria ainda pior do que já é. Foram necessárias milhares de rebeliões de escravos por todo o mundo para que a escravidão acabasse, mas só um reacionário pode achar que essas revoltas, mesmo derrotadas e esmagadas no momento em que ocorreram, foram um fracasso a longo prazo, pois graças a elas a iniquidade da escravidão ganhou as consciências do maior número de homens. Não é porque caímos uma vez

que deixaremos de nos erguer várias vezes. Só quem acredita em perfeições e paraísos, que os reacionários colocam no presente ou no passado (os reacionários nostálgicos, românticos, saudosistas), acha que as tentativas imperfeitas feitas pelos homens de construir outros mundos possíveis devem nos levar a desistir da mudança e se conformar com o que aí está. Quem não é capaz de ignorar esses espantalhos do passado, agitados como ameaça, não são capazes de continuar buscando a mudança.

Devemos partir de uma outra imagem do humano, de uma outra antropologia. Pensar o humano como esse ser que se define, ao mesmo tempo, pela incompletude, pela imperfeição e, por isso mesmo, pela busca incessante de aperfeiçoamento e completude. Se a Revolução Russa foi um fracasso é porque ela foi uma revolução que traiu aqueles que a fizeram, que matou muitos dos que a fizeram, e isso não invalida as ideias generosas que moveram aquelas multidões que, naqueles dez dias, abalaram o mundo, ao se levantarem em defesa da construção de um mundo melhor. Assim como os iranianos que se jogaram de corpo e mãos nuas contra o exército do Xá não podem ser responsabilizados pelos crimes do regime a que deram origem. Foi graças ao trabalho paciente, de formiguinha, da resistência que o domínio nazista jamais teve sossego em qualquer lugar. Toda tirania, todo regime injusto, política e economicamente, merece a nossa resistência permanente, mesmo que não tenhamos uma fórmula salvadora para colocar no lugar. Estar vivo, ser humano é afirmar, permanentemente, a liberdade, e essa se afirma pela recusa de se conformar à injustiça e ao arbítrio. Só um reacionário, que sempre porta uma alta dose de cinismo, pode fazer de conta que nada há para se reclamar nessa sociedade burguesa e capitalista que condena dois terços do mundo à miséria e concentra na mão de um por cento da população mundial 20% da riqueza. No Brasil, apenas cinco bilionários têm renda equivalente aos 50% dos pobres do país. Um escândalo que parece não fazer corar a impavidez cadavérica dos reacionários. O historiador

deve se apoiar numa antropologia positiva, ou seja, enfatizar a capacidade dos homens de inventar, de criar, de transformar, de mudar o mundo, mesmo que, muitas vezes, para isso, erros terríveis sejam cometidos, dolorosas derrotas aconteçam. Foram necessários mais de 8.500 levantes derrotados e sangrentamente esmagados, ao longo de dois séculos, desde levantes camponeses e populares, até levantes aristocráticos, para que a Revolução Francesa fosse possível. Portanto, quando um reacionário vier te tentar convencer que tua fala de protesto, que tua aula crítica e de denúncia, que tuas ações de contestação ou rebeldia não adiantam nada, estão fadadas ao fracasso, são perda de tempo e dinheiro, lembra que a energia surda da revolta se transmite através dos tempos. Como dizia Walter Benjamin, há sempre alguém para recolher a brasa amortecida da esperança que jaz sepultada sob os escombros das derrotas e dos massacres. Aquela tua palavra, aquela tua aula, será recolhida por alguém e germinará como uma semente de esperança no trabalho e na vida de outro alguém. Sim, os que lutam são, muitas vezes, derrotados e, muitas vezes, parecem definitivamente esmagados, mas deles fica uma herança, gestos, frases, feitos que permanecem. Uma memória subterrânea da rebeldia não deixa nunca descansar os poderosos de plantão, sejam eles quem sejam. Muitas ideias generosas desandaram em formas de dominação e governo das mais terríveis e dantescas, mas isso não torna ultrapassada e desimportante a generosidade de quem lutou, de quem deu a vida para que aquilo existisse. Arrependimento deve ter aquele que não lutou, aquele que se agarrou a seu quinhão numa realidade e numa sociedade injusta e opressiva, aquele que apoiado na exploração investiu suas forças, suas palavras, sua inteligência em remar contra a mudança, em tentar desanimar e desestimular, em ameaçar e intimidar quem nela se engajou.

O reacionário também tem uma visão muito particular da vida social, possui uma sociologia muito própria, a sociologia do semelhante. O reacionário reifica, naturaliza a ordem reinante.

Para ele que quase sempre tem privilégios sociais a defender, a formação social em que vive, por mais que possua defeito, é a melhor e não se deve querer aspirar a outra forma de organização social. É impactante como um reacionário defende a iniquidade, a miséria, a exploração, as injustiças sociais reinantes a pretexto de que qualquer tentativa de mudança só resultará em algo ainda pior. Com medo de perder o que tem, inseguro com qualquer transformação, ele chama de ideológico todo discurso que não for igual ao seu, enquanto o seu discurso tão ideológico como qualquer outro é apresentado como sendo a verdade e a única e melhor imagem da realidade. O reacionário abomina qualquer imagem do social que não seja aquela que ele possui, que não corresponda a sua versão da realidade. No fundo, ele sabe que a ordem social é passível de mudanças, mas quer evitar ou controlar essa mudança para que ela reponha, se possível, as mesmas condições anteriores. Os reacionários adoram as revoluções que não mudam nada, que, na verdade, são contrarrevoluções e repõem o status quo; adoram os golpes que levam a sociedade a flertar com a volta aos tempos áureos de uma dada dominação. Eles se julgam superiores e espertos por estarem do lado dos vencedores e dos dominadores do momento, lançam um olhar de desprezo ou de condescendência para aquele que se coloca contra a ordem, vendo-o como um perdedor, um habitante do mundo das ilusões. Ele se diz realista, ou seja, adere sem crítica à realidade que o cerca e chama o que não concorda com suas posições reativas de sonhador.

Um reacionário tende a detestar toda a diferença, tudo aquilo que não seja a reprodução de seus próprios valores, de seus próprios costumes, que ele finge não ser valores de uma dada classe, de um dado gênero, de uma dada etnia, de uma dada geração, de um dado tempo e lugar. Ele pretende que seus valores particulares e conservadores sejam vistos como universais, como aqueles que devem prevalecer universalmente, que não devem receber contestação. Qualquer crítica a seus valores é logo atribuída ao caráter

comunista, esquerdopata ou petralha do discurso do outro. É superinteressante esse anticomunismo anacrônico dos reacionários, eles são tão reacionários que ainda não se deram conta que a Guerra Fria acabou, que o muro de Berlim caiu, que a Rússia e a China hoje são países capitalistas, com relações de trabalho extremamente iníquas, onde o capitalismo faz a sua atual acumulação primitiva do capital, através de uma brutal exploração do trabalho e dos recursos naturais, sustentada por governos autoritários e por uma brutal repressão contra as forças opositoras. Lutar contra os comunistas hoje é lutar contra os fantasmas que assustam seus próprios sons reativos. O que eles não suportam é que as pessoas pensem e vivam diferentes deles, que contestem sua moral reativa e sua vidinha papai-mamãe. Como pensam o social como a reprodução do mesmo, eles acham que todos devem ser burgueses, empresários até de si mesmos, todos devem se entregar ao deus mercado, como eles fazem. Um partidário da mudança social não se identifica com a China, mas com aquele estudante que sozinho parou uma coluna de tanques que vinha esmagar os protestos contra a ditadura chinesa.

Um reacionário também pode ser identificado por uma visão particular da subjetividade humana, por uma dada psicologia, que eu chamaria de psicologia do medo. Ele se move por medo da mudança, do perder sua posição na ordem social, e tenta, todo tempo, usar as armas do medo e da culpa para paralisar o desejo de transformação e transgressão. Ele tenta paralisar o desejo através do pânico e do terror. O reacionário ri de você quando você sonha, quando você tem desejos e vontades de construir um mundo diferente deste. Ele não só julga que se você propõe isso, está propondo o retorno de experiências falidas e derrotadas, mas que seria ingênuo ou perigoso sonhar. Ele ri de você, com ar de superioridade e condescendência, porque você sonha, porque você, segundo ele, possui ilusões, fantasias, ele te acusa de acreditar em mitos. Ou seja, ele desconhece que o que define o humano é justamente a nossa capacidade de sonhar, de imaginar

realidades possíveis e tentar materializá-las. Sem o sonho nada de novo realizamos, contentamo-nos com esse mundo feio e injusto, desigual e desumano em que vivemos. Deixem que riam de seus sonhos, quem ri por último costuma rir melhor. Se o reacionário te mostra todos os sonhos falhados, mostre a ele quantos sonhos conquistados e realizados, ao longo da história: o capitalismo é o sonho da burguesia materializado, a democracia burguesa nasceu das aspirações revolucionárias da burguesia. Se ela hoje se tornou uma classe reacionária, devemos mover contra ela o poder do sonho e da ilusão, como um dia ela fez contra a aristocracia. Se não queremos ser cúmplices do mundo que nasceu da revolução burguesa, mas que como quase todo mundo nascido da revolução se petrificou numa ordem injusta, devemos tomar das mãos da burguesia a tocha da revolução e novamente impunhá-la dando a essa ideia novos conteúdos que não tem de ser as desgastadas e falhadas fórmulas comunistas ou socialistas. Seria estranho um revolucionário olhar para o passado e não para o futuro. O reacionário te joga sempre os fracassos do passado em teu rosto por um vício do olhar, ele só sabe olhar para trás: olhemos para a frente. O reacionário, na verdade, teme e tem pavor da fantasia, do fantasma, do simulacro de outros possíveis reais. Ele quer matar de saída esses seres etéreos antes que se tornem realidade. Muitas fantasias foram levadas aos paredões ao longo da história, foram encarceradas em manicômios e prisões, mas elas teimam em povoar esse carnaval organizado que é a história, elas sempre escapam de qualquer aprisionamento e voltam a esvoaçar a nossa volta. Quando o reacionário apontar o dedo desqualificador para sua fantasia, faça ele olhar para a dele, como a dele é também fantasiosa e desbotada, como a fantasia do reacionário termina sempre servindo mal ao seu próprio corpinho. As fantasias neoliberais, do Consenso de Washington, provocam o desastre social e econômico em vários lugares do mundo. No Brasil, as fantasias verdes e amarelas dos patos do golpe reacionário vêm todas caindo por terra. Até o reça fantasiado de Batman, que participava das

manifestações coxinhas, deve estar com a fantasia destrocada. O golpe que prometia o paraíso, passados menos de dois anos, tenta conter a violência crescente provocada pela sociedade cada vez mais iníqua que temos com os tanques nas ruas. Temos 21 das 50 cidades mais violentas do mundo e a tendência é só piorar à medida que as forças que deram o golpe implantarem suas políticas neoliberais e de concentração de renda.

O reacionário no fundo teme o desejo, a vontade, tudo o que impulsiona o homem ao inconformismo, à rebeldia, à rebelião, à transgressão, à revolta, à revolução. O desejo é a força que nos faz se erguer cada vez que caímos, cada vez que somos derrotados. O desejo, como notou Freud, só cessa com a morte. O reacionário, ao temer a força do desejo, sonha com a morte da potência que nos impulsiona a se rebelar, ele deseja, porque o reacionário é também a expressão de uma forma de desejo: o desejo de morte, uma ordem social morta por repetição e reafirmação. O reacionário é a expressão de uma relação reativa com o desejo que o move, ele teme o desejo que o habita, que convoca novos encontros com o outro, que o arrasta para fora de si mesmo, isso o apavora e ele se fecha aos encontros transformadores. O desejo nasce do encontro com o outro e, nesse encontro, podemos ter uma atitude de reconhecimento e de abertura para o outro, que é sempre o diferente, ou podemos temer e, por isso, nos fechar à força transformadora dos encontros. O reacionário tende a confundir potência com poder, acha que os humanos só podem se relacionar com o outro numa posição de dominação ou de subordinação. Ele não pressupõe que se possa ter uma relação de reconhecimento da igualdade do outro, igualdade para ele é uma quimera de sonhadores e comunistas. O reacionário toma o outro como um limite a seu poder e, por isso, teme-o e tenta o dominar. Ele não percebe o outro como aquele que amplia a nossa potência de existir e de criar. Todos os estudiosos das massas e das populações chegaram à conclusão de que muitos corpos juntos são capazes de fazer coisas que um corpo isolado não seria. Muitos pensadores

assustados com as massas fanatizadas por lideranças totalitárias, de esquerda ou de direita, trataram de depreciar e tomar como um monstro perigoso a massa mobilizada e rebelde. Mas o que podemos aprender com essas experiências é a potência criativa e transformadora do coletivo, tornadas perversas ao ser transmutadas em um poder que as diz representar e guiar.

O reacionário assumindo-se, sempre, como representante da racionalidade e do bom senso – aliás, eles sempre são, inclusive, bons moços –, deplora o que seria nossa capacidade de acreditar em mitos. Se ele estudasse história, saberia que os mitos foram fundamentais para mover multidões ao longo da história. A humanidade não teria contruído o que construiu, não seria o que é, para o bem e para o mal, se não fossem os seus mitos. O reacionário acha que mito é coisa de gente irracional, passional, que não compartilha da racionalidade burguesa que ele encarna. A sociedade moderna e iluminista se pretendeu racionalista e não mítica. Mito era coisa de selvagens, crianças e mulheres, enquanto os meios de comunicação que essa sociedade deu origem são fontes cotidianas de mitificação. O reacionário, entupido de mitos: o mito do mercado, do capitalismo, da democracia, da gestão, do fim da história, do comunismo comedor de criancinhas, vem nos dar lições de mitologia. Ora, o reacionário detesta dados mitos porque eles são ameaçadores à ordem que defendem. Ele abomina Che Guevara por ter se tornado mito, mas alguns cultuam Hitler, Olavo de Carvalho e outros bolsomitos. Ele vai dizer para você que seu sonho de que o mundo seja menos injusto, desigual, miserável, inseguro, poluente, machista, misógino, racista, homofóbico, xenófobo, violento, é mito, em nome da defesa de uma ordem social com todos esses problemas e, no entanto, por ele mitificada.

O mais impressionante é a incapacidade do reacionário de acreditar que podemos ressignificar, inclusive, conceitos aparentemente já gastos. Como é reacionário acha que se defendemos a construção de uma sociedade socialista, esse conceito só pode ter

o mesmo sentido que tinha nos livros de Marx ou de algum stalinista. Ele não julga que sejamos capazes de dar outro conteúdo a essa noção, de criarmos outros conceitos para nomear nossas utopias. Como quer bloquear a criatividade, ele próprio padece de falta de imaginação. Ora, nós historiadores sabemos que os conteúdos dos conceitos não param de mudar e que não necessariamente essa mudança significa um fim de mundo. O conceito de família já recobriu realidades e arranjos bem distintos e caminha, mais uma vez, para nomear algo completamente diferente do que já vimos. O comunismo não foi inventado por Marx como pensa a maioria dos reacionários, o conceito o antecede em muito tempo, Marx apenas forneceu um novo sentido para ele, sentido que podemos reformular completamente. Ele reformulou, com muita pretensão e, por vezes, autoritarismo e desrespeito, a noção de socialismo, que também não inventou. Seria tão desejável que os reacionários tentassem admitir pelo menos mudanças profundas no próprio capitalismo, na própria concepção do que seja o mercado, a mercadoria, o trabalho, a propriedade privada, a democracia liberal, etc. Mas aí não seriam reacionários, estariam a favor da mudança. Eles não podem alojar o seu desejo na mudança porque, no fundo, temem e tremem diante dela.

Devemos, antes de tudo, ser alguém que aposta na potência humana de criar o novo, de inventar o mundo, de transformar fantasias, ilusões, mitos, sonhos em realidade, mesmo que isso resulte num cortejo de desastres e decepções. Mais do que acreditar na condição racional do homem é apostar em sua dimensão poética, sua capacidade de dar novos sentidos e significados para os conceitos e para as práticas, na capacidade de metaforizar e criar suplementos para o que o mundo nos oferece. O homem é um ser da carência e da incompletude, por isso ele é um ser da busca, da espera e da esperança.

Como diz Georges Didi-Huberman, é a potência de se levantar, de se pôr de pé que nos faz humanos. A humanidade começou quando nos erguemos da terra, quando deixamos de

rastejar, quando nos erguemos sobre nossos pés e liberamos nossas mãos para agir e criar um mundo à luz de nossos desejos. Nunca devemos deixar de nos levantar contra a injustiça, a desigualdade, a miséria, o preconceito, a violência, a humilhação, a exploração, o desejo de morte. Como inúmeras vidas generosas fizeram ao longo do tempo, devemos nos levantar contra a opressão e o terror, independente da forma que eles tenham, que sejam de direita ou de esquerda, de centro ou de periferia. O levante, até do ponto de vista erótico, o levante das fagulhas e do fogo do desejo em nossos corpos é que nos faz produzir novas vidas, é o que nos move na direção do outro para com ele construirmos algo novo. Nunca se abaxem ou se prostrem diante de nada ou ninguém, nunca se ponham de joelhos diante de nada, nenhum deus ou ídolo merece que nos joguemos por terra. Que até mesmo a eles olhemos de frente. Que lutemos contra os reacionários que nos querem ver aterrados e aterrorizados, pois é de nossa queda que fazem a sua força.

Tempos de monstruosidades

No carnaval, um enredo que se apoiava na famosa história do monstro Frankenstein arrebatou o primeiro lugar no desfile das escolas de samba. Em segundo lugar, terminou uma escola de samba que trouxe como destaque em seu enredo outro monstro famoso do século XIX, o vampiro Drácula, transmutado em vampiro neoliberalista. O Oscar concedeu o prêmio de melhor filme para o diretor Guilherme Del Toro, onde uma criatura monstruosa, aprisionada em terras sul-americanas, é submetida à tortura da curiosidade científica, das disputas e espionagens políticas e do preconceito contra o diferente, o monstruoso. Definitivamente, os monstros parecem estar na crista da onda em nosso tempo. O monstruoso parece ser a própria imagem de nosso tempo. Há algo de muito significativo nessa escolha da monstruosidade para metonimizar a nossa época, para resumi-la e dá-lhe uma imagem de conjunto. Os monstros que povoaram o imaginário, as cabeças dos que viveram num século XIX impactado pelas brutais mudanças sociais, tecnológicas, científicas e morais, trazidas pelo capitalismo, voltam a assombrar o nosso tempo. O que isso tem a nos dizer? Que monstros andam soltos em nossas ruas, em nossas vidas, em nossas sociedades, em nossas formações sociais?

Afinal, o que define o monstruoso? Qual o elemento que define algo ou alguém como monstruoso? O monstro padece de um problema de forma, ele é, por definição, deformado, possui uma forma estranha, diferente, bizarra, distinta daquela que uma dada sociedade e uma dada cultura consideram normal. O monstruoso é uma ruptura com a normalidade da forma, é a irrupção

de uma forma estranha, estrangeira, rara. A monstruosidade remete ao disforme, ao que parece violar as normas, os códigos, as regras, os preceitos, as injunções que definem dadas formas como aquelas que seriam desejáveis, esperadas, canônicas, esteticamente perfeitas. Embora o conceito de monstro tenha sido usado, inicialmente, para nomear as formas corporais, as formas materiais, as formas carnais que se desviavam do que se considerava como sendo a normalidade de um dado ser, do que seria sua forma normal, passou a ser usado, também, notadamente, a partir do século XIX, para nomear dados comportamentos, atitudes, dadas ações e reações humanas. Para nomear indivíduos considerados excessivamente maus, perversos, cruéis, desumanos, atozes. O monstruoso seria um problema de caráter tanto quanto de caractere ou de característica.

A palavra monstro vem da palavra latina *monstrum*, que remetia a ideia de um ser portentoso, um ser grandioso e diferente, que seria um presságio, um aviso de algo extraordinário. Derivando da raiz latina *monere*, o aparecimento do monstruoso era um sinal, uma mensagem, uma advertência de que algo bom ou ruim iria ocorrer. Entre os romanos antigos, o monstro tinha um sentido religioso, ele era um sinal dos deuses, um signo dos desígnios do divino, devendo ser decifrado. Os monstros faziam parte do mundo mitológico e fantástico, eram potências alojadas entre o divino e o terreno, entre a realidade e a fantasia, seres fora do comum, descomunais. Na modernidade, esse sentido sagrado do monstro se perdeu. Ele passou a se referir a um erro da natureza, um ser contrário à sua própria natureza, um ser que viola as regras e normas que definiriam as formas naturais. Naturalizado, dessacralizado, ele se torna uma anomalia, um ser que transgride sua própria natureza, sendo visto como qualquer coisa de horrenda, de pavorosa, de feia, de bizarra. O monstruoso remete ao teratológico, ou seja, ao que não obedece à lógica em sua constituição, fora de lógica, o aberrante, o que escapa aos códigos e princípios que definem o que seria a forma normal.

Se o monstruoso é o contrário daquilo ou daquele que possui uma boa forma, talvez possamos partir daí para entendermos o porquê de os monstros estarem de volta, em nossos dias. Desde o século XVI, surgem os primeiros escritos, no Ocidente, que se preocupam com as formas e as formalidades na vida social. Os chamados tratados de civilidade, surgem tanto na Itália, como na França, buscando educar os homens das Cortes, buscando educar os príncipes e nobres para o exercício de suas funções e para a manutenção do poder que vieram a conquistar. Estava-se deixando para trás o que seria a rude sociedade medieval, ainda caracterizada em seu declínio, nos séculos XIV e XV pela predominância da passionalidade, pela predominância da rusticidade, pela expressão exagerada dos sentimentos. Com a centralização do poder, com o surgimento dos Estados absolutistas tratava-se de reprimir a violência privada, tornando-a monopólio do Estado. A Igreja e os novos monarcas investem na curialização dos cavaleiros, ou seja, na subordinação da anárquica vida do nobre guerreiro aos ditames de uma vida regulada e regrada por formas de comportamento cada vez mais ritualizadas. Nas Cortes, os homens e mulheres vão aprender a conter as suas paixões, a construir rostos e gestos adequados a cada situação de sociabilidade e de conflito. As máscaras, que se tornam ornamento onipresente nos rituais da Corte, indiciam a importância que as formalidades, que os rituais, que as formas estilizadas vão ter nessa sociedade. O processo civilizatório, como vai defender o sociólogo alemão Norbert Elias, implica essa repressão dos instintos, esse controle das paixões, essa ritualização da vida social, essa construção de uma certa zona de separação entre cada pessoa, uma certa distância protetora entre cada indivíduo.

A emergência do indivíduo moderno, da forma de ser individual, surge da crescente repressão aos comportamentos de rebanho, aos comportamentos corporativos. A vida civilizada exigiria uma educação para a serenidade, a impassibilidade, a contenção, a urbanidade e a civilidade, nascidas de uma boa dose

de hipocrisia, de um cálculo racional da ação, do cálculo do efeito que sua ação exercerá sobre o outro. Esse processo civilizatório exige, também, um maior controle sobre si mesmo, uma maior vigilância a respeito de seus próprios atos e de suas falas. A figura do autor surge para responsabilizar cada um pelo que diz. Da fala anônima e costumeira, passa-se a fala individual, autoral, que pode ser atribuída a um sujeito de direito, acarretando a sua punição em caso de transgressão ou ofensa no que diz. A sociedade aristocrática enfatiza e valoriza o refinamento das formas de vida. A pompa, o ornamento, as vestimentas, os gestos, a forma de se expressar, de caminhar, de comer, de conversar diferenciava um nobre de um homem comum, de um plebeu ou de um burguês. Era fundamental nas sociedades aristocráticas as noções de distinção, de preferência, de precedência, de ordem, que deviam marcar cada momento e cada prática do homem pertencente à nobreza. O ser humano passa a ter como definição o ser que se faz por si mesmo, que se distingue construindo um mundo próprio, o humano se define por sua capacidade de artifício, de ser artificial, de ser artífice de si mesmo e de seu mundo. O homem natural não seria propriamente humano, daí o desprezo devotado aqueles próximos da natureza, como os camponeses.

A sociedade burguesa, essa sociedade em que ainda vivemos, estruturou-se como uma reação a essa sociedade aristocrática e de Corte. Já com os filósofos iluministas, do final do século XVIII, ideólogos da nova sociedade que se instala, a crítica a artificialidade da vida da nobreza é a tônica dos discursos. O que antes era visto como inaceitável passa a ser idealizado. Se o homem aristocrático não podia ser estritamente conforme a natureza, ele passa a ser visto como uma espécie de monstruosidade. Drácula, o conde decadente, um morto vivo, vivendo de sugar o sangue dos camponeses, é uma dura imagem que a sociedade burguesa criou para sintetizar o que seria um aristocrata, um nobre. Com seu rosto pálido, com sua máscara de morte, Drácula denuncia o que seria o ser que não obedece às leis da natureza, que não é

conforme com ela, um ser do artifício e da artimanha, o ser da nobreza. A burguesia advoga, no lugar da artificialidade da vida, sua naturalidade e autenticidade. No mundo burguês, somos convocados a ser autênticos, a termos uma identidade capaz de expressar a nossa verdade mais interior, o nosso ser mesmo enquanto humano. Enquanto na sociedade de Corte, tão bem descrita em sua decadência pelo escritor francês Marcel Proust, desenvolveram-se sofisticados códigos corporais, de gestos, de signos, de sinais, que visavam tornar a sociedade marcada pela polidez, ou seja, uma sociedade onde cada gesto humano, cada reação humana teria sido objeto de um trabalho de polimento, de aperfeiçoamento, de formatação, de ritualização por uma educação cotidiana e constante, a burguesia, como vai fazer o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, vai apostar na naturalidade, quando não, romanticamente, na volta a um estágio natural do Homem, onde pretensamente ele ainda não teria sido corrompido pela civilização. Se o homem natural era para a nobreza a besta, a fera que de dentro de nós ameaçava a vida em sociedade, a sociedade burguesa aposta na possibilidade da sinceridade, da verdade, da autenticidade de cada um, considerando excessivos os códigos e rituais aristocráticos. Embora, em alguns países, como na Inglaterra, a burguesia tenha se deixado aristocratizar, em países como a Alemanha, a burguesia mostrou-se hostil à cultura de Corte, por ter matriz francesa. Nobeert Elias, escrevendo em plena barbárie nazista, vai ver, nessa prevalência de uma burguesia rude e pouco polida, pouco civilizada, a tragédia alemã. Em busca da naturalidade, a burguesia solta as feras que existem em nós.

O que dizer da burguesia brasileira, das nossas elites. Embora tenhamos sido a única monarquia das Américas e tenhamos elites com pretensões aristocráticas, o refinamento e a polidez nunca foram propriamente a marca de nossas classes dirigentes. A presença da escravidão, essa escola de prepotência, crueldade, perversidade, desumanidade, marcou indelevelmente a constituição das consciências e sensibilidades das elites brasileiras. Como

muitos analistas da sociedade brasileira já chamaram atenção, desde um Machado de Assis, até um Gilberto Freyre, a escravidão impediu que a vida aristocrática à brasileira tivesse as mesmas formas da vida das Cortes europeias. Embora a Corte transplantada de Portugal tenha tentado preservar os rituais da vida real e da vida cortesã, a vida nos trópicos e, notadamente, a presença das relações escravistas, provocou desvios e promoveu singularidades consideráveis na maneira de ser nobre no Brasil. A burguesia brasileira esteve ligada, desde o início, a atividades escravistas. O tráfico negreiro, com todo o seu cortejo de desumanidades, esteve na origem de muitas fortunas no país. O pouco apreço pela vida do diferente, do preto, do pobre, do indígena, foi aprendido nessa escola de arrogância e de prepotência que foi a casa-grande e o sobrado colonial e imperial.

Desde a infância, nossas elites aprenderam formas de dominação que se assentam no desprezo completo pelo outro, pela visão meramente instrumentalizante do outro, o outro como uma coisa, uma propriedade, um objeto, uma mercadoria, da qual se pode dispor ao bel prazer. Desde a infância, aprenderam, muitas vezes em sua própria carne, o exercício da violência direta como marca de classe, como marca de ascendência e distinção. Poder chicotear o outro, bater em seu rosto, marcar o seu corpo, seviciá-los sexualmente, matá-los foram as lições básicas servidas pela pedagogia escravista que se estendeu séculos afora, no espancamento das crianças visto como gesto de educação, na procura da menina pobre e imberbe para deflorar, no se achar no direito de surrar seu empregado e trabalhador, no se achar no direito de matar todo aquele que achar menor, diferente, inferior, débil, todo aquele que conteste suas vontades e interesses. Machado de Assis, em muitos de seus personagens das elites brancas, notadamente entre os homens, vai denunciar essa incapacidade do homem das elites brasileiras de enxergar o outro, sua incapacidade de solidariedade e compaixão, sentimentos que, já no século XVIII, foram definidos como básicos para o estabelecimento de uma verdadeira república.

Os inúmeros golpes de força e prepotência que marcam a história da república brasileira nascem dessa incapacidade de nossas elites de enxergarem para além de seu próprio umbigo. Já no século XIX, um Montesquieu dizia que era aceitável que os homens primeiro quisessem atender a seus desejos e interesses, mas alertava que sem compaixão, sem a capacidade de sair de si e ir em direção ao outro a vida social e política se esgarçava, e o que se teria era uma sociedade marcada, cada vez mais, pela violência, pelo conflito, pela insegurança. Mesmo Adam Smith, um dos teóricos do liberalismo e da centralidade do interesse individual na vida pública, alertava para a necessária existência em paralelo, nos próprios indivíduos, da atenção para o sofrimento e a dor do outro, sem o qual recairíamos na tirania. Os socialistas, não acreditando nessa capacidade dos indivíduos por si mesmos abrirem mão de seu egoísmo, vão defender que o Estado e as leis devem pressionar e sancionar no sentido de que saíamos de nosso egoísmo e levemos em conta o outro. A fraternidade, uma das máximas da Revolução Francesa, pressupõe esse se preocupar com outro na mesma medida e intensidade que se preocupa consigo mesmo. Abatido o monstro, que era o tirano, o que colocava todos os seus desejos acima dos demais, cabia agora construir uma sociedade de irmãos, em que cada um se vê no outro e, por isso, não quer para o outro o que não se quer para si mesmo, ou seja, a empatia com o outro seria um princípio fundamental para a vida em sociedade.

Creio que os acontecimentos das últimas semanas, no Brasil e no mundo, dizem muito do porquê os monstros voltaram como imagem que simboliza o nosso tempo. A pretexto de criar um mundo autêntico, um mundo onde cada um pudesse ser idêntico a si mesmo, um mundo sem máscaras, um mundo sem fabricação de formas e rituais de convívio, a sociedade liberal e, com maior ênfase, a sociedade neoliberal, abriu as portas para a manifestação em público e sem máscaras dos nossos desejos e impulsos os mais agressivos. Os monstros que habitam nosso

interior, sem o trabalho da polidez, da civilidade, sem o esmero da forma pela educação, apossam-se de nossos corpos e mentes e relincham bestialmente nas redes sociais. Centenas de energúmenos comemoram o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, por ela ser diferente, por ela ser lésbica, por ela ser defensora de “bandidos”. A falta de empatia com outro ser humano é total. Uma desembargadora, sem apresentar nenhuma evidência ou prova, escreve, em rede social, que ela havia sido eleita pelo Comando Vermelho e teria sido assassinada pela facção rival de Acari. Nessas falas, nenhum distanciamento civilizado e racionalizado em torno da dor e do sofrimento do outro, nenhuma solidariedade com o outro que se foi e com aqueles que ficaram. A polidez deu lugar a essa sociedade em que o privado assaltou e tomou conta do público, uma sociedade que se tornou pornográfica. Nenhum pudor em se despir e em mostrar as partes mais íntimas em rede nacional ou nas redes sociais. A vida privada é exposta constantemente, sabemos o prato que cada um está comendo naquele instante, onde e com quem cada um está, com quem está fazendo sexo, quando não se disponibiliza o próprio corpo sendo penetrado por alguém.

Assim como Frankenstein (o monstro que só queria ser amado), todos aqueles que são vistos como diferentes podem sofrer as maiores violências simbólicas ou físicas. Monstros acusando os outros de serem monstruosos pelo simples fato de não corresponderem às formas ditas normais ou canônicas. Crimes monstruosos são perpetrados contra homossexuais, travestis, transexuais, a pretexto de eles serem os monstros. Temos um governo monstruoso, que chegou ao poder denunciando o que seria a monstruosidade do petismo, do comunismo, do bolivarianismo, para hoje termos uma horda de vampiros a sugar o sangue da nação e dos trabalhadores brasileiros. A votação do impeachment foi uma sessão de teratologia política, em que aberrações como dedicar o voto favorável ao impeachment a um torturador foi totalmente normal. O candidato que ocupa o segundo lugar

nas pesquisas para presidente tem modos e comportamentos que dificilmente seriam considerados humanos numa sociedade da civilidade e da polidez. Ele estaria mais próximo do troglodita do que de um homem que passou por um processo civilizatório. A grosseria, a rudeza, a falta de educação, a arrogância, o vitupério, o xingamento, a calúnia, a prepotência, a incivilidade são atributos que ele e seus asseclas distribuem a farta, em todo lugar aonde vão. A discrição, a impavidez, a sobriedade, a altivez, a elegância que, desde o século XVI, passaram a definir o que seria um homem nobre de espírito, parecem andar escassas por essas plagas, e em todo o mundo. As performances cruzadas de Vladimir Putin e de Donald Trump não nos deixam mentir.

Vivemos tempos em que a busca da perfeição corporal convive com verdadeiros aleijões subjetivos. Marielle Franco morreu porque denunciava a monstruosidade de uma sociedade que enjeita ao nascer seus filhos, transforma-os em monstros e depois os elimina. Ela denunciava a monstruosidade de forças de ordem e segurança que militam na desordem e na insegurança, forças da morte travestidas de forças em defesa da vida. Defensores de uma ordem social injusta e monstruosa, que condena milhões à miséria e produz uma minoria monstruosamente rica e egoísta, incapaz de ver e pensar no outro, só no ouro. Como podem não se tornar monstrosos subjetivos? Como defender sob a força das armas a injustiça e a desordem de um sistema promotor da infelicidade e precariedade de milhões e não se tornar monstruosos? Marielle reunia tudo o que essa sociedade e suas elites desprezam e odeiam. Como Frankenstein, ela reunia o ser mulher, o ser negra, o ser homossexual, o ser de esquerda, o ser política, o ser de origem humilde, o ser corajosa e ativa na denúncia das monstruosidades cometidas por forças de segurança que só distribuem a insegurança, agindo à base do preconceito e da discriminação. Ela era monstruosa, logo tinha que ser abatida como se abate um animal daninho. E depois de matá-la fisicamente, trata-se de completar o serviço matando-a simbolicamente. Como pode

um país se indignar com o crime contra uma pessoa como essa, que devia morrer mesmo? Como é que o mundo se importa com um monstro como esse, tem por ele amor, piedade e solidariedade, como as duas mulheres da limpeza em relação ao monstro supliciado no laboratório, elas também marcadas pelo estigma de classe, mas também de raça (uma delas era negra) e aquele destinado a pessoas com deficiência (uma delas era muda)? Como diz a monstruosa operadora do direito (Deus nos livre desse direito), isso é coisa da esquerda que quer transformar ela em mártir, ou seja, leia-se nas entrelinhas a afirmação monstruosa: ela deveria mesmo morrer, não é nenhuma surpresa e não se perde nada. Fala de uma mulher (ou de um monstro) sobre outra mulher. Estarrecedor! Os monstros estão soltos nas ruas e eles estão longe de serem apenas pretos, pobres, favelados, vagabundos, homossexuais, lésbicas, transsexuais, eles estão nas coberturas e recebem auxílio moradia, moram em condomínios fechados e vivem com segurança privada. Aliás alguns habitam até os tribunais superiores e os palácios de Brasília.

O país da chibata

Os cientistas sociais sabem que há imagens, há cenas que sintetizam uma dada época, uma dada ordem social. Essas imagens servem como emblemas de dados momentos e dadas circunstâncias sociais. Como observaram o filósofo alemão Walter Benjamin e o historiador da arte Georges Didi-Huberman, há imagens que sobrevivem a seu tempo e, como restos, como fragmentos, como cacos de sua época, reaparecem num tempo posterior, promovendo um encontro revelador entre o passado e o presente. A imagem que, vinda do passado, relampeja no presente, serve como um fecho de luz para iluminar o que se passa à nossa volta. Nesse choque entre tempos, nesse pedaço de passado que atravessa a cena do presente, Freud via a possibilidade de entendermos as dimensões inconscientes que governam nossas vidas individuais e coletivas. Recalcadas, amortecidas, como brasas cobertas de cinzas, essas imagens emergem, vêm à tona em um dado momento de conflito, que Benjamin chamou de “um dado momento de perigo”, dando acesso a camadas profundas da vida social, a estruturas de valores, a estruturas sociais e culturais marcadas por uma longa duração. Essas cenas, pois elas implicam uma dada dramaturgia, uma dada forma de aparecer, de se expor, têm o condão de resumir os traços mais definidores de uma dada sociedade, em um dado momento histórico.

O fotógrafo Guilherme Santos, do Jornal Sul21, flagrou o momento em que um fazendeiro gaúcho, munido de um relho, chicoteava simpatizantes do ex-presidente Lula. Imagem arcaica, imagem saída dos porões do nosso passado escravista. Fazendeiro a espancar pessoas a quem, possivelmente, considera não terem o

direito de existir, de ser e pensar diferente, talvez que não tenham sequer a condição de humano. Possivelmente para esse representante do latifúndio secular, aqueles homens e mulheres sejam vistos como gado, podendo ser chicoteados, como se fazia com o gado humano trazido a ferros da África. A chibata, o rebenque e o relho foram, durante quatro séculos, a encarnação do poder discricionário, absoluto, sem peias, dos potentados senhores de terra, de quem esse agressor é um descendente e continuador. O chicote contra a carne, contra o lombo, contra qualquer parte do corpo deixava impressas as marcas de um poder sem contestação, um poder de vida e morte, protegido pela legislação, amparado pelo Estado, considerado legal. O relho, a palmatória e o chicote eram vistos como pedagógicos, como instrumentos de ensino e educação. Somos um país onde ainda se espancam crianças todos os dias, em nome da educação. Os espancados de hoje serão os espancadores de amanhã. O fazendeiro que maneja o relho contra petistas, bem pode ter sido o menino que aprendeu a ser “homem” debaixo de peia. Significativamente, o ex-presidente, que é motivo de tanto ódio, foi aquele que enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei proibindo o espancamento infantil, para a revolta de muita gente, que se perguntava como os pais poderiam educar seus filhos sem espancá-los. A lei da tapinha, como ficou conhecida, foi um daqueles gestos dos governos do PT que mexeu em nervos expostos da sociedade brasileira, que atingiu o âmago de nossa vida social, ainda profundamente marcada pelas relações escravistas. Pais espancadores e torturadores são apresentados como educadores e se revoltam contra o que seria a ingerência indevida do Estado “no jeito dos pais educar os filhos”. O mesmo enunciado que serve de base para a demagogia da chamada “Escola sem Partido” apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, pelo deputado Jacó Jácome. O princípio republicano exige que o Estado (e a escola é uma instituição do Estado, mesmo quando privada, pois por ele é fiscalizada e deve seguir as regras gerais que dele emanam) participe

da educação dos cidadãos e partilhe com a família essa educação, em benefício da defesa de interesses gerais da sociedade e em detrimento dos interesses privados das famílias, que podem ser antissociais e antirrepublicanos.

Essa imagem, que poderia ser tomada como isolada, como sendo o documento de um ato espúrio de um celerado, foi amplamente apoiada pelos setores da oposição ao PT, mostrando que ela é a explicitação de tendências bem mais profundas de nossa sociedade. Uma senadora da República, uma mulher, uma senhora de classe média alta, uma avó, formada no meio urbano, jornalista ligada por décadas ao grupo midiático mais poderoso do Sul do Brasil, o grupo RBS, usou o palanque da pré-convenção de seu partido, o PP – que lembremos é um restolho da Arena, o partido que apoiou a ditadura militar, com seus relhos e rebenques, com suas botas, fuzis, cães amestrados, com a tortura e assassinato de presos políticos, também na época chamados de terroristas (o mesmo nome com que os grupelhos de direita e extrema-direita que perpetraram vários atos de ataque e agressão à caravana do ex-presidente Lula, chamam aqueles a quem agridem, chicoteiam e tentam matar) – para defender o uso do relho feito pelo seu conterrâneo. Ela disse, como uma boa representante dessa elite brasileira, branca, que nunca saiu da casa-grande, que nunca retirou o pé do latifúndio, da monocultura e da escravidão, bases de nossa colonização: “levantar o relho, o rebenque não é violento”. Possivelmente, porque violência seja empunhar uma bandeira vermelha, querer ouvir um ex-presidente, querer saudá-lo, ir para as estradas recebê-lo, portar uma estrela no peito. Possivelmente, para essa gente, violência é reivindicar reforma agrária, divisão dos enormes latifúndios, que nessa região do Rio Grande do Sul, como em tantas outras do país, remontam ao período colonial e escravista. Para essa senadora, levantar o relho e o rebenque deve continuar sendo pedagógico, educativo, deve ser legal e legítimo. A senadora da República pretende fundar a República no uso da chibata, como, afinal, foi fundado o Estado brasileiro. O

Império brasileiro esteve por décadas fundado na escravidão, na lei do tacão e do chicote. Foi preciso que, no início da República, os marinheiros se revoltassem contra o uso sistemático da chibata na Marinha brasileira. Não é de espantar que muita gente ainda queira fundar a própria existência política da nação no uso “não violento” do relho.

A senadora cumprimentou Bagé, Santa Maria (uma das cidades mais militarizadas do país), Palmeiras das Missões, Passo Fundo, São Borja e Santana do Livramento, que “teriam colocado para correr aquele povo que foi lá, fazendo um condenado se queixar da democracia”. Notem a muito particular noção de democracia da senhora senadora: democracia é a prevalência da opinião dela e dos seus, nem que para isso tenha que se fazer uso do chicote, do soco inglês, da pedra, do sopapo, do tiro. Democracia não é a convivência necessária com a diferença, com um outro que é diferente de mim, que pensa diferente de mim, mas que tem os mesmos direitos de existir que o meu. Quando qualquer um de nós chega a terra, já encontramos outros, já encontramos muita gente com línguas, costumes, religiões, ideias políticas diferentes da nossa, o que temos que fazer é buscar coabitar com toda essa diferença. Com que direito eu que cheguei depois, quero fazer da terra algo só meu. É esse tipo de postura que a existência da propriedade privada, que a existência da propriedade da terra causa. Quem nasce dono de terra tende a se achar dono da Terra, tende a se achar aquele que é dono do mundo, não tendo lugares para outros existirem. Além do dono da terra, só existe o gado, até mesmo as demais gentes são gados, ao qual se deve dar ração e algumas bordoadas quando não obedecerem. A senadora Ana Amélia, quando foi candidata ao governo gaúcho, deixou de declarar que era proprietária de uma fazendola de 1,9 mil hectares. Ou seja, fica claro de que lado a senadora está do chicote. Ela empunha o cabo, não está do lado de quem recebe a lambada. Sua solidariedade com os portadores de chicote é uma solidariedade de classe. Mesmo tendo suas atividades na cidade, como é comum

no Brasil, as elites urbanas, quando já não são ou descendem de proprietários de terra, que se acham donos da Terra, tornam-se proprietários, usando o acúmulo de propriedades rurais como reserva de valor, como investimento, já que os baixíssimos impostos cobrados sobre a terra no país - um dos privilégios conferidos a uma elite agrária que ainda tem enorme poder no aparelho de Estado -, tornam esse investimento tremendamente lucrativo, sem que seja preciso, inclusive, torná-la produtiva.

Alguns dos municípios que mereceram o efusivo cumprimento da senadora da lambada (não a dança, claro!) ficam nas regiões de fronteira do Rio Grande do Sul, tendo uma longa história de conflitos com os vizinhos uruguaios e argentinos, sendo zonas muito militarizadas, com uma cultura marcada pela presença da violência e da escravidão. Nessa região, a presença da grande propriedade pecuária é acompanhada por uma forte presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o principal movimento social do país, nas últimas décadas, que tem sua origem nesse Estado, que reivindica a desapropriação para fins de reforma agrária dos grandes latifúndios com baixa produtividade nesses municípios. O ódio dos ruralistas ao MST, os conflitos em torno da terra, é o caldo de cultura para explicar a formação dos grupos que tentaram impedir a passagem da caravana de Lula pela região. O uso de tratores, colheitadeiras, deixa claro a origem social dos manifestantes. No entanto, o candidato à presidência da República pelo PRB, o empresário Flávio Rocha, disse que as manifestações eram do povo e que elas demonstravam a irresponsabilidade do STF por deixar um condenado, no caso, Lula, solto. É interessante que manifestações de minorias intolerantes sejam transformadas em rejeição popular, quando o que se viu foi o uso do rebenque para tentar impedir que a população acesse até o presidente. O empresário que se revolta contra a justiça, quando ela apenas investiga possíveis irregularidades de suas empresas, que tenta sob ameaças intimidar o Ministério Público, que usa de manobras para tentar anular o processo em relação à questão das

facções é o mesmo que cobra celeridade da justiça e da punição no caso de Lula. O empresário da Riachuelo também quer que o chicote da justiça só atinja o lombo daqueles que contrariam seus interesses. Ele é mais um que segura o cabo do chicote com gosto, mas acha um absurdo se a folha da chibata vira para o lado de seus costados. Seus trabalhadores têm que aguentar, sem reclamações trabalhistas, a força de seu tacão, têm que sair como rebanho a defender os seus interesses, tangidos por sua chibata invisível: a chibata da ameaça da demissão, do desemprego, da miséria e da fome, os tradicionais instrumentos de acicate ao trabalho no capitalismo.

A senadora, orgulhosa, ainda utilizou um argumento de identidade regional para louvar as chibatadas “não violentas”: disse ela, talvez em nome de um Centro de Tradições Gaúchas, “atirar ovos, levantar o relho, levantar o rebenque para mostrar o Rio Grande, para mostrar onde estão os gaúchos”. Como em todo discurso identitário, toma-se uma parte pelo todo: o fazendeiro espancador, o atirador de ovos, aqueles que fizeram levantamento de rebenque (talvez uma modalidade olímpica no futuro) são os gaúchos, representam todos eles. Aqueles milhares de vermelhinhos que foram ver Lula por onde ele passou, não são gaúchos, ficam alijados da identidade regional. Gaúchos machos devem ser os que usaram soco inglês para agredirem uma mulher grávida, em Cruz Alta, pois, afinal, todo macho é misógino e odeia mulheres. Mas a senadora parece não ter a menor identidade com o seu gênero, ela sabe de que lado estão os verdadeiros gaúchos: eles são machos, latifundiários, reacionários e seguram o cabo do relho e do rebenque, mesmo que urbanamente usem saia e frequentem o Parlamento nacional. Gaúchos machos devem ser o promotor que impediu que o reitor da Unipampa, uma universidade criada por Lula, pudesse receber o ex-presidente, e o próprio reitor que se escondeu para não recebê-lo, dois machaços. Como eles poderiam se identificar com a presidente deposta pelo golpe, uma gaúcha por adoção, uma mulher forte, digna, honesta, mas

que se negava a ficar do lado dos verdadeiros gaúchos, aqueles que empunham a macaca pedagógica. O ódio a Lula repercutiu o enorme preconceito regional, de parte das elites e da população dos Estados do Sul do Brasil, contra os nordestinos e o restante dos brasileiros como um todo. É preciso notar que Lula percorreu os Estados do Nordeste e do Sudeste sem ter encontrado essas manifestações organizadas de hostilidade e de violência. Foi no Sul que estivemos à beira de uma tragédia, com os ônibus da caravana tendo sido emboscados e alvejados por tiros, após grupos extremistas usarem a internet para prepararem o ataque. O separatismo de setores das sociedades desses Estados, embora minoritário, seu desprezo e ressentimento pelo Brasil e pelos moradores de outras áreas do país, notadamente pelos nordestinos, de quem Lula é um representante simbólico, explica parte da violência e do ódio a que assistimos. Tendo sido colonizados por imigrantes europeus, que aqui chegaram fugindo da miséria e da guerra, nesses Estados, foram cultivados mitos compensatórios para essa desterritorialização forçada, como a pretensa superioridade racial e cultural, como a pretensa superioridade quando se trata de disposição para o trabalho e, inclusive, o mito de que são mais conscientes politicamente, embora Estados como Santa Catarina e Paraná estejam politicamente, há décadas, nas mãos de oligarquias ineptas e corruptas, que embora não sejam consideradas compostas por coronéis, como se costumam chamar as oligarquias nordestinas, para deixar claro o seu atraso, são responsáveis pelo declínio relativo da importância do Sul na economia nacional e pela miséria e atraso de dadas áreas de Estados como o Rio Grande do Sul, atraso e declínio que são demagogicamente atribuídos ao fato de que o governo federal roubaria o Sul e transferiria o fruto de seu trabalho para os “vagabundos e preguiçosos do Nordeste”, do bolsa família, para eles votarem no PT. A falência de um Estado como o Rio Grande do Sul, da qual políticos como a senadora Ana Amélia é responsável, é atribuída

à transferência de recursos e empresas para fora da região, fato que teria sido estimulado pelos governos do PT.

Se o fascismo grita nas ruas e desvãos do Sul do país (ele está presente no país como um todo) temos que lembrar que aí imigrantes italianos e alemães simpatizaram com o nazifascismo e grupos neonazistas têm militância permanente e pública, sem que nada seja feito a respeito. Os imigrantes de várias nacionalidades tenderam a se agrupar em organizações comunitárias que construíam suas identidades enquanto grupos reivindicando uma ancestralidade europeia, uma ancestralidade branca, não brasileira, não mestiça, não indígena, não negra. O orgulho racial somado ao isolamento comunitário é um caldo de cultura para a formação de subjetividades reativas ao diferente, para a formação de uma visão de mundo hierárquica, em que outro é colocado em posição de subalternidade. A desqualificação do outro, seu não reconhecimento, passa a ser um perigoso princípio identitário. Quem levanta uma chibata para bater num outro, não o reconhece como igual, como semelhante, como humanamente tendo o direito de existir. A chibata animaliza, rebaixa à condição de animal (já que os humanos ainda se acham no direito de espancar os animais por eles serem pretensamente inferiores). Assim como os nazistas rebaixavam os judeus à condição de ratos, cães, pulgas, porcos para justificarem seus atos, nos emails que prepararam o ataque assassino à caravana de Lula e que comemoravam, depois do ocorrido, que com isso foram parar no Jornal Nacional (deixando clara outra fonte de nosso fascismo, já que com ele o fascismo se identifica), o ex-presidente é reduzido a um saco de bosta, ele seria explodido colocando-se uma bomba em seu avião. O fascismo é justamente essa rejeição passional e reativa à existência do outro na sua diferença. Outro presidenciável, Jair Bolsonaro, em mais um gesto que revela o seu estatuto político e moral, foi a cidade vizinha a Curitiba, onde Lula finalizava sua caravana com uma gigantesca manifestação contra o fascismo (deixando claro que milhares de pessoas, no Sul, não concordam

ser representadas pelo relho “não violento” da senadora da lambada), fazia no palanque um gesto indicando que se devia atirar na cabeça do ex-presidente. Essa é a plataforma de Bolsonaro, o extermínio daquele com quem ele não concorda. Afinal, além da chibata, a tocaia, a emboscada, sempre foram tecnologias muito utilizadas por nossas elites, rurais e urbanas, para resolver de forma “não violenta”, de forma “republicana e democrática” os conflitos, notadamente com os trabalhadores negros e pobres. Marielle Franco e seu motorista foram vítimas dessa sofisticada tecnologia de extermínio do diferente, do opositor, daquele que denuncia os desmandos, a exploração, a ganância, a corrupção, a violência, a prepotência dos poderosos desse país, em todas as áreas. A tocaia talvez seja uma evolução da tecnologia da chibata, por ser mais letal e resolver de forma definitiva um problema. Normalmente, bastava o poderoso chegar para seu braço armado e dizer: “é preciso tomar providências em relação a fulano”. “Pois não coronel, não se preocupe”. Hoje esse diálogo foi modernizado, ele se dá nas redes sociais: “Vá numa loja de arma, compre uma Puma 38 ou 44, é mais fácil do que vc imagina”. Emoticon com uma carinha piscando, matreira. “Aí é só se posicionar do outro lado do rio e mandar uma bala certa”. Retorno do recalcado, imagens sobreviventes.

O governador do Estado mais rico do país, representante da nossa indústria mais moderna, saído da burguesia que teria levado o país para a modernidade, o centro da inteligência nacional, o Estado com os eleitores mais politizados do país, livres de coronéis, governados por gente que domina a “gestão”, território à parte no domínio populista, bolivariano, esquerdista do PT, território do tucanistão, não podia deixar de se associar à política entendida como uso do relho e da bala. Se a política implica sempre uma dada violência, a violência simbólica, verbal, da troca de ideias, da crítica, ela existe desde os gregos para evitar a violência direta, sanguinolenta, carnal. A democracia surgiu para que as diferenças entre os homens pudessem coexistir, pudessem ser

negociadas, pudessem ser objeto de discussão e deliberação. O governador Geraldo Alckmin, outro presidenciável, disse uma frase muito sábia: “Lula colheu o que plantou”. Ou seja, nosso governador confunde disputa verbal, política, de ideias, embates eleitorais, críticas e dissensões políticas com chicote e bala. Que me conste nem Lula, nem o PT, jamais usaram o chicote ou a bala para atacar nenhum adversário. O que Lula plantou foram 14 novas universidades federais, mais de 240 novos institutos federais de educação, mais de 20 milhões de empregos, milhares de casas populares, a redução da miséria para milhares de brasileiros, milhares de cisternas, centenas de UPAS, farmácias populares, UBS, permitindo que milhares de brasileiros negros tivessem acesso ao ensino superior. É por causa disso que ele e seus partidários merecem ser tratados com o uso do chicote e da bala? Nem mesmo se ele tivesse cometido os crimes que lhe imputam era para receber esse tratamento. O processo civilizatório criou o direito e a justiça para se evitar que as pessoas resolvam suas diferenças usando a violência. O PT dividiu o país por defender um projeto político distinto daquele que nossas elites e parcelas da classe média estão dispostos a aceitar, mas isso se resolve nas urnas e não na bala e na lambada.

É significativo que a senadora do uso “não violento” do relho tenha sido jornalista e tenha trabalhado na RBS, afiliada da Rede Globo. Talvez nenhuma instituição tenha feito mais para a instalação desse clima de caça as bruxas que vivemos. Nem mesmo o Judiciário, onde a Corte Suprema do país está à beira do uso da chibata e do clavinote, onde as punhaladas pelas costas têm sido o pão de cada dia, tenha feito tanto quanto a mídia para que a besta fascista esteja mostrando os seus dentes sedentos de sangue, como a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro mostra claramente. Sangue nos dentes vindo de um governo vampiresco não é de espantar. Nem mesmo a república de Curitiba, com o tacão das conduções coercitivas e das prisões preventivas indefinidas, fez mais para instalar o desejo de morte

coletivo, desejo que caracteriza o fascismo, do que o jornalismo de guerra praticado pelos principais meios de comunicação do país. O destilamento diário de ressentimento, inveja, preconceito, má consciência, ódio, desrespeito ao próximo, aos direitos humanos, somados à mentira, à armação, à calúnia, à fabricação de versões parciais e desonestas, produziram essas subjetividades intolerantes, violentas, agressivas, assassinas. No Jornal Nacional, todo dia, passou a ser dia de Rei do Gado. Todas as estatísticas mostram, nunca se bateu tanto num partido, como no PT e numa pessoa, como na de Lula. Lula leva anos a ser chicoteado em praça pública todas as noites. Seu poder de resistência e resiliência desorienta os senhores da casa-grande platinada. Quando torceram que o câncer o matasse, quando se regozijaram com a morte de Dona Marisa, ficou claro que para essa gente vê-lo morto é um desejo indisfarçável. A Rede Globo, seus jornalistas, suas afiliadas, os órgãos da grande mídia são eles que empunham o cabo do relho que desceu violento sobre o lombo dos petistas e simpatizantes no Rio Grande do Sul. Todos os dias os programas policiais descem o relho no pobre, no preto, no bandido, no marginal, no meliante, no da favela. Eles não são humanos, são bestas que merecem ser violentadas. Direitos, que direitos podem ter? Aprendemos todos os dias, com esses programas fascistas, como as velhas lições e imagens do passado já nos mostravam, que para quem não concorda comigo o que se deve ter é peia, pau nos que vivem, pensam, desejam diferente da gente, tal como dizia um post na internet. Assim se afundará a República e a democracia, mas os donos dos relhos e das chibatadas terão seus privilégios garantidos. Quem segura no cabo do chicote pouco está se importando com a dor de quem está levando sua folha e sua ponta no lombo. O golpe foi dado para que o relho continue a vibrar sobre as costas dos trabalhadores, dos negros, das mulheres, dos pobres, dos marginalizados, dos diferentes. O relho senhorial sobrevive, a chibata do senhor de escravo ainda ressoa entre nós, as carnes laceradas dos negros de ontem continuam sendo as carnes mais baratas no mercado hoje,

sujeitas a lambadas e a serem varadas de balas quando resistem, quando se rebelam, quando se revoltam, quando apelam até para o crime para ver se são vistas e têm existência.

Pouco se lixando para o lixo

“Manda esse lixo janela abaixo”. Dizia alguém que usou um rádio transmissor e interferiu na comunicação do avião que transportava Lula para a sede da Polícia Federal, em Curitiba. O lixo, em questão, era o próprio ex-presidente, que estava sendo levado preso, apesar de ter sido condenado apenas em segunda instância, quando a Constituição prevê explicitamente que só poderia sê-lo quando o processo percorresse todas as instâncias recursais e transitasse definitivamente em julgado (mas, para ele, a Constituição não vale, segundo afirmou o próprio Supremo Tribunal Federal, que por ela devia zelar, atribuindo-se poder constituinte originário e modificando o que dispõe explicitamente nossa desmoralizada Carta Magna). O lixo que deveria ser atirado fora pela janela de um avião e, portanto, morto (o desejo homicida da pessoa gravada é inequívoco), foi condenado num processo kafkiano, em que tudo o que se tem de provas é uma reportagem de um jornal e depoimentos de corrêus, depois de mantidos presos, preventivamente, durante meses nos calabouços de Curitiba. Lula foi condenado porque, um dia, pretendeu comprar um apartamento, pagando cotas do empreendimento, declarando no imposto de renda esses pagamentos, mas, quando o imóvel ficou pronto e o visitou uma vez, desistiu da compra, passando a cobrar o que pagara de volta. O apartamento que, pretensamente seria propina, continua no nome da construtora e ela o penhorou junto à Caixa Econômica Federal, mas tanto a promotoria como o juiz que, de forma irregular, fazem tabelinha na acusação, estão convictos de que o apartamento é de Lula e é fruto de propina em troca de contratos com a Petrobras, o que de

resto nunca ficou provado. Até um jornalista conservador e anti-petista como Reinaldo Azevêdo, que leu o processo (ao contrário de toda uma camarilha que continua afirmando a culpabilidade do ex-presidente) chegou a conclusão de que é insustentável a condenação.

Mas, o que queremos discutir, nesse artigo, é a frase dita pelo invasor de espaço aéreo (em si mesmo um crime, que poderia causar sérias consequências para a vida de todos que estavam no avião), que relega à condição de lixo um ser humano. Mas o que é ser lixo? Etimologicamente lixo vem do latim *lixare*, que remete ao ato de desgastar, desbastar, lixar alguma coisa, lixo seria, justamente, o que sobra, o que resta dessas operações, as aparas, os resíduos, os restos. Em nossa cultura, o lixo tem conotações muito pejorativas, pois se associa àquilo que é jogado fora por ser imprestável, por estar estragado, por estar podre, por ser impróprio para o consumo. Pelo seu próprio aspecto e odor, ao lixo é atribuído, ainda, sentidos como sendo algo sujo, fétido, repelente, contaminante, degradado. Dessa origem etimológica da palavra lixo, advém, também, a expressão “se lixar para algo ou alguém”. Se o verbo lixar se refere ao ato de polir, de desgastar, de desbastar alguma coisa, o que implica prestar muita atenção naquilo que se está fazendo, em fixar a atenção sobre o material que está sendo lixado, a expressão “pouco se lixar” se refere à falta de atenção, a pouca importância, ao desprezo que se devota a algo ou a alguém. Estar pouco se lixando para algo ou alguém é não dar o menor valor àquilo ou àquele de que se trata. É figuradamente tomar o outro como se fosse lixo, como se fosse algo indigno de atenção, fosse algo sem importância, sem valor e que, portanto, pode ser jogado fora, destinado ao descarte e à destruição.

A frase do invasor de espaço aéreo diz muito do que estamos vivendo na sociedade brasileira, ela é um indício emblemático desses dias que correm. Há setores na sociedade brasileira que consideram que outras pessoas, com opiniões políticas e visões de mundo diferentes das suas, não podem continuar existindo,

devem ser jogadas fora, descartadas, eliminadas, mortas. O fascismo tem como uma de suas características a rejeição ao que é diferente e distinto. O fascismo tende a desumanizar aqueles que toma como adversários ou inimigos. A desumanização transforma humanos em animais (ratos, porcos, cães, bestas, pulgas), como fizeram os nazistas, ou em excrementos, restos, sobras, lixo (os homicidas que atentaram contra a vida de Lula no Paraná o chamaram de bosta). Os nazistas, literalmente, transformavam os corpos dos judeus, dos comunistas, dos homossexuais em resíduos, em cinzas, em restos que deviam ser enterrados e desaparecidos. O fascista é uma pessoa tomada pelo desejo de morte, governada por uma libido assassina (suas fantasias, seus sonhos, até mesmo suas ações visam ao gozo com a morte do outro rejeitado). O fascista invasor de espaço aéreo teve um gozo só por pronunciar essas palavras, sentiu seu desejo minimamente satisfeito só por manifestar desejos e ideias que, em outras circunstâncias sociais, não teria coragem de expressar, nem para si mesmo. A atuação fascista e assassina da mídia, dos meios de comunicação, notadamente da Rede Globo (que começa assassinando a verdade, com ela assassinando reputações) incentiva ao assassinato sanguíneo dos corpos. Os programas policiais, que vivem de alimentar o gozo fascista pela tortura psicológica e física das pessoas ditas bandidas, espalham pela sociedade brasileira o desejo de desforra e linchamento. Na hora do almoço ou no final da tarde, milhares de pessoas, no Brasil, sentem prazer em contemplar a humilhação e o escárnio em relação a pessoas humanas, que são constantemente comparadas a animais, feras, bichos. A própria maldade daqueles que são ali espetacularizados espalha-se como um exemplo do que seria o comportamento de pessoas das condições sociais e raciais delas. Só vemos preto e pobre na TV na condição de “bandido”, o que reforça a ideia de que todos são criminosos ou que só os pobres e pretos são desonestos e malvados. As maldades intrínsecas a uma ordem social que gera essas pessoas nunca são mostradas ou discutidas. Personaliza-se a maldade

como forma de encobrir a origem social do crime e da violência. Violentam-se, todos os dias, pessoas nos meios de comunicação a pretexto de combater a violência. Glamouriza-se, espetaculariza-se a violência do Estado, através da atuação, muitas vezes desastrada e preconceituosa, dos órgãos de segurança, a pretexto de se combater a violência.

Por que grande parte da elite brasileira e setores expressivos das classes médias não possuem qualquer simpatia ou empatia com a figura de Lula? Por que tanto ódio em relação a um ex-presidente que só os beneficiou, que esteve longe de atacar seus privilégios? Na época em que Lula governou, a burguesia brasileira não parou de ganhar dinheiro, nunca se consumiu tanto, nunca o país viveu uma euforia tão grande. No entanto, a falta de identidade de classe era e é nítida, nunca o consideraram um dos seus, nunca deixaram de achar que ele estava ocupando um lugar indevido. O ódio assassino a Lula se deve menos a ele, mas a tudo que ele simboliza. Quando desejam jogá-lo do avião, quando o consideram um lixo, expressam seu repúdio a pobreza e ao pobre. Lula será sempre marcado por ser aquele que tem origem popular. O motivo que o leva a ser amado por milhões, é o mesmo que o leva a ser odiado por milhares. No Brasil, o pobre sempre esteve muito próximo da condição de lixo. Somos um país em que as elites, e a população em geral, assistem, passivamente e sem qualquer esboço de solidariedade, pessoas viverem jogadas nas ruas, nas praças, embaixo dos viadutos, nas marquises, nas sarjetas. Tendemos a ter medo, a discriminar e a marginalizar a criança que dorme na saída de ar das estações de metrô. Somos o país onde governos estaduais e municipais tratam os consumidores de drogas, os homens e mulheres jogados nas cracolândias, como se fossem incômodos restos humanos, usando da violência policial como saída para um problema que é social e de saúde pública. Desde o início da República que tratamos questões sociais como caso de polícia. Somos um país onde milhares de retirantes das secas, como Lula, morreram perambulando pelas estradas, vítimas

da fome e da sede, atirados aos urubus e aos cachorros e não alimentamos, por isso, nenhum remorso ou vergonha. Atribuídas às secas, a causas naturais, essas milhares de mortes pouco fazem parte de nossa própria história, é como se nunca tivessem existido tais andrajos humanos, que foram despejados como restos mortais numa cova rasa qualquer. Vítimas da incúria governamental e de uma estrutura fundiária e econômica assentada na concentração e no privilégio, esses milhares de retirantes são como o lixo que nossa história produziu e deve ser atirado fora.

Lula é nordestino, filho da região pária da nação. Região de uma elite nababesca, que vive secularmente da exploração da maioria, elite que optou em vários momentos pelo atraso, como fizeram novamente em 2016, desde que não perca seus privilégios. Região privilegiada pelos investimentos e programas do governo Lula, reacendendo ódios e preconceitos regionais, notadamente no Sul e Sudeste do país. Ao privilegiar em suas políticas os mais pobres e, entre eles, os nordestinos, Lula teria optado pela escória do país: os preguiçosos, os improdutivos, os incapazes de trabalho intelectual, os sem consciência, os alienados, os burros, os feios, sujos e malvados do país. A classe média e as elites limpinhas, brancas, os homens bons, os gestores, os empreendedores, os inteligentes e conscientes olham com desprezo para essa gente que deveria não existir e existindo deveriam desaparecer, ser atirados fora do país. Lula teria retirado dinheiro daqueles que trabalham e produzem para alimentar vagabundos com o Bolsa Família. Aqueles grupos e aquelas regiões que enriqueceram com a exploração do trabalho barato dos nordestinos, a encarnação do proletário no Brasil, se indignam com a possibilidade que essa gentinha possa andar de avião e cursar a universidade. Lula personifica o nordestino que deu certo no Sul (por isso, é tão amado em sua região), mas ao mesmo tempo personifica aquele que veio tomar o lugar de um sulista, que veio ocupar um lugar que não era dele. Se o Nordeste e os nordestinos sempre foram vistos como os indesejados da nação, seu resto, sua sobra, sua escória, por que

não jogar todos no lixo ou reservar para eles o lugar de catadores de lixo?

É muito simbólico e revelador que seja o primeiro presidente da República a receber em palácio representantes dos catadores de lixo, o presidente que fazia questão de passar as festas natalinas com os trabalhadores do lixo, que investiu numa política social voltada para os trabalhadores em cooperativas de reciclagem, que venha a ser tratado ele mesmo como se lixo fosse. A campanha midiática de difamação que sofre, encontra guarida com maior facilidade, justamente porque, para muita gente, Lula sempre foi sujo, sempre esteve próximo da condição de alguém que cheirava mal, pois era pobre e nordestino, e ainda se envolvia com catadores de lixo. Convencer de que Lula é um sujo corrupto, é um fedorento ladrão, não é difícil para gente de narinas levantadas que nunca o engoliu, que sempre achou que ele não era flor que se cheire. A campanha de difamação funciona porque mobiliza os baixos sentimentos, as emoções inconfessáveis, as repulsas que antes não eram expressas e que ganham, com a autorização midiática e com o anonimato das redes sociais, seu caldo de cultura. No Brasil, sempre se associou pobreza à sujeira, a mau cheiro, a tendências criminosas. Numa casa de classe média, a empregada sempre foi a primeira suspeita quando algo some. É difícil, por isso, convencer a muita gente que Lula não é corrupto e ladrão, se os políticos e empresários de outros estratos sociais o são. Como justo o pobretão, o retirante, o nordestino seria honesto? No imaginário nacional, todo político e todo homem público são desonestos, e não têm nem como provar em contrário. A impostura jurídico-midiática construída para afastar Lula da vida pública, para impedir a sua volta, é facilmente credível, porque sua figura possui vários traços que o predispõe a ser o bode expiatório a ser exposto no meio da sala. Um sistema corrompido de alto a baixo e um Judiciário atravessado pelo privilégio e pela corrupção se voltam contra um homem que deles se diferencia e atiram sobre ele, exatamente por ser diferente, todo o seu ódio

e rejeição. Pouco se lixando para o que venha sofrer o país, sua população e o próprio ex-presidente, um verdadeiro linchamento se realiza, externalizando os desejos de morte e o ódio de classe e o ódio regionalista.

Se Lula é o sem dedo, o deformado no corpo, também deve ser o aleijado de espírito e de caráter. O sapo barbudo deve ser salgado e esmagado como se faz com um animal repelente. As inúmeras referências pejorativas à sua deficiência física mostram o quanto o portador de necessidades especiais, no Brasil, é desprezado e vítima de preconceitos. Foi justamente em seu governo que ocorreram avanços significativos na inclusão das pessoas com deficiência na educação básica e superior. Mais uma vez, Lula ficava do lado daqueles que são vistos como humanos pela metade, como restos de gente, como lixos humanos. Assim como tem que pagar caro por criar políticas voltadas para a população LGBTQIA+, também lixos que deveriam ser lançados ao mar ou no inferno como pregam todos os dias os nossos representantes de Cristo (que ele não saiba disso). Se Lula só olhou para os de baixo, só olhou para baixo, eis sua maior baixeza e todas as suas baixarias, como não querer ser associado a lixo? O ressentimento das elites e de setores da classe média com ele se deve ao fato de, ao invés de querer ser um deles, de querer deixar de ser o que foi, de renegar suas origens, Lula afirmar que sempre soube de onde veio e quem são seus verdadeiros iguais. Lula é um presunçoso que não quer ser um burguês como a maioria que sempre nos governou. Qualquer passo que ele possa ter dado nesse sentido se torna uma ameaça e um assinte. Comprar apartamento, sítio, possuir um carro, etc, não era para ele, como ousa comprar essas coisas e ainda honestamente? Só pode ser fruto de roubo. Lula é ladrão dos lugares de privilégio de nossas elites, dos símbolos de ascensão social, usados para marcar diferenças que deveriam ser intransponíveis. Além de roubar esses lugares, que deveriam ser só deles, ainda os considera menor e menos importantes do que aquele de onde saiu. Lula, duas vezes presidente da República pelo

voto popular, aquele que atingiu níveis de popularidade nunca vistos, nunca quis se fingir de empresário, de bacana, de almo-fadinha, continuou nesse lugar sendo o operário, o metalúrgico, aquele que fala um português estropiado e não fala inglês (mesmo assim foi o presidente que melhor projetou o Brasil no mundo, para desespero de nosso jet set mochileiro de Miami), o homem do povo, o nordestino, o homem de esquerda, ou seja, tudo aquilo que nossas elites aprenderam a desprezar, a menosprezar.

Lula, o comunista, eterno lixo de nossa vida pública, a atrair o ódio de civis e militares. Homem de posições moderadas, um verdadeiro estadista, um cristão convicto, um homem capaz de conviver sem radicalismos com forças políticas as mais distintas, que não levou a cabo transformações mais profundas por causa das alianças com as forças conservadoras do país, é odiado como se fosse um revolucionário descabelado, um terrorista, com os quais alguns próceres da direita querem equiparar todos os militantes de movimentos socais. No Brasil, ao longo de sua história, muitos homens e mulheres por serem de esquerda, por professarem convicções socialistas, anarquistas, comunistas foram abatidos como cães sarnentos, foram torturados, aprisionados, trucidados, desaparecidos, jogados como lixo numa vala comum, sem nenhuma identificação como um ser humano. Nesse país, todos os dias, centenas de pessoas são assassinadas como se suas vidas nada valessem. Muitas permanecem por horas atiradas no meio-fio, cobertas por um lençol, como se fossem o lixo, o resto, a sobra que essa sociedade da exploração e da desigualdade joga fora. Nessa sociedade injusta, qualquer brado por justiça pode te levar a ter o mesmo destino de Marielle Franco, não só morta como um traste no meio da rua, mas ainda difamada, acusada de ser a responsável por sua própria morte, pois ela veio de baixo, ela veio do lixo social, portanto, só pode ser lixo também, cuja morte e cujos responsáveis por seu bárbaro trucidamento são jogados para debaixo do tapete, para que os limpinhos possam ser preservados dessa mácula.

Mas, a frase do violador de espaço aéreo, também, revela muito sobre nossas elites e nossas classes médias. Ele disse que Lula era um lixo e que, por isso, devia ser jogado pela janela. Atitude típica da incivilidade de nossas elites: atirar lixo pela janela, atitude que não a diferencia do povão. O atirar o lixo pela janela é um gesto que indicia, também, a completa ausência de sentido de cidadania entre nós. Emporcalhem-se as cidades, entupam-se os bueiros, tornem as vias públicas intransitáveis, atitudes típicas daqueles que não veem na cidade uma construção humana e cidadã, a cidade como um lugar de convívio e respeito ao direito do outro. Jogar o lixo pela janela, não importando com o transeunte que venha passando, indício da barbárie de nossa população. As nossas elites sempre se caracterizaram por ser espaçosas, por terem sido sempre criadas em enormes espaços rurais ou urbanos, a espaciosidade parece ser um traço de mentalidade de nossas classes dominantes. Elas se julgam donas do mundo, todo e qualquer espaço é seu, é feito para seu desfrute. Daí a revolta em ter que dividir espaços com pobres, pretos, índios, mulheres (que agora querem até ser presidente da República, que petulância, só com um impeachment para se resolver isso). O lixo é incômodo justo quando vem ocupar lugares que para ele não é destinado. Faz parte, como apêndice do direito de propriedade, no Brasil, o direito de se colocar uma tabuleta dizendo: “Favor não colocar lixo”. Sem teto, sem terra, por favor Estado, despeje todos para fora daqui, quem sabe para fora do mundo. Sim, em nosso país, a expressão que se usa para desalojar pobres de casas e terrenos que não lhes pertencem é despejar, mesmo verbo que usamos para o lixo. Nossas elites, que precisam de um carro enorme para que uma pessoa se desloque dentro e ocupe uma grande área para estacionar, são as mesmas que se comprazem em destinar a empregada doméstica um quarto de 5 metros quadrados. Essa elite espaçosa toma o espaço público como se fosse uma extensão de sua casa, enorme, mas que é pequena para tanto ego.

Não há elite para produzir mais lixo do que a elite brasileira, em todos os sentidos. Em onze anos, entre 2003 e 2014, exatamente o período dos governos do PT, a produção de lixo no país cresceu 29%, acompanhando o crescimento do consumo. Cada habitante, no Brasil, produz em média 387 quilos de lixo por ano. Mas o lixo de nossas classes médias é de uma riqueza incomparável, muitos miseráveis vivem de chafurdar esse rico lixo. Produzimos lixo como um país de primeiro mundo, mas o descartamos como um do terceiro mundo, daí a poluição e a degradação ambiental. Somos o terceiro maior produtor de lixo do mundo, pois o desperdício de alimentos, por exemplo, é uma marca de nossas classes dominantes. Se Lula colocou como meta de seu governo acabar com a fome, que atingia milhares de pessoas e que, depois do golpe de 2016, já voltou a atingir 11 milhões de pessoas que foram excluídas dos programas sociais ou perderam o emprego, nossas elites sempre se caracterizaram pelo desperdício de comida, pelo olho grande e a barriga estufada de comer. Para eles, Lula tem o mesmo valor que os alimentos que atiram fora, que jogam pela janela do carro, todo dia. Lula quis matar a fome dos pobres, que valor isso pode ter, que importância isso pode ter para elites empanzinadas e obesas, como as nossas, adiposas até no pensamento? Eles estão se lixando para os pobres e sua fome, logo estão se lixando para esse presidente que foi sem nunca poder ter sido. Ele agora está no seu lugar, no lugar onde a sociedade burguesa joga todos os seus detritos, os seus restos, os seus lixos: a prisão. Depois de sugar, esmagar, deglutir e moer a todos, joga-se o bagaço no lixão, para que longe da vista de todos, não possa atrapalhar a linda paisagem de lugares exclusivos, nem venha emporcalhar e feder à porta de quem produziu tais resíduos. Lula, em seu tempo, foi usado para benefícios de muitos que hoje o atiram ao lixo (inclusive a quase totalidade dos julgadores que lhe atiraram na cadeia, hoje recebem os pousados salários que percebem, por causa que aquele que hoje é bagulho, escolheu-os e indicou). Típica atitude de gente que vem das elites

brasileiras em relação aos que vieram de baixo: desprezo, arrogância, desconhecimento. Eles estão mais é se lixando para o que possa ocorrer com esse lixo, quem mandou teimar em ser gente.

A violência do direito

Costumamos acreditar no mito burguês de que o Estado de direito significa o abandono completo da violência como forma de exercício do poder. Costumamos acreditar que o império das leis representa uma garantia contra a violência sanguinária, contra todas as formas de violência. Faz parte de nossa servidão voluntária, de nossa submissão aos ditames do poder estatal, ignorar a violência inerente a qualquer forma de direito, a qualquer legislação. Somente em momentos excepcionais, momentos em que a própria violência inerente à forma Estado se explicita, é que intuímos o caráter violento do direito e das leis. Somente em momentos de exceção, em momentos que Giorgio Agamben nomeou de Estado de Exceção, é que nos apercebemos da violência intrínseca a qualquer ordenamento jurídico e legal. Momentos como esse que vivemos no Brasil, quando o próprio funcionamento do aparelho judiciário nos permite visualizar a dimensão violenta do exercício do direito e da jurisdição. No entanto, como julgamos esses momentos como excepcionais, como sendo disfuncionais, como sendo de exceção, julgamos que o exercício violento da judicatura, que o uso discricionário e injusto do próprio aparelho de justiça, constituem, apenas, um momento excepcional, uma quadra marcada pela “politização da justiça”, como se ela, em algum momento, tenha deixado de ser política e politizada. Mesmo aqueles que se colocam no campo da esquerda parecem engolir o mito positivista da neutralidade da justiça, da imparcialidade do juiz, da capacidade de interpretar as leis sem que suas preferências ideológicas, de valores, de costumes, interfiram nessas interpretações.

O direito já nasce de um gesto de força. Uma lei nasce de um gesto de proibição e regramento. O direito, estatuído como saber no Império Romano, nasceu da dupla necessidade de que a dominação imperial e de que a dominação social, de que as conquistas coloniais romanas e os privilégios do patriciado fossem perpetuados e protegidos através de um arcabouço legal. O direito se funda na violência da própria lei, que de saída é um gesto de limitação das liberdades, das vontades, dos desejos, das pretensões, das necessidades de grupos e pessoas. O direito estatui uma ordem, organiza-a, legitima-a, defende-a e busca perpetuá-la. A lei é a permanência no tempo de uma ação inaugural de violência física e simbólica. Os espanhóis, após o massacre do povo asteca, trataram de ordenar juridicamente sua dominação sobre as terras e os povos conquistados. A violência sanguinária da conquista colonial é sequenciada por sua extensão e permanência legal e jurídica no tempo. O gesto inaugural de apossamento do que viria ser a América, do que julgava ser as Índias, Colombo realizou através de um ritual que seguia a jurisprudência do Império Espanhol, obedecendo a uma formalidade legal diante de indígenas embasbacados que, sem nada entender, deveriam ter, segundo o rito jurídico previsto, contestado em ato e, naquele momento, a tomada de posse de suas terras pelos brancos europeus. Como não o fizeram, juridicamente e legalmente, seguindo o direito do conquistador, suas terras passaram para a posse do soberano espanhol. A lei se funda num gesto de força, nem que seja simbólico, como aqueles que vêm sendo realizados sob os holofotes da mídia nativa por magistrados do nosso Supremo Tribunal Federal que, sem poder legislativo ordinário, estão alterando, a seu bel-prazer, e em nome da defesa e ataque a dadas forças políticas, a própria letra da Constituição Federal. Sob a pele de um discurso empolado e melífluu se esconde uma enorme violência, inclusive contra a própria letra da lei maior que, supostamente, eles estão ali para defender.

Nos últimos tempos, no país, damo-nos conta da violência que se faz presente em todo gesto de leitura e interpretação das leis

e do direito. Como toda hermenêutica, como todo gesto de interpretação, a hermenêutica jurídica não é um mero assentimento à letra da lei, já, em si mesma, fruto de um gesto de violência instituinte. Toda leitura, toda tradução é traição, é violação, é violência ao sentido. A pretensão da existência de uma leitura literal da lei é uma ingenuidade. Nunca conseguimos ser plenamente literais, pois ler implica olhar para o que se lê e nosso olhar está longe de ser neutro e desprovido de lentes e filtros ideológicos, políticos, ético, estéticos, religiosos, etc. Nosso olho nada lê, nosso olho apenas forma a imagem do signo, do significante que vai ser submetido à leitura. A leitura é feita por nossa cabeça, por aquilo que temos dentro dela, lemos com os conceitos de que dispomos, com as ideias e categorias que dominamos, com as concepções e prevenções, com as noções e pré-noções, com os preconceitos que formam nossa maneira de ver o mundo. Se a senadora do relho, Ana Amélia, vê Al Jazeera e lê Al Qaeda, não é por causa de sua miopia visual, mas por causa de sua miopia mental, por causa de um olhar ideologicamente torto e deformado. Os malabarismos mentais do voto da ministra Rosa Weber, quando do julgamento do Habeas Corpus em favor do ex-presidente Lula, explicitam bem como a interpretação é situacional, contextual e politicamente motivada. A violência contra a Constituição e contra os direitos e garantias fundamentais do paciente (como eufemisticamente ficavam chamando o presidente Lula, para a ele não se referirem, como se com isso apagasse a dimensão política do voto que cada um estava dando ali), que esse e outros votos significaram, desmascara a pretensão de que a letra da lei é obedecida ou prevalece sempre quando se trata do exercício do direito. A letra depende de leitura e a leitura é, sempre, uma violência que se faz a um pretense sentido original e literal do que está escrito.

Ainda no século XIX, numa crítica à filosofia idealista do direito, expressa na obra de Hegel, Marx já chamara atenção para o caráter de classe do direito. O próprio Nietzsche já observara que o direito se fundamenta na violência do vencedor,

ele materializa o golpe de força e de vontade que deu início a uma dominação. O que se pretendeu com a democracia parlamentar foi fazer de amplos setores da sociedade a origem das leis e do direito, tentando retirar a dimensão excludente e violenta dos atos de fundação do regramento e ordenamento legal. O fim das monarquias absolutas teve como uma de suas consequências imediatas o fim do monopólio real sobre a produção do direito e da jurisprudência. A partir da ideia de que existiriam direitos naturais do Homem, direitos que não poderiam ser violados por qualquer governante ou forma de governo, o jusnaturalismo foi fundamental para se fundar o direito burguês e o que veio a se chamar de direitos humanos, que seriam direitos inerentes à condição humana, direitos que cada ser humano teria só pelo fato de ser humano, de pertencer à espécie, direitos que já nasceriam com ele, que não poderiam ser desobedecidos por qualquer legislação, a não ser em casos excepcionais a serem também descritos em lei. A ampliação do acesso ao poder legislativo às várias camadas sociais daria ao direito, em sua origem, uma maior legitimidade, pois as leis não surgiriam de um golpe de força, mas de um consenso, dialeticamente produzido, através dos debates e acordos parlamentares. O direito se tornaria, assim, mais inclusivo e aberto aos reclamos daqueles que não seriam privilegiados.

O problema é que se do ponto de vista legislativo as sociedades burguesas puderam significar, em dadas circunstâncias históricas, uma maior diversidade de interesses e de pontos de vista na origem do regramento legal e jurídico, o mesmo não aconteceu com o chamado Poder Judiciário. Em todas as sociedades ocidentais, o Poder Judiciário tende a ser o menos aberto ao controle social, o menos democrático, constituindo verdadeiras castas burocráticas, profissionais e de classe social. Não apenas no Brasil, assistimos às intenções do legislador original serem completamente ignoradas ou deturpadas pelos tribunais e juízes. O conservadorismo, inclusive da formação acadêmica e universitária no campo do direito, o distanciamento que o judiciário mantém

em relação à realidade social de seus países, a origem de classe e étnica da maioria de seus membros tornam as decisões judiciais muito distantes das aspirações mais coletivas. O fenômeno novo, inclusive no Brasil, é um judiciário que parece estar fundamentalmente preocupado com sua imagem midiática, que se deixa claramente fascinar e pressionar pela opinião publicada, mais do que pela opinião pública. A jabuticaba brasileira que é a transmissão ao vivo pela TV dos julgamentos com maior repercussão social, fez de nossos juizes da Suprema Corte atores e atrizes canastrões, vaidosos, verdadeiros acrobatas das palavras difíceis, das citações de efeito, dos votos quilométricos para, ao final, perpetrarem, muitas vezes, a violência da injustiça e da não observância daquilo que dispõe a Constituição Federal. O fato do STF estar “politizado” não é uma excrescência, não representa um mau funcionamento dele, a própria forma de escolha de seus membros faz desse tribunal o mais politiqueiro da República, pois desde a indicação seus membros se envolvem em desenvoltas negociações, se não em conchavos políticos. A quase total impunidade dos membros do Poder Judiciário, uma corporação das mais corporativistas, sua sede crescente de poder, em muitos países do mundo, tem feito desse poder uma ameaça ao próprio funcionamento normal dos regimes democráticos. Munidos da força e da violência da lei, ele é um poder que tende a passar incólume pelo controle e pela crítica social. A própria mídia, tão crítica em relação ao Executivo e ao Legislativo, omite-se na hora de fazer a crítica dos privilégios e do péssimo serviço que o Judiciário brasileiro oferece à população, que dele desconfia, mais do que confia.

Se o direito é na origem, muitas vezes, a extensão no tempo de um golpe de força, de uma conquista, de um apossamento, de uma rapina, de uma dominação, o direito exige o uso da violência na sua aplicação. Uma lei estabelecida exige cumprimento e o cumprimento exige a fiscalização, a verificação, a vigilância. Uma lei exige ser cumprida e caso não seja implica a violência da sanção e da punição. Para a fiscalização e para a repressão

daqueles que não obedecem às leis, são necessárias a existência das forças de segurança, as forças destinadas a fazer cumprir a legislação que, no Brasil, em muitas ocasiões, agem com extrema violência. Muitas vezes, em nome da observância da lei, as forças de segurança violam as leis, recorrendo à força bruta, à violência sanguinária, em nome da manutenção da ordem legal. É dado ao Estado o direito do uso da violência em nome do combate à violência que possa advir da sociedade civil. Esse direito à violência por parte do Estado é fundamental para a chamada manutenção da ordem, mesmo que ela seja uma ordem injusta e repressiva. A lei não é objeto apenas de obediência, ela abre um campo de disputa e desobediência. A lei não evita a luta social, o conflito social, ela é a cristalização momentânea desses conflitos, ela cristaliza um dado estágio da luta, podendo ser resultado de uma negociação e de um consenso entre as forças em litígio ou podendo ser a materialização de um gesto de força, de uma vitória de uma dada força. A nova legislação trabalhista brasileira é fruto de um claro momento de derrota das classes trabalhadoras em seu embate com o empresariado, que patrocinou o golpe de 2016, para desmontar as conquistas legais que os trabalhadores haviam feito ao longo do século XX, através de inúmeros momentos de luta e mobilização. Sendo uma legislação, que na maioria de seus artigos, é inconstitucional, ela explicita, como muitas outras decisões judiciais e legislativas que violam a Carta de 1988, tomadas nos últimos anos, que a Constituição dita cidadã, o conjunto de dispositivos legais ali plasmados, são fruto de uma dada conjuntura política, de um dado conjunto de forças em conflito e em aliança, de dadas correlações de forças políticas e ideológicas que deixaram de existir. A Constituição de 1988 vem sendo desrespeitada e violada porque a situação política e social que a produziu não existe mais. O golpe de força que a Carta de 1988 significou, mesmo que essas forças fossem plurais e contraditórias, a ponto de se ter redigido uma Constituição em que o arcabouço jurídico destinado a sustentar um regime de governo parlamentarista

terminou por conviver com a definição final de um regime de governo presidencialista, se vê contrarrestado por golpes de forças conservadoras e reacionárias que, através de emendas constitucionais, de legislação ordinária, ou mesmo através de decisões judiciais, vêm tornando muitos direitos previstos naquele documento letra morta. Capítulos inteiros da Constituição de 1988 nunca foram devidamente aplicados por demandarem regulamentação por legislação ordinária, como o capítulo destinado a regulamentar os meios de comunicação no país, já que os lobbies das empresas de jornalismo e comunicação nunca permitiram que fossem regulamentados e aplicados esses dispositivos que significariam a democratização das comunicações no país.

O caso do presidente Lula, todo o processo judicial maculado por irregularidades, inconstitucionalidades, parcialidades e uso excepcional de procedimentos investigativos e de processualística explícita o caráter violento do exercício do direito, de como o direito pode ser um instrumento de violência simbólica, de violência psicológica e, inclusive, como no caso da condução coercitiva imotivada de que foi vítima e da prisão sem que tenham esgotado sua possibilidade de defesa, violência física. Um homem de setenta anos está confinado em uma sala de doze metros quadrados, sendo impedido sistematicamente de receber visitas, por uma juíza que não acha suficiente a violência da prisão, querendo condená-lo à solitária, não prevista em nosso ordenamento jurídico. A jornalista dos atos falhos, não tão falhos assim, profetisa o seu enlouquecimento, deixando claro a que ponto a pretensa observância do direito pode chegar a causar danos irreversíveis à saúde física e mental de um ser humano. É preciso que percamos a inocência e aprendamos que o direito sempre teve lado, o direito sempre esteve ao lado daqueles que lhe parecem direitos, ele sempre foi um instrumento de dominação, exploração e manutenção da ordem, por mais injusta que ela seja. Isso não exclui que as leis e o direito possam ser usados em benefício dos mais débeis, dos mais humildes e necessitados, dos injustiçados, dos explorados,

isso dependerá de quem lê e aplica as leis, de quem opera o direito. Daí porque a operação do direito, o exercício da judicatura seja um campo de lutas e disputas. O PT, no poder, mostrou-se completamente incapaz de fazer escolhas no campo do Judiciário que pudessem favorecer leituras menos violentas e discricionárias do direito e vem pagando um alto preço por isso. O respeito às regras corporativistas da corporação judiciária, a falta de critérios mais detidos para a indicação de magistrados para a Suprema Corte e de promotores para a direção do Ministério Público fizeram com que a passagem do PT pelo Executivo fosse incapaz de pelo menos arranhar a lógica familista, de privilégio, de casta, de corporação, de classe dos tribunais e instâncias superiores do Judiciário brasileiro.

Como disse em entrevista o jurista Pedro Serrano, Lula, um nordestino, mestiço, que vem da classe operária, considerado um iletrado, vem sendo julgado por juízes sulistas, que se consideram, portanto, brancos, homens de origem social privilegiada, letrados, que se julgam, portanto, superiores intelectual e moralmente em relação ao retirante-presidente. O fato de que tenha sido esse presidente o melhor presidente que o país já teve, o de maior sucesso nacional e internacionalmente, gera ódio, ressentimento, gera um mal-estar nas elites brasileiras representadas por esses juízes, que só conseguem julgar Lula com o fígado e não com a cabeça. Lula nunca teve chance de ter um julgamento justo, pois não é para beneficiar e contemplar gente como ele que o direito existe e as leis foram feitas, ao contrário, é contra gente como ele que o direito se exerce e as leis são lidas e executadas. O julgamento de Lula foi feito para ver se dessa vez ele reconhece o seu lugar na sociedade, se dessa vez ele aprende que poder e governo não é para gente da classe operária, para gente da igualha dele. Os almofadinhas que o julgaram tinham que deixar claro, para todo mundo, que exceções como ele devem e têm que ser punidas, para que não se repitam. Quanto mais violenta e discricionária for sua sentença e o cumprimento dela, mais servirá

de exemplos amedrontadores para outros que, como ele, queiram trilhar o seu caminho. É preciso que a ordem voltada para servir uma minoria, que não foi feita para atender interesses e vontades de pobres, trabalhadores, negros, excluídos de todo tipo, seja restaurada, mesmo que para isso seja preciso usar a lei e o direito para retirar seu direito de disputar, com grande chance de ser reeleito, as eleições de outubro.

Não se está defendendo aqui a ausência de leis ou de direito, eles são fundamentais para proteger os mais débeis e os menos afortunados. Leis e direitos foram conquistadas do mundo moderno, pelos quais não podemos deixar de lutar: os direitos sociais e trabalhistas, o direito das minorias, os direitos humanos. Mas temos que, até para isso, denunciar o caráter violento da lei e do direito, notadamente quando se volta contra os interesses das maiorias e dos menos afortunados na vida. Devemos usar a lei e o direito contra as próprias leis e o direito que buscam sustentar realidades e ordens sociais e políticas injustas e desiguais. Devemos lutar por mudanças na forma de se instituir as leis e, principalmente, na forma de sua aplicação, fiscalização e operação. Se devemos pensar em reformas no Poder Legislativo para torná-lo mais democrático, menos poroso ao domínio dos *lobbies* financeiros, empresariais e dos grupos dominantes social e politicamente, se devemos lutar por uma democratização dos meios de comunicação, responsáveis, inclusive, pela fiscalização das instâncias de produção e aplicação das leis, devemos lutar, urgentemente, em todo mundo, por uma mudança profunda nas instituições judiciárias e de segurança, que as tornem mais abertas ao controle social, a transparência de suas ações, que as submetam a órgãos de controle social e não a órgãos de controle internos e corporativos, por novas formas institucionais de ingresso, progressão e composição de suas diferentes instâncias. O Supremo Tribunal Federal, tal como é composto hoje, deve ser extinto e substituído por uma Corte Suprema de perfil profissional e mediante concursos por mérito. Assim como é urgente a

extinção das polícias militares e sua substituição por uma polícia civil, fruto de concursos e de formação adequada, que tenha todas as suas atividades autorizadas e acompanhadas pelo Judiciário e submetida ao controle de um órgão externo. A lei e o direito são campos de luta, são lugares abertos à negociação e à dissensão. Eles trazem consigo, de forma imanente, a violência, que buscam conter e disciplinar, que buscam evitar e proibir, pelo exercício de uma contraviolência, às vezes, e no caso do Brasil muitas vezes, com o uso explícito e sanguinário da violência. Por isso, devemos buscar formas de exercício do direito e da lei onde essa violência possa ser, ao mesmo tempo, explicitada e controlada, discutida e repelida em sua face sanguinária, discriminatória e exploradora.

Os patos e os fatos do golpe

Em 17 de abril de 2018, fez dois anos que, numa das sessões mais vergonhosas da Câmara dos Deputados, onde ouvimos até elogios a um torturador, foi autorizado o início do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. Há mais de dois anos que assistimos às passeatas dos patos, amarelinhos, coxinhas e assemelhados, a exigir nas ruas o impeachment da presidenta, devidamente convocados pela mídia monopolista, por organizações empresariais, partidos políticos de oposição e, inclusive, por organizações e siglas de origem ainda obscura, como ainda são obscuras as fontes de financiamento das megamanifestações que, só na Avenida Paulista, chegaram a mobilizar vinte e cinco carros de som e trios elétricos.

Passados dois anos, cremos ser chegada a hora de os patos serem confrontados com os fatos, serem colocados frente a frente com o que conseguiram fazer com o país, com os resultados do golpe na democracia, com o golpe contra as instituições.

Havia, naquelas manifestações, várias espécies de patos, mas duas se destacavam: os patos espertos ou espertalhões, que sabiam muito bem o que estavam defendendo ali: seus interesses privados, empresariais, seus interesses de classe, pouco se lixando, de fato, para o futuro do país, para seus destinos e de sua população. Para essa espécie de patos, simbolizado pelo pato amarelo da FIESP, a corrupção, o impeachment era apenas um pretexto, um biombo, atrás do qual escondiam suas verdadeiras intenções: o desmonte das políticas sociais, da legislação trabalhista, a apropriação do Estado pelos interesses privados nacionais e internacionais.

Mas havia uma grande maioria de uma outra espécie de patos: o pato analfabeto político, aos quais o senador Roberto Requião dedicou um discurso memorável. Essa é a pior das espécies de patos, pois se julga sábia, inteligente, esperta, mas é de um primarismo nas ideias, nos argumentos, que, quando confrontada, tende a partir para a ignorância apelando para os argumentos irrefutáveis do safanão, do xingamento, da chibata e da bala. Esses patos quase sempre vivem num mundo de ilusões reacionárias, numa realidade que só eles conseguem ver. Quando colocados diante do cenário devastador que seu reacionarismo desinformado produziu, são capazes de afirmar que toda a ruína social que causaram no país não passa de lamúrias da oposição, pois são, além de tudo, patos em que a sensibilidade social não se faz presente, são capazes de tomar como normal a desigualdade social, a fome e a miséria.

Mas vamos aos fatos, mesmo sabendo que para a maioria dos patos-analfabetos-políticos fatos pouco importem. Negar os fatos e substituí-los pelas mentiras paranoicas que inventam e fazem circular nas redes sociais é um de seus esportes preferidos. Eles podem continuar a atribuir ao PT e aos seus governos todos os fatos que vamos arrolar, afinal, quem entende de patos sabe que um traço comportamental dessa ave é realizar movimentos circulares em torno do mesmo lugar, em torno de si mesma, pato, muitas vezes, gira, gira e não sai do canto, adora fazer marola e se ver mergulhado em um círculo vicioso. Traços da psicologia dos patos, patéticos talvez. Para sermos didáticos (mania de professor), vamos colocar, lado a lado, os discursos e argumentos dos patos para irem às ruas, para apoiarem e promoverem o golpe, e o resultado que temos depois de dois anos.

Os patos ficaram indignados e foram às ruas principalmente em nome do combate à corrupção. O juiz Sérgio Moro tornou-se o ídolo dos bandos de patos ou da patacoada. Após anos de espetaculosas investigações, temos todos os principais ladrões, confessos e provados, nas ruas ou em casa, portando

tornozelas e desfrutando do patrimônio mal adquirido, embora os patos continuem acreditando e defendendo a Lava Jato, pois, afinal, para os patos espertalhões, ela conseguiu entregar a sua encomenda: serviu de pretexto para retirar o PT do poder e condenou e encarcerou o maior líder popular do país sem provas e sem conseguir mostrar o objeto do crime.

Os patos foram às ruas para retirar do poder um governo corrupto e incompetente. E colocaram no poder, talvez, a maior quadrilha que já nos governou. Enquanto nada se conseguiu provar, até agora, contra a presidenta deposta, o vice-golpista, guindado ao poder pelo golpe, já responde a vários processos por corrupção. Gravações de ministros aparecem dizendo que é preciso estancar a Lava Jato. Ministro é flagrado com malas de dinheiro em apartamento. Um assessor do presidente foi filmado transportando mala de dinheiro.

Os patos acusavam a presidenta de comprar apoios da base aliada, o que de resto nunca ficou provado. Mas o fantoche que foi colocado em seu lugar compra votos no Congresso, para escapar de ser processado por corrupção, às escancaras, à luz do dia, com deputados com uma prancheta a anotarem o voto de cada um, que antes foi recebido em palácio para as “tratativas de apoio”.

Enquanto os patos vociferavam contra o ex-presidente, que teria um triplex que está no nome de uma construtora e penhorado em um banco público e teria um sítio com barquinhos de lata, que têm donos devidamente registrados em cartório, o presidente do golpe, colocado lá pelos patos, tem uma fazendola no interior no nome de um testa de ferro e sua filha fez uma pequena reforma no apartamento do pai com dinheiro de propina. Mas o ex-presidente está preso, para delírio dos patos, e o presidente do golpe está solto e nos governando.

Os patos exibiam, envaidecidos, em seus carros, o adesivo com a máxima: “Eu não tenho culpa, eu votei no Aécio”, adesivos que a essa altura todos juram que nunca viram. Outro cabecilha dos patos, outro ídolo da patacoada, Aécio, o menino

mimado que perdeu as eleições e agiu como se tivera perdido o doce, com a irresponsabilidade política de um play boy, incendiou o país, patrocinou o golpe e hoje arde no próprio incêndio que iniciou. Apesar de todas as gravações que o incriminam, apesar de ter até ameaçado de morte uma de suas mulas de propina, ele segue nas ruas, embora, hoje, todos os patos finjam que não fizeram campanha para ele, nem o apresentaram como um símbolo de honestidade, honradez e competência. Aécio desapareceu das páginas do Facebook dos patos. Ingratos! Aquelas fotinhas de campanha são hoje uma vergonha a ser esquecida. Até o juiz Moro disse ter sido um erro ter aparecido numa foto, sorridente, ao lado de Aécio Neves, o candidato a presidente de sua preferência, membro do PSDB, partido fundado por seu pai, para quem trabalha Rosângela Moro, a sua esposa. Sérgio Moro, outro ingrato (ou ingato, muitas patinhas acham ele um pão). Provas da imparcialidade da justiça dos patos, patética mais uma vez.

Os patos foram às ruas denunciando um governo que estava acabando com o país, que era incompetente na gestão da economia, que não estava sabendo gerir a crise. Dois anos após a promessa de crescimento e recuperação econômica imediata, da prometida “retomada do crescimento”, trombeteada toda manhã pela rainha dos especialistas em economia da patolândia, o país apresenta um cenário econômico desolador: a abertura neoliberal da economia, a retirada dos investimentos estatais (da qual a PEC da limitação dos gastos públicos por vinte anos e o fim de programas estruturantes como o PAC são os maiores símbolos), a entrega de setores estratégicos da economia para o capital estrangeiro (petróleo, gás, eletricidade, mineração), a paralisação de todas as obras de construção civil (com o auxílio luxuoso da patolândia de Curitiba ao exterminar as principais construtoras do país) e das grandes obras estruturantes, o encolhimento da oferta de crédito, com a conseqüente crise do comércio e dos serviços, estão acelerando o processo de desindustrialização do país e a primarização da economia. O que foi apresentado como um

argumento para o golpe agora é silenciado. O apagão, tão prometido, finalmente aconteceu. Desde que assumiram, a dívida pública sobre o PIB triplicou, a arrecadação desabou, desabamento auxiliado pelos impostos perdoados aos empresários financiadores do golpe. Vivemos dois anos de recessão, o desemprego triplicou, milhões de pessoas retornaram para a miséria, estados e municípios faliram, o país se tornou um pária nas relações internacionais (todo chefe de Estado que vem à América do Sul ignora o Brasil e seu governo ilegítimo).

Nas Universidades, os patos de canudo e título de doutor, que deram pulinhos pelos corredores, comemorando o golpe, veem os recursos escassearem, as bolsas e programas de financiamento à pesquisa desaparecerem, a liberdade de cátedra ser atacada por grupos de direita, parlamentares e membros do Judiciário e do Ministério Público, pelos patos togados que querem se apossar do poder. No vazio de poder criado pelo golpe, na desmoralização das instituições, no desprestígio da política e dos políticos, os patos togados veem a possibilidade do assalto ao governo. Sem nenhum pudor grasnam suas sentenças nas mídias, palpitam sobre políticas públicas, reúnem-se, na calada da noite, com membros do governo ameaçados pela justiça para ditar-lhes suas soluções mirabolantes para o país. Saídos das universidades públicas, professores de universidades públicas defendem publicamente a privatização da educação superior, enquanto um ator pornô define nossas políticas educacionais. Os patos analfabetos políticos querem assim espalhar indefinidamente seu analfabetismo, tornando-o analfabetismo político de cátedra, ou escola “sem partido”. Qualquer coisa aparentada com o uso da razão e da crítica lhes cheira a “comunismo”, conceito que usam para nomear pessoas e situações que apenas provam que eles sequer sabem o verdadeiro significado desse conceito. Para um pato, qualquer crítica é patacoada lamurienta de comunista, petista, bolivariano, mortadela, que para eles, com sua visão aguçada, é tudo a mesma coisa.

Os patos foram às ruas se queixando dos serviços públicos, do preço dos combustíveis, da eficiência na gestão, até escolheram um deles para prefeito da maior cidade do país, por não ser “político”, ser “gestor”, embora o “gestor” não político após fazer uma patacoada de gestão na prefeitura, já esteja na segunda candidatura em menos de três anos. Os patos de linda plumagem rapidamente viraram patinhos feios: o governador santo atolado em corrupção; todas as principais lideranças dos tucanos (outra ave de famosa plumagem, a mais midiática de todas, a ave canora da mídia, embora mal grasne alguma ideia com sentido) flagrados em escândalos sem fim, ameaçados por paulos pretos (essa cor é um problema para essa gente) da vida; o comandante do golpe na cadeia; o juiz arauto do golpe transformado em defensor de corruptos e execrado pela mesma mídia que o deu audiência; impolutos senadores que fazem até chover dinheiro e que foram os porta-vozes do golpe respondendo a inúmeras denúncias, muitos ameaçados de prisão; os novos líderes que fizeram peregrinação a Brasília pelo golpe revelando em querelas internas que não passavam de aproveitadores e oportunistas em busca da fama de quinze minutos no Jornal Nacional, a Bíblia dos patos. A saúde se deteriora com a redução dos recursos por causa da PEC do Fim do Mundo, com a realização do sonho dos patos de roupa branca que era o fim do Programa Mais Médicos e a paralisação da expansão do ensino de medicina no país, tudo em nome da reserva de mercado e da defesa de privilégios de classe e de família. Interesse público e da população que se dane, que pobre morra, é a mensagem que vinha e vem das gloriosas faculdades de medicina, das instituições médicas, apoiadoras e entusiastas do Aécio, realmente um campeão da saúde e da sanidade.

Apesar da entrega do pré-sal às empresas estrangeiras, com o fim da destinação de seus royalties para educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação, apesar do fim da política de preferência nacional nas compras da Petrobras, o preço dos combustíveis não para de subir. Os patos que inventaram até um adesivo misógino

e machista para encher o tanque de seus carros e, ao mesmo tempo, sugerir o estupro da presidenta do país (e nada sofreram por isso, numa leniência com o crime - pois isso é crime -, típica dos governos do PT, que alimentou e engordou as cobras que terminaram por mordê-lo) hoje encham seus tanques calados quando a gasolina se aproxima dos R\$ 5,00. Não se veem as estradas ser interrompidas por locautes de caminhoneiros e empresas de carga (velha tecnologia de golpes de Estado empregada pela CIA), embora o óleo diesel não pare de subir e as condições de trabalho dos caminhoneiros só tenham piorado e se precarizado com a nova legislação trabalhista (o governo golpista acabou com a obrigatoriedade dos caminhoneiros pararem entre às 22 horas e às 4 da manhã, retornando a barbárie de motorista de caminhão drogado com estimulantes circulando pelas estradas).

Os amarelinhos dos correios, dos bancos públicos, das polícias federal e rodoviária, que foram crédulos apoiadores do golpe, levando para as manifestações ilegalmente as suas viaturas, hoje veem seus salários minguarem, as agências serem fechadas, o desemprego atingir uma grande parcela deles. Hoje, circulando como motoristas de Uber para sobreviverem, choram seu arrependimento ou exibem seu ressentimento prometendo, agora, solucionar tudo votando em Bolsonaro. Não é preciso dizer que esses patos não aprendem que não se devem levar o pathos, a paixão, a irracionalidade, o ódio, os maus bofes para a política: nesse aspecto, eles são péssimos conselheiros. Achar que alguém capaz apenas de frases de efeito, de tiradas grotescas e grosseiras, que alguém incapaz de ter uma ideia sobre economia, saúde, cuja saída para segurança é distribuir armas e para a educação instalar um militar no MEC, possa ser a solução de algo, é levar sua condição de pato à enésima potência, é uma patacoada de mau gosto.

Mas nem todos os patos foram pegos de surpresa pelas políticas de descontinuação (eufemismo usado pelo erudito presidente para nomear a paralisação e fechamento de inúmeros programas que beneficiavam a população mais carente) do

governo nascido do golpe: os patos espertalhões estão conseguindo boa parte daquilo que esperavam, embora a incompetência do governo que colocaram no poder é tão grande que nem a eles consegue agradar completamente. Senão vejamos. Os lobos disfarçados de patos conseguiram destruir as conquistas legais que os trabalhadores haviam conquistado na última década e, não satisfeitos, conseguiram que as conquistas de mais de sessenta anos fossem devastadas: fim da política de valorização do salário mínimo, ataque ao financiamento dos sindicatos, destruição da legislação trabalhista, precarização do trabalho, fim de garantias quando do desemprego, possibilidade da existência do trabalhador intermitente, exposição da trabalhadora grávida a condições de trabalho insalubre, extensão da tercerização para as atividades-meio, ameaça à existência da própria justiça do trabalho. O país recua em dois anos o que se levou décadas para se construir em termos de direitos e garantias para o trabalhador. Sob a penugem dos patos vemos surgir a casaca do patrão, do patrão à brasileira, aquele que não quer pagar impostos e nem salários, que quer lucros exorbitantes e socorro do Estado – que sempre amaldiçoa –, sempre que estiver em dificuldades. Existem patos desse tipo até como candidato à presidência da República, cantando até musiquinha falando do painho patinho.

Os patos donos de empresas privadas de educação, que fizeram do MEC o seu poleiro, investem numa “reforma” do ensino médio que o torna uma excelente mercadoria, sem que nela esteja nenhuma preocupação genuína com a melhoria da qualidade do ensino oferecido. Retiram disciplinas que garantem uma educação crítica e humanizadora, para apostarem num ensino de tecnologias e tecnicidades, visando à produção do homem maquínico e não do homem pensante. O ódio à inteligência grassa e torna energúmenos símbolos de sabedoria, mestres que só dizem patacoadas. O ódio e a ignorância sobem à tribuna de um Congresso que deseja bandido morto, a criminalização dos movimentos sociais e a lei da bala e do chicote para os que pensam diferente.

A ignorância pomposa se manifesta num presidente que em convescote empresarial (uma reunião de grão-patos golpistas e entreguistas) pontifica a grande descoberta que a segunda-feira é o primeiro dia da semana (imagine se essa sandice fosse dita pelo odiado presidente analfabeto ou pela anta da presidente vítima do golpe?). A inteligência se retira, envergonhada, a cada sessão de uma Corte que existe para defender a Constituição e a conspurca a cada vez que se reúne, com argumentos tão palavrosos e contraditórios que o Kant, crente da razão pura, se mataria, quando não se tem quase que se convocar a polícia de costumes dado o palavrório que esquece o latim e passa quase ao baixo calão. E não falemos da argumentação presente nos votos dos juízes justiceiros da república da patolândia e na peroração dos especialistas, todos os dias, convocados a dizer que o golpe não foi golpe na mídia nativa e na Globo News, aquela que torna patacoada informação e análise, sempre entre aspas. Parece que não estão conseguindo: aqueles que eles achavam que eram os verdadeiros patos, em pesquisa recente, majoritariamente, disseram que o golpe é golpe, os patos queiram ou não o chamar assim. Contra fatos não há argumentos, a não ser, claro, para os patos.

Cristãos fascistas, como entender?

Um dos aspectos mais intrigantes e esdrúxulos do momento da sociedade brasileira é a adesão de setores religiosos, que se proclamam cristãos, à candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Ainda recentemente, cerca de cem pastores se reuniram em Brasília e se definiram pelo apoio à candidatura do capitão. Havendo outros candidatos conservadores na disputa, inclusive que se dizem cristãos evangélicos, como Marina Silva, esses pastores resolveram orientar seus fiéis a votarem na candidatura mais extremista e que parece bastante distante dos valores pregados por Cristo. Enquanto Cristo pregou o amor ao próximo, amar o outro como a si mesmo, o capitão e seus seguidores tudo o que fazem é pregar o ódio, a intolerância, o desrespeito ao outro que pensa ou vive de modo diferente daqueles que julgam ser o correto. Enquanto Cristo abominou tanto a violência, a ponto de aconselhar que alguém uma vez agredido na face, deveria oferecer a outra a seu algoz, o candidato que se diz cristão incentiva a violência, a agressão, sugere que se deve matar seus adversários, tendo espalhado tanta raiva que ela acabou se voltando contra si. Afinal Cristo também disse que colhemos aqui na terra o que plantamos.

Enquanto Cristo defendeu do apedrejamento a prostituta, desafiando que aquele que não tivesse pecado atirasse a primeira pedra, os cristãos bolsonaristas adoram atirar pedra sobre aqueles que vivem estilos de vida e têm comportamentos com os quais não concordam. O capitão é uma figura misógina e machista que trata as mulheres com desprezo, naturalizando a pretensa inferioridade delas. Diversas vezes fez apologia do estupro, e considerou

uma derrapada ou uma fraqueza ter posto no mundo uma filha. Enquanto Cristo, ainda na cruz, perdoou o ladrão que estava a seu lado, o candidato da direita defende simplesmente a eliminação física, o assassinato de bandidos e malfeitores, o uso da violência, das armas e da matança para se resolver problemas sociais complexos. Enquanto Cristo pregou o perdão e a solidariedade, o capitão prega a vingança e a intolerância. Enquanto Cristo expulsou os vendilhões do templo, Bolsonaro, embora, em adesivos, seja considerado o último patriota, é o candidato do mercado, porque tem um assessor para economia, Paulo Guedes, que se rege pela cartilha neoliberal e está disposto a vender o país para os interesses internacionais. Enquanto Cristo foi socorrido e teve sua sede aplacada por uma samaritana, uma mulher palestina que, já naquele tempo, era considerada pertencente a uma raça inferior aos judeus, o candidato de parcela dos militantes cristãos é explicitamente racista (embora os ministros do Supremo Tribunal Federal, possivelmente seus eleitores, não conseguiram ver racismo no capitão ter dito em alto e bom som que os moradores de quilombo nem para procriar prestavam), define os índios como vagabundos e como um entrave para o desenvolvimento do país, faz piadas de péssimo gosto com os grupos étnicos minoritários. Enquanto Cristo beijou leprosos e acolheu pessoas com toda sorte de enfermidades, que atendeu todos aqueles considerados párias da sociedade, o capitão faz da diferença um estigma, açulando os preconceitos sociais mais básicos contra os mais vulneráveis, açulando o ódio e a intolerância em relação a gays, lésbicas, travestis, transexuais, restituindo a ideia ultrapassada de que sejam doenças. Inúmeras vezes disse preferir que um filho nascesse morto a ser homossexual. A sua crueldade contra os mais vulneráveis é profundamente anticristã.

O mais chocante, no entanto, é ver pessoas que se dizem seguidoras e fiéis de um homem que foi vítima de tortura, que foi seviciado pelos seus inimigos e levado à morte infamante numa cruz, se colocarem ao lado de um defensor da tortura, terem como

candidato a vice-presidente um general que defende publicamente o assassinato de pessoas. Não sabemos qual a maior barbárie, se é daquele que defende tais ideias, ou se é daquele que segue e vota em uma pessoa como essa. Se é inegável que o pensamento cristão foi fundamental para o desenvolvimento do que chamamos de civilização ocidental, isso se deve pelo caráter humanista e generoso de muitas de suas formulações, independente do que os homens tenham feito ou façam com elas. Como seguidores de Cristo, um homem que foi flagelado a chicote, que teve sua fronte varada por espinhos de uma pretensa coroa, que teve que arrastar a pesada cruz de madeira onde iria ser morto por um longo trajeto em subida, que caiu algumas vezes, ferindo os joelhos, que teve pregos cravados nas mãos e nos pés, que padeceu fome e sede, que ao pedir água recebeu uma esponja embebida em vinagre, que teve seu flanco perpassado por uma lança e, mesmo assim, perdoou a todos, se colocam ao lado de um político que publicamente, num dos momentos mais tristes para a democracia brasileira, ofereceu o seu voto ao torturador da presidenta da República, num gesto abjeto, em que se reuniu machismo, misoginia e crueldade sádica.

Recebi em meu celular um print de uma conversa no Facebook em que uma mulher – o que causa mais espanto –, dizia que Bolsonaro iria dar vida e educação a seus filhos, quando ele nem sequer educação pessoal tem, que dirá dar educação a alguém. Seus comportamentos e falas deseducam, são uma ameaça para nossas futuras gerações. Como alguém que só prega a violência e a morte pode dar vida a alguém? Cristo veio ao mundo para dar nova vida e foi morto pelas elites judaicas, pelos fariseus, os privilegiados da época, porque viram nele uma ameaça à ordem, um transgressor, um perigo para seus privilégios. Sua mensagem, pregando que os ricos teriam enorme dificuldade em entrar no reino da glória, desagradou as elites econômicas, políticas e religiosas de seu tempo. Se existisse o termo, possivelmente ele teria sido considerado um comunista. No entanto, as ditas lideranças cristãs de hoje estão pouco dispostas a fazer o que Cristo

aconselhou ao jovem rico que lhe procurou perguntando o que fazer para se salvar, ou seja, vender tudo o que tivesse e se juntar a Ele. Ao contrário, muitos dos que usam o seu nome, muitos dos que se juntam a Ele hoje é para enriquecer às suas custas, é para acumular fortunas em seu nome, construindo templos nababescos para alguém que passou sua vida a pregar em desertos, praias e montanhas, que dormiu ao relento com seus apóstolos e que, no Sermão da Montanha, ensinou a viver uma vida simples. Muitos desses que se dizem cristãos e apoiam Bolsonaro, como ele próprio, levam uma vida muito distinta daquela ensinada por Cristo. Enquanto ele amou os pobres, esses que bem poderiam ser nomeados de sepulcros caiados - nome que deu aos hipócritas que também pululavam em seu tempo -, se aproveitam das carências e da ingenuidade dos mais pobres, oferecendo milagres e graças em troca do pouco que possuem.

Cristo escolheu seus apóstolos entre os homens mais simples de seu tempo, entre os trabalhadores. Ele confiou seu legado e sua mensagem a um pescador. Enquanto hoje, aqueles que se reúnem em torno da candidatura de Bolsonaro o fazem para evitar que possamos ter um governo que volte a cuidar minimamente dos mais pobres, que reconheça os direitos dos trabalhadores, surrupiados pelo governo dos golpistas. Há no apoio a Bolsonaro uma clara recusa a um retorno a um governo preocupado mais com o trabalho do que com o capital, com o lucro, com a banca. Aquele candidato que pretensamente defende as famílias, porque se deixa levar por preconceitos moralistas em relação aos avanços civilizacionais realizados nas relações de gênero e nas próprias relações familiares, promete continuar realizando uma política econômica e desmontando as políticas sociais sem as quais não é possível sequer a existência de vida familiar. Políticas que jogam milhões de lares na miséria, no desespero, na falta de esperança, na violência, na criminalidade, podem ser tudo, menos favoráveis às famílias.

Mas, alguns elementos podem ser arrolados para que compreendamos de onde advém essa adesão de uma parcela expressiva dos cristãos e, mais particularmente, dos evangélicos à candidatura de Bolsonaro. Além do fato de que o candidato, hipocritamente, tenha ido se banhar no rio Jordão, batizar-se e dizer-se evangélico -embora tudo que fale e muito do que faz seja uma negação do cristianismo -, ele atende a certos traços que, ao longo do tempo, marcaram a produção de corpos e mentes entre os evangélicos que, durante muito tempo, constituíram-se numa minoria religiosa, muitas vezes perseguida e estigmatizada no Brasil. A maioria das comunidades evangélicas surgiu a partir da atuação de missionários estrangeiros, que possuíam formas culturais diferentes e se recusavam a se integrarem à cultura brasileira, majoritariamente católica, considerada depravada e imoral, quando não diabólica. As comunidades evangélicas cresceram enfatizando suas diferenças em relação à sociedade inclusiva. O rigor das regras morais e de comportamento impostas visavam diferenciar essas comunidades dos católicos e, notadamente, dos seguidores de religiões de matriz africana, contra as quais se tinha o maior preconceito. Esse isolamento e essa ênfase na diferença na construção da identidade evangélica fizeram surgir entre os evangélicos uma ideia de pureza e superioridade em relação aos demais. Os convertidos a alguma religião evangélica costumavam e costumam dizer que abandonaram o mundo, que se retiraram da vida mundana, passando a viver, pretensamente, uma vida sacralizada fruto da graça e da bênção. Essa pretensa aristocracia moral é um passo para a intolerância em relação a quem leva uma vida diferente ou tem valores e comportamentos distintos. O fechamento das comunidades evangélicas, agravado pelo preconceito que sofriam por parte dos católicos, tornava-se e se torna um caldo de cultura para o desenvolvimento de uma subjetividade de grupelho, um investimento coletivo de desejo reativo a sociedade inclusiva e a quem a representa.

Diante da crescente fragilização dos vínculos sociais trazidos pela velocidade das mudanças em amplos aspectos da existência, diante da fragilização dos vínculos domésticos trazidos pela sociedade do capital, diante da destruição dos laços comunitários, com o crescimento da solidão e do isolamento, as denominações evangélicas, por não serem, em sua maioria, igrejas de massa como a Igreja Católica, podiam e podem oferecer um simulacro de vida comunitária e até de vida familiar alternativa. Pessoas sozinhas e perdidas encontram nas igrejas seus novos irmãos, constituindo subjetividades coletivas de fusão, marcadas por laços muito mais afetivos, passionais, do que racionais. Os outros, os diferentes, o mundo lá fora, se tornam aqueles que devem ser convertidos nesse dentro comunitário, do qual não se considera mais possível sair ou viver sem ele. As comunidades evangélicas rapidamente se tornaram lugares em que um rebanho se forma em torno de um pastor que se intromete e dirige todos os momentos da vida do fiel. Isso foi um passo na direção de tornar as igrejas currais eleitorais dos pastores, com irmão votando em irmão, inclusive com o uso de recursos arrecadados entre os fiéis para financiar campanhas. Uma instituição disciplinar e totalitária na qual só há obediência ou exclusão, expulsão. A busca pela padronização das condutas, a vigilância constante de uns sobre os outros, o medo do pecado, do demônio, das coisas do tihoso, fazem muitas pessoas se tornarem fóbicas sociais, com dificuldade de conviverem com o estranho, com o distinto, isso é um passo para o ataque e agressão àquele que parece ameaçar de contaminação a pureza duramente conquistada, a custas de muitas asceses e sacrifício de seus desejos. Os maiores inimigos se tornam aqueles que não se proíbem, que desfrutam de prazeres e alegrias que pretensamente comprometem uma vida verdadeiramente cristã. Esquecendo que Cristo fez questão de marcar a diferença de seu ministério ao iniciá-lo numa festa e realizando como primeiro milagre a transformação de água em vinho. Como muitos ao se tornarem evangélicos transformam a água de sua vida em vinagre, só têm amargor e fel para distribuir

para todos. Só pessoas muito infelizes e amargas podem pensar que um admirador de torturadores, um despreparado emocional e intelectualmente pode vir a ser alguém que trará vida para a nação.

Muitos evangélicos e cristãos se acham no direito de atirar pedra em quem não pensa como eles, como aconteceu com uma menina no Rio de Janeiro, apedrejada por evangélicos ao sair de um terreiro de candomblé. O calvinismo, uma das doutrinas que deu origem ao puritanismo, pregava a existência de pessoas predestinadas à salvação pelo próprio Senhor. Muitos entre os evangélicos se tornam pessoas pretensamente puras, predestinadas, uma espécie de casta privilegiada pelo divino, que se julgam no direito de discriminar, quando não de perseguir como sendo gente diabólica, os crentes de outras religiões, os homossexuais, as travestis, os/as transexuais, as feministas, os comunistas, etc. Essas subjetividades autoritárias e intolerantes se encontram e se veem no sujeito intolerante e autoritário que é Bolsonaro. Não há demonstração maior de autoritarismo do que o militante evangélico a querer converter a todos em qualquer lugar e hora, impondo sua fala a quem não o quer ouvir, impondo sua música a que não quer escutar, achando-se no direito de ocupar o espaço do outro sem sequer pedir licença. Eles se pretendem possuidores de uma única Verdade, a verdade que leem, muitas vezes, de forma equivocada e precária em partes da Bíblia, um livro que é uma reunião de textos de épocas, tradições e autores diferentes, cheio de contradições, do qual se escolhe a passagem que se quer e que permite embasar a atitude preconceituosa e intolerante daquele que se diz portador da Verdade. O capitão, até na forma de falar, também parece possuir a Verdade, ele é o dono da verdade, até porque foi o próprio Deus que a revelou. Muitas vezes, ficamos perplexos vendo dois cristãos conversando e relatando as vontades de Deus, de forma a pensarmos que devem ter tido uma conversa íntima com Ele. Não há possibilidade de vida democrática e republicana sem o debate e confronto de ideias e, para isso, é preciso que a verdade seja algo que não pertença a ninguém, mas que se construa

nas discussões. Aquele que se julga com a Verdade, também se julga no direito de julgar o outro, desqualificar suas ideias e suas falas. Daí porque Bolsonaro e seus seguidores serem uma ameaça à democracia e à república. O fascismo se alimenta desses desejos de pureza, de superioridade, de distinção, de segregação, de conversão do outro, se necessário à força, de eliminação do outro, de verdade absoluta. Podemos entender por que setores ditos cristão tenham aderido ao fascismo, isso já ocorreu no passado, tanto na Itália quanto na Alemanha. Essa busca por um governo de escolhidos, de semelhantes, de irmãos na fé e na crença, moralmente superiores e puros, um governo que garanta a ordem, a segurança das famílias é um passo para a adesão ao fascismo que, como podemos ver na atual campanha, com a peixeirada que vitimou o próprio candidato da intolerância, é um passo também para um regime de força, para um regime antidemocrático e assassino.

O ataque à ciência

Há um traço marcante entre as elites brasileiras: o seu pouco apreço pela ciência, o seu pouco respeito pela inteligência. Herdamos da colonização portuguesa, que nesse aspecto foi a mais obscurantista de todas as colonizações, essa desconfiança em relação ao pensamento, essa prevenção contra as descobertas científicas. Embora tenham se servido do conhecimento científico mais avançado para o tempo, trazido até a Península Ibérica pelos árabes e pelos judeus, que aí permaneceram por sete séculos, para realizarem as viagens marítimas que, ainda hoje, é o orgulho nacional e base de seu discurso de identidade, os portugueses, tolhidos por um domínio sufocante de uma Igreja reacionária e uma nobreza, muitas vezes, iletrada, impuseram às suas colônias um regime marcado pela exploração econômica, pelo monopólio do comércio e pela tentativa de submeter todas as almas ao pensamento cristão e católico que, na época, via com maus olhos os avanços científicos que viessem atingir de morte qualquer um de seus preceitos ou dogmas. Não é preciso dizer que em todos esses aspectos houve casos excepcionais: membros da Igreja que não só se interessaram pelas descobertas científicas, mas que para elas concorreram, membros da nobreza letrados e interessados pelas formas mais avançadas de pensamento, iniciativas portuguesas no sentido de promoverem a ciência e o pensamento em seu próprio país, sem que elas significassem uma mudança de direção na condução da política colonial.

As nossas elites formadas em meio a uma sociedade escravista, senhorial e marcada pelo predomínio do pensamento religioso parecem ter herdado essa desconfiança em relação ao

pensamento, à inteligência, às descobertas científicas. Grande parte das instituições culturais que foram criadas, ao longo de nossa história, por nossas elites econômicas, políticas e culturais se caracterizaram pelo cultivo de uma cultura beletrista, retórica, ornamental, louvaminheira, da qual a retórica parlamentar e jurídica são os maiores exemplos. Mesmo o jornalismo, quando surgiu no país, nos princípios do século XIX, será marcado por uma retórica que vai das hipérboles do elogio ao inflamado vitupério e pomposas diatribes difamatórias ou caluniadoras, embora nele tenham militado, também, os melhores de nossas letras, aqueles que conseguiram constituir belas páginas de pensamento crítico e de análise da realidade do país. A situação lamentável em que vive o jornalismo brasileiro, nesse momento, está longe de figurar o que ele já foi e significou em termos de qualidade crítica, informativa e estética. Não se pode negar, no entanto, que se formos observar a produção letrada saída de nossas principais instituições culturais, notadamente daquelas que antecederam o surgimento da universidade entre nós, muito do que se produziu é marcado pela ausência de uma genuína atividade de pesquisa e de conhecimento, pela reprodução eclética e mal digerida de leituras feitas, assistematicamente, pelo predomínio da opinião, do achismo, quando não da pusilanimidade, dos maus bofes e das más intenções. No país, costuma-se escrever mais para desabonar ou denegrir o outro, para atacar a pessoa com quem não se concorda, do que para entender e discutir as ideias que professam. Mesmo na Universidade, esse é um traço recorrente da nossa pretensa crítica, ela se faz mais pela tentativa de desqualificar o oponente e, com ele, suas ideias, do que oferecer contra-argumentos racionais e embasados em pesquisa para aquilo de que se discorda. Isso denota a presença do personalismo, da lógica da pessoa e não do indivíduo, da persona pública, em nossa cultura, inclusive universitária. Quase sempre nos sentamos para discutir sobre pessoas e não suas ideias, suas maneiras de pensarem. Daí porque nossa vida política, nossas eleições sejam uma discussão

sobre pessoas e não sobre programas e propostas de governo. Aqui os programas são feitos de encomenda só para serem entregues à Justiça Eleitoral e são abandonados no outro dia do encerramento das campanhas.

A criação muito tardia da Universidade, mostra o descaso, o desprezo, quando não a hostilidade que nossas elites devotam ao pensamento científico. Uma elite carola e embrutecida por séculos de escravidão, uma elite que tem como principal valor a propriedade, o dinheiro, a fortuna, devota um régio desprezo pela educação e pelas coisas do espírito. Filhos de famílias de proprietários de terra, que por gerações se interligaram a partir do interesse em manterem as posses que tinham e a posição de poder que ocupavam, pudemos presenciar inúmeras declarações de desprezo pelos homens e mulheres de letras, pela atividade intelectual e mesmo um total desconhecimento ou incompreensão do que fazia um cientista, um ser tão distante que parecia um extraterrestre. O homem de letras era, inclusive, suspeito de pouca virilidade ou de pouca saúde. Em minha família havia quem acreditasse piamente que estudar levava à loucura ou à doença. Há muitos casos de homens de letras, no país, que corroboram essa forma de ver, já que somente aqueles que não podiam ser como seus pais e avôs, somente aqueles que, por motivo de saúde ou por motivo de qualquer debilidade, não podiam tocar os negócios ou a fazenda deixada pelo pai como herança, enveredavam pelo mundo das letras, muito mais atraente do que o próprio mundo da ciência, um mundo muito distante e desconhecido. Meu pai sempre sonhou que os filhos ficassem na fazenda e continuassem sua atividade de pecuarista. Semianalfabeto, nunca valorizou a educação ou considerou a possibilidade de ter um filho cientista. Se não fosse pelos esforços da minha mãe, que me ensinou as primeiras letras e fez de tudo para que eu estudasse, possivelmente eu estivesse, hoje, como muitos de meus primos, entregue a atividades rurais pouco lucrativas e embrutecedoras do corpo e do espírito. Meu avô, entre os doze filhos que teve, escolheu apenas

um deles, o mais velho, para ser educado, para ser médico, e uma das filhas, a mais velha, que foi destinada a ser freira, também tendo acesso à educação. Os demais ou se quedaram analfabetos ou estudaram bem mais tarde, custeando os estudos com seu próprio trabalho, depois que ele faleceu. Meu bisavô, um coronel que possuía terras que não conseguia percorrer à cavalo em menos de uma semana, destinou todos os seus filhos ao analfabetismo. Para essa gente, cientista era algo como um habitante de Marte.

Não é preciso falar do desapareço completo da elite empresarial brasileira pela ciência. Surgida dessas elites rurais, nossas elites comerciais e industriais, uma boa parte dela marcada também pela falta de letramento, nunca se interessou pelo financiamento ou desenvolvimento da ciência no país. Mesmo as empresas multinacionais, que em seus países financiam a pesquisa científica, mantêm laboratórios onde desenvolvem seus produtos, vêm para o país apenas explorar a sua mão de obra e o seu mercado consumidor, não tendo interesse em fomentar aqui o desenvolvimento tecnológico, já que é no pagamento de royalties pelos pacotes tecnológicos que importam, que se constitui um dos principais lucros da matriz. Enquanto, nos EUA, vemos empresários muito ricos criarem fundações para financiar o desenvolvimento científico, tecnológico e as atividades artísticas e literárias, aqui somente o fazem em troca de isenção fiscal, do não pagamento de impostos, esporte preferido de nossos empresários. Nos EUA, os milionários retribuem a educação recebida nas universidades com a construção de prédios, com a doação e montagem de laboratórios, com a doação de livros para as bibliotecas, com o financiamento de projetos de pesquisa e de inovação. Aqui, nossos empresários querem receber gratuitamente os conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nas universidades públicas (já que as universidades privadas, mantendo a tradição de nosso empresariado, não investem em pesquisa), que são periodicamente atacadas por serem caras e ineficientes. Beneficiários das pesquisas realizadas pelas instituições públicas,

o empresariado brasileiro vê com desconfiança as universidades, não querem financiá-las, consideram seu financiamento, como de resto da educação, como despesa e não como investimento, vivem defendendo sua privatização. A privatização das universidades significaria submetê-las à lógica imediatista, pragmática e utilitarista de nossos empresários e, por consequência, levaria ao fim da pesquisa científica entre nós, tornando o país cada vez mais dependente da importação de tecnologia, tornando-o, portanto, mais dependente e menos soberano.

É exemplar o caso da EMBRAPA. Instituição pública de pesquisa responsável pelo desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos na área da produção agrícola e da produção animal que levou o agronegócio brasileiro a se tornar um dos mais produtivos e eficientes do mundo. Se somos hoje um dos maiores produtores de alimentos do planeta, se nossa agricultura e nossa pecuária comercial batem recordes sucessivos de produção, mais pelo aumento de produtividade do que pelo aumento das áreas de terras ocupadas, isso se deve ao trabalho dos técnicos e cientistas da EMBRAPA. No entanto, o empresariado rural brasileiro, que é beneficiário dos pacotes tecnológicos desenvolvidos por essa instituição de pesquisa brasileira, não demonstra o menor apreço por ela. Nunca vimos a bancada ruralista defendendo a preservação ou aumento do orçamento anual para a EMBRAPA. Nunca vimos os ruralistas defendendo a contratação de uma maior quantidade de funcionários e pesquisadores para essa instituição, que tanto os beneficia. A hostilidade tacanha ao Estado, a tudo que é público, a tudo que é do governo, o sonho de não se pagar impostos, de não se sustentar intelectuais e cientistas (que entre os mais obscuros ruralistas são chamados de vagabundos) levam a falta de amparo e apoio parlamentar a uma instituição que, nos últimos dez anos, se tornou uma instituição de pesquisa com presença internacional, levando para os países africanos sua expertise no campo da agricultura em países tropicais. Hoje, no governo golpista, apoiado pelos ruralistas, as pesquisas na EMBRAPA estão

paralisadas por falta de recursos, por falta de material, pela não reposição ou conserto de equipamentos, pela não contratação de pessoal.

Essa hostilidade à ciência, à inteligência, ao pensamento volta a se explicitar no governo que, surgido do golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, bem representa o que são as nossas elites dirigentes. Logo ao assumir o governo, Michel Temer fundiu o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, deixando clara a prioridade que daria a esse campo e qual era seu entendimento e de seu governo sobre o que seria ciência e tecnologia. Os recursos do novo Ministério passaram a ser consumidos muito mais pela área da Comunicação do que pela área de Ciência e Tecnologia, já que um governo crescentemente impopular precisava investir em comunicação, além de que os golpistas precisavam retribuir o apoio que o golpe obteve das principais empresas de comunicação do país. A redução drástica e progressiva dos recursos para ciência, tecnologia e inovação foi acompanhada de um verdadeiro derrame de dinheiro para as empresas de mídia que, em pouco tempo, tiveram um aumento de repasses do governo federal na ordem de mais de 100%, em alguns casos. A Rede Globo, a principal porta-voz e promotora do golpe, viu seus cofres se encherem novamente com as benesses do Estado (do qual fala mal um dia sim e outro também), ao mesmo tempo em que se promovia o desmonte da Empresa Brasileira de Comunicação, da pálida iniciativa de uma TV pública, iniciada no governo Lula.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), responsável pelo financiamento de grande parte de pesquisa no Brasil, viu seu orçamento despencar em quase oitenta por cento. Desestimulado com o desmonte das políticas no campo da Ciência e Tecnologia e ameaçado por uma reforma da previdência, cerca de metade do quadro técnico da instituição entrou com o pedido de aposentadoria. Andar pelas salas do CNPq hoje é ter um retrato do descaso com que a ciência

vem sendo tratada. Nunca se viu tanta mesa vazia, tanto computador parado (computadores, que datam do ano de 2008, nunca mais foram renovados). O setor de prestação de contas, por falta de pessoal, analisa, agora, relatórios enviados há três anos atrás. A maioria dos julgamentos de programas e projetos são feitos, agora, via Skype, já que não existem mais recursos para pagar as passagens e hospedagem dos membros dos Comitês Assessores. O Edital Universal, aquele que oferecia a maior quantidade de recursos para financiar as atividades de pesquisa, em todas as áreas do conhecimento, não é lançado há dois anos. Nesse ano de 2018, ainda se está pagando os contratos assinados em 2016. Esse edital trazia atrelado a ele a oferta de bolsas de iniciação científica e de apoio técnico que, à medida que o Edital não foi mais lançado, deixaram de ser ofertadas, significando que milhares de alunos pesquisadores ficaram sem receber bolsas. Comprometer a iniciação científica é comprometer o próprio futuro da pesquisa no país (aliás, comprometer o futuro do país, condená-lo à condição de uma colônia das potências centrais do capitalismo parece ser o único projeto que podemos vislumbrar nas medidas tomadas pelo governo nascido do golpe). Há dois anos, foi preciso que as instituições de pesquisa de todo o país e os Comitês Assessores das áreas de conhecimento reagissem à tentativa de um corte linear de 5% no número de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (modalidade de bolsa paga aos pesquisadores de maior destaque em cada área, que tem um valor irrisório e que teve seu valor reajustado pela última vez no governo Lula). Há dois anos, que o número de projetos de pesquisa financiados, que o financiamento para a realização e participação de brasileiros em eventos nacionais e internacionais só faz se reduzir. É desalentador para os Comitês Assessores verem a disparidade entre a demanda qualificada e aquela que é efetivamente atendida. O CNPQ tem atuado visando à atração da iniciativa privada para o financiamento da pesquisa científica no país, tendo a ilusão de que ela substituirá os escassos recursos públicos. Isso não ocorrerá, pois as nossas

empresas nunca valorizaram a educação, a pesquisa científica, a cultura de uma maneira geral (nela, investem apenas para auferir isenções fiscais e, num momento, em que o Estado foi levado, pela política de terra arrasada dos golpistas com suas pautas-bombas no Congresso e pelos erros de política econômica do segundo governo Dilma, que tentou assumir a pauta neoliberal que havia derrotado nas urnas, na ilusão de que assim retiraria o apoio do empresariado ao golpe, a uma difícil situação fiscal, essas isenções só irão agravar a situação).

O Ministério da Saúde do governo golpista abandonou a política de compras governamentais como incentivo ao desenvolvimento da pesquisa médica e da pesquisa no campo da saúde no país e passou a importar medicamentos e até vacinas, que podiam ser aqui produzidas, atendendo assim o lobby da indústria farmacêutica multinacional. Os laboratórios públicos, como a Fiocruz, tiveram uma redução brutal em investimentos e de demanda por seus produtos. O laboratório para processar produtos derivados do sangue, que estava sendo construído em Pernambuco, é hoje uma obra inacabada e coberta pelo matagal. A Fundação Joaquim Nabuco foi entregue pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, candidato a governador de Pernambuco, a um correligionário que paralisou a instituição com a perseguição e demissão de funcionários não alinhados com a sua gestão autoritária. As pesquisas para a construção do submarino nuclear brasileiro foram atacadas, com a ajuda luxuosa do juiz Moro, ao ser preso o seu mentor e coordenador. A base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, local de desenvolvimento de tecnologia aeroespacial, entregue aos interesses americanos, após se romper a parceria tecnológica e científica com a Ucrânia. A Embraer, importante conquista da ciência e da tecnologia brasileiras, sendo privatizada, assim como toda a expertise que os cientistas e técnicos da Petrobras desenvolveram em torno da exploração de petróleo em águas profundas está sendo entregue junto com o pré-sal a empresas estrangeiras. Os laboratórios da Petrobras,

assim como o setor de informática e computação dos correios, que contratavam os melhores alunos de nossas universidades, para desenvolverem tecnologia e inovação, paralisados e sucateados.

No estado do Rio Grande do Norte, o ataque do governo Robson Faria a Fundação de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) é um exemplo do total desprezo e descaso com a ciência, com o conhecimento entre nossas elites. Usar uma instituição de financiamento à pesquisa como um mero cabide de emprego com interesses eleitorais, bem demonstra qual é a mentalidade, a visão de mundo, a forma de pensar desses representantes das elites políticas tradicionais. Já no governo Rosalba Ciarline, outro primor da visão tacaña de nossas elites quando se trata de cultura e ciência, a FAPERN havia sido abandonada. Sucessivos convênios assinados com as instituições financiadoras de pesquisa, como o CNPQ, que traziam um expressivo volume de recursos para o Estado, que revertiam em compras no comércio e no pagamento de impostos, na criação de empregos, não foram honrados pelo Estado. O Estado assinava convênios em que prometia dar uma contrapartida financeira caso dados projetos de pesquisa, dados editais recebessem recursos federais e não os honrassem. Os convênios eram prorrogados, ano após ano, a partir da promessa de que, no exercício seguinte, o Estado pagaria sua parte e isso nunca ocorria. Editais que traziam para o Estado quantias na ordem dos milhões, que exigiam que o Estado entrasse com alguns milhares de reais como complementação, tinham os convênios e contratos assinados descumpridos. Os sucessivos diretores da FAPERN tinham que dedicar seu dia a dia a tentar convencer o setor financeiro do Estado de que era interessante o cumprimento dos compromissos e a circulação de recursos que o setor trazia, mas a maioria desistia. A FAPERN, já no final do governo Rosalba, pelo descumprimento constante dos compromissos entrou no cadastro negativo do governo federal e não mais recebeu recursos, tornando-se uma mera repartição semimorta a gerir um cotidiano de carências e burocracia. Agora sofre o ataque

final, com o desgoverno Robson querendo transformá-la numa mera repartição onde se emprega apaniguados despreparados para os cargos que ocupam, que não possuem sequer a titulação e a expertise acadêmica que a própria legislação que criou o órgão prevê. A mentalidade tacanha, a falta de qualquer visão de futuro, que fez desse governo o desastre a que assistimos, nunca ficou tão explícita. Essa é a credencial que o ocupante do cargo de governador nos apresenta para uma nova candidatura: o desmantelamento definitivo de uma instituição destinada a promover o desenvolvimento da pesquisa científica e da tecnologia no Estado.

Elites antimodernas

Para entendermos muitas das tragédias históricas que já vivemos no Brasil, inclusive a tragédia atual de um país em marcha batida para a irrelevância internacional, para a perda das conquistas sociais, a duras penas conquistadas, entregue a um governo nascido de mais um golpe contra o Estado de direito, governo competente em realizar um projeto que atende interesses que não são os da maioria da população e nem do próprio país, é preciso que analisemos um traço persistente entre nossas elites, tanto políticas, quanto econômicas e intelectuais, traço que é compartilhado por amplos setores da população: a rejeição à modernidade. Embora apresente múltiplas facetas, a recusa à modernidade, à antimodernidade é um traço que aproxima as elites políticas da direita das elites políticas da esquerda, aproxima o empresário do trabalhador, aproxima intelectuais e artistas que, aparentemente, estão postados em lados opostos nas escolhas estéticas e políticas. O antimoderno prevalece em nossas classes dirigentes e esteve na base da criação intelectual e artística de glórias de nossas letras e de nossas artes.

Mas o que é ser antimoderno? Primeiro é preciso deixar claro que ser antimoderno não é, necessariamente, recusar a modernização, recusar os avanços técnicos e tecnológicos. Um dos traços mais persistentes em nossas elites econômicas e empresariais é que elas são modernizadoras, mas não são modernas. Elas reivindicam e realizam, quase sempre, uma modernização conservadora, uma modernização que pretende não alterar radicalmente as estruturas sociais, as estruturas de poder e os valores e ideias dominantes. O usineiro, que veio substituir os senhores de

engenho, no espaço que viria a ser o Nordeste, no início do século XX, era um modernizador, mas, quase sempre, estava longe de ser um homem moderno. Muitos dos cafeicultores paulistas que se converteram em grandes nomes das finanças, do comércio ou da indústria, embora fossem agentes da modernização, da qual o crescimento da cidade de São Paulo foi uma resultante, não deixaram de ser homens conservadores e reativos quanto ao que era trazido pela modernidade. Muitos dos capitais que foram transformados em investimentos em serviços urbanos, em obras públicas, que alimentaram a emergência de nossos primeiros bancos, de muitas das primeiras grandes casas comerciais e firmas industriais advieram da acumulação ocorrida com a escravidão, surgiram da liberação de capitais ocorrida com o fim do tráfico negreiro e, depois, com a abolição, tendo, portanto, uma origem antimoderna. Esses capitais que foram indispensáveis para as reformas urbanas que transformaram e modernizaram a paisagem de várias cidades brasileiras, na passagem do Império para a República, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, exerceram um papel modernizador, mas muito distante estiveram de exercer um papel modernizante.

Ser antimoderno não implica, também, necessariamente, em ser antimodernista. Muitos de nossos artistas e intelectuais foram modernistas na forma, mas antimodernos no conteúdo de suas obras. Isso pode parecer contraditório, mas um antimoderno só pode sê-lo nos termos da própria modernidade. Uma pessoa antimoderna só é possível no interior da modernidade, como filho reativo ao mundo que o cria. Um político antimoderno terá que se expressar a partir do vocabulário e dos conceitos políticos trazidos pela modernidade, mesmo quando é para contestá-los. O mesmo vai se dar no campo intelectual e artístico, os antimodernos vão lançar mão das linguagens, dos conceitos e das propostas estéticas e formas trazidas pela modernidade para emitir sua mensagem antimoderna. Um artista pode lançar mão da estética cubista, como fez o pintor pernambucano Lula Cardoso Ayres,

para criar obras cujo conteúdo, cuja mensagem são antimodernos. Um cineasta, como Glauber Rocha, pôde usar uma conquista técnica da modernidade como o cinema e utilizar propostas estéticas de vanguarda para criar seus grandes épicos antimodernos. José Lins do Rego ou Jorge Amado, para citar duas glórias das letras nacionais, com posições políticas opostas, utilizaram da liberdade formal trazida pelo modernismo para criarem obras literárias de profundo significado antimoderno.

Mas, então, o que é ser antimoderno? Um antimoderno é aquele que contesta o mundo surgido das grandes transformações e revoluções ocorridas entre o século XVII e XIX, na Europa. O antimoderno recusa ou critica o mundo surgido com a Revolução Industrial. Um mundo centrado no artifício, na máquina, no mecânico, na vida urbana, no trabalho fabril. Um mundo que teria trazido, com ele, a luta de classes, os movimentos sociais, as ideologias trabalhistas (o socialismo, o comunismo, o anarquismo), as organizações da classe trabalhadora. Um mundo utilitário, pragmático, centrado no dinheiro e na mercadoria. O antimoderno recusa ou critica o mundo surgido com a Revolução Francesa, símbolo máximo das revoluções burguesas. Um antimoderno recusa o mundo burguês, mesmo quando é filho da burguesia ou quando é alguém aburguesado. No Brasil, os filhos das elites agrárias, saudosos da vida aristocrática e monárquica do único Império que existiu nas Américas, devotam um desprezo por tudo que seria burguês, desprezo que pode vir como uma reação conservadora ou como uma reação dita progressista e revolucionária: o mundo burguês será atacado pela direita e pela esquerda, resultando, como sabemos, na adesão de muitos a ideologias totalitárias, como o integralismo e o comunismo. A Revolução Francesa é o símbolo da desordem política para um antimoderno, que é, acima de tudo, um defensor da ordem. Ela representa o exemplo do que a entrega das decisões políticas às camadas populares pode significar: a barbárie e o terror. Normalmente, os antimodernos desconfiam, por isso, da democracia, dita burguesa

e liberal. Seja à direita ou à esquerda do espectro político, o anti-moderno costuma ter uma visão instrumental da democracia, ela deve ser usada para se atingirem objetivos que, se realizados, põem fim à democracia. Isso explica muito porque a democracia no Brasil vive de curtos interregnos entre regimes de exceção.

Um antimoderno recusa a herança, no pensamento e na cultura, do esclarecimento, do movimento iluminista, da vitória do racionalismo, do cientificismo positivista. O primeiro grande movimento antimoderno no campo da cultura, o Romantismo, não por mera coincidência esteve na base da elaboração dos discursos que iriam legitimar e dar identidade ao país, a nação recém-tornada independente: o Brasil. O Romantismo é um traço que atravessa e permanece presente em grande parte da produção cultural brasileira. A valorização dos afetos, das emoções, das sensações, dos corpos, em detrimento ou em conjunção com o elogio moderno à Razão, dará o tom à produção cultural brasileira. O Brasil é um país cuja narrativa da identidade destaca a carnalidade, a sexualidade, a sensualidade, a dimensão afetiva e cordial, a jovialidade, a afetividade, a emotividade, em detrimento de qualquer definição mais racionalista ou cerebral. A crítica das pretensões do racionalismo e do cientificismo positivista, base da modernidade burguesa, aparece mesmo num de nossos autores mais festejados por sua racionalidade e por seu cerebralismo: Machado de Assis. Já um Lima Barreto, vítima de uma das mais obscuras produções do racionalismo moderno, o manicômio, faz de seus livros uma denúncia da sociedade burguesa e dos mecanismos de exclusão que sua ciência e seus saberes são capazes de mobilizar. Mesmo um autor apaixonado pelo racionalismo positivista, como Euclides da Cunha, escreve um livro vingador contra os crimes que a modernidade pôde cometer, em sua arrogância, contra aqueles que representam o que se chama de atraso e de tradição.

A maioria de nossas elites políticas e intelectuais foram formadas por instituições católicas de ensino. O catolicismo sempre esteve na vanguarda da crítica à modernidade. Os intelectuais

católicos foram muito importantes na formação de nosso pensamento e de nossa cultura. A antimodernidade de autores como Luís da Câmara Cascudo, Alceu de Amoroso Lima, Leonardo Motta, Murilo Mendes ou Ariano Suassuna tem seu lastro na formação católica e nos vínculos que mantiveram com a Igreja durante toda a sua trajetória de vida pública e intelectual. O catolicismo nunca aceitou a modernidade, pois ela significou o fim da centralidade do divino como explicação do mundo. Os constantes choques entre o catolicismo e as descobertas científicas advêm do fato de que elas solapam os dogmas e as bases intelectuais das explicações providencialistas do mundo. O que um filósofo antimoderno como o alemão Friedrich Nietzsche chamou da morte de Deus (que ele mais lamentava do que festejava) seria um dos principais acontecimentos da modernidade e motivo de sua recusa por boa parte de elites formadas pelo catolicismo e pelo cristianismo. A antimodernidade de setores cristãos, na sociedade brasileira atual, é uma continuação e uma radicalização dessa recusa do mundo moderno. Mesmo minoritários e, talvez por isso, os setores cristãos não católicos, desde os protestantes históricos até os protestantes neopentecostais recusam ainda de forma mais radical a modernidade (também pensada como mundanidade). A atitude mais comum nas igrejas evangélicas, no Brasil, foi e ainda é, em muitos casos, de recusa de tudo que se refere ao mundo moderno, tido como dessacralizado, mundano e até diabólico (proibição de ir ao cinema, ao circo, a jogos de futebol, de frequentar festas e parques de diversão, de ouvir rádio ou ver televisão, chegou a ser comum entre esses grupos). Por trás da recusa aos aparatos da modernização, está a recusa dos valores modernos que ela representaria. Se para Max Weber o protestantismo foi fundamental para o desenvolvimento das condições culturais e subjetivas para o surgimento do capitalismo, no Brasil as igrejas evangélicas vieram, quase sempre, reforçar a recusa à modernidade.

Quais os elementos definidores da modernidade são comumente recusados pelas elites brasileiras? A democracia liberal, o

sufrágio universal e o voto popular são algumas delas. A saudade da monarquia, do voto censitário, do voto de gente de qualidade, do voto como monopólio dos melhores (que o elogio contemporâneo a meritocracia mal esconde) sempre esteve presente em nossa elite intelectual. A análise que o historiador José Murilo de Carvalho costuma fazer da República é filha de sua simpatia monarquista que vem acompanhada de uma clara desconfiança em relação a capacidade do povo de eleger os melhores governantes (afinal, eles assistiram à Proclamação da República bestializados). Monarquistas foram grandes nomes das letras nacionais como Gustavo Barroso e Luís da Câmara Cascudo. Quando vemos hoje o príncipe herdeiro avisar que vai percorrer o país numa campanha para restaurar a monarquia e grupos a pedirem o retorno do regime monárquico, podemos avaliar o quanto o antimodernismo está arraigado em nosso pensamento político. As elites brasileiras sempre tiveram uma relação ambígua e instrumental com o regime democrático. Alegando que nos falta povo (houve tempos em que se queria regenerar nosso povo com ingestão de sangue estrangeiro para melhorar a raça, ideia que parece legitimar a pretensa superioridade da gente do Sul sobre as do Norte), que nosso povo não sabe votar (notadamente se for nordestino), que qualquer líder popular é um populista, ou seja, um manipulador dos desejos do povo, que todo político é um corrupto ou um ladrão (o que manifesta o desprezo ou o desprezo pela vida política parlamentar, sempre pensada como algo baixo ou rebaixado), nossas elites caminham para o apoio a regimes de exceção, a ditaduras, para o apoio a pretensas corporações escolhidas que sabem governar e dirigir (ontem e hoje os militares, hoje os homens de toga), para o apoio a chefetes que prometem regenerar o país a golpes de autoritarismo e violência, a partir de cima, do moralismo e do combate à desordem (ontem, a vassoura de Jânio Quadros ou Collor, o caçador de marajás, hoje, o exterminador dos gays, feministas, negros, comunistas, petistas, bolivarianos, Bolsonaro). No fundo, o que temem é que o regime democrático possa trazer o

questionamento de seus privilégios, que ele sirva de instrumento para que os interesses populares possam alcançar os parlamentos e os governos, que eles deixem de ser monopólios desses grupos dirigentes. Desqualificar o povo é uma forma de não o ouvir. Daí porque essas castas dominantes têm que punir violentamente aquele homem do povo que, através da democracia, conseguiu furar o bloqueio de acesso ao poder político por parte dessas elites antimodernas e, por isso mesmo, antidemocráticas, antipopulares, elitistas, defensoras de hierarquias e privilégios, defensoras de lugares e postos hereditários e estamentais.

Os antimodernos falam a língua da contrarrevolução, da defesa da ordem, da crítica a participação popular nas decisões. Eles temem as organizações populares, os movimentos sociais, eles recusam as ideologias que defendem o trabalho e o trabalhador. No Brasil, os antimodernos chegam a sentir saudade da escravidão, da vida senhorial, da ordem nobiliárquica. Abominam o que a cidade trouxe de modificação nas sociabilidades e nas sensibilidades. Sentem saudade da vida rural, mesmo quando nunca lá viveram. Possuem uma visão idílica da vida no campo, escondendo a violência das relações sociais e de trabalho no meio rural brasileiro, a pobreza da maioria de nossa população camponesa, a discricionariade dos costumes aí imperantes. A reforma trabalhista do governo Temer, a atuação da bancada ruralista, as teses que defendem, mostram o caráter antimoderno desse governo surgido do golpe e dos grupos que o apoiam. O discurso anticomunista que se espalha nas redes sociais, o antipetismo, o ódio a Lula são faces desse ódio ao moderno no campo da política, à presença das camadas trabalhadoras como agentes políticos. Muita gente ainda tem cabeça de Antigo Regime, preferiria que povo e trabalhador não fizessem parte da vida política, que essa fosse monopólio de escolhidos pelo sangue ou pelo pertencimento a dadas classes sociais (o dandismo elitista de gente como João Dória, o messianismo cristão de Marcelo Crivela, assim como o bom-mocismo chic de Luciano Hulk ou de um Aécio Neves, que

estourou como bolha de sabão, o moralismo conservador de um Joaquim Barbosa ou de Alckmin, o moralismo e o romantismo verde de Marina Silva são expressões de formas distintas desse elitismo reacionário). São todos apresentados como ungidos e escolhidos, pela fortuna, pela moral, pela fé, por ser santo ou por ser imaculado pela corrupção. Depois não entendem por que a maioria da população não se identifica com eles, mas com aquele que tem a sua cara e seus defeitos, o que reforça sua ojeriza ao povo e ao regime democrático.

Os antimodernos criticam a emergência da ideia de liberdade individual, de indivíduo, equiparada à prevalência do egoísmo e da falta de solidariedade e caridade cristãs. Tudo que daí adveio, como a liberdade de consciência, como a recusa a submeter seus hábitos, sua vida, seus costumes, seus gostos, seu corpo aos ditames ditos comunitários e coletivos, é malvisto pelos antimodernos. Embora eles tenham sido fruto dessa cultura e desses valores, da própria possibilidade de constituírem-se como diferenças individuais, são saudosos da vida comunitária, da submissão dos filhos aos valores familiares e tradicionais (o movimento escola sem partido e a perseguição ao que se chama de ideologia de gênero entre nós nascem dessa recusa de que os filhos possam ser e pensar diferentes dos pais, que possam escolher livremente seus valores e posições políticas), da subordinação de seus valores aos ditames de uma religião, de uma Igreja. O familismo presente em obras clássicas da vida intelectual brasileira, como a de Gilberto Freyre, uma grande estrela da antimodernidade à brasileira, nasce dessa recusa da prevalência moderna do indivíduo em choque com as instituições, desafiando e transgredindo as instituições. As violentas diatribes bolsonarianas ou evangélicas contra o feminismo e a defesa dos direitos das mulheres, contra o movimento homossexual e contra a própria homoafetividade, contra as diferentes escolhas no campo da sexualidade, da moralidade, da religiosidade, das crenças políticas e das preferências estéticas mostram a recusa a uma premissa fundamental da modernidade:

a prevalência dos direitos individuais, do direito à aceitação da sua forma diferente de ser indivíduo.

O antimoderno é antidemocrático, é elitista, tem uma visão hierárquica e estamental do mundo, defende a ordem, é antitrabalhista, anticomunista, detesta e teme a revolução e a transgressão, sonha com um mundo ressacralizado, guiado pelos ditames religiosos (mesmo que as religiões tenham modernamente se tornado mercadorias). O antimoderno é antiburguês e anticapitalista (por isso, muitos de nossos antimodernos foram e são de esquerda); por isso, aderem a ideologias fascistas e totalitárias, pois no fundo temem o caráter revolucionário do próprio capitalismo, que gera insegurança e desordem (por isso mesmo, empresários se regem por visões de mundo aristocratizantes e senhoriais, quando não aderem e financiam movimentos de extrema-direita que prometem segurança e ordem, muitos estarão dispostos a apoiar Bolsonaro). O antimoderno vive de ilusões comunitaristas (os irmãos evangélicos e os companheiros do partido de esquerda), abomina manifestações do que seria o individualismo ou a singularidade individual (a perseguição moralista à homossexualidade tanto se dá nas igrejas como se deu nos partidos de esquerda. Recentemente, o jornalista Fernando Brito voltou a responsabilizar as lutas particularistas por direitos como as responsáveis pela crise das esquerdas que teriam perdido a capacidade de ofertarem projetos coletivos). O antimoderno é nostálgico, saudosista, encantado com um mundo rural idílico, com uma infância de harmonia e vida familiar, vida familiar e famílias que não mais existem, que não se encontram em lugar algum e que tentam restaurar por um retorno a modelos patriarcais e hierárquicos, há muito contestados (por isso, as feministas e as mulheres são vistas como agentes do mal e da dissolução da vida social, assim como o militante gay, trans, travestis). Essa é a cara das elites brasileiras, antimodernas, apesar de modernizadoras, moderninhas e até modernistas. Vivemos sob o império do brega, como um dia vivemos sob o império do cafona: na música, na televisão, na

vida religiosa, na vida empresarial, nas sociabilidades de elites, no jornalismo, na intelectualidade consagrada e de bestseller, na crônica esportiva, etc. Temos um dos governos e um dos governantes mais bregas que já passou por aquele palácio, temos um Congresso atravancado de gente brega e um Judiciário onde a breguice de toga nos é servida todo dia pela TV em doses cavaleares. Essa é a face mais obscura de nossa antimodernidade, há faces luminosas que falarei em outro momento, pois como tudo que é histórico e humano, a antimodernidade é ambivalente, é ambígua, mas isso é tema para outro artigo de opinião.

A insegurança como condição existencial

Um tema que será chave na campanha eleitoral desse ano será o tema da segurança. Ele será o carro-chefe de candidaturas ligadas ao campo conservador. Candidatos com propostas autoritárias e protofascistas terão audiência junto a um eleitorado que é bombardeado todo dia, através dos meios de comunicação, por narrativas em torno da criminalidade, da violência e da falta de segurança pública. Acuados por índices de violência e de criminalidade que colocam o país como um dos mais inseguros do mundo, os eleitores podem facilmente se deixar levar por promessas de soluções simplistas, atentatórias aos direitos humanos e, inclusive, que vão na contramão de uma sociedade mais civilizada e democrática.

As candidaturas de esquerda sempre tiveram dificuldades em lidar com essa temática. As propostas para o campo da segurança pública nunca foram a preocupação central nas plataformas eleitorais apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores nos últimos anos, contribuindo para que essa temática fosse apropriada como bandeira central do discurso da direita no país. A complexidade do tema, os múltiplos fatores que estão articulados nessa problemática, as diversas variáveis que contribuem para os índices de criminalidade e para a sensação de insegurança serem elevados dificultam a abordagem por parte de discursos, como o da esquerda, que apostam em explicações mais racionais e multifatoriais para aquilo que abordam. O discurso simplista da direita, baseado em bordões de impacto retórico, apelando para atitudes irracionais, explorando e infundindo o medo, oferecendo soluções

mágicas, tende a ter mais sucesso numa campanha eleitoral do que um discurso que tente explicar, de forma menos emocional e menos caricatural, os fatores que são responsáveis por sermos uma sociedade tão violenta e que apresente as possibilidades de intervenção nesse campo, o que exige medidas de médio e de longo prazo, incapazes de atender ao imediatismo e a urgência com que a população espera a solução do problema da insegurança. Propostas falaciosas e obviamente insustentáveis diante de uma análise minimamente racional, como a de reduzir a violência generalizando o acesso a armas de fogo ou permitindo o extermínio sumário daqueles considerados criminosos ou bandidos por parte das forças de segurança, que faz o candidato Jair Bolsonaro, podem calar fundo num eleitorado que tende a ter uma postura pouco racional diante desse tema.

Uma candidatura de esquerda tem a difícil tarefa de explicar as causas estruturais e históricas que levam a que sejamos uma das sociedades mais violentas do mundo, sem abrir mão de apresentar propostas que visem intervir, no mais curto espaço de tempo, na direção de minimizar esse problema. A esquerda tem que ter coragem de enfrentar essa temática espinhosa, sem tergiversações, atuando como educadora da própria sociedade, tão desinformada e mistificada pelos meios de comunicação, mesmo que isso venha a lhe causar prejuízos eleitorais. Está na hora de as forças democráticas do país arrebatarem essa bandeira das mãos da direita, que tanto no exercício da política, como no exercício do jornalismo (e as duas coisas tendem a se confundir, à medida que jornalistas de programas policiais acabam sendo conduzidos à atividade política, não por mera coincidência) vêm envenenando as subjetividades com desejos fascistas e autoritários. Propostas de extermínio ou de esterilização dos pobres, de adoção da pena de morte, de trabalhos forçados para os prisioneiros, ganham veiculação nos meios de comunicação e nos discursos de autoridades e personagens da vida pública, sem que a esquerda venha eficientemente se contrapondo a esses discursos, oferecendo explicações

e propostas alternativas para o trato dessa questão. Fugir dela, adotar a tática do avestruz não nos parece a melhor alternativa.

É preciso deixar claro que a insegurança é uma condição mesma do mundo moderno, da sociedade capitalista, do mundo burguês. Embora no discurso da direita a sensação de insegurança e a criminalidade apareçam como inseparáveis, é preciso que sejamos capazes de mostrar que o sentimento de insegurança é existencial, é inerente ao mundo em que vivemos, independente dos índices de criminalidade. Em sociedades como as europeias, onde o índice de criminalidade é relativamente baixo, as pessoas se sentem tão inseguras quanto nós brasileiros e também têm optado por soluções à direita do espectro político, por causa dessa sensação de insegurança e desamparo: é o que ocorreu nos EUA ao eleger Donald Trump ou na França onde um partido de extrema-direita chegou ao segundo turno das eleições. A crise sistêmica do capitalismo, que se instalou a partir de 2008, só ampliou a insegurança e o desamparo, levando, inclusive, a um aumento da criminalidade ou a adesão de setores da população a soluções de força para problemas como o terrorismo ou a violência.

O capitalismo surgiu destruindo a sociedade feudal, que era uma sociedade baseada em vínculos, seja com a terra, seja com os suseranos ou monarcas, seja com o divino. O capitalismo instituiu a liberdade como a sua bandeira: a liberdade de comércio, de circulação da mercadoria e do dinheiro, a liberdade de ir e vir da população, e, posteriormente, a própria ideia da liberdade política. Ao destruir os vínculos e ao produzir a liberdade, o capitalismo, paradoxalmente, atirou-nos num mundo existencialmente mais inseguro. O servo que, antes, estava preso a sua gleba, a seu feudo, não podendo dele se desligar por toda a vida, que estava vinculado e devia obediência a um senhor e à sua descendência, é libertado dos vínculos servis pela transformação da terra em mercadoria e em propriedade privada. Conquistando a liberdade de ir e vir, de poder vender sua força de trabalho a quem quisesse, o antigo servo, agora o proletário, o operário, não tem mais a segurança

sequer de ter um chão para habitar. Ele pode fazer uso de sua liberdade para se deslocar até a cidade, para migrar para outros lugares, mas isso não torna sua vida mais segura, pelo contrário, ela se torna mais incerta, ao sabor das variações do mercado de trabalho, das ofertas de emprego, dos níveis de salário.

Quando vemos, hoje, a reforma da legislação que rege as relações de trabalho realizada pelo governo Temer, precarizar os vínculos trabalhistas, torná-los mais frágeis e voláteis, temos que atentar para a dose de insegurança que ela acrescenta a vida dos trabalhadores. O capitalismo desde os seus primórdios gerou insegurança por destruir as relações sociais tradicionais, por destruir as relações comunitárias, promovendo a emergência do indivíduo, de um ser que se basta e que tem, cada vez mais, dificuldade de agir e pensar coletivamente. O individualismo e o narcisismo (generalizado por Freud equivocadamente para todas as épocas históricas) tornaram os indivíduos mais distantes uns dos outros, acabaram com a existência em comunidade, que fornecia maior amparo e segurança para as pessoas, ao mesmo tempo que acarretava maior controle e coerção sobre suas vidas. Ao destruir a tribo, a aldeia, o feudo, o burgo, a vila, ao dar origem à cidade, à metrópole, ao esvaziar os campos de grande parte de sua população, o capitalismo gerou liberdade individual e, com ela, maior solidão das pessoas e maior insegurança, uma vida precária, notadamente para os milhões de homens e mulheres pobres e despossuídos.

Desde o princípio, isso gerou um crescimento exponencial da criminalidade. Os pobres desligados de seus vínculos tradicionais, desalojados de seus lugares tradicionais de habitação, amontoados em cortiços e áreas urbanas degradadas, submetidos a uma brutal exploração do trabalho, mal pagos, mal alimentados, tornaram-se rapidamente, do ponto de vista das elites burguesas e aristocráticas, as classes perigosas, donde brotavam o crime e a depravação moral. Desde os seus primórdios, as lideranças da classe operária, as instituições que surgiam para mitigar a pobreza, o desamparo, o abandono, a falta de vínculos de solidariedade e

companheirismo, como as instituições mutualistas e os sindicatos, tiveram que lutar contra essa associação imediata entre classe operária, pobreza e criminalidade. Muitas vezes, adotando o mesmo discurso moralista das classes dominantes, essas instituições procuraram separar o trabalhador do bandido, veiculando o mesmo discurso e vivendo o mesmo dilema que ainda hoje vivem as lideranças operárias. Desde seus primórdios, a esquerda teve dificuldade de lidar com aquela parte das camadas populares ligadas ao mundo da delinquência. Ainda hoje, e o PT é um exemplo disso, as esquerdas possuem um discurso centrado nos trabalhadores e naqueles que trabalham e, como um ranço do passado, tem dificuldade de se comunicar e se fazer entender por aquela parcela dos pobres que entram no mundo do crime, o que os torna, paradoxalmente, também, aptos a incorporar o ideário protofascista e fascista da direita. As lideranças do PCC, por incrível que pareça, falam uma língua mais próxima a de Bolsonaro do que de qualquer organização mais à esquerda no espectro político. O acordo que teria sido feito entre essa organização criminosa e o governo capitaneado pelo PSDB, em São Paulo, não é, portanto, uma excrescência como alguns podem achar. As centrais sindicais não possuem propostas para a área de segurança e parecem considerar que esse não é um problema que diz respeito a elas.

É preciso que se explique à população que a violência é inerente à condição humana e à vida em sociedade, que é demagogia prometer o fim da violência, sem que se abra mão de reduzir ao mínimo seus índices, investindo na redução da miséria e das desigualdades sociais, investindo em educação e saúde, inclusive em saúde psicológica e mental. Nós humanos somos animais, temos todos um dado nível de agressividade, o que torna necessário que coletivamente criemos mecanismos e processos visando canalizar essa agressividade positivamente: um investimento realmente massivo em atividades esportivas e em atividades físicas, artísticas e culturais pode ser uma alternativa. É preciso encarar o fato de que a violência, no Brasil, é ensinada no interior das

famílias. O combate à violência doméstica começa pelo combate ao machismo, pela educação dos jovens e adolescentes para a não aceitação de atos de violência a pretexto de educá-los. É preciso que a sociedade brasileira seja levada a refletir e a recusar o espancamento de crianças e adolescentes como meios de educação. A legislação de proteção a crianças e adolescentes, a legislação de combate à violência contra as mulheres e de combate à violência de gênero devem contar com aparatos institucionais públicos e privados visando a sua efetiva aplicação e aperfeiçoamento. Uma legislação de combate à violência contra as crianças e adolescentes homossexuais, que sofrem violência em casa e na escola, deve ser elaborada e posta em prática.

É preciso que se deixe claro que a violência está ligada à injustiça social, à desigualdade social, aspecto que o discurso de direita tenta mascarar atribuindo a criminalidade apenas ao indivíduo criminoso, culpabilizando apenas o infrator, sem que se faça uma alusão às condições sociais em que ele nasceu, cresceu e foi deseducado. Uma sociedade onde a distância entre ricos e pobres é tão grande é violenta em sua própria constituição. É uma violência simbólica que alguns tenham tanto e muitos tenham tão pouco. O ressentimento dos pobres em relação ao tratamento desigual que recebem, todos os dias, em todos os lugares onde vão, em todas as instituições, inclusive aquelas do Estado, desemboca em raiva, revolta e violência. A criminalidade, no Brasil, é uma face da luta de classes entre nós, à medida que os pobres não contam com instituições que veiculem sua revolta e suas reivindicações e nisso a omissão das esquerdas também joga um papel. Infelizmente, as religiões sempre foram mais capazes de interpelar as camadas populares de se aproximarem da realidade cotidiana delas e de oferecerem saídas para suas carências, do que as organizações e instituições políticas e públicas de nosso país. As pessoas se sentem mais representadas pelo pastor do que pelo líder político, daí porque muitos pastores se tornaram políticos e pretensamente deles diferem. O sucesso das religiões,

notadamente do setor evangélico, entre as camadas populares, nasce da capacidade que elas têm de ofertar segurança, de ofertar certezas, de ofertar um simulacro de vida comunitária, de ofertar solidariedade, num mundo e numa sociedade marcadas pela carência material e subjetiva, pela falta de vínculos e de vida comunitária, pela incerteza e pela insegurança física e existencial. Nesse momento, nas comunidades mais pobres, para a maioria das pessoas, as escolhas parecem passar por se tornar religioso ou se tornar criminoso, o que é uma lástima para a construção de uma sociedade laica, republicana e democrática. Se “Deus é fiel”, Ele traz segurança, certezas e verdades indiscutíveis, tudo aquilo que a racionalidade e o racionalismo modernos, dos quais fazem parte as esquerdas políticas, solapou.

É preciso que se diga que a sociedade brasileira é violenta desde os seus primórdios, que sua história é uma história de matanças e genocídios. Ela se estruturou através do violento processo de colonização, que eliminou etnias inteiras, que destruiu culturas e formas de vida, que sobrepôs, através do uso da força, os interesses da minoria branca sobre os interesses da população indígena. Mas, sobretudo, ela se estruturou através da violência ignominiosa da escravidão das populações negras africanas. A escravidão, por cerca de quatrocentos anos, tornou a violência física, a tortura, a mutilação, a humilhação, a sevícia, os maus tratos, o assassinato, um dado banal e corriqueiro do cotidiano do país. O racismo assassino, que leva ao extermínio de milhares de jovens negros nas periferias de nossas grandes cidades, a exclusão social do negro, que torna a criminalidade a única opção de vida para muitos deles e que os fazem superlotar os presídios e delegacias do país, é um produto dessa história de violência e exploração brutal da força de trabalho, que foi a escravidão moderna, sem a qual a acumulação de capital necessária para o surgimento do capitalismo não teria sido possível. Quando um jovem negro é exposto à humilhação pública, à execração pública num programa de TV, essa história não é contada ou referida.

Tendo cometido, muitas vezes, um crime brutal, os apresentadores de programas policiais jamais se perguntam como aquele jovem se brutalizou, como chegou a se tornar o que se tornou. Essa pergunta somente é feita quando ocorre de alguém branco e das camadas médias e das elites ser flagrado delinquindo. O negro é naturalizado como um provável e possível criminoso, a ponto da polícia, muitas vezes, eliminá-lo por puro preconceito, por uma prevenção prévia. Polícia composta, também, majoritariamente, por afrodescendentes.

É preciso que um candidato de esquerda enfrente o debate sobre a desmilitarização da polícia, um entulho autoritário herdado da ditadura militar. As polícias, armadas até os dentes, ao invés de reduzirem ou evitarem a violência, são partes atuantes e destacadas dessa violência, basta que analisemos os índices de homicídios praticados no país que têm como responsáveis forças policiais. Temos as polícias que mais matam no mundo. E, o mais trágico, é que a violência policial não só é tolerada e legitimada, como é incentivada e aplaudida por amplos setores da população, inclusive por parcelas das camadas populares, suas maiores vítimas. A violência policial é apresentada, de maneira despropositada e demagógica, como solução para a violência e a insegurança. É totalmente ilógico que violência reduza violência, que matanças tragam segurança, mas as pessoas atordoadas e revoltadas com os eventos de violência que sofrem ou presenciam tendem a fechar os olhos para verdadeiras ações de extermínio praticadas por setores policiais, seja no exercício público de suas atividades, seja através de organizações clandestinas e paramilitares, muitas delas financiadas por empresários e autoridades públicas. Mal pagas, mal treinadas e educadas, compostas através de métodos de recrutamento e treinamento discutíveis, muitos deles afrontosos aos direitos e à dignidade humana, violentados em sua preparação e no exercício da profissão, sofrendo preconceito e rejeição social, as forças de segurança, no Brasil, são formadas, em sua maioria, por pessoas com subjetividades autoritárias, microfascistas, tendo

visões de mundo identificadas com a direita política. A adesão dessas forças aos ditames constitucionais da legalidade, do respeito aos direitos humanos e a dignidade humana é muito deficiente.

Se organizando corporativamente, uma forma de organização anterior ao mundo moderno, essas forças tendem a se fechar e a se autoprotoger de qualquer fiscalização e controle público e democrático de suas atividades, o que deve ser uma das bandeiras a ser defendidas pelas forças de esquerda no país. O controle e transparência das atividades policiais, acompanhados da desmilitarização, da adoção de critérios mais rigorosos de recrutamento e da adoção de formas de treinamento e educação que favoreçam a formação de subjetividades mais democráticas e republicanas, respeitadoras dos direitos e garantias individuais e coletivas, seriam passos importantes para reduzir a participação policial nos índices de violência no país. A valorização salarial e profissional dos corpos policiais e a fiscalização social de suas atividades reduziriam uma das principais lacras que tornam os policiais presa fácil do círculo da violência e da criminalidade: a corrupção policial. A corrupção torna as forças policiais partícipes e cúmplices do mundo do crime, embrenha-as num círculo vicioso de violência, vingança e acerto de contas. A ênfase na adoção de uma polícia comunitária, que ao invés de ser vista como força invasora e violenta, que só comparece às periferias e favelas para atirar a esmo e cometer todo tipo de atitudes discricionárias e discriminatórias, sendo objeto de repulsa e desconfiança por parte dos mais débeis socialmente, uma polícia que surja da própria comunidade, composta por membros treinados, conhecedores da realidade do lugar e capaz de mediar e negociar conflitos, muito mais do que reprimi-los e confrontá-los. Uma polícia presente, que conquiste a confiança dos moradores e que trabalhe com os mais modernos recursos de investigação, para não agir na base do preconceito e do afogadilho.

É preciso que as esquerdas saiam de sua imobilidade diante do tema da segurança pública, atuando tanto no sentido de

esclarecer a população sobre os múltiplos fatores que a promovem e a condicionam, seja apresentando propostas inovadoras e criativas nessa área, propostas que combatam e tornem explícito o caráter falacioso e demagógico, o caráter autoritário, antidemocrático e antirrepublicano das medidas que os candidatos conservadores apresentam como solução para o problema. É a própria vida civilizada e democrática que está ameaçada pela adesão irrefletida e ilógica de amplos setores da população a essas panaceias reacionárias, que os candidatos da direita vão apresentar no período eleitoral, aumentando e incentivando uma onda punitivista e criminalizadora, inclusive da própria atividade política e da atividade da crítica e da defesa dos direitos humanos e sociais previstos em nossa Constituição que, em nome da segurança e do combate ao crime e à corrupção, vem sendo sistematicamente desrespeitada.

Bolsonaro ou o desejo masoquista

Muita gente ficou chocada com o que teria sido um dos grandes acontecimentos da semana: os aplausos entusiasmados dos empresários reunidos na sede da Confederação Nacional da Indústria, para o candidato a presidente Jair Bolsonaro. Mesmo diante do notório despreparo do postulante ao cargo máximo da República, suas bravatas e frases sem nenhum sentido ou cheias de preconceito e racismo como: “não quero colocar um busto de Che Guevara no Palácio do Planalto” ou “hoje estão tirando a nossa alegria de viver, não podemos mais contar piadas sobre afrodescendentes, sobre cearenses, sobre goianos”, mereceram, da nata da burguesia, da dita elite empresarial brasileira, efusivos aplausos. Que a elite brasileira é autoritária e se identifica com o autoritarismo do capitão, não é novidade, que a elite brasileira é racista e que suas blagues em relação aos afrodescendentes são partilhadas por uma patota que se julga toda branca, não é de se estranhar que os capitães de indústria brasileira sejam machistas, misóginos, homofóbicos em sua maioria, também não é notícia nova. Mas, cremos que mesmo assim, esse gesto tem um profundo significado simbólico e uma enorme gravidade política: ver a elite empresarial de um país disposta a apoiar alguém que tem em sua ficha corrida o elogio à tortura; a suspeita de ter participado do plano que levaria a explosão de bombas de baixa intensidade para protestar contra os baixos salários dos militares; que quando na ativa foi diagnosticado, em documentos do próprio Exército, como alguém ambicioso e agressivo no trato com os camaradas a quem sempre queria liderar; como alguém a quem faltava lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de

seus argumentos; merece a busca de explicações mais profundas, tanto do ponto de vista histórico, como do ponto de vista do funcionamento da vida psíquica, seja no plano individual, daqueles que a ele aderem e a ele desejam, como no plano coletivo, daqueles que a ele se dispõem a seguir e a ele se subordinar. Não há aqui qualquer contradição, pois a vida psíquica, as subjetividades, seja dos indivíduos ou dos grupos, como os membros da CNI, formam-se e se constituem historicamente e no interior de uma dada sociedade. A subjetividade não é algo interno, fechada em si mesma, solipsista, ela é produto do processo de socialização, de humanização, que se dá no contato com os outros, com a cultura, os valores, as normas, as leis, encarnadas pelas instituições sociais e, elas, por seu turno, pelos indivíduos que as compõem. A atuação de nossa libido, de nossas pulsões instituais, de nosso corpo se dá no interior do social, na relação com os outros corpos, portanto, as nossas formações de desejo nascem dessas relações. O desejo por Bolsonaro, pelo que ele representa, pelo o que ele figura, nasce de processos históricos e sociais, individuais e coletivos, que nós tentaremos minimamente abordar.

Consideramos que o desejo por Bolsonaro, tanto no plano individual, como no plano coletivo, é de caráter sadomasoquista, nele misturam-se de modo inseparável o desejo de domínio, de subjugação, de controle, de anulação do outro, do diferente, do distinto, a demonstração explícita de um poder sem limites, um desejo de aniquilação do outro, o desejo de morte. Mas, como sabemos desde Freud, a pulsão, o desejo é sempre ambivalente, pode ser regressivo, pode voltar-se contra si mesmo, pode inflétir na própria direção do sujeito do desejo e, portanto, o desejo de subjugação carrega consigo, também, o desejo de ser subjugado, o desejo de controle e o de ser controlado, o desejo de anulação do outro, o desejo de anulação de si mesmo, o desejo de destruição do outro pode se tornar desejo de autodestruição, a vontade de poder sem limites pode reverter em vontade de submissão sem limites, o desejo de aniquilação do outro pode vir a ser o desejo

de autoaniquilação, o desejo de morte do outro transformando-se em desejo de mortificação de si, de nadificação do si mesmo. Para entender Bolsonaro e o que ele representa, para entender os bolsominions e o desejo que os move, para entender o que faz com que nosso empresariado diga um dane-se para qualquer escrúpulo e mostre a sua face fascista e escravagista, que sempre procurou esconder sob o verniz de seus paletós e gravatas e de sua pretensa educação superior, é preciso entender o que leva as pessoas como indivíduos ou coletividades a buscar a sujeição, como desde a infância internalizamos o poder à medida mesmo que nos tornamos gente, que nos tornamos sujeitos.

A palavra sujeito, na língua portuguesa, possui uma ambiguidade que é preciso ser aqui ressaltada e entendida para que possamos caminhar na direção da compreensão do fenômeno do desejo fascista, da formação das subjetividades e dos sujeitos fascistoides, dos quais Bolsonaro é apenas uma encarnação. Alguém para se tornar sujeito, isto é, para estar no princípio de suas ações, de suas atitudes, de ser responsável pelo que diz e faz, por ser, pretensamente, a origem de tudo o que lhe acontece e de tudo que faz acontecer, de tudo que realiza e constrói, tem que se sujeitar às normas e às leis que regulam a vida social, tem que subjetivar, internalizar, encarnar os códigos sociais e culturais que definem a própria condição de humano. Ou seja, para se tornar sujeito todo ser humano se sujeita, para se subjetivar todo ser humano se assujeita a forças e regras que lhe vêm de fora e que uma vez apreendidas passam a lhe constituir, passam a ser seu dentro, passam a constituir seu próprio desejo. Dobrado pelos poderes que o cercam, esse corpo se humaniza ao introjetar as interpelações, as ordens, os comandos, os ditames que lhe vêm do social, através dos outros que nasceram primeiro que ele, que o antecederam, que são seus ancestrais. Mas por que nos sujeitamos? Por que assumimos essa servidão voluntária para ser sujeitos?

A criança humana ao nascer é um ser profundamente frágil e desamparado. Ela depende dos outros, dos pais e, mais ainda

da mãe, que a amamenta e cuida, para continuar viva. O bebê, ao mamar, ao compartilhar o calor do corpo materno, ao escutar sua voz, ao precisar de seus cuidados, vai fazendo o aprendizado doloroso da fragilidade, da dependência, da necessidade dos outros, que caracteriza a vida humana. Ao correr risco de vida se aquele outro corpo se ausenta, falta, vai para longe, a criança desenvolve o apego e, portanto, a dependência em relação ao outro. As relações libidinais, pulsionais, desejantes do corpo da criança vão sendo moldadas nesses encontros com o corpo da mãe e com outros corpos cuidadores. O apego necessário à sobrevivência será aquilo que socialmente, mais tarde, se chamará de amor. Ama-se aquele corpo que satisfaz os desejos, que cuida, que socorre sempre nos momentos de choro ou grito, ama-se no outro a si mesmo, pois sem ele nada se é ou nada se consegue ser. Mas, como o desejo é ambivalente, se descobrir dependente, apegado, carente de alguém é também motivo de desenvolvimento de sentimentos agressivos em relação àquele corpo, àquele outro, até porque ele não pode estar o tempo todo à disposição, ele é disputado e amado por outros seres, inclusive pelo pai, uma espécie de rival do amor infantil.

A proximidade sempre constatada entre amor, agressividade e ódio advém dessa ambiguidade de um desejo que quer ser satisfeito, mas que por ser satisfeito se sabe desejo, se descobre carência e falta de algo ou alguém. Imagine os traumas psíquicos que o desamor, o abandono, a agressão e a violência podem causar na formação da subjetividade infantil. Se em casa, na vida familiar, não há ninguém com quem se apegar, a quem amar, a carência, a falta, o medo de morrer levarão a que essa criança e, depois, o adulto que vier a se tornar, a se apegar a todo aquele que lhe prometa a segurança, a continuidade da vida mesma, que sempre esteve ameaçada, desde muito cedo. Numa sociedade em que a maioria das crianças nascem em lares carentes, carentes financeiramente, carentes de estrutura familiar, carentes de ordem e de autoridade, carentes de vida simbólica e cultural, não

é de estranhar o sentimento generalizado de insegurança, o medo generalizado de morrer, a vontade de proteção, de segurança, de ordem, o desejo de autoridade e de leis. Numa sociedade onde a insegurança vivida na vida familiar, na vida doméstica, prolonga-se de forma assustadora para o fora de casa, em que a morte espreita a vida em cada esquina, aqueles corpos que, muitas vezes, são sobreviventes de uma vida que esteve assombrada pela possibilidade de morrer a cada dia, tendem a se sujeitar, a se tornarem sujeitos de ações, ideias, propostas, formas de vida, formas de atuação social que prometam reduzir essa fragilidade de seu viver: o que pode ser desde a adesão a grupos armados, compostos de milicianos e traficantes, às forças armadas do Estado até a qualquer liderança que lhes prometa acabar com a carência de ordem, de segurança, com a vulnerabilidade constitutiva de nosso corpo, mas que é potencializada por dadas condições sociais, raciais e de gênero no Brasil.

Não é uma anomalia que negros, mulheres e homossexuais se identifiquem, desejem a figura de Bolsonaro, pois ela representa uma espécie de revanche, de possibilidade de reparação dos danos sofridos, desde a infância, por corpos fragilizados, carentes, dependentes, marginalizados, subordinados, e que não viram seu apego e seu amor correspondidos, nem em nível pessoal, nem em nível coletivo. Os fascismos sempre arrebanharam os frágeis, os carentes, os mal-amados, os inseguros, os revoltados e rebeldes sem causa, os agredidos que se tornaram agressivos, os traumatizados que querem infundir traumas, os sofridos que querem se comprazer com o sofrimento alheio, os negados que querem gozar com a negação e a nadificação do outro, os que nunca foram ninguém, que nunca tiveram importância para ninguém e que querem se fazer, na marra, na força, reconhecidas, querem que suas existências como sujeitos sejam visibilizadas, os que foram sempre assujeitados querem se fazer visíveis como aqueles que assujeitam. A malta fascista costuma ter as almas e os corpos traumatizados, ela transforma o desejo de vida em desejo de morte,

pessoal e coletiva. Com a imagem de si degradada pelas experiências que a formou como sujeito, tendo seu narcisismo, seu amor por si mesmo rebaixados, tendo sua relação com seu próprio corpo e sua própria vida marcadas pela abjeção de si, esses sujeitos são capazes de muita raiva, ódio, até o limite da autodestruição e da destruição coletiva. O fascista termina por amar mais a morte que a vida, o que não significa que ele conscientemente queira morrer, seja um suicida, mas todos esses processos se passam no inconsciente e lá a pulsão de morte, os desejos tristes podem levá-lo a procurar se colocar em situações pessoais e coletivas destrutivas.

Mas seria esse o caso de nosso empresariado industrial? Não duvidamos que, individualmente, muitos possam ter experimentado essa trajetória, mas cremos que outras variáveis ligadas à produção de subjetividades e à produção coletiva dos desejos expliquem a vontade por Bolsonaro dos nossos capitães da indústria. Cremos que, nesse sentido, as reflexões do filósofo alemão Hegel sobre as relações entre o senhor e o escravo expliquem melhor essa formação de uma consciência infeliz entre nossas elites, já que elas advêm de uma sociedade que viveu a escravidão por cerca de quatrocentos anos e em sua esmagadora maioria são descendentes de ancestrais que estiveram relacionados com elites escravocratas. Hegel lembra que o escravo era uma mercadoria, portanto tinha assim a sua condição de humano negada. Assim como a criança que não encontra as condições de se humanizar, o escravo seria uma coisa, um objeto entre objetos, não tendo aquilo que caracteriza fundamentalmente o ser sujeito de sua própria existência: o direito de exercer o domínio sobre si mesmo, de decidir suas próprias ações e reações, de poder expressar o que sente e pensa sem estar sujeito à punição e ao castigo. A vida do escravo, assim como a da criança, era uma vida precária, uma vida humana negada em sua humanidade, o que a disponibilizava para a sevícia, os maus tratos, a tortura e a morte. A educação escravista, que ainda ressoa em nossas camadas populares, era uma educação visando à dessubjetivação do negro africano aqui aportado, ela

visava esvaziar aquele corpo da formação subjetiva anterior, visava reconfigurar aquela subjetividade, fazê-lo aprender a se sujeitar e, portanto, deixar de ser sujeito social e culturalmente reconhecido. Se a criança que não passa por um processo regular de socialização permanece como esvaziada de subjetividade e, portanto, de humanidade, o escravo era esvaziado à força, da subjetividade e, portanto, da humanidade de que era portador. Nossas elites se formaram no aprendizado de como esvaziar os outros de seu ser humano, elas se incomodam, portanto, a cada vez que aqueles fadados a serem objetos, a serem mercadoria, reivindicam seu direito de ser humano, seu direito de ser sujeito e não apenas assujeitado. Quando negros, índios, empregadas domésticas, nordestinos, pobres querem ser gente, essas elites se veem ameaçadas em sua própria humanidade, temem passar de sujeitos a assujeitados e tratam de acabar com a festa na senzala.

Mas, para Hegel, havia um problema em tudo isso: o escravo era posto a trabalhar e, ao trabalhar, afirmava a capacidade humana de transformar a natureza, de criar, de inventar o que não está dado ou posto no mundo. O escravo se redescobria humano ao ver que suas mãos, que suas habilidades, que sua inteligência, que sua imaginação eram capazes de criar coisas que ainda não existiam no mundo. O escravo se descobria assim ativo no mundo e, portanto, sujeito de seu trabalho. E mais, o escravo via o seu senhor se apropriar daquilo que ele produzia com o seu trabalho. O escravo podia perceber que o senhor dependia de seu trabalho. Numa reversão dialética, como costuma também acontecer com as crianças (com o tempo, os pais precisam do apego e do amor de seus filhos para viverem, inclusive na velhice precisarão do amparo que um dia lhes deram), os escravos, mesmo sendo considerados coisas, eram eles que acabavam por conferir humanidade a seu senhor que, por não trabalhar, por nada criar e inventar com suas próprias mãos, por não produzir as coisas de que precisava, nem mesmo a comida e a bebida, podia ter a sua humanidade negada. Quando se apropriavam do fruto

do trabalho de seus escravos, os senhores se apropriavam de sua humanidade e tornavam-na a humanidade deles. Era necessário que essa dependência dos senhores de seus escravos até mesmo para existirem como humanos fosse negada, fosse encoberta por toda uma produção discursiva, cultural, conceitual, amparada no racismo, que tornasse o próprio corpo, a própria carne dos escravos suspeita de não humanidade, de animalidade. As teorias de superioridade racial, que ainda ressoam nas piadas de Bolsonaro sobre afrodescendentes que, segundo ele, “não servem nem para procriar”, eram a tentativa de mascarar que o escravo era “os pés e as mãos do senhor”, que o escravo era o corpo do senhor, era ele que lhe dava a vida e a riqueza, a segurança e o amparo e, muitas vezes, dava-lhe, inclusive, o sexo e o amor.

Não é difícil pensar a partir desse raciocínio, tão bem desenvolvido em recente livro da filósofa norte-americana Judith Butler (a odiada filósofa que causou manifestações patéticas dos coxinhas e bolsominions quando veio ao Brasil e é acusada de ser a introdutora da “ideologia de gênero” entre nós), para pensar sobre o comportamento de nossos empresários industriais. Se os aplausos entusiastas a Bolsonaro se transformaram em vaias, quando o candidato Ciro Gomes expressou sua disposição em modificar a reforma trabalhista aprovada pelo governo golpista que, como sabemos, foi uma das exigências para que a FIESP se tornasse um dos carros-chefes do golpe contra a democracia (não podemos esquecer que os apoiadores de Bolsonaro, hoje, apoiaram o golpe e a ditadura militar de 1964), isso se deve ao fato de que todo empresário sofre daquilo que Hegel chamou de consciência infeliz e Nietzsche, outro filósofo alemão, chamou de má consciência, por saberem que suas vidas, suas existências como sujeitos econômicos, políticos e culturais dependem da existência e do trabalho do outro, da existência e do trabalho do trabalhador, dos quais eles se apropriam. A defesa da propriedade do trabalho de outrem, da apropriação privada do trabalho alheio, é condição fundamental para a formação dessa consciência culpada,

que precisa constantemente construir justificativas ideológicas de superioridade social, educacional, civilizacional, de classe, de raça, de gênero para se tornar minimamente justificável. As blagues do capitão com aqueles que normalmente formam a classe trabalhadora (afrodescendentes, cearenses, goianos) soam assim como um bálsamo para ouvidos marcados pelo desejo de justificar as desigualdades e as hierarquias de fortuna e de condição social, buscando, sempre que possível, naturalizá-las, desresponsabilizando a ordem social em que vivem, as leis e normas, os códigos e regras que fundam essa desigualdade na constituição dos sujeitos humanos desde o berço, o que facilita a naturalização ou mesmo a responsabilização do divino por tais diferenças de destino. Mas sempre que o trabalhador exerce seu trabalho (por isso, o desemprego nada significa para a classe empresarial, é uma espécie de vitória para o ser mesmo humano do empresário sempre que o desemprego vem desumanizar o trabalhador), ele reafirma sua humanidade e sua relevância social perante uma classe que para ser relevante precisa concentrar em suas mãos a riqueza produzida por outrem, apossando-se da mais-valia, do sobretrabalho. O empresário se apossa do conteúdo de humanidade que há naquela riqueza para se sentir humano e poder dizer que sua função social é fornecer trabalho, é fornecer emprego, no que quer dizer que mesmo sendo o principal beneficiado de um modo de produção desumano é ele que concede humanidade ao trabalhador e não o reverso. Por isso, toda reivindicação trabalhista, toda vez que a classe operária se coloca como sujeito de sua vida e de seu trabalho, incomoda profundamente uma classe que vive de parasitar a humanidade alheia. Assim como os escravos afirmavam sua humanidade não apenas trabalhando, mas resistindo de todas as formas à escravidão, criando arte, cultura, religião, formas de vida, o que incomodava os senhores que tinham que reconhecer a contragosto essas manifestações de humanidade, sob pena de instaurarem o permanente conflito e afrontamento aberto em suas senzalas, o que inviabilizaria sua

produção, toda vez que o senhor tinha que se curvar a um desejo do escravo (assim como cada vez que nos rendemos aos desejos de uma criança) estava reconhecendo sua humanidade e sua condição de sujeito, o empresário reconhece a humanidade e o caráter de sujeito do trabalhador, quando ele se manifesta politicamente, quando ele faz greve, quando ele produz seus próprios modos de vida. A reforma trabalhista tira direitos dos trabalhadores, logo os torna menos humanos, menos sujeitos de suas vidas e mais sujeitos, subjugados, assujeitados a patrões que dependem disso para se sentirem sujeitos, para se sentirem gente.

Quando Bolsonaro disse que eles eram os seus patrões, o gozo só podia ser generalizado. Depois que tiveram que viver por doze anos sob o governo de um partido político que nasceu para dar aos trabalhadores a condição de sujeitos de sua própria vida política, fugindo do assujeitamento aos partidos dos patrões. Partido que levou ao poder um operário, em quem aqueles senhores não se viam como igual. Consciente ou inconscientemente julgavam que ele está ali, naquele lugar, usurpava o direito exclusivo deles de serem sujeitos da ordem política. Lula, cada vez que entrava na CNI, lembrava àqueles senhores que seu papel de sujeito havia diminuído e que a humanidade deles, que julgavam ser de outra qualidade, estava não só sendo contestada, mas rebaixada. Ter um capitão que representa a força, a virilidade, o poder, o masculino, o dominador, o branco, o rico, o heterossexual, aos seus serviços, na condição de serviçal, de subordinado, de subalterno, de pau-mandado, inflama a libido e o desejo dos capitães de nossas empresas. Mesmo que masoquistamente estejam contribuindo para sua própria debacle como industriais, que estejam contribuindo para a destruição do país, que estejam contribuindo para tornar o país irrelevante no mundo e, por extensão, suas empresas; que sonhem apenas em vender o que têm o mais rápido para empresas internacionais e, com o apurado, viverem de dividendos da corrida rentista, o que os torna mais improdutivos, menos sujeitos e menos humanos; mesmo que estejam vendendo

as riquezas do país que podiam ser a base de sua atividade, nossa elite empresarial, colonizada, formada desde os primórdios na submissão e subordinação às forças externas, colonialistas, são elites subjetivamente colonizadas, que na sua formação internalizaram o sentimento de serem menos, de serem menores, o que as fragiliza, ainda mais, perante os trabalhadores e as outras classes sociais que têm, por isso mesmo, de rebaixar, de manter na ignorância, na miséria, na carência, na insegurança, na doença, pois somente diante de corpos e mentes mais frágeis e fragilizados é que se sentem sendo alguém e tendo força.

Ter um presidente da República como lacaio e serviçal, como é o caso do que no momento ocupa a cadeira presidencial, que seja um nada do ponto de vista intelectual e moral, é tudo que almeja uma elite formada no sadismo contra os escravos, os trabalhadores, as mulheres, os indígenas, os mais pobres, as crianças, mas que, dado o caráter reversível do desejo, é também uma elite masoquista, capaz de gozar ao se entregar gostosamente ao colonialismo e ao imperialismo, de se sentirem mais fortes como parasitas das forças internacionais, de se sentirem sujeitos quando se sujeitam aos ditames do capital internacional, de se sentirem humanos só quando aplicam políticas desumanas contra aqueles que os sustentam, dão a vida e a riqueza, dão o luxo e o conforto. Bolsonaro encarna, é bem a expressão dessa força ao mesmo tempo truculenta e frágil, machista e emasculada, poderosa e débil, externamente vigorosa e internamente pavorosa de tanta decrepitude, um jovem velho e decrépito como muitos dos nossos capitães de indústrias. Em seu narcisismo, os capitães de indústria se miram no espelho do capitão e se identificam com sua força fraca e sua potência impotente. Depois de passarem anos sem ter um presidente com quem se identificassem (como se identificarem com uma mulher e com um operário e nordestino), nossas elites industriais encontraram um homem para chamar de seu, mesmo que esse homem seja Bolsonaro, a expressão mais desabrida e descarada da má consciência, da consciência infeliz,

do sadomasoquismo de nossa burguesia, que nunca foi liberal de verdade. Nosso neoliberalismo é uma nova versão do porrete, do chicote, da chibata (a senadora Ana Amélia não me deixa mentir), das algemas e dos troncos em que nossas crianças e escravos foram e são “educados” e em que querem amarrar para assujeitar e desumanizar nossos trabalhadores. Temos uma elite empresarial que masoquistamente destrói o país a curto prazo, o que levará à sua própria destruição a médio e a longo prazo, mas que goza com sua própria impotência transformada em impotência de todos. O que não podem permitir é que outros venham a ter o poder, preferem a impotência. E para impotentes o simulacro de potência, de macheza e de hombridade de Bolsonaro seduz. Isso explica os aplausos gozosos de nossos industriais, a maioria deles sem indústrias ou fadados a perdê-las. Mas é assim que se dá o gozo masoquista: na perda de poder, na perda de humanidade, na perda do ser sujeito, contanto que esse gozo gere prazer sádico na destruição dos demais. Muita gente aposta que, na última hora, nossas elites não vão querer ver o circo pegar fogo: achamos que tocarão fogo e ficarão em seu interior se divertindo com a morte de todos à sua volta. Em todo masoquista, mora um sádico e vice-versa. Cabe a esperança que o candidato sádico ao se expor a um processo eleitoral de forma masoquista venha a externalizar toda sua menoridade, sua fragilidade, sua inconsistência, sua ignorância, e que os outros percebam o engodo que ele é. Nossos industriais percebem, mas como eles também são engodos, o processo de identificação e de espelhamento é inevitável.

Jair Bolsonaro ou a revanche do machismo

Uma das maiores revoluções ocorridas, no século XX, foi realizada pelas mulheres. Fruto dos vários movimentos feministas, as mulheres conseguiram conquistar mudanças significativas nas chamadas relações de gênero, ou seja, nas relações entre o que a sociedade define como sendo o masculino e aquilo que ela define como sendo o feminino. As relações de gênero, embora tenham como referente e ponto de partida as diferenças biológicas entre o homem e a mulher, entre o macho e a fêmea, portanto, as diferenças dos órgãos genitais e daquilo que se chama de sexo, são majoritariamente produto das culturas humanas, dos modelos que essas culturas constroem para modelar os corpos, os gestos, os comportamentos, os valores, para definir as condutas aceitas e interditas para cada corpo sexuado. Foi graças ao caráter cultural, social e histórico dos modelos de gênero, das relações de gênero, que as mulheres, através de suas lutas, conseguiram conquistar mudanças significativas nas maneiras de serem, conceberem e pensarem como deveriam se comportar e como deveria ser um corpo feminino. Se o feminino e o masculino fossem uma imposição da natureza ou uma atribuição do divino, como querem aqueles que se dizem adversários do que chamam de ideologia de gênero, as mudanças introduzidas nas relações entre homens e mulheres jamais teriam sido possíveis. A hostilidade desses grupos aos chamados estudos de gênero - grupos que contam com a participação de algumas mulheres -, é a prova de que o gênero não é natural, não é definido no nascimento, seja por parte de uma biologia determinista, seja por

parte de uma divindade autoritária e onipotente. Se esses grupos são hostis é, justamente, porque as lutas feministas, que são comumente ridicularizadas por eles, foram capazes de provocar profundas alterações nas hierarquias de poder e nas relações de dominação no campo do gênero e da sexualidade.

Desde o final do século XIX, as mulheres empreenderam através de suas lideranças, muitas vezes hostilizadas, ridicularizadas, perseguidas, violentadas, lutas específicas que foram mudando o lugar das mulheres na sociedade, que foram ampliando as possibilidades de escolhas para elas em campos tão diversos como o trabalho, a educação, as relações afetivas e sexuais. Como o masculino se define em relação ao feminino, cada mudança introduzida pelas mulheres em seus modos de existência afetará diretamente os homens. Cada conquista das mulheres significou uma reorganização nas relações e hierarquias entre homens e mulheres. Se os homens mostraram, quase sempre, muita resistência ao feminismo e às feministas, isso deve ao fato de que percebiam que as mudanças propostas pelas mulheres abalariam os privilégios e as prerrogativas tidas como dos homens. As mulheres foram avançando no sentido da reivindicação da igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres, o que significou a contestação e a ameaça às hierarquias e desigualdades vistas e ditas como naturais entre o feminino e o masculino. Cada mudança que foi conquistada pelas mulheres exigiu dos homens uma remodelação das definições e formas de ser masculino.

Ao longo de toda a história, as relações entre homens e mulheres, as relações entre o masculino, na diversidade de suas formas (pois não existe e nunca existiu uma única maneira de ser masculino) e do feminino, também na diversidade de suas formas, foram marcadas por disputas, tensões, conflitos, afetos, desejos, alianças, hierarquias, opressões e subordinações. Os perfis de gênero, ou seja, as formas com que dadas sociedades e culturas definem o que é ser feminino e o que é ser masculino, sempre estiveram sujeitos a transformações, mudanças, acomodações,

redefinições, releituras, como tudo que é humano, como tudo que é temporal e histórico. A tentativa de grupos reacionários, notadamente masculinos, de retirar as relações de gênero do social e do cultural para as alojar na natureza, nasce, inclusive, de uma visão falsa e equivocada da própria realidade natural. A natureza é tão sujeita a mudanças, a mutações, a reorganizações, a reconfigurações quanto a realidade social e cultural. A natureza, ao contrário do que pensam muitos, não é estática, imóvel e fixa, ela está em constante movimento e, nesse movimento, gera, inclusive, formas de vida inviáveis, monstruosas, disformes, segundo os valores e padrões de nossas culturas. No campo da sexualidade, por exemplo, os casos de intersexualidade (o que antes se denominava de hermafroditismo), ou seja, pessoas que nascem com a presença de traços dos genitais dos dois sexos ou mesmo possuem composição hormonal ou configuração genética que torna o corpo indefinido ou intermediário entre o que chamamos de dois sexos, é muito mais comum de que se pensa. A natureza, ao contrário do que quer os conservadores e moralistas, não é determinista, ela é probabilística, como todo geneticista sabe. Mesmo um aluno de ensino médio que tenha estudado genética se dará conta que a natureza não é uma máquina, que ela joga com dados e as combinações e configurações dos corpos podem ser variadas, inclusive existindo a possibilidade daquilo que uma dada sociedade e cultura definem como anormalidade.

Os homens, percebendo o perigo para o poder que detinham na sociedade, reagiram de várias maneiras aos avanços femininos. Infelizmente, como toda grande transformação social, a revolução feminina não ocorreu sem derramamento de muito sangue. Os homens, formados e educados pelo machismo, ou seja, pelo discurso e pelas práticas que legitimam, explicam e naturalizam a dominação masculina, reagiram, muitas vezes, de forma violenta e sanguinária diante da rebeldia e da contestação de seus privilégios e prerrogativas por parte das mulheres. Muitas mulheres foram violentadas e assassinadas por não aceitarem o papel que a tradição

social a elas designava. Muitas heroínas anônimas contribuíram para que a pregação feminista se fortalecesse e conquistasse, paulatinamente, uma presença mais destacada no interior da cultura e das sociedades ocidentais. Foi no embate duro, não apenas no espaço público, mas também no espaço privado e doméstico, nos quais deveriam estar confinadas, que as mulheres foram conquistando o direito ao trabalho (ainda que remunerado de forma discriminatória), o direito à educação (embora em carreiras específicas e tidas como femininas, para só depois tomarem de assalto a cidadela das profissões de maior prestígio social e maior remuneração), o direito de ser dona de seu próprio corpo, de não ser reduzida à condição de objeto do desejo e do prazer de um outro que não a levava em consideração, o direito a controlar sua própria vida sexual, de expressar seus desejos e fantasias eróticas, de ser dona de seu próprio nariz, de não ter como único destino o casamento e a maternidade. Todas essas conquistas significaram cobranças de modificação de comportamento, atitude, mudanças subjetivas, de valores e costumes por parte dos homens, que reagiram através da violência simbólica (com a ridicularização e deboche das lutas e lideranças feministas) ou através da violência física (cárceres privados, humilhações cotidianas, espancamentos, até mutilações e assassinato).

Todas as pesquisas de intenções de voto apontam para o fato de que o eleitorado do candidato a presidente Jair Bolsonaro é majoritariamente masculino, havendo uma distribuição bastante homogênea entre as faixas etárias, mas com predominância de homens na faixa entre 25 e 35 anos. Se quisermos entender a adesão surpreendente a um candidato medíocre e sem propostas como Bolsonaro (o debate no programa Roda Viva mostrou o quão despreparado e o quanto falta de inteligência e de acuidade mental ao capitão) temos que tomar como um dos elementos de explicação o que eu nomearia de revanche do machismo. Diante de um embate cada vez mais desvantajoso com o discurso feminista que, com o próprio avanço das mulheres em ocupar

posições socialmente destacadas, ganha legitimidade e aceitação social cada vez maior, o discurso machista foi se sentindo acuado, deslegitimado e cada vez mais ameaçado. Bolsonaro, com a sua verve abertamente machista e antifeminista, com suas atitudes e práticas de enfrentamento e combate contra as mulheres que galgaram posições de poder, como o entrevero com a deputada do PT, Maria do Rosário, onde utilizou toda a bateria de enunciados machistas ao seu dispor, aparece como um representante do discurso machista, capaz de retirá-lo da defensiva e colocá-lo outra vez na ofensiva, em seu embate com as propostas feministas. Bolsonaro deixa claro, em cada posicionamento, que não apenas não gosta de mulheres, principalmente se elas forem poderosas e feministas, como não tolera o feminino, daí sua aversão à homossexualidade, notadamente à homossexualidade masculina que, em sua cabeça machista, representa uma capitulação do macho diante do feminino.

O misterioso apoio a Bolsonaro não é, portanto, tão misterioso assim. Ele representa forças e discursos, desejos e sentimentos, valores e costumes presentes em nossa sociedade, em seu cotidiano, que se mantinham em certa invisibilidade pela perda de legitimidade social e midiática. Bolsonaro, com suas atitudes espalhafatosas e estudadamente agressivas, com seu discurso assumido e politicamente incorreto, trouxe novamente para a mídia e para as redes sociais esses desejos, esses valores, essas maneiras de ser e pensar identificadas com o machismo, identificadas com dadas maneiras de ser masculino, que adquirem assim a repercussão e a legitimidade que haviam perdido pelo trabalho militante das mulheres e daquelas forças sociais e políticas identificadas com suas causas. O ser anacrônico que é Bolsonaro expressa e representa o anacronismo das forças sociais, das ideias, valores e costumes que configuram um estilo de ser, um modo de ser masculino definido pela cultura do machismo. Bolsonaro, suas grosserias e agressões soam como uma reação, uma rebelião dos machos contra o avanço perigoso da marcha feminina

e feminista que ameaçava tragar a sociedade e todos os homens. A horda bolsonarista é formada majoritariamente por homens revoltados, ressentidos, indignados por terem sido vítimas, em algum momento de suas vidas, daquilo que decodificaram como sendo culpa das mudanças nas relações de gênero introduzidas pelas mulheres e pelo feminismo. Desde o adolescente que não consegue ver e ser servido e cuidado pela mãe porque ela trabalha, passando pelo jovem que com suas ideias e práticas machistas não consegue conquistar nenhuma mulher que deseja e é um fracasso como amante e nas relações sexuais, até o homem que foi deixado por sua companheira por ela não suportar o seu machismo são sérios candidatos a bolsominions. Desde o senhor de idade que viu com contrariedade as relações entre homens e mulheres se transformarem, passando pelo profissional que se viu preterido num emprego ou num concurso por mulheres, até aquele rapaz que se apavora diante de seus desejos homossexuais que, de dentro do armário, passa a hostilizar todo e qualquer rapaz que tem coragem de viver o seu desejo, que anseia por exterminar do mundo a homossexualidade, para ver se assim elimina o desejo que o persegue, todos são destacados candidatos a buscarem em Bolsonaro o personagem que represente e projete socialmente os seus desejos e frustrações.

Um homem, um rapaz, um adolescente, um menino que não aceita as mudanças introduzidas nas relações de gênero pelas mulheres, nos últimos séculos, são sérios candidatos à frustração de seus desejos e pulsões e logo à infelicidade, à revolta, à agressividade, ao pânico diante do diferente, ao ressentimento, ao ódio machista. Uma professora, em pesquisa realizada com estudantes adolescentes de escolas de periferia em São Paulo, constatou que muitos deles se identificavam com Bolsonaro não propriamente por suas ideias (que são poucas e absurdas), mas por sua atitude que parece ser de rebeldia e de contestação. Eles que são meninos e adolescentes, por sua condição social e racial de nascimento, já fadados ao fracasso no que tange a assumir, com

sucesso, a condição do macho alfa, aquele que possui poder, que é o provedor, que tem dinheiro, posição, poder, que é branco e que é o centro das atenções das meninhas, veem em Bolsonaro a possibilidade da revanche. A grosseria e o sem modos do capitão não lhes são estranhos, vivenciam isso todos os dias em seus próprios lares, pois possuem pais e padrastos que dele pouco diferem (quando os têm, sendo o mais comum nem os conhecerem, uma violência ainda maior); vivenciam isso através das lideranças mafiosas e criminosas que dominam suas comunidades, elas corporificam uma masculinidade extremada e violenta; vivenciam isso cotidianamente quando são vítimas da brutalidade, do racismo e da violência das instituições policiais, machos de classes populares, como eles, que veem na farda de uma corporação militar a possibilidade de ter uma vida minimamente digna e como um lugar para exercer sua masculinidade agressiva e exacerbada.

Causa espanto, para muitos, que mulheres e homossexuais sejam eleitores de Bolsonaro, como se o machismo não fosse formador das subjetividades de meninos e meninas, independente de sua escolha de objeto sexual. São mães machistas que formam filhos e filhas identificados com o machismo. Muitas mulheres se queixam de que o feminismo acabou com a figura do provedor e jogou nas costas das mulheres mais uma tarefa, a de se sustentarem, além de sustentarem e cuidarem da casa e filhos. Muitas mulheres alimentam fantasias machistas de retorno de um padrão de relações de gênero que obriguem os homens a voltarem a ter o papel de provedor, a ter o papel de pai de seus filhos (papéis que os homens navegando no discurso feminista trataram de desertar porque requer muita responsabilidade). Muitas mulheres chegam a temer e a culpar as mudanças de valores e costumes pela crescente visibilidade da homossexualidade, notadamente da masculina. A homofobia entre as mulheres, notadamente fruto da introjeção de discursos religiosos, são um dos elementos que explicam a adesão delas a Bolsonaro. Ele encarna e corporifica o antigo machão que não deixava de ser atrativo sexual e afetivamente para muitas

mulheres. Ele encarna e corporifica, inclusive, o sadismo machista que pode atrair mulheres e homossexuais tomados por desejos masoquistas. Entre os homossexuais masculinos são comuns as fantasias masoquistas, a culpa pelo desejo considerado anormal, leva a que muitos homossexuais inconscientemente busquem a constante punição. Se frequentarmos sites destinados a veicular contos e vídeos destinados aos homossexuais masculinos nos damos conta de como é mais comum do que se pensa o desejo por figuras que representam, como Bolsonaro, o poder total, discricionário, a dominação absoluta. Muitos querem ser humilhados, subjugados, até mesmo violentados por policiais, bandidos, tarados, lutadores, bombeiros, sequestradores, etc (claro que sabemos da distância entre fantasia e realidade, muito do que fantasiamos não queremos ver realizado). Muitos só se sentem conciliados com seu desejo se se colocarem em situações de humilhação, subserviência e subordinação, que associam a um dado modo de ser feminino, um feminino submisso, que goza com a humilhação e até com a violência simbólica e física. Bolsonaro encarnaria a figura do machão que estaria em extinção e em perigo, deixando, assim, o desejo de muitas mulheres e homossexuais no desamparo. Os desejos de extermínio do capitão se encontrando com os desejos suicidas de muitos.

Bolsonaro encarna as forças reacionárias aos avanços civilizacionais trazidos pelas conquistas das mulheres e homossexuais nestes últimos séculos. Ele encontra a parceria daqueles que se sentem, de alguma forma, atingidos por essas mudanças, aqueles que consideram que suas vidas sofreram perdas ou foram perdidas porque as mulheres e os homossexuais mudaram social e culturalmente seu modo de existir. Bolsonaro representa a revanche dos machistas, sejam de que condição sejam. As pesquisas eleitorais mostram que, ao contrário do que se possa pensar, os votos em Bolsonaro não vêm dos pobres ou dos ignorantes. A maioria de seus votos vem das camadas dominantes e, majoritariamente, de homens que cursaram uma formação universitária. Podemos

dizer que Bolsonaro é o representante do machismo esclarecido e de classe, já que, para a maioria dessa gente, o feminismo é inseparável do comunismo, de posições políticas de esquerda, o feminismo é identificado como uma ameaça aos privilégios não apenas de gênero, mas a qualquer privilégio, inclusive, de classe. A pregação feminista, desde o século XIX, se apoia nos conceitos perigosos da igualdade e da liberdade, nascidos da Revolução Francesa, com a qual todos os reacionários nunca se relacionaram bem. Ao pregar igualdade nas relações de gênero, o feminismo legitima essa reivindicação e amedronta aqueles portadores de privilégios de classe, que não gostam nem de ouvir falar em tal coisa. Se Bolsonaro é a encarnação da defesa das hierarquias e das desigualdades, não é de estranhar que, apesar de ser um chucro, um rude, um ignaro, um boçal, tenha o apoio de parte dos machos de nossas elites e se candidate a ter dela todo o apoio se o candidato chuchu não emplacar e, porventura, um candidato da esquerda chegar ao segundo turno com o capitão. O machismo já aproxima a todos, não será difícil que nossa elite chic dê o passo na direção ao homem dos rompantes e da fanfarronice machista, se as circunstâncias os irmanarem. A operação salvar os machos está aberta, as urnas pode ser um desaguadouro dela!

Os donos da voz e da imagem

Um dos princípios basilares da moderna democracia, burguesa e liberal, é o direito de todo cidadão à livre manifestação e expressão. Uma das conquistas trazidas pelas revoluções burguesas, dos séculos XVII e XVIII, e consagrada como princípio integrante do constitucionalismo moderno, o direito às manifestações públicas de ideias e posições políticas, o direito de todos à participação na vida pública é inseparável da própria ideia de república. Pode-se avaliar o estágio de democratização de uma sociedade, a qualidade da vida pública, a efetiva vigência de um Estado republicano, pelo respeito à liberdade de ir e vir, falar, defender ideias, ter acesso aos meios de comunicação públicos. Se observarmos o momento em que vive a sociedade brasileira, quando atentamos para o respeito ao direito de livre expressão e manifestação de ideias por parte de todo e qualquer cidadão, de toda e qualquer força política, fica claro que não vivemos num efetivo regime democrático e republicano, que inúmeros traços de um Estado de exceção constituem o cotidiano da vida política brasileira.

O caráter estamental da sociedade brasileira, ainda apoiada na ideia do privilégio e da exclusão de algumas categorias sociais do acesso aos plenos direitos (na maioria dos condomínios brasileiros, os regimentos internos se acham no direito de interditar que dadas pessoas frequentem dadas áreas e equipamentos, num claro desrespeito ao princípio constitucional da não discriminação por condição profissional, de classe, racial, de gênero, etc.), também se manifesta no que tange a observância do direito da livre expressão e manifestação. No Brasil, nem todos têm direito

à voz. Como cantou certa vez Chico Buarque, aqui existem os donos da voz e aqueles que são dela desapropriados, desapossados. Vivemos numa sociedade em que só alguns têm direito à fala pública, têm direito de se pronunciarem em público e serem escutados pelos demais. Vivemos num país de falas interdidas, sufocadas, pronunciadas às escondidas, ruminadas entredentes. Numa sociedade em que por séculos crianças, mulheres, escravos, agregados só falavam quando a eles era dada permissão, que só dirigiam a voz ao pai, marido, senhor, patrão, coronel pedindo licença, abaixando o tom da fala, gaguejando, falando o estritamente necessário, houve um aprendizado do silêncio, do silenciar, em dadas situações e diante de dadas pessoas. No Brasil, houve o aprendizado do silêncio diante das figuras de poder, aquelas que podiam ou não conceder a fala ao outro. O Brasil é uma sociedade que se formou com alguns tendo direito a levantarem a voz e com a maioria condenada a falar baixo ou ao pouco falar. O poder em nosso país se encarnava e se expressava (se encarna e se expressa ainda) através daqueles que falam mais alto, que detêm a voz de comando, aqueles que têm direito ao grito, ao berro, no trato com os demais. Em toda a literatura brasileira, os personagens que encarnam o poder costumam gritar, esbravejar, descompor, vituperar, xingar aqueles considerados seus subordinados ou inferiores. Na cultura popular, levar grito define a situação de subalternidade de uma dada pessoa, ser gritado é, ao mesmo tempo, uma extrema situação de humilhação e uma condição mesma daqueles que dependem, que precisam, que estão baixo ao poder de mando de alguém.

Vivemos numa sociedade em que vence aquele que fala mais alto, em que o tom da voz está diretamente ligado ao lugar de poder que se ocupa. Em nossa sociedade, a autoridade está ligada ao direito de falar em dadas situações e de erguer a voz quando fala. A maior afronta que um subalterno podia realizar, a maior desfeita que uma mulher, que um filho, que um empregado, que um escravo, que um agregado podia cometer era levantar a voz

para seu marido, para seu pai, para seu senhor, para seu patrão e protetor. Portanto, somos, desde nossa formação, uma sociedade também desigual na partição da fala, no acesso ao direito de falar. Desde o início da colonização, alguns detêm o privilégio da fala pública, enquanto a maioria dispõe apenas do recurso e dos poderes da fala clandestina, da fofoca, do mexerico, da fala anônima, do boato, do disse me disse, da fala privada e íntima, das meias palavras, da voz sibilina. Reconhecemos uma pessoa de subjetividade autoritária por sua maneira de falar. O candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro, é a própria voz do autoritarismo, sua fala arrogante, gritada, altissonante, ríspida diz muito de suas ideias políticas e de seus valores. Ele é fruto de uma educação militar onde a obediência e a observância de uma voz de comando são um elemento nuclear. Nos meios militares, nas Forças Armadas, uns ditam ordens e outros obedecem, uns possuem a voz de comando, que deve ser obedecida, sob pena do sofrimento de punições e retaliações. Essas instituições não são lugares adequados para o aprendizado da partilha da voz, para o aprendizado do respeito ao direito de todo e qualquer um se expressar, dizer o que pensa, o que sente, o que julga correto e verdadeiro.

O caráter excludente da sociedade brasileira, no que tange ao próprio direito de expressão, explicita-se e se materializa em nossos meios de comunicação. Eles dificilmente operam a partir das concepções liberais que os conceberam. Estão distantes de ser tribunas públicas dos interesses coletivos ou nacionais. Estão distantes de estar abertos a todas as ideias, a todas as formas de pensar existentes no social. Estão distantes de dar acesso de forma equânime a todos os partidos ou tendências ideológicas e políticas presentes na sociedade. Desde o início, nossos jornais já operaram de maneira facciosa, já surgiram para dar voz apenas a um dado grupo político ou de interesses. A prática do insulto e do vitupério aos adversários dos donos dos jornais foi uma prática comum. Quando emergiu o rádio e, posteriormente, a televisão,

essa realidade não se alterou. Os donos de meios de comunicação fizeram deles uma arma a serviço de seus interesses privados e corporativos. A ideia de que os meios de comunicação devem servir a interesses públicos e coletivos, dado que ocupam o espectro que é uma propriedade da União e que exploram uma concessão pública, torna-se letra morta, mesmo estando consagrada na Constituição Federal. O comum, no país, são os meios de comunicação serem usados para chantagear ou acossar adversários políticos e empresariais. A trajetória de Assis Chateaubriand e seus Diários Associados e a de Roberto Marinho e das Organizações Globo explicitam o monopólio da fala, o monopólio da comunicação e, por consequência, do poder que ela confere, em nosso país.

Não se pode constituir uma sociedade verdadeiramente democrática e republicana quando temos organizações de mídia que se apossaram do direito à expressão e à fala no país. A vida pública e a própria democracia se corrompem quando organizações ditas jornalísticas se comportam como facções políticas, como partidos políticos, interditando e calando o acesso à voz a quem considera adversário ou inimigo político. Numa sociedade onde a imagem ganhou cada vez maior importância, o direito de poder veicular sua imagem também é um direito fundamental. Hoje o direito de imagem constitui objeto até de negócio, de premiação e ganhou estatuto jurídico. No entanto, nossos meios de comunicação violam diariamente o direito de imagem daqueles a quem quer destruir política e pessoalmente. Essa situação se torna mais assustadora quando o Poder Judiciário, que deveria zelar pela observância do direito de livre expressão e manifestação, usa o seu aparato institucional para censurar dadas falas e dados personagens, buscando excluí-los da vida pública. O juiz, o membro da justiça, que já possui um assustador e desmesurado poder de falar, poder de sentença, que pode usar as palavras, a sua voz para proferir a condenação de alguém, fadando-o ao encarceramento e à exclusão do convívio social, passou a usar esse poder para interditar a voz daqueles com quem não concorda ou de quem quer

ver calado e emudecido. Uma justiça, cujos meios de controle não são eficazes, por serem corporativos e não sociais e que, por isso mesmo, tendem ao monopólio do direito de falar, não se abre para escutar dadas vozes que questionam seus privilégios e o caráter de casta que seus integrantes parecem aspirar, uma casta dona da justiça, o que é ainda mais grave.

A luta social também se dá em torno da fala. Não sejamos ingênuos de pensar que exista alguma ordem social onde o acesso à fala pública e o direito de expressão sejam irrestritos. As desigualdades de todos os tipos repercutem no direito à voz e à imagem. As desigualdades de gênero se expressavam e se expressam na censura e no silenciamento das falas femininas. O feminismo se inicia como uma fala pública de mulheres que, por seu turno, reivindicam o direito de expressão das mulheres e contestam as falas depreciativas e estereotipadas sobre o feminino. O feminismo, através do uso da fala, busca dar voz às mulheres e reconfigurar os discursos que as define e significa. Numa sociedade de classes, a partição da fala é desigual, o que faz da busca pelo direito a livre expressão e manifestação uma utopia da qual não podemos abrir mão. A transformação social passa pela mudança dos discursos, mas também pela mudança de quem discursa, de quem tem ou não acesso à fala. Os meios de comunicação atuam e são agentes das lutas políticas em torno do falar e do se expressar, eles não são ingênuos, neutros ou equidistantes. Eles atuam veiculando e censurando falas e imagens. Eles atuam produzindo e distorcendo falas e imagens. Notadamente em nosso país, tudo o que menos importa para nossos veículos de comunicação é a busca pela verdade e a tentativa de representar a realidade, notadamente quando se trata de dados temas e personagens. Eles são verdadeiras máquinas de falseamento, de distorção, de silenciamento, inclusive em relação às suas próprias práticas e relações, em relação a seus interesses e a suas atividades, muitas vezes, tismadas de ilicitude.

Nas últimas semanas, ocorreram dados eventos que são significativos quando se trata do direito de expressão e manifestação no país. Um dos mais reveladores envolveu a jornalista Miriam Leitão, grande estrela do comentário econômico das Organizações Globo e uma entusiasta defensora das políticas neoliberais e do golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016. Após a entrevista com o candidato Jair Bolsonaro, que lembrara que, como ele, a Rede Globo foi uma entusiasta de primeira hora do golpe militar de 1964, a jornalista ficou encarregada de emitir uma nota da emissora, justificando seu passado golpista (do presente golpista nada foi falado). A nota aparentemente lhe foi transmitida através de um ponto eletrônico, o que de certa forma já dificultou a sua emissão. No entanto, o dado sórdido do episódio é que os Marinho, os patrões de Miriam Leitão, sabem de seu passado de mulher aprisionada e torturada pelo regime militar. Obrigá-la a ler uma nota em que a empresa em que trabalha afirmava que, à época, o apoio à ditadura e, com ela à tortura, lhe pareceu o melhor a ser feito, causou nítido constrangimento para a jornalista. Seu sofrimento, não apenas psíquico, mas físico (uma pessoa torturada carrega as memórias da tortura nas carnes e toda vez que essa memória é acionada, é na pele que a dor é sentida e não apenas subjetivamente) era notório. Sua elocução tatibitate, a voz quase desaparecendo, sua fala entrecortada, aos soluços, a total falta de convicção daquilo que dizia, sua palidez, a expressão de sofrimento no rosto, sua quase imobilidade eram sintomas evidentes do mal-estar que dela se apoderara. Embora nós não consigamos ter a menor empatia com a jornalista, notabilizada pela fala arrogante, assertiva, de dona da verdade, notabilizada por desqualificar os próprios valores e visões de mundo que defendeu no passado, tudo em nome de ocupar o lugar de poder, de visibilidade e auferir os dividendos pessoais e financeiros de sua adesão ao status quo, pela primeira vez tivemos vontade de com ela nos solidarizarmos, sentimos pena e dó de ver a que ponto alguém pode chegar em troca de um lugar no mundo. O sadismo de seus patrões ficou explícito

no episódio, é como se quisessem testar a jornalista quanto a sua lealdade e fidelidade, é como se quisessem ver até onde ela chegaria, o que aguentaria para manter o lugar de poder de que dispõe. No episódio, Miriam Leitão deixou de ter voz própria para ser a voz do dono, a voz do patrão. Nele fica claro quem manda e quem obedece, quem tem a voz de comando e quem apenas ventríloqua a fala de quem comanda. Num mundo em que as mulheres lutaram tanto para ter direito à voz pública, ver uma mulher de destaque, que tem acesso a um lugar privilegiado de fala, ser apenas a voz de uma empresa, de uma organização, causa enorme tristeza. Ver uma mulher violentada em sua dignidade, em seu ser próprio, humilhada, reduzida à porta-voz de um patrão sádico e perverso, foi um dos espetáculos mais deprimentes e indignos dos últimos tempos. Esses são os donos da voz no Brasil, essa é a qualidade humana e ética daqueles que detêm o controle da comunicação no país. Ficamos imaginando o que deve ter sentido a presidenta Dilma Rousseff vendo aquela cena. Ela, uma mulher que foi derubada por um golpe injusto, por uma trama urdida pelas figuras mais deprimentes do país, que caiu de pé, que nunca abriu mão de sua dignidade, que mesmo vítima de misoginia nunca negociou seu lugar de poder e nunca abriu mão de sua altivez, uma presa política e uma mulher torturada pela ditadura, como terá visto aquele espetáculo de desonra à figura de uma mulher? Lembremos que a jornalista Miriam Leitão protagonizou episódios de confronto com a candidata e com a presidente, numa clara disputa em torno de quem detinha a palavra autorizada sobre a economia. A antipatia da jornalista pela presidente sempre foi notória, talvez porque a presidente lembrasse demais quem um dia foi a jornalista, postada agora do outro lado do espectro político-ideológico. Enquanto a jornalista atravessou o Rubicão, a presidente se manteve na margem esquerda do rio e da história. Mas, não cremos que Dilma tenha gozado com a cena, cremos que ela, como nós, sofreu ao ver uma mulher rebaixada e humilhada pela própria casa em que trabalha e a quem serve de maneira tão fiel.

Outro episódio revelador do momento em que vivemos é o silêncio dos programas jornalísticos da Rede Globo em torno da candidatura e campanha do presidente Lula. A Rede Globo tem feito de conta que a candidatura Lula não chegou a ser registrada, que não existe um candidato a vice-presidente livre e em campanha. Burlando a lei, que obriga que as redes de televisão, que são concessões públicas, cubram, de forma equânime, as campanhas dos candidatos a presidente da República, os programas jornalísticos da TV Globo silenciam completamente a existência de Lula como candidato. Dando a impugnação da candidatura como certa, ela a antecipa e, o pior, não dá visibilidade a Fernando Haddad que, em caso de impugnação da candidatura de Lula, assumirá o seu lugar. Atuando explicitamente como um partido político, mandando às favas qualquer prurido ético ou jornalístico, as empresas dos Marinho voltam a praticar o chamado jornalismo de guerra, que não é jornalismo algum. Os programas jornalísticos da Globo e seu próprio jornal se transformaram em panfletos político-partidários, em que a verdade e a realidade são sacrificadas em nome das preferências político-eleitorais de seus donos. Numa deriva golpista, que está corroendo qualquer credibilidade que pudesse ainda ter, as organizações dos Marinho querem ser as donas da voz, as donas das imagens. Em país nenhum do mundo, com o mínimo de respeito pelo jogo democrático, podia se assistir a tal coisa, o sequestro de uma candidatura, a tentativa de reduzir ao silêncio, a inexistência um evento, um fato. Já não se trata de deturpar a realidade, mas de desrealizá-la, de fazer de conta que ela não existe. Com a ajuda luxuosa do Judiciário, Lula vem sendo impedido de dar entrevistas, de participar de debates, de expor as suas ideias, direitos que um preso, sem que seu processo tenha transitado em julgado, ainda não perdeu. É espantoso ver um Poder Judiciário que burla as leis, que as interpreta por conveniência, que inventa casuísmos e procedimentos inusuais, que acelera ou desacelera ações e julgamentos visando única e exclusivamente calar uma voz, calar um homem, evitar que ele apareça,

que ele fale com a população que, segundo todas as pesquisas, não só o quer ver e ouvir, mas nele quer votar para ser seu presidente. Uma casta privilegiada se acha no direito, fazendo do direito uma arma, de definir quem pode ou quem não pode falar ou aparecer, num total desrespeito à lei maior que deveria obedecer e aplicar. Até de receber visitas o preso político Luís Inácio Lula da Silva tem sido proibido.

O mais assustador é ver a quase totalidade dos candidatos a presidente da República, aqueles que deveriam, pois, ter apreço pela democracia, pelos direitos fundamentais das pessoas, ter apreço pela república, serem agentes de censura, reivindicarem que Lula não possa ser representado por seu vice nos debates, que deva ser retirado das pesquisas eleitorais e que sequer um púlpito vazio simbolizando sua ausência nos debates possa ser utilizado. O candidato Jair Bolsonaro, como era de se esperar, exigiu aos berros que o púlpito “do bandido” fosse retirado, no que foi secundado, para pasmo de todos nós, por candidatos como Marina Silva e Ciro Gomes que, um dia, já se disseram de esquerda, se disseram democratas e comprometidos com os direitos humanos. Em comum a arrogância da fala e da voz, o desejo de ser a voz única e definitiva, o direito de pontificar. Eles que viveram muitos anos tão próximos de Lula, poderiam ter prestado pelo menos atenção na forma dele falar, tão criticada e ridicularizada pelas pretensas elites do país, uma fala sem empáfia, sem arrogância, uma fala enfática, vigorosa, inteligente, sedutora, cheia de convicções, uma fala assentada na experiência e na sabedoria trazida pela vida e pela reflexão incessante sobre ela, pelas inúmeras leituras que nossa elite iletrada nunca foi capaz de fazer. É do poder dessa fala, é do poder dessa voz que todos têm medo, por isso a querem calar, emudecer, enterrar (muitos sonharam e sonham com a morte dele para que se cale de vez). A voz do “analfabeto” põe, em pânico, nossa inteligência tacanha. Sem a sua presença, o nível dos debates que temos assistido é assustador. As falas dos candidatos alcançam com Daciolo o nível

do delírio e do devaneio. A pobreza de ideias, de propostas, a dificuldade de fala e argumentação são o atestado do deserto de vozes em que a mídia quer nos jogar, pois, no fundo, ela quer para si a única palavra. Lula é insuportável, é inconcebível porque tem voz e imagem próprias, não precisa da mídia, não precisa do Jornal Nacional para existir (Roberto Marinho no auge de sua arrogância de dono da voz e da imagem disse que se algo não passava no Jornal Nacional não existia), ao contrário, ele sobrevive, subsiste apesar da campanha diuturna feita pelo informativo dos Marinho para destruir sua imagem e para calar sua voz. Eles não sabem, como Lula sabe, que sua voz não morre porque ele fala através de milhares de pessoas, ele existe em milhões de Lulas. O ódio dos donos da voz e da imagem em relação a Lula, é que, ele existe sem e apesar deles.

Entre fachadas e chamas

Em uma semana, o perfil predatório, violento e destrutivo da elite brasileira se materializou em dois eventos que ficarão marcados na história do país. Entre a noite do dia 02 e a madrugada do dia 03 de setembro de 2018, um acervo de mais de vinte milhões de itens, reunidos em dois séculos pelo Museu Nacional, foi completamente devorado por um incêndio, que transformou em cinzas uma parte da história do país, da memória da pesquisa científica, fazendo poeira do esforço de centenas de cientistas que fizeram daquela instituição uma referência em estudos no campo da etnografia, da etnologia, da antropologia, da zoologia, da botânica, da arqueologia, da paleontologia, etc. Em meio às chamas desapareceram, em agonia, a coleção de peças egípcias iniciada por D. Pedro II; a coleção de arte e artefatos greco-romanos da imperatriz Teresa Cristina; esqueletos de dinossauros, como o *Maxakalisaurus topai*; “Luzia”, o mais antigo fóssil humano encontrado no país; milhares de objetos pertencentes a culturas indígenas, já destruídas pela voragem da elite branca brasileira; outros tantos objetos pertencentes as etnias africanas, aos negros arrastados como escravizados para serem vítimas da violência e predação dos senhores da terra; coleções de insetos, borboletas, conchas, corais; além de uma biblioteca voltada para o campo da antropologia com mais de 200 mil títulos catalogados.

Na tarde do dia 06 de setembro de 2018, em Juiz de Fora, o candidato de extrema-direita à Presidência da República, Jair Bolsonaro, viu se materializar em seu próprio corpo a violência que vinha pregando como solução para os problemas de segurança no país. O candidato que, em campanha no Acre, havia

sugerido que fossem exterminados os petistas do Estado, declaração considerada normal pela chefe do Ministério Público Federal, a Sra. Raquel Dodge, recebeu, enquanto caminhava pelas ruas da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, uma facada no abdômen, desferida por um homem identificado como sendo Adélio Bispo de Oliveira, de 40 anos, com nítidos sintomas de problemas mentais, o que não o destacava entre os seguidores do candidato extremista. Dizendo-se inspirado pelo divino, o que não é uma novidade nesses dias em que vive o país, já que o próprio candidato foi se banhar nas águas do rio Jordão, disse ter uma questão pessoal a resolver com o valente candidato, que vinha na campanha se notabilizando por ensinar a crianças a como atirar. A Polícia Federal, onde não faltam admiradores do candidato, deverá explicar como seus agentes, que deveriam proteger quem pode ser o futuro presidente do país, permitiu que o candidato fosse esfaqueado por um homem solitário e sem nenhum esquema prévio montado para cometer o atentado. O ódio que se espalhou pelo país nos últimos anos, e costuma fazer vítimas entre os quadros da esquerda, chegou agora ao outro extremo político. Se Lula e sua caravana se safaram de um atentado à bala, ainda não esclarecido e com ninguém punido; se a vereadora do PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Franco foi executada em plena rua, sem que as autoridades tenham sido capazes, até agora, de desvendar o crime; o fato do desequilibrado que esfaqueou Bolsonaro tenha sido filiado por sete anos ao PSOL, logo se tornou motivo para dar ao atentado conotações políticas, negadas pelo agressor. Irresponsavelmente, o candidato a vice-presidente na chapa do PSL, o general Hamilton Mourão, foi logo acusando o Partido dos Trabalhadores pelo atentado, quando nada se fala dos vários ataques a sedes do PT, cometidos por militantes de extrema-direita.

O incêndio do Museu Nacional simboliza o total desprezo que as elites econômicas e políticas do país têm em relação à cultura, à ciência, à educação, à inteligência, em geral. A cultura é

considerada um mero enfeite, algo decorativo e sem importância, coisa de esquerdista e de quem não tem o que fazer. Temos uma elite colonizada que adora exibir a visita que fez ao museu de Paris, Londres ou Nova York, como mero compromisso turístico, destinado a fazer muitas fotos e selfs e exibir nas redes sociais, sem que ela signifique nenhum aprendizado e experiência concreta em termos estéticos, cognitivos e imaginativos. A grosseria e a rudeza de uma elite descendente de fazendeiros e senhores de escravos ou de imigrantes saídos de campos miseráveis; entupida de preconceitos e estereótipos nascidos de uma formação religiosa; educada na base do chicote, da palmatória e da bofetada; nascida em um ambiente de prepotência, exploração e ganância; com uma sensibilidade formada pelo machismo, pela racismo, pela misoginia, pelo desprezo em relação ao pobre e ao carente; se manifestam em sua ignorância e prepotência, em sua total incapacidade de valorizar as artes, a literatura e a produção cultural. O que esperar de ruralistas, que elegem uma senadora que, embora tenha trabalhado por anos nos meios de comunicação, faz apologia da chibata e da violência como forma de resolução de conflitos? Os grandes empresários rurais que veem nos indígenas e suas culturas meros óbices para a expansão indefinida do agronegócio e do latifúndio, não vão lamentar que o acervo etnográfico do Museu Nacional tenha sido devastado pelo fogo.

O incêndio do Museu Nacional demonstra a total falta de interesse, por parte de nossas elites dirigentes, de preservar vestígios e documentos do passado. O desamor, quando não o desprezo e o medo pela/da história, é fruto do fato de que essas elites têm muito o que esconder, há muitas coisas que elas querem ver esquecidas. A reação contra a Comissão da Verdade, criada no governo Dilma, um dos fatores que levaram setores da sociedade e das instituições de Estado a votarem verdadeira aversão aos governos petistas, mostra como há muita gente nesse país a quem não interessa arquivos, documentos, a preservação da memória. Quando se tem muito a esconder, quando muitos crimes impunes

foram necessários para se ter o que se tem e chegar aonde se chegou, o que menos interessa é a preservação de registros e relatos. A queima sistemática de documentos é uma tônica no país. As chamas que consumiram o Museu Nacional apenas é um acontecimento maior que simboliza toda uma prática sistemática de destruição patrimonial e documental no país. O Poder Judiciário tem sistematicamente mutilado a memória do país ao dar fim a seus acervos alegando falta de espaço para guardá-los, mesmo diante dos prédios faraônicos que costuma construir para suas instalações. Em pleno governo Lula, foram flagradas queimas de documentos referentes ao período da ditadura civil e militar iniciada em 1964. Fazer do passado cinzas é fundamental para uma elite que se formou e se seveu na predação dos recursos do país e na exploração brutal do trabalho humano. Esperar que sejam essas elites, através de instituições privadas, que vá zelar pelos acervos, pelos museus e pelas instituições culturais do país é fazer de conta que não se conhece a atitude histórica desses setores em relação a essas dimensões da cultura do país. Com raras e notórias exceções, aos empresários brasileiros não interessa senão aquilo de que se pode retirar o lucro maior possível e no tempo mais curto possível. As propostas de privatização das entidades culturais, com a criação de Organizações Sociais, e o discurso de que o Museu Nacional se incendiou pela incompetência da gestão pública são, literalmente, uma cortina de fumaça, para encobrir o criminoso corte de recursos realizado pelo governo golpista, que chegou ao poder, justamente, apoiado nesse discurso neoliberal da superioridade da gestão privada.

O golpe de 2016 levou ao poder a parcela mais predatória de nossas elites, em associação com a predação do capitalismo internacional. Se o Museu Nacional se transformou em cinzas, antes, esse governo já havia transformado em pó as esperanças e sonhos de milhares de brasileiros em terem uma vida digna, em trabalharem, em estudarem, em cursarem uma faculdade, em terem saúde. Reduziu a restos os recursos destinados aos

programas sociais e mesmo aqueles destinados à construção de obras de infraestrutura no país. Em colaboração com as ações golpistas do Poder Judiciário, reduziu a escombros setores inteiros da economia brasileira e fez escoar para o exterior muitas das nossas riquezas. O incêndio do Museu Nacional simboliza essa política de destruição, de desmonte do país, levada a efeito por elites que não possuem nenhum sentido social, nenhuma ligação efetiva e afetiva com a nação, que pensam apenas em seus interesses imediatos e mesquinhos. A consultoria da própria Câmara dos Deputados constatou que entre 2013 e 2017, as verbas destinadas ao Museu Nacional encolheu R\$ 336 milhões. Em 2013, o Museu Nacional recebeu cerca de 979,9 milhões de reais vindos do orçamentos dos Ministérios da Educação e da Cultura, enquanto até agosto desse ano tinha recebido pouco mais de R\$ 98 milhões de reais, consequência direta do corte brutal nos investimentos públicos motivados pela aprovação no governo golpista de Michel Temer da chamada PEC da Morte, a PEC 241, que praticamente congelou os gastos públicos por vinte anos. Enquanto o governo enche os bolsos dos empresários com perdões de dívidas e desonerações de impostos, tem imposto aos órgãos públicos um corte assustador nos recursos para custeio. Essa política não é surpreendente pois foi para isso que o golpe foi perpetrado, ou seja, para mais uma vez submeter totalmente o Estado à lógica e aos interesses do setor empresarial e bancário. A maioria daqueles parlamentares que aprovaram essa PEC estão novamente aí nos palanques pedindo votos, muitos hipocritamente falando mal do governo Temer e muitos, agora, penalizados pelo que aconteceu com o Museu Nacional. Até um grupo de banqueiros se reuniu para ver o que podem fazer com o cadáver insepulto do passado nacional.

Em 1940, diante da vitória do nazismo na Alemanha, o filósofo Walter Benjamin escreveu o famoso texto intitulado “Teses sobre a filosofia da história”, nele ele comparava a história dos vencedores como um acumular constante de ruínas e de escombros.

Escrito no que ele chamou de “um momento de perigo”, nele ele alertava para o caráter quase sempre destrutivo daquilo que as elites dirigentes chamavam de progresso. No momento em que o Brasil vive um momento de perigo, em que o fascismo anda nas ruas, em que um candidato autoritário, despreparado, que faz apologia da violência, de crimes como a tortura e o estupro, tem o explícito apoio dessas ditas elites econômicas e políticas, a leitura desse texto de Benjamin nunca nos pareceu tão atual. Começamos a presenciar, no país, o que se viu na Alemanha antes da ascensão de Hitler ao poder: a tentativa de se resolverem diferenças políticas com a força e a violência. O uso desabrido do sistema policial e de justiça para se afastar os opositores do sistema. A cassação da candidatura de Lula à presidência da República, pelo Tribunal Superior Eleitoral, na base da chicana jurídica, da encenação de um julgamento justo, ao arrepio das leis nacionais e internacionais, mostra que vivemos o momento perigoso de um Estado de exceção, onde o justicamento com as próprias mãos pode vir a se tornar rotina (os meios populares já vivenciam isso todos os dias), diante da oferta explícita de injustiça por um aparelho jurídico caro, cheio de privilégios, insensível e descolado da realidade nacional, como a reivindicação de um aumento de salário de 16%, num momento em que muitos voltam a passar fome, deixa explícito. Esperamos que a lamentável facada no candidato da direita não se torne rotina, destruindo de vez o que resta de espaço democrático no país. Embora ele vivesse fazendo apologia do uso de armas, as pessoas que verdadeiramente têm apreço não só pela democracia, mas pela civilização, pela civilidade (o que não é o caso do próprio Bolsonaro e de muitos de seus seguidores) não podem aceitar e apoiar o uso da faca como argumento político, nem o uso da espingarda ou do fuzil. Voltarmos a isso seria o pior dos mundos. Evitar isso era, e continua sendo, o motivo para recursarmos e trabalharmos fortemente contra a plataforma de um candidato como Bolsonaro. Ele sentiu na pele o que seu discurso

irresponsável de incitação à violência e a proposta de distribuição à farta de armas podem resultar.

Além da facada no candidato, o maior escândalo deveria ser causado pelo fato de que a Bolsa de Valores, onde opera a nata empresarial brasileira, tenha entrado em euforia mórbida por causa do acontecido. Mostrando, de forma didática, que dinheiro e capital desconhecem ética, moral ou valores, embora seus representantes costumem fazer discursos hipocritamente moralistas, os cotistas da Bolsa de São Paulo, os rentistas que sugam boa parte da poupança nacional, mostraram o seu inequívoco apoio a um candidato que sabem ser despreparado em todos os sentidos, inclusive do ponto de vista emocional, de postura mesmo, para ocupar o mais alto cargo do país. O estatuto ético e político de nossas elites empresariais queda desvelado pela comemoração de um atentado contra a vida de um candidato, só porque essa foi interpretada como algo favorável a uma sua possível vitória. Não se iludam, assim como na Alemanha nazista, de mau ou bom gosto, quase todos os grandes capitalistas do país serviram e se locupletaram do regime de força e assassino, aqui, onde empresários comemoram facadas como favorável a seus investimentos, não será diferente. Os mesmos empresários que financiaram um golpe contra um governo que tentava, de forma tímida, trazer a civilidade e a civilização para o país, inclusive investindo, como nunca antes, em cultura, inclusive em políticas para os museus, embora sempre ficando aquém do necessário, dados os anos de penúria e abandono, serão agora capazes de apoiar a acensão ao poder de um tiranete, de um homem sem equilíbrio (como fizeram, em 1989, ao apoiarem Fernando Collor de Melo), desde que não chegue ao poder alguém que tente trabalhar para atender aos interesses da maioria da população.

Durante séculos de nossa história, os poderosos resolveram suas questões à bala. Ainda hoje, usam e abusam da violência para manterem seus privilégios, inclusive para ampliarem suas propriedades. Lideranças sindicais, notadamente no campo, são

assassinadas todos os anos. Militantes por direitos humanos, por moradia, por melhores condições de vida e trabalho são abatidos todos os anos. A facada em Bolsonaro, um fato raro, já que dificilmente isso ocorreu em campanhas presidências, é, como o incêndio do Museu Nacional, apenas um episódio entre as chacinas e depredações que sustentam a ordem no Brasil. Num clima político de extrema polarização, onde as ameaças de morte se espalham pelas redes sociais, a campanha presidencial se tornou um empreendimento de alto risco. Por mais absurdo que possa parecer, Lula pode estar tendo sua vida protegida pela prisão. É preciso tomar as providências para o que ocorreu nessa quinta-feira não gere uma reação em cadeia, para que as dissensões políticas sejam resolvidas apenas nas urnas, como requer um ambiente verdadeiramente democrático. Para isso, prisões e julgamentos não deveriam fazer parte do jogo político. Um Judiciário politizado é uma ameaça à democracia, pois, sem respeito à justiça, pode-se criar um ambiente de resolução direta dos conflitos. Cansados de ser perseguidos por quem deveria ter a máxima isenção, pode-se perder o respeito a justiça e buscar fazê-la por sua conta. Não parece ser o caso do atentado a Bolsonaro. A mídia deve, finalmente, ter responsabilidade nesse momento e não tentar usar o fato para açular ainda mais o ódio na sociedade. Está na hora do jornalismo de guerra dar um passo atrás, sob pena da guerra sair do controle.

Se o incêndio do Museu Nacional simboliza a imolação da cultura, da ciência e da educação (nele, funcionavam sete cursos de pós-graduação) por uma elite descompromissada com o futuro do país e com o fortalecimento da vida nacional, uma elite voltada para o próprio umbigo e para seus interesses predatórios (o desastre em Mariana é outro símbolo da irresponsabilidade com a sociedade e com o país daqueles que só enxergam seu enriquecimento e seu poder privado), a facada dada em um dos candidatos líderes nas pesquisas de intenção de voto, como uma consequência de sua própria retórica beligerante e de estímulo à violência,

simbolizam a imolação da vida democrática, da vida pública e republicana, onde as desavenças e dissensões se resolvem através do debate, do diálogo e do voto. A criminalização sistemática da política, notadamente das forças de esquerda, levada a efeito pela mídia e pelas redes sociais (que será realimentada com esse episódio) coloca nossa democracia à beira do colapso, tragada pelas forças antidemocráticas, autoritárias, violentas, pelas injustiças da justiça, pelo caráter seletivo das decisões do Ministério Público e dos órgãos policiais. Vivemos um assustador pesadelo, no qual o passado se incendeia e desaparece tornado cinzas e o presente se enche de sangue, vísceras cortadas, pregações de ódio e delírios com o comunismo, a Ursal, o bolivarianismo, embora em todo lugar se leia que “Deus é fiel”. Imagine se não fosse! Me sacudam, eu preciso acordar!

Coitados de todos nós se não salvamos a democracia!

Hoje, não se trata apenas de escolher um novo presidente da República. Hoje, não vamos às urnas para optar por um plano de governo, por uma proposta para administrar o país. Hoje, passados pouco mais de cinquenta anos do último golpe na democracia, que instalou uma ditadura, que se estendeu por cerca de vinte e cinco anos, vamos dizer se queremos preservar as conquistas políticas, sociais e civilizacionais asseguradas pela Constituição de 1988, ou se vamos mergulhar em mais um período de Estado de exceção, em mais um período de obscurantismo político e civilizacional. A democracia brasileira pode permitir hoje, por mais contraditório que possa parecer, que o país opte por pôr fim ao próprio regime democrático. É visível o descompromisso com os valores democráticos de um dos candidatos que chega, hoje, a reta final do segundo turno. Por incrível que possa parecer, podemos ter um ditador eleito em eleições livres, por uma população descrente da vida política, ressentida pela perda de direitos, apavorada com a insegurança pública, envenenada pela campanha contra as agremiações de esquerda promovida pela grande imprensa do país, manipulada pelo derame de notícias falsas através das redes sociais, desinformada por uma campanha que se notabilizou pela ausência do debate propositivo e pelo apelo a reações morais e afetivas em detrimento de decisões racionais, apoiadas em argumentos.

Hoje, todos aqueles que efetivamente valorizam a liberdade, valorizam o direito de ir e vir, o direito de livre expressão e manifestação, têm que se colocar contrário a um candidato que

não para de afirmar publicamente seu despreço pela liberdade, suas simpatias pelas ditaduras, que diz com todas as letras que acabará com todo ativismo político no país, que conclama e promete o assassinato e o encarceramento dos opositores. Não há democracia sem o direito à oposição, sem o direito assegurado ao contraditório, sem o reconhecimento do direito que o outro tem de pensar e ser diferente, sem o reconhecimento, por parte das instituições de Estado, do direito ao conflito, à discordância, à militância em prol de causas políticas, econômicas e sociais. Um candidato que já disse que caso chegasse ao poder fecharia o Congresso Nacional, que daria um golpe. Um candidato cujos partidários e, até seu filho, ameaçam com a desobediência às leis, com o não reconhecimento das decisões judiciais, inclusive daquelas emanadas pelos tribunais superiores. Um candidato que ameaça de invasão o Supremo Tribunal Federal, que desqualifica publicamente os juízes da Suprema Corte, que pretende submeter aquele tribunal, modificando a sua composição, com um aumento do número de cadeiras, tal como fez a ditadura de 1964, não pode ser visto como um defensor da vida democrática. A democracia exige o respeito à lei e às instituições, e a contestação de qualquer injustiça ou violação de direitos através dos trâmites legais.

Ninguém pode dizer que foi enganado pelo candidato. Ele está aí, há anos, mostrando seu desprezo pelas opiniões alheias, seu desprezo pelos mais pobres, pelos mais vulneráveis, pelos negros, pelos gays, lésbicas e trans, pelos portadores de deficiência. Quem já defendeu a castração e a laqueadura dos homens e mulheres pobres; quem mede os negros em arroba e disse que seus filhos são bem-criados, por isso não fariam promiscuidade casando-se com uma pessoa negra; quem defende que as mulheres devem ganhar menos que os homens, pois engravidam; que diz preferir um filho morto a um filho agarrado com um bigodudo; que considera a homossexualidade uma doença; que foi condenado por fazer apologia do estupro é o pior ser humano que se pode ter para se dar um voto. É muita cegueira, é tapar os

ouvidos para não ouvir que esse homem não é apenas uma ameaça à democracia, mas uma ameaça à civilização. Ele no poder pode significar a instalação da mais pura barbárie.

Enquanto a nossa grande mídia finge que nada está vendo, que tenta, inclusive, tornar palatável um candidato tão amargo, que se torna descaradamente comitê de campanha de uma candidatura, sem que a Justiça Eleitoral tome providências, a imprensa internacional, desde os órgãos mais conservadores até os mais a esquerda, estão todos perplexos com a escolha que a sociedade brasileira pode fazer hoje. Causa perplexidade que uma sociedade possa marchar com seus próprios pés para o abismo, lançar-se numa aventura que pode significar a desagregação social e a destruição econômica do país. O candidato da extrema-direita é uma excrescência para a própria extrema-direita, pois, apesar de seu slogan nacionalista, é um entreguista, que bate continência para a bandeira norte-americana, que tem como projeto de governo entregar à iniciativa privada, ao capital estrangeiro, todas as nossas empresas estatais, mesmo as mais estratégicas, que não deixa de fora da entrega nem mesmo a Amazônia. Por isso, os empresários brasileiros e estrangeiros estão por trás do financiamento ilegal de sua campanha de mentiras e difamação.

Nesse momento em que há uma real ameaça ao processo democrático, é preciso que todas as forças comprometidas com a democracia se reúnam em sua defesa. É preciso, nesse momento, deixar as divergências de lado, o que não significa deixar de discordar ou ser crítico em relação à candidatura e ao partido que representam nesse segundo turno a defesa dos valores democráticos. Nesse aspecto, o partido e o candidato das forças democráticas não merecem o menor reparo em suas trajetórias. Se alguns de seus membros se deixaram tragar pelo sistema de corrupção, que financiavam eleições no país, se cometeram equívocos quando de sua permanência no governo, se fizeram alianças com forças que merecem reparo, se mesmo nesse processo eleitoral cometeram erros, temos que relevar tudo isso em nome de valores maiores:

o da liberdade e o da democracia, dos quais o partido nunca se distanciou. Não é jogando o país num abismo que vamos punir os possíveis erros das forças democráticas. Não é apostando no quanto pior, melhor, não é desprezando a política, votando branco ou nulo, ou se abstendo de votar que iremos aperfeiçoar nossa democracia, podemos a estar matando definitivamente.

Para aqueles que pensam que ditadura resolve alguma coisa, estude um pouco de história e aprenda que saímos da ditadura instalada, em 1964, com uma sociedade das mais desiguais do mundo, com uma concentração de riqueza brutal, com um sistema educacional em frangalhos, com uma dívida externa imensa, com grandes deficiências nos serviços públicos, com uma relação entre Estado e empresas mediada pela corrupção sistêmica, com um enorme retrocesso em termos civilizacionais, com uma violência urbana crescente. Vivemos, naquela época, tempos de medo, repressão e violência, tempos de torturas, prisões e desaparecimentos por motivos políticos. Foram muitos anos de luta e muitos sacrifícios de vidas para conquistarmos a democracia que temos, não a jogue fora porque a liderança religiosa te disse para votar numa figura que representa tudo o oposto do que Cristo pregou. Não jogue fora a democracia porque o seu patrão lhe intimidou ou convenceu de que o candidato dos ricos vai salvar seu emprego e melhorar sua vida. Ele sempre demonstrou, nos vinte e sete anos em que esteve presente no Congresso Nacional, que é um inimigo da classe trabalhadora, sempre votando contra seus interesses. Ele advoga a volta dos tempos em que as relações de emprego e trabalho eram mediadas pela bala e pelo jaguncismo. Ele disse com orgulho que votou contra os direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Ele já disse que pobre só presta para votar, com um diploma de burro no bolso. E ofereceu capim aos nordestinos, a quem chamou de coitados. Acabar com o coitadismo significa acabar com as políticas sociais, com o Estado de bem-estar social e apostar na ausência completa do Estado. Por isso, ele é o candidato dos ricos, pois eles não precisam do Estado

e não o querem financiar pagando impostos e contribuições. O candidato da extrema-direita é a encarnação do egoísmo e da falta de consciência social das nossas classes dominantes, sempre preocupadas apenas com seus privilégios.

Não serão apenas os negros, os pobres, os LGBTs, os nordestinos, os índios que serão coitadinhos se o candidato fascista vencer. Já vimos, nesses últimos dias de segundo turno, o que poderá se tornar o país sem democracia. Começamos a perceber que coitados também serão os professores, os intelectuais, os artistas e agentes de cultura, serão os estudantes e técnicos das Universidades, que foram invadidas de forma ilegal por forças de segurança que se tornaram aliadas de um candidato. Reconhecendo que o candidato é fascista e antidemocrático, manifestações a favor da democracia e contra o fascismo foram consideradas propaganda eleitoral, por agentes da justiça eleitoral, militante de uma candidatura. A violação da autonomia universitária, do direito de manifestação e reunião, do direito de ir e vir, a prisão arbitrária de professores, a recolha de material em defesa da legalidade democrática, a invasão de aulas, reuniões, bastando para isso qualquer denúncia de um partidário do candidato antidemocrático, deu uma amostra do que se tornará o país se fraquejarmos nesse domingo na defesa do bem maior que é a democracia. Só com ela preservada é que nossas diferenças e divergências políticas, morais, éticas, religiosas e ideológicas poderão ser respeitadas e debatidas. Sem democracia, aquele que inicialmente se considerará vencedor, descobrirá, com o tempo, que também é um coitado, por ter acreditado que ódio, violência e opressão podem construir segurança, ordem, paz e progresso. Se a democracia fenecer, a longo prazo, todos serão coitadinhos, mesmo aqueles que hoje apoiam as forças do retrocesso. Foi assim na ditadura de 1964: os apoiadores de primeira hora foram sendo vítimas do regime que apoiaram. Quem aposta no arbítrio, quem abre a porta para o desamparo da legalidade pode, mais dias, menos dia, ser uma de suas vítimas.

Coitados de todos nós se hoje não vencer a democracia!

Entendendo a derrota I: a antipolítica

É preciso que meditemos sobre os motivos que levaram a que, após quatro vitórias eleitorais seguidas, o Partido dos Trabalhadores e as esquerdas tenham sido derrotados no processo eleitoral que se encerrou no último domingo. É preciso que nos indaguemos também sobre as motivações que levaram a que grande parte dos partidos políticos de centro e de centro direita tenham tido um resultado eleitoral tão adverso, uma rejeição tão grande do eleitorado, a ponto da maioria dos eleitores ter optado por votar num candidato de extrema-direita, um integrante histórico do baixo clero no Congresso Nacional, que conseguiu destaque sempre por suas opiniões radicais, por suas ideias politicamente incorretas, por seu discurso eivado de preconceitos de toda ordem, quase sempre atravessado por uma persistente agressividade e violência simbólica. Dedicaremos este e os próximos textos a dissecar as complexas motivações e o processo histórico que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro para ocupar a presidência da República. Uma opção que deixou perplexa grande parte da imprensa internacional e que representa uma séria ameaça à normalidade democrática no país e às tímidas conquistas que as camadas populares brasileiras vivenciaram nos governos do PT.

O primeiro aspecto que salta aos olhos, ao analisarmos a decisão da maioria dos eleitores que compareceram as urnas para votar, é que, nessas eleições, não se votou majoritariamente a favor de uma dada proposta política, de um dado partido, de um dado plano de governo ou de uma proposta para o país. Nessas

eleições, grande parte do eleitorado teve como motivação para seu voto o rechaço ao Partido dos Trabalhadores, a recusa daquele partido ao qual a mídia, de forma parcial e premeditada, atribuiu todos os males e desvios do sistema político brasileiro. Esse voto de protesto, de recusa e de rechaço, estendeu-se na direção dos grandes partidos de centro e de centro direita, que compunham o sistema político do país nos últimos anos, seja na sustentação parlamentar aos governos petistas, seja na oposição. A maioria dos votantes viram na candidatura de um pretense outsider, de um pretense postulante antissistêmico, de um pretense paladino na luta contra toda a bandalheira, que caracterizaria o sistema político, a única opção para depositarem suas esperanças de mudança, de que “a farra” venha acabar. O sucesso eleitoral de Bolsonaro se deu, entre outras coisas, por ele conseguir se mostrar como alguém que encarnaria a antipolítica, ele seria o justiceiro, o vingador contra todos os males trazidos pela política e pelos políticos. Na vitória, não se via seus partidários gritarem seu nome ou elogiar suas ideias, o que se ouvia eram gritos de ódio e recusa do adversário e de seu partido.

Numa eleição em que, paradoxalmente, se buscavam um julgamento e a condenação da política e dos políticos, o PT teria muitas dificuldades de vencer. Antes de tudo, porque nenhum partido representa mais organicamente a atividade política no país do que o PT. O PT sempre fugiu do discurso da antipolítica, sempre valorizou a atividade política, basta ver os inúmeros discursos de sua máxima liderança, o ex-presidente Lula, colocando a política como a atividade essencial para realizar qualquer mudança no país e pedagogicamente aconselhando os jovens e todos aqueles que não gostam dos atuais políticos, que não neguem a política, mas se tornem políticos, dando a essa atividade uma nova cara. A própria escolha de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila para formarem a chapa da aliança encabeçada pelo PT, no caso da inabilitação de Lula, a aproximação com novas lideranças de esquerda, como Guilherme Boulos, do

PSOL, sinaliza para essa reafirmação da atividade política e da necessidade de sua renovação. Quando o principal partido de oposição, o PSDB, indispensável para o funcionamento normal e democrático da vida política, deixou-se seduzir pelo discurso da antipolítica, justamente por identificar em seu principal adversário a encarnação da atividade política, dando passagem para um outsider, como João Dória, que se elegeu prefeito de São Paulo e, agora, governador do Estado, negando ser um político, dizendo-se um gestor, esse discurso da antipolítica se fortaleceu e avançou na desestruturação do sistema político brasileiro.

Insuflado cotidianamente pelos meios de comunicação hegemônicos no país, esse discurso de desvalorização da atividade política e de suspeição generalizada da classe política visa, entre outras coisas, fragilizar as demais instituições, notadamente as instituições públicas, abrindo espaço para um poder ainda maior das instituições privadas, notadamente das empresas e, entre elas, das empresas de comunicação. Podemos dizer que, no Brasil, assistimos, nos últimos anos, ao crescimento continuado do poder do chamado quarto poder, à medida que ele trabalhava na deslegitimação e desqualificação dos três poderes, fundamentais em uma democracia e em uma república: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Longe de mim, afirmar ou desconhecer que esses poderes deram margem e motivo para essa perda de prestígio junto à população. No entanto, as grandes empresas de mídia não estão livres dos mesmos pecados que costumam apontar nos demais poderes: corrupção, tráfico de influência, sonegação fiscal, caixa dois, branqueamento de capitais, evasão de divisas, monopólio, gestão temerária, assalto aos cofres públicos, negociatas e acordos com o sistema político do país. Mas como temos uma mídia monopolizada e concentrada nas mãos de um pequeno grupo de famílias, seus pecados não aparecem no noticiário ou só muito esporadicamente quando, em dados momentos, a competição se acirra e alguns desmandos vêm à tona, até quando um acordo

de cavalheiros faz a sujeira ser atirada para debaixo do tapete e o silêncio concertado e acertado se faça.

Como parte da prevalência, nos meios de comunicação hegemônicos e das elites econômicas do país, do discurso neoliberal, temos a desqualificação da coisa pública, a suspeita em relação ao Estado, a ênfase na superioridade da gestão privada, do administrador profissional. Como corolário, essa ideologia vem reforçar a histórica inapetência de nossas elites econômicas para pensar na coisa pública, para pensar no país, nos interesses nacionais, em afiançar algum projeto de nação, alguma proposta que vá além do benefício imediato e privado de seus interesses pessoais e empresariais. O espetáculo a que assistimos de grandes empresas do país financiando ilegalmente a fábrica de mentiras e ataques caluniosos de um candidato, sem se preocuparem sequer em se inteirarem de suas propostas para a gestão da economia nacional, mostra bem que se tratava de derrotar aquele partido que representa não apenas os interesses dos trabalhadores, pelo menos tem essa palavra em seu nome, mas também aquele partido que teima em valorizar a atuação do Estado, que defende a coisa pública e o patrimônio público, que afirma que o mundo do trabalho e da empresa, que a economia é também lugar de política. Se a economia política é uma criação de economistas identificados com a burguesia, se a ciência econômica é uma invenção do capitalismo, em nosso país economia política é vista como coisa de comunista e nossos empresários sonham com o fim da política no mundo econômico. Essa visão autoritária, que tem suas raízes mais profundas na escravidão, onde o trabalhador não era, formalmente, sujeito de direito e nem sujeito político, é a utopia não confessada de uma grande parcela do empresariado nacional, que se identificou com um candidato que promete levar as relações de trabalho para antes da economia política, com a desmontagem do movimento sindical, dos movimentos sociais, com a repressão a qualquer ativismo político.

O MDB que, durante muito tempo, foi o maior partido brasileiro, um partido que ocupava o centro político e viabilizava todos os governos eleitos no país, foi devastado por ter capitaneado o golpe de 2016, um dos grandes capítulos de desmoralização da atividade política, como foram anteriormente os chamados mensalão e petrolão. A Operação Lava Jato e sua associação com a mídia tiveram um papel central na desmoralização do sistema político brasileiro, do qual o PMDB foi desde a redemocratização o principal fiador. A impopularidade que o desastrado governo Temer trouxe para o PMDB, que até tentou mudar de sigla para ver se escapava do naufrágio, só fez reforçar o vazio político que se escancarou de vez com a prisão da única grande liderança popular do país: o ex-presidente Lula. Como aconteceu na Itália, quando a chamada Operação Mãos Limpas devastou o sistema político do país e desmoralizou os principais partidos políticos, levando a ascensão de Silvio Berlusconi, um empresário das comunicações, medíocre intelectualmente, envolvido com muitas práticas ilícitas, um fanfarrão de opiniões e comportamentos grotescos, o vazio político nunca fica sem ser preenchido e, no caso do Brasil, o foi por uma figura que, se voltássemos quatro anos no tempo, pareceria-nos bastante improvável que viesse a ter esse sucesso.

A ascensão de um político inexpressivo como Bolsonaro se deu por sua capacidade de canalizar para si toda repulsa que foi criada, no país, contra a atividade política, que passou a ser associada, pelo discurso de extrema-direita - que embalou a fabricação de sua persona pública, o avatar de mito, que conseguiu ganhar uma eleição praticamente sem fazer campanha, sem aparecer publicamente, sem apresentar um programa, sem debater ideias, sem expor as suas inúmeras contradições e fragilidades -, à coisa de comunista, de vermelho, de petralha, de baderneiro, de bandido. O perigo desse discurso da antipolítica é que ele pode servir de base, uma vez Bolsonaro instalado no poder, para a perseguição de seus opositores políticos, para a repressão às atividades políticas inerentes a uma sociedade democrática e

republicana. Quando o fazer política passa a ser criminalizado, como foi insistentemente nesses últimos anos, toda atividade pública, toda atividade de militância política pode ser criminalizada, como se pretende ao tipificar como atividade terrorista as atividades políticas dos movimentos sociais. Qualquer forma de atividade política, inclusive a opinião de cunho político, pode ser motivo de censura e de perseguição, quando se convence a sociedade de que fazer ou falar em política é um delito. É o que estamos vendo acontecer em muitas instituições de ensino onde pais e alunos se acham no direito de cercear a liberdade de cátedra dos professores, garantida pela Constituição, porque a sala de aula não seria lugar do exercício da política. A proposta de uma escola sem partido, a proposta de uma deputada bolsonarista de Santa Catarina para que os alunos denunciem os professores que emitem em sala de aula suas opiniões políticas, faz parte desse clima generalizado de suspeição da atividade política.

Devemos lembrar que não foi apenas Jair Bolsonaro que surfou nessa onda da antipolítica. Os três Estados mais populosos do país, Estados que têm enorme importância econômica e política, elegeram, como governadores, figuras bastante desconhecidas, pretensamente infensas aos males do nosso sistema político ou, no caso de São Paulo, o gestor João Dória, que usou o mesmo discurso da antipolítica para se eleger. Alcançando cifras astronômicas de votos, Romeu Zema e Wilson Witzel se elegeram governadores de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O primeiro, um empresário, pertencente a um partido que desde o nome já se pretende novo, ou seja, desligado da prática da chamada velha política, uma das expressões mais usadas nessa campanha, que se traduz, na verdade, por um rechaço da política, entendida como atividade regular e profissional. O pressuposto falso aqui é que um empresário não é político, mesmo quando exercendo a atividade política, e que vai trazer para a atividade de governo suas práticas, pretensamente superiores e exitosas de gestão, que utilizaria em sua empresa. Governar o Estado como uma empresa, enunciado

típico da ideologia neoliberal, conquista muitos corações e mentes, mesmo sendo uma antinomia e uma impossibilidade, já que, por definição, o Estado não pode ser gerido tendo o lucro e a capitalização como objetivo. O Estado tem a função de extrair parte da riqueza gerada no setor privado e devolvê-la à população, notadamente, a mais carente, em forma de serviços públicos, funcionando como agente da distribuição de riqueza, o oposto do que faz uma empresa. Os serviços ofertados pelo Estado não visam ao lucro, mas ao bem-estar e ao atendimento da população. Ir para o Estado para eliminar a sua presença na sociedade é a grande contradição de governos neoliberais, eles praticam uma espécie de suicídio, de haraquiri do Estado. Já o governador eleito do Rio de Janeiro, tido como um juiz durão, aposentado, uma espécie de Sérgio Moro carioca, foi eleito surfando a onda da falta de segurança pública e a ideia de que vai com medidas de força resolver o problema da violência, o que comentaremos em outro artigo.

Santa Catarina elegeu, com mais de 70% dos votos, um ex-comandante do Corpo de Bombeiros, sem nenhuma experiência política anterior. Ele é um exemplo de um outro fenômeno gerado pelo discurso da antipolítica: a derrota de muitas figuras carimbadas da vida política brasileira, nessas eleições. No Rio Grande do Norte, as famílias que tradicionalmente dominavam a vida política do Estado foram varridas da vida pública. Pela primeira vez, em muitas décadas, Alves, Maias e Rosados ficaram fora da lista de representantes do Estado no Congresso Nacional. Nesse Estado, é interessante notar, que a candidata do PT, Fátima Bezerra, terminou por se beneficiar da desmoralização sofrida por essas famílias, ao ver seus nomes envolvidos em casos de corrupção. O discurso da antipolítica também produziu nesse Estado um fenômeno que foi comum, em muitos outros, nessas eleições: assim como em Santa Catarina, um militar, sem nenhuma experiência anterior de militância política, galgou o cargo de senador e como o mais votado do Estado: seu único

mérito: ter sido um policial durão na aplicação da chamada lei seca. Foram cerca de cento e quarenta e sete militares que conseguiram sucesso em suas candidaturas ao Legislativo federal e muitos outros nos Legislativos estaduais, aumentando exponencialmente a chamada bancada da bala. Vistos como não políticos, como mais infensos a corrupção (quando sabemos que a corrupção é epidêmica em nossas polícias civis e militares), como durões contra o crime e os maus feitos, como implacáveis com os bandidos, eles surfaram a onda da antipolítica, atividade da qual tendem a ter uma má imagem, à medida que também tendem a identificá-la com a desonestidade e com práticas e ideias de esquerda, de comunistas, de baderneiros e vagabundos, de gente que não tem o que fazer. Além dos militares, os membros de comunidades religiosas, a chamada bancada da Bíblia, também surfaram na onda moralista da antipolítica. Usando suas igrejas e denominações religiosas como verdadeiros currais eleitorais, usando os púlpitos para desabridamente fazerem campanha para o candidato da extrema-direita, candidato cujo discurso se contrapõe de modo veemente à doutrina cristã, a bancada religiosa cresceu à medida que se apresentou como pessoas alheias ao mundo da política, como pessoas ligadas ao mundo do religioso, do sagrado, do Evangelho, e que vão para a vida pública como missionários em defesa dos valores e princípios pretensamente cristãos. Fazem política, todo tempo, negando que a estão fazendo. O mesmo ocorre com jornalistas, notadamente aqueles ligados a programas que abordam o mundo cão da criminalidade, radialistas de programas populares e que prestam serviços de utilidade pública. Sem falarmos dos personagens caricaturescos, dos verdadeiros cacarecos, que expressam em si mesmos uma crise da vida política, que simbolizam o desprezo e o escárnio com que setores da população veem essa atividade. Nessa eleição, o fenômeno Tiririca se potencializou, elegeu-se para o Congresso Nacional muitos outros palhaços e muitas outras palhaçadas. A bancada federal eleita pelo estado de São Paulo deveria merecer

um estudo à parte, já que é um Estado em que a população tende a se achar mais politizada e até mais inteligente e culta do que os demais Estados do país. Podemos medir então o despreço pela política, olhando os parlamentares paulistas, um conjunto teratológico de seres bizarros, uma série de oportunistas surfando a onda de negação da política e da classe política. Se apresentando como renovação, são o que de mais atrasado e retrógrado poderia se ter.

Por fim, para que tenhamos a ideia da importância que a antipolítica, que a rejeição à atividade política teve nessas eleições, vejamos os números assustadores de eleitores que se abstiveram de votar, que votaram nulo e em branco para o cargo de presidente da República. Se em 2014, mais de 38 milhões de eleitores deixaram de escolher um candidato a presidente, esse ano mais de 42 milhões de pessoas não quiseram - mesmo diante de um segundo turno tão polarizado, quando a candidatura do PT levantou a bandeira de se votar em defesa da democracia -, posicionar-se numa explícita alienação eleitoral e política. Mesmo em um país em que o voto é obrigatório, cerca de um terço do eleitorado preferiu não votar ou não escolher ninguém. Desde o ano passado, nós prevíamos que uma vitória de Jair Bolsonaro, ou de um candidato sem um partido de expressão, sem enraizamento concreto na sociedade, sem organicidade, a vitória de um outsider, só seria possível se cerca de 30% do eleitorado se omitissem. Como o PT e seus candidatos partem com cerca de um terço do eleitorado e como a direita tem também cerca de 30% do eleitorado é, justamente, os outros quarenta por cento que decidem a eleição, dependendo que opção fazem. Jair Bolsonaro ganhou as eleições com o voto de cerca de 37% do eleitorado e Fernando Haddad conquistou exatamente 31% dos votos, ficando dentro do piso de votos históricos do PT, partido que, segundo as pesquisas eleitorais, é o preferido de 29% da população. Esses números significam que Bolsonaro levou os votos dos 30% que geralmente votam em candidatos conservadores e conseguiu daqueles 40% decisivos, cerca de sete

porcento dos votos, o que foi suficiente para lhe dar a vitória, pois 32% dos eleitores resolveram não votar em ninguém. A omissão desse enorme contingente de eleitores, envenenados pelo discurso da antipolítica e pelo discurso de que no segundo turno teríamos dois candidatos extremistas que se equivaliam, feito pela grande mídia, foi um elemento decisivo para entendermos a derrota que as esquerdas e os democratas e liberais sofreram no último dia 28. E, o pior, tememos que ele continue servindo de base para a adoção de uma política de repressão, censura e expurgo político por parte do governo eleito, como representante e encarnação desse despreço pela atividade política.

Entendendo a derrota II: o antipetismo

Todos os analistas são unânimes em indicar o antipetismo como uma das motivações principais da vitória de Jair Bolsonaro nas últimas eleições e, portanto, da derrota das esquerdas nesse pleito. O antipetismo, como sabemos, tem três motivações básicas: os descaminhos sofridos pelo Partido dos Trabalhadores quando de sua ascensão ao poder de Estado, as resistências e reações que suas políticas causaram em dados setores da sociedade e a intensa propaganda negativa levada a efeito pelos meios de comunicação e os setores de direita e extrema-direita nas redes sociais. Foram praticamente onze anos de um constante massacre midiático, que terminou por obscurecer os muitos resultados positivos das gestões petistas à frente do governo federal e terminou por estigmatizar o partido, a ponto de praticamente responsabilizá-lo sozinho pelos vícios e crimes que sustentavam, há muito tempo, o sistema político-partidário e político-eleitoral no país.

É inegável que o PT, ao chegar ao poder, encontrou um esquema já antigo de conquista de maiorias no Congresso Nacional, de financiamento de campanhas eleitorais, de relacionamento com as empresas privadas, de funcionamento das empresas estatais, de ocupação dos cargos públicos de confiança, que muito pouco fez para modificar. Ao contrário, algumas de suas principais lideranças embarcaram na continuidade desses esquemas, que vinham das gestões do PSDB, até porque se tornaram necessárias essas práticas para configurar a maioria parlamentar que permitiu, não só ao partido, visto inicialmente

com reservas e desconfiança pelas elites empresariais e sociais, governar, mas também permitiu que aprovasse no Parlamento suas políticas sociais e econômicas que deram novo rumo à gestão no país e que melhoraram consideravelmente a vida dos mais pobres. Para atrair o PMDB para o governo, partido que desde o processo de redemocratização servia como força auxiliar do partido vitorioso nas eleições e como garantidor de estabilidade e governabilidade, foi preciso que o PT se atolasse nos esquemas que garantiam a atração de parlamentares para a chamada base aliada. O primeiro grande escândalo, que veio à tona em 2005, o chamado mensalão, punha a nu esse antigo e velho esquema de cooptação de parlamentares, mediante o financiamento ilegal de campanhas eleitorais através de caixa dois, constituído com recursos desviados das estatais, com propina paga pelas empresas em troca de acesso à realização de obras públicas ou de acesso a licitações, notadamente as empreiteiras, através de empréstimos bancários pagos com caixa dois, etc.

É aí que entra o outro elemento fundamental para entendermos o antipetismo. Essas práticas ilegais, de corrupção, eram do conhecimento até do mundo mineral, para usar uma expressão cara ao jornalista Mino Carta, mas enquanto foram praticadas pelos partidos e forças políticas pelas quais as elites empresariais, os barões da mídia, os grupos dominantes no país tinham simpatia, elas eram ignoradas e jamais foram judicializadas ou criminalizadas. O episódio do mensalão foi a primeira tentativa de se retirar o PT do poder, à medida que os grupos dirigentes brasileiros perceberam que, ao contrário do que apostavam, a gestão petista não era um fracasso, à medida que aquele presidente que consideravam analfabeto, despreparado, bronco, fazia uma gestão surpreendentemente exitosa. As forças internacionais, notadamente aquelas ligadas aos interesses norte-americanos, viam com crescente preocupação a emergência do Brasil como uma liderança entre os países em desenvolvimento. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chanceler Celso Amorim redirecionaram

completamente a política externa brasileira, enfatizando o multilateralismo, a luta pela paz, a aproximação com os países da África e da Ásia, o fortalecimento das instituições latinas e ibero-americanas, o fortalecimento dos laços com os países sul-americanos, recusando a participação do país na ALCA e caminhando para a criação dos BRICS e suas instituições, o que levou a uma aproximação, preocupante do ponto de vista norte-americano, com a Rússia e a China. O Brasil passou a ter assento e peso nos grandes organismos internacionais e seu presidente passou a ser o “cara”, respeitado e ouvido em todo o mundo.

O mensalão foi a primeira tentativa de alijar o PT do poder, já que havia a aposta de que o desgaste trazido pela prisão e condenação de algumas de suas principais lideranças levaria o partido a uma derrota nas eleições de 2006. Apesar da pesada artilharia da mídia e do Judiciário já começarem a atuar em prol da formação na sociedade brasileira de uma rejeição ao partido, a favorável conjuntura econômica internacional, a habilidade política demonstrada pelo presidente Lula, que contou com o apoio no Congresso de importantes lideranças como José Sarney e Renan Calheiros - que, por isso, tiveram suas vidas devassadas pela imprensa, quando já estavam na política brasileira havia décadas, fazendo o que sempre fizeram, mas não eram molestados enquanto apoiaram os governos com quem os grandes empresários de mídia simpatizavam -, o presidente Lula conseguiu a reeleição e realizou um segundo governo ainda melhor do que o primeiro. Hoje se sabe que foi a partir desse fracasso em apelar o PT do poder através do mensalão, que se começou a forjar a Operação Lava Jato, nome muito significativo, pois ao invés de se destinar, como o nome parece indicar, a lavar a corrupção do país, ela se destina, desde o início, a varrer o PT do poder. Quando do mensalão havia se poupado propositadamente o presidente Lula, que gozava de enorme popularidade nesse momento e amplo apoio político-parlamentar. Esse erro não será cometido pela Lava Jato. Ela, desde o primeiro momento, teve como objetivo

criminalizar a principal liderança do PT, a principal liderança política da esquerda, não apenas a nível nacional, mas uma das mais importantes a nível internacional. A Lava Jato foi adrede pensada para criminalizar e prender o presidente Lula, para retirá-lo, assim, do processo político, impedindo que o PT pudesse continuar ou retornar ao poder.

O consórcio que se estabeleceu entre setores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e da grande mídia se voltou para criminalizar o PT e suas principais lideranças. O projeto era muito claro: varrer a presença do partido da vida política brasileira. Mas essa operação só foi exitosa pela crise econômica internacional, que se instaura a partir de 2008 e, principalmente, pela equivocada gestão da economia levada a efeito pela presidenta Dilma Rousseff, notadamente em seu segundo mandato, pela sua falta de habilidade na negociação política, o que acabou por fragilizar a sua base parlamentar de apoio. Mas, temos que levar em conta que a presidente Dilma teve que surfar uma onda conservadora que se espalhou pelo mundo, fruto da crise sistêmica do capitalismo, que gera enorme insegurança existencial, que agudizou os conflitos geopolíticos, incentivando a intervenção externa, notadamente norte-americana nos negócios internos de vários países. O episódio da espionagem da Petrobras, que com a descoberta do pré-sal passou a ser motivo de cobiça dos grandes conglomerados do petróleo, da espionagem da própria presidente, mostram que os acontecimentos de 2013, um movimento de contestação ao aumento das passagens de ônibus urbanos, que de repente se transformou num grande movimento de contestação ao governo federal, ainda estão por ser melhor explicados. Eles não apenas explicitam descontentamentos das forças desalojadas do governo pelo PT, como de setores sociais que veem seus interesses atingidos pelas políticas levadas a efeito pelos governos petistas e não descartamos a interferência de forças internacionais descontentes com os rumos dados ao país.

Sabemos que o antipetismo tem como uma de suas componentes não os erros do PT, mas seus acertos, que desagradaram forças poderosas no país, que conseguiram paulatinamente, com a ajuda cotidiana da imprensa, espalhar esse descontentamento para as camadas médias da população, para as próprias classes médias que emergiram graças as políticas de distribuição de renda promovidas pelo PT. Num processo de mobilidade social amplo e rápido, como o que foi promovido pelo PT, as tensões sociais crescem, aqueles que veem seus lugares tradicionais e de privilégio ameaçados, reagem, os desequilíbrios regionais afloram, a luta de classes atinge um momento de ebulição e confrontação. O próprio discurso do PT, enfatizando o caráter popular de seus governos, o próprio nome do partido, seus símbolos e cores, que remetem para o campo da esquerda, fazem com que setores privilegiados da sociedade com ele não se identifiquem, não identificação que se torna hostilidade, raiva, ódio, quando medidas tomadas pelo partido parecem beneficiar outros setores sociais que não eles mesmos. O crescimento da participação dos trabalhadores na renda do país, com o aumento acima da inflação do salário mínimo e da massa salarial, faz dos empresários inimigos desse governo e desse partido, mesmo tendo taxas de lucros em seus negócios como em pouco tempo se viu. O apoio a pequena produção, as políticas voltadas para a reforma agrária, para o reconhecimento das terras de indígenas e quilombolas, fizeram dos grandes proprietários de terra inimigos do governo, mesmo recebendo dele um crescente investimento através dos planos-safra. As políticas de afirmação para as populações afrodescendentes, a equiparação do trabalhador domésticos aos demais trabalhadores, a política de acesso às universidades para os mais pobres, a atração de médicos estrangeiros para suprir a falta de médicos no país, a eleição de uma ex-guerrilheira, mulher e que convoca uma Comissão da Verdade para investigar os crimes da ditadura civil-militar de 1964, foram ações mais do que concretas, ações simbólicas que mexeram com pontos nevrálgicos do imaginário

e das estruturas de poder e prestígio em nível nacional, levando dadas corporações a se tornarem radicalmente antipetistas: as donas de casa de classe média, os filhos das camadas privilegiadas da população, os que se acham brancos, os homens machistas e misóginos indignados em ter que obedecer a uma mulher, os médicos, os militares e tantos outros grupos que se dispuseram subjetivamente para aceitar o antipetismo.

Mas o fenômeno mais interessante nessa eleição foi o antipetismo praticado por lideranças e pensadores que se dizem de esquerda. Para alguns analistas, parecia razoável que o maior partido da esquerda, aquele que todas as pesquisas de popularidade dizem ter a preferência de 30% do eleitorado, cuja principal liderança aparecia disparado à frente de todas as pesquisas, que possui uma real implantação na sociedade em todo o país, que conta com o apoio de diversos movimentos sociais, deveria abrir mão de ter candidato à presidência da República, para apoiar uma candidatura, como a de Ciro Gomes, sem qualquer base de sustentação na sociedade, uma candidatura saída da vontade pessoal de ser presidente da República, que para isso foi se alojar num partido de conveniência, depois de ter passado por vários outros, uma candidatura que nunca teve ou teria dimensão nacional e que não passa de 12% do eleitorado, somente porque as pesquisas, que visavam tentar impedir o registro do crescimento da candidatura de Fernando Haddad, diziam que ele ganharia de Bolsonaro, no caso de um eventual segundo turno. Muitos defendiam a ideia de que o PT deveria abrir mão da cabeça da chapa para indicar um candidato a vice-presidente. Mas o que faz supor que essa chapa não sofreria os efeitos do antipetismo do mesmo jeito? Com um candidato sem implantação nacional como Ciro, colocar um petista como seu vice só iria fadá-lo, ainda mais, a uma derrota. O comportamento adotado por Ciro, no segundo turno, mostra todo o acerto de Lula em não ter apostado suas fichas num candidato personalista, que coloca seus interesses pessoais acima dos interesses nacionais. O que esses analistas queriam é que, já que a

Lava Jato e a mídia não conseguiram destruir o PT, ele cometesse haraquiri político, que ele deixasse seu lugar de maior partido de esquerda do país voluntariamente desocupado, para que uma outra força política qualquer viesse tomar seu lugar. O PT passou a ser, curiosamente, responsabilizado, por essas pessoas, pelo antipetismo que o derrotou. O tempo todo, assim como fez a mídia conservadora, ficavam exigindo que o PT fizesse da campanha política não um gesto de afirmação, mas sim um gesto de genuflexão, de confissão de seus pecados. O PT, malhado durante anos a fio, ainda devia aproveitar o raro momento que tem acesso aos grandes meios de comunicação para se flagelar em público. Caindo na mesma estratégia discursiva das forças conservadoras, o PT, um partido composto por pessoas que cometeram delitos, mas por uma grande maioria que não os cometeu, foi tratado e pensado como um bloco monolítico, pecaminoso, a exigir o permanente pedido de perdão em público. O antipetismo não se deve aos erros do PT, deve-se muito mais a seus acertos, isso é que é doloroso. Não é a corrupção que leva as associações médicas a se tornarem comitês eleitorais antipetistas, isso é só discurso de fachada, é a reação corporativa ao programa Mais Médicos, que agora é desmontado pelo presidente que elegeram, para o regozijo da classe, mesmo que a saúde da população esteja em jogo, mas quem se importa. Por que Fernando Haddad, que não delinuiu, havia de ficar a pedir perdão pelos erros de alguns militantes que se envolveram nos esquemas que sustentavam quase todos os partidos? Por que o PT, que é apenas o nono partido em número de pessoas condenadas por envolvimento em corrupção, tem que vestir a carapuça de partido mais corrupto, que a direita o quer impingir? Por que só o PT tem que pedir desculpas à nação, e os demais partidos atolados, em maior grau, na mesma lama, não têm que fazê-lo?

Entendendo a derrota III: as redes sociais

Não é nenhuma novidade os seres humanos formarem redes. Essa é a própria condição do ser humano. Por ser um dos seres mais frágeis e incompletos que a natureza produziu, os homens e mulheres sempre precisaram estar juntos, viverem juntos, estabelecerem conexões, comunicarem-se, daí terem os humanos desenvolvido várias formas de linguagem e formas de comunicação. Por ser um ser desamparado, os humanos sempre precisaram formar coletividades para poderem sobreviver e enfrentar os perigos representados pelos outros animais e por outros agrupamentos humanos. Para conseguirem enfrentar, com sucesso, os desafios colocados pelo meio e pela vida. O que vivemos, hoje, é uma forma particular, uma maneira nova de se comunicar, de se encontrar, de se mover coletivamente, de se expressar e de se agrupar. As chamadas comunidades virtuais vieram suprir a necessidade de estarem juntos ou de, pelo menos, simularem estar juntos, num momento, numa sociedade e numa realidade cultural onde predominam o isolamento, o individualismo, a solidão, o narcisismo, a dificuldade em estarem presencialmente juntos, por diversos fatores. A emergência das novas tecnologias de comunicação, o surgimento dos vários meios de comunicação e das várias mídias vieram modificar, definitivamente, a maneira dos humanos conviverem, produzirem identidades individuais e coletivas e, por conseguinte, de se produzirem como sujeitos, seja individuais, seja coletivos, o que tem um impacto direto nas maneiras de se produzir a opinião pública, de se produzir o consenso e o dissenso social, de se mediar os

conflitos, no que resulta em novas maneiras de se exercer a cidadania política.

Também não se trata de nenhuma novidade o que vem se chamando de pós-verdade, ou uma verdade produzida a posteriori aos eventos, uma verdade que, muitas vezes, ignora os dados ou o que chamamos de fato, ou o que nomeamos de realidade. As verdades sempre foram fabricações sociais, culturais e humanas e, portanto, feitas depois e a despeito dos eventos e do que se nomeia de real. Não podemos confundir real com realidade. O real é aquilo que nos acontece, aquilo que se impõe a nós, independente de nossas vontades, de nossos desejos, de nossas representações do mundo. O real é aquilo contra o qual nada se pode: a tempestade, a morte, a catástrofe, o acidente, o acaso, tudo aquilo que existe independente de nós mesmos e que nos acontece. É contra o real, é se defendendo da incerteza, da imprevisibilidade, da insegurança, da desordem, do caos do real, que os humanos produzem realidades, ou seja, leituras e arranjos humanos do real. A realidade é, portanto, sempre uma leitura suplementar e a posteriori do real. A realidade é sempre a verdade ou a pós-verdade do real, produzidas pelos grupos humanos, a partir de suas situações particulares de leitura e vivências práticas do mundo. Para dar racionalidade, previsibilidade, para tornar o real manejável, utilizável, vivível com maior segurança e ordem, os homens constroem estruturas sociais, instituições sociais, produzem e promulgam códigos, regras, leis, colocam-se limites e proibições. A verdade humana nunca vem junto e colada às coisas, aos eventos, às práticas, ela é sempre produção para além e, muitas vezes, a despeito deles. A ciência não nos dá o mundo tal como ele é, as coisas como elas são, mas ela produz sínteses, produz uma contração conceitual e teórica da complexidade do real, para que possamos ter sobre ele o mínimo domínio e possamos nela agir. Todo ente que compõe o mundo é tão complexo, representa a coexistência de tal multiplicidade de elementos, que qualquer discurso humano, seja ele científico ou não, só pode

operar através da redução, da contração, da simplificação, da esquematização, da abstração dessas entidades e acontecimentos. Portanto, não é de hoje, nem são as redes sociais que têm a especificidade de produzirem uma realidade que é virtual. Todo saber humano sempre foi a atualização de virtualidades, de devires, de possibilidades, de probabilidades, de elementos parciais existentes nas coisas, no mundo, no real humano e social. Por isso mesmo, toda realidade humana é política e ideológica, pois é inseparável de escolhas, de seleção, de eleição, de opção, de tomada de posição, de um ponto de vista, de uma dada forma de ver e de dizer, de dadas maneiras, formas e procedimentos, de aparatos teóricos, metodológicos, técnicos e tecnológicos de produção do verdadeiro. A verdade, como todo artefacto humano, sempre foi da ordem da produção, da invenção, da criação, da expressão e não da ordem do encontro, do achamento, do desvelamento. Quando dizemos que descobrimos uma verdade seria melhor dizer que a construímos, apresentando todos os protocolos, regras e materiais com que a fizemos, como se exige de toda ciência positiva. Como dizia o epistemólogo Karl Popper, o que define a cientificidade de um saber é não apenas o seu caráter normativo, o fato de obedecer a regras e protocolos definidos por uma dada comunidade de especialistas, em dado tempo e lugar, mas sim o fato de que todo saber científico é passível de ser falseado, revisado, modificado, abandonado parcialmente, verificado como erro.

O problema acarretado pelos meios de comunicação, e entenda-se por isso, desde o boca a boca existente nas sociedades dominadas pela oralidade, onde eram importantes gêneros de produção do consenso e da opinião pública como o boato, a falação, a falácia, o discurso presencial, o disse me disse, a mentira, a calúnia, etc., até os modernos aplicativos de internet, é que eles emitem enunciados que se pretendem verdadeiros sem que eles estejam, necessariamente, submetidos aos códigos, procedimentos, protocolos, controles, metodologias, tecnologias de produção da verdade científica. Não é que a verdade científica não se faça a

posteriori do fenômeno que estuda, embora a produção de fenômenos artificiais, em laboratório, isolados da vida normal, seja um procedimento recorrente no campo científico. Esses experimentos se propõem a induzir que a verdade se faça ou apareça, mas ela será sempre um resultado que vem ao final de seu processo de produção, ela não nasce ou não antecede ao fenômeno da qual é a verdade. Não se trata, em ciência, de descobrir uma verdade que já estava lá na coisa ou no fenômeno a espera de seu encontro, ela é sempre o resultado de ações e operações humanas, nem que sejam apenas mentais, com o uso instrumental dos conceitos. Mesmo o filósofo Henri Bergson, que pensou ser a intuição o melhor instrumento para se chegar ao verdadeiro, pensava a intuição, não como costumamos pensar, como um encontro imediato e completo com a verdade de uma dada situação ou fenômeno. Para ele, a intuição era um trabalho da inteligência, nascia da aplicação de uma vontade de saber, passava por vários estágios até chegar à conclusão iluminadora. Nos meios de comunicação e nas redes sociais, verdades são proclamadas sem nenhuma verificação, sem nenhum amparo em uma pesquisa, sem que ela seja submetida à crítica dos pares, sem que se obedeça a nenhum protocolo de verificação e veridicção. Ao contrário, o que vem se chamando equivocadamente de pós-verdade é a enunciação do que se pretende verdadeiro, sem que ele possa ser falseado, revisado, revisto, posto à prova, verificado, submetido ao controle de um grupo de especialistas. Um indivíduo isolado e até um robô podem disparar as maiores mentiras, boatos, calúnias, fantasias, mitologias sem que possam sofrer qualquer tipo de contestação, pois são muito precárias ainda as regras e controles sobre esses meios de produção de sentidos e significados (pode-se dizer impunemente, depois de anos de pesquisa demonstrar o contrário, que a terra é plana; que os homens surgiram de Adão e Eva; que o aquecimento global é uma invenção ideológica chinesa; que o nazismo era de esquerda; que o golpe de 1964 não deu origem a uma ditadura; que não houve tortura no regime militar; que não houve corrupção nos

governos militares; que existe escola sem partido; que gênero é uma mera ideologia, etc., etc.).

Não é mera coincidência que tivemos a eleição de um mito ou um mitômano para governar o país. As chamadas pós-verdades são, de fato, a distorção ou a produção de verdades alternativas a verdades já consolidadas e aceitas consensualmente pelos especialistas, por uma dada comunidade de cientistas ou de formadores de opinião, sem que o emissor da mensagem tenha obedecido, minimamente, a protocolos e regras definidos coletivamente para a produção do verdadeiro. Muitas vezes, a pretensa verdade que se faz circular nas redes sociais não obedece à regra básica e mínima para a produção do verdadeiro, que é a identificação de quem emite a mensagem e que, portanto, por ela se responsabiliza e pode vir a ser chamado para dizer como ela foi produzida, baseada em que dados e procedimentos ela se construiu. A permissão do anonimato nas redes sociais, a possibilidade da simulação de figuras de sujeito, de emissores de mensagens, a possibilidade de uso de robôs para disparar mensagens sem que alguém possa ser jurídica e socialmente responsáveis por elas, constituem uma nova realidade a exigir regulamentação e instâncias de verificação e arbitramento. Nas eleições que levaram ao poder Donald Trump, nos EUA, e nas últimas eleições brasileiras, a capacidade de manipulação da opinião pública, a capacidade de construção de realidades e de verdades assentadas apenas no delírio individual ou coletivo (o que sempre foi possível na convivência humana), na capacidade de construção de mitologias, na possibilidade de veiculação massiva da mentira, da calúnia, da difamação, do boato, pelas chamadas redes sociais, tornaram-se um fator decisivo nos processos eleitorais. A desonestidade, a falta de qualquer travamento ético ou legal para a veiculação de simples fantasias ou de desabridas inverdades proliferaram como nunca havia ocorrido antes. As redes sociais tornam cada indivíduo potencialmente produtor e emissor de verdades, com alcance massivo e coletivo, dão um enorme poder de interferência a grupos que se organizam

em rede e que não são submetidos a qualquer protocolo de verificação das informações que produzem ou veiculam. Como o efeito é imediato e em cascata, mesmo que venham a sofrer posteriores sanções e sejam retiradas de circulação, essas mensagens propositadas e sabidamente falseadoras e voltadas para a produção do estigma e a abjeção de uma pessoa, grupo, agremiação, instituição, comportamento, sujeitos já surtiram o efeito desejado.

Pela primeira vez tivemos, no Brasil, um presidente eleito, que se escondeu durante toda campanha, que evitou aparecer em público, notadamente em situações de debate ou confronto. Um candidato que fez toda a sua campanha através das redes sociais, onde pôde dar vãs às suas mitologias, às suas inverdades, às sabidas calúnias, mentiras, imposturas, onde pôde criar versões da realidade sem qualquer amparo em dados do real, sem que pudesse ser cobrado sobre os procedimentos e protocolos que seguiu para chegar a tais conclusões. Ele se afastou, propositamente, de qualquer possibilidade de questionamento do que dizia ou fazia. Sua hostilidade em relação à imprensa, a qualquer instância crítica mostra que estávamos no terreno da criação de enunciados e práticas que não se colocavam sob o escrutínio de instâncias sociais de controle, sem as quais é impossível, inclusive, a vida democrática. Uma verdade que se quer absoluta e inquestionável é autoritária e não autorizada. Toda sociedade, como toda cultura, deve ter instâncias e instituições, deve instituir regras e procedimentos para a autorização do que pode ser visto e dito como verdadeiro. Se as redes sociais continuarem sem nenhum controle, elas inviabilizarão a vida democrática, por ser o terreno do vale tudo e da prevalência do mais forte, daquele que pode mais, do que tem mais recursos, como ficou patente numa eleição em que o caixa dois empresarial foi muito mais volumoso do que o dinheiro que legalmente financiou a campanha. A campanha clandestina e ilegal foi muito mais volumosa e decisiva do que a legalizada, arbitrada e controlada. Foi a vitória do arbítrio, da arbitrariedade e não da arbitragem. O candidato da

extrema-direita produziu, propositadamente, versões fantasiosas da realidade, o que vem dificultando, no pós-eleição, ele abandonar esse mundo de simulacros sem ligação com qualquer dado do real e começar a governar, o que significa ter que lidar com um real que é rebelde em relação a suas fantasias e a seus mitemas. Ele não poderá continuar mitando nas redes, produzindo performances, simulando personagens, veiculando fantasmas e fantasias, sob pena de não conseguir ter contato com o mundo real, cheio de incertezas, imprevistos, acasos, estruturas e forças que não obedecem à simples vontade de um dado sujeito, como acontece nas redes sociais, com suas tecnologias de simulação e produção de uma surrealidade, manipuladas e manipuláveis por especialistas sem escrúpulos e bem remunerados.

Toda campanha política, assim como todo conflito humano, implica a luta entre versões da realidade, entre leituras e interpretações dos dados do real, de uma dada forma de configurá-lo, de lhe dar forma e de veicular essas formas de representação da realidade. Por isso, idealmente, desde os gregos antigos, a democracia, a república, a vida pública exigem a exposição e o debate de ideias, de posições, de formas de pensar e de agir, de reputações, de proposições para o governo da cidade. Morrem a política e a democracia quando as ideias não são debatidas, quando projetos para a sociedade não são confrontados e expostos em público, quando não se fiscalizam e se tornam transparentes os procedimentos e as atividades a partir das quais dadas verdades são produzidas e afirmadas, quando os dados do real não podem ser aferidos e debatidos quanto aos sentidos e significados a serem a eles atribuídos. As redes sociais permitiram a existência de uma eleição, de um embate político-eleitoral, sem que um dos contendores tivesse que vir a público expor os dados e os procedimentos a partir dos quais produziu as verdades e enunciados que emitia. Mesmo nos meios de comunicação tradicionais, ele foi poupado de ter aferidas as verdades que emitia, as informações que fazia. Em pleno Jornal Nacional, não teve pejo de veicular uma sabida

inverdade sobre a existência de um tal kit gay, sem que fosse cobrado pelos entrevistadores. Em vários momentos, desresponsabilizou-se de saber sobre aspectos essenciais da governança do país, repassando para terceiros a responsabilidade de saber o que um candidato a presidente deveria conhecer, sem que fosse questionado. Proliferou na campanha a desigualdade e a disparidade de armas. Enquanto aqueles candidatos com quem a grande mídia não simpatizava eram espremidos em verdadeiros embates inquisitoriais, em que não se buscava a verdade do candidato, mas que o candidato aceitasse e referendasse a verdade do mediador ou apresentador do debate ou da entrevista, o candidato favorito das elites nacionais foi favorecido com longas entrevistas particulares e solitárias, em que podia dar vazão as suas imposturas e invencionices, sem que merecesse qualquer questionamento ou precisasse apresentar qualquer argumentação minimamente razoável, amparada em dados mínimos extraídos do país real. Tivemos, assim, uma candidatura e um candidato fake, que pôde manipular a opinião pública sem que fosse molestado por aquelas instâncias que deveriam lhe cobrar a transparência e a exposição dos dados e dos procedimentos que amparavam o que dizia. A própria justiça eleitoral fechou os olhos ou agiu muito vagarosa e tardiamente diante da máquina de veiculação de mentiras, calúnias e, inclusive, ameaças e intimidações aos adversários, com consequências materiais concretas.

É preciso também reconhecer a incapacidade das forças democráticas e de esquerda para lidar com o fenômeno das redes sociais e tudo que a ele está atrelado. Nossas esquerdas ainda fazem política, em grande medida, como se fazia no século XIX. Nossas esquerdas ficavam e ficam fascinadas quando enchem praças, passeatas, manifestações com muitas pessoas e bandeiras, faixas e cartazes. Diante das redes sociais, essas manifestações políticas, essa maneira de fazer política são pré-históricas. Há que se inventar formas de uso das redes sociais que favoreçam a construção de sujeitos coletivos. O grande acontecimento da campanha

foi a emergência na rede do coletivo que se agregou em torno do slogan “Ele Não”, principalmente porque ele saiu do mundo virtual e se materializou nas ruas, mostrando que a conexão dessas vias de fazer política é possível. Infelizmente, no entanto, ele também demonstrou os limites do exercício da política sem ser orientado por reflexões estratégicas e apostando nas dimensões apenas afetivas ou morais da vida social. O movimento se mostrou incapaz de refletir sobre as consequências que um simples gesto de rejeição a uma dada candidatura poderia gerar. Ou seja, não se contava que um movimento de negação sem a afirmação de um contraponto, sem ser afirmativa e propositiva e não apenas reativa, terminaria por reforçar a solidariedade entre aqueles a que negativava, levando a uma reação ainda mais extrema e consentida de agressão e veiculação de todo tipo de fake news desqualificadoras do movimento. Se desde a fachada toda a estratégia de Bolsonaro foi a da vitimização, foi o de aparecer como o perseguido e injustiçado, o rejeitado pela mídia, pelo establishment, pelos comunistas, pelos petralhas, pelos vermelhos, como um outsider, um solitário valentão e herói patriótico - personagem bem afeito às mitologias veiculadas pelo cinema norte-americano, que giram em torno de justiceiros e vingadores, filmografia formadora da subjetividade de grande parte dos homens e jovens de classe média - ou como um mártir afeito ao discurso cristão, o que foi visto como a rebelião das feminazis de esquerda, das cadelas cabeludas e mal cheirosas, terminou por render ao capitão muitos dividendos eleitorais. O movimento terminou por reforçar e dar ares de veracidade a muitas das fake news há muito veiculadas e espalhadas pelas páginas e grupos organizados de direita nas redes sociais. É preciso entender e dominar as estratégias e lógicas de funcionamento da produção de verdades nos meios digitais onde não prevalecem o raciocínio, o argumento racional, a apresentação de dados, mas proliferam as mensagens que, com o uso da imagem e de outros recursos audiovisuais, apelam para reações emocionais, afetivas, irracionais, a comportamentos de manada

e de rebanho (o que se viu na semana final do primeiro turno). Não dá mais para amadorismos nessas áreas. O conhecimento e a análise dos poderes da imagem (a força da imagem da mameira com bico de pênis, que ninguém nunca viu, mas acreditou ser verdade), dos bordões, das frases curtas repisadas e reiteradas, da mentira que se repete a exaustão (a riqueza dos filhos de Lula; a Ferrari do Haddad; a invasão vinda da Venezuela; a ameaça comunista; a Ural; a existência de uma cultura global marxista; a ameaça aos cristãos; a ameaça de dissolução das famílias; a adoção nas escolas do ensino para tornar as crianças gays; os professores como doutrinadores esquerdistas; o PT como uma quadrilha e o partido mais corrupto do Brasil; a intenção de tingir de vermelho a bandeira nacional), sandices desse naipe, repetida a exaustão nas redes sociais, com a ajuda luxuosa da mídia e dos formadores de opinião, tornaram-se verdades que foram decisivas na hora de um terço do eleitorado do país decidir o seu voto. Temos que nos preparar para lidar com esse dado do real, ele será intransponível daqui para frente.

Tramar no contratempo: o que fazer após a derrota

Sabemos que esse é o tempo de Donald Trump, nos Estados Unidos. É o tempo de Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas, acusado de estar ligado a grupos de extermínio. É o tempo de Andrej Duda, presidente da Polônia, que acaba de aprovar uma lei que isenta os poloneses de qualquer cumplicidade com o massacre dos judeus na Segunda Guerra Mundial. É o tempo de Recep Erdogan, presidente da Turquia, que prendeu cerca de 50 mil pessoas como represália a uma tentativa de golpe para lhe tirar do poder, que já exerce há mais de 15 anos. É o tempo de Theresa May, que comanda a saída da Inglaterra da Comunidade Europeia, o chamado Brexit. É tempo de Angela Merkel e Emmanuel Macron, na Alemanha e na França, que não conseguem dar um rumo ao combalido projeto europeu e veem-se fragilizados politicamente em seus países, acossados pela crise mundial do capitalismo e pela fragilidade das alianças políticas que os sustentam. A revolta dos coletes amarelos na França, tendo como estopim a legislação em torno dos combustíveis e as medidas visando modificar a matriz energética do país, traz para as ruas o fantasma do crescimento da extrema-direita. É o tempo de Nicolas Maduro, que governa a Venezuela desde 2013, por decreto e com poderes especiais, levando o país a uma situação de caos econômico e político. É o tempo de Vladimir Putin, antigo funcionário da KGB, polícia política do regime soviético, que governa a Rússia desde 2012, que comandou a invasão da Ucrânia e a anexação da Crimeia. É tempo de Xi Jinping, presidente de uma China que consegue conjugar uma ditadura política que se

diz comunista com um capitalismo dos mais selvagens, onde não há regulamentação do trabalho e há uma brutal exploração dos homens e da natureza. É tempo do caricato Kim Jon-um, que continua o legado de seu pai, numa Coreia do Norte dominada por uma ditadura das mais fechadas do mundo, conjugada com uma economia frágil em que grande parte da população vive na mais extrema miséria. É tempo do governo islâmico no Irã e dos nababescos sheiks sauditas ou dos Emirados Árabes, onde obtusas ditaduras islâmicas convivem com um capitalismo selvagem e sem peias. É tempo de Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel, que continua a política de ocupação dos territórios palestinos e de ataques militares constantes e letais contra a população palestina. É tempo de Giuseppe Conte, primeiro ministro da Itália, que chegou ao poder apoiado por uma coalização estranha entre partidos nacionalistas de direita e extrema-direita e por partidos de esquerda radicais que são contrários à globalização e à União Europeia. É tempo de Mauricio Macri e Sebastian Piñera, na Argentina e no Chile, que aplicam a seus países uma política econômica neoliberal que fragiliza e destrói os serviços públicos, ampliando a miséria e as desigualdades. É tempo de Jair Bolsonaro, no Brasil. Basta ver o ministério que ele vem montando para termos uma ideia do que será esse tempo que iremos viver. É bom já ir se acostumando?

Se pensarmos o tempo histórico a partir do mesmo conceito, da mesma visão que surgiu nos fins do século XVIII, o tempo histórico como um fluxo, uma linha, um processo único, universal, homogêneo, que arrasta a tudo e todos, inexoravelmente, numa dada direção, num dado sentido, numa dada trajetória, na busca de um dado fim, de um dado telos, imanente, inscrito no próprio processo histórico, teremos muitos motivos para nos desesperar, para não termos esperanças, para dizermos como Raul Seixas: “pare o mundo que eu quero descer”. Se acharmos que só existe um tempo para vivermos, se considerarmos que só existe esse único tempo a nossa disposição, talvez seja difícil conter o desejo

de morte e de suicídio. Se partilhámos do conceito de tempo que emergiu com a modernidade, que nos condena a percorrer uma única e mesma trajetória, individual e coletiva, no tempo, cremos que o desânimo e o descrédito tomarão conta de todos. A descrença, o niilismo, o desejo de nada, que já são responsáveis pela chegada de muitos desses chefes de Estado ao poder, em vários países, só tenderão a se agudizar. Todo tempo de angústia, de medo, de insegurança, de descrença leva ao crescimento das ações, atitudes, valores, modos de pensar e de se posicionar conservadores, identificados com as forças políticas e sociais que prometem a ordem, a segurança, o fim das incertezas e das dúvidas, o fim das divisões e das contradições; das forças que prometem o consenso e a harmonia, a prevalência de um só ponto de vista e de uma só forma de pensar. Todo tempo de descrença, de desespero, de falta de esperanças, de projetos de futuro, todo tempo distópico, todo tempo sem utopias, sem sonhos, sem desejos de um fora, de um além do tempo presente é um tempo em que proliferam as forças do atraso, as forças sociais e políticas que prometem a volta a um pretérito passado idílico e de ordem, de paz e segurança, de bonança e de concórdia, que pretendem, no máximo, preservar o presente tal como está. Esses são tempos da prevalência daquilo que chamamos de forças de direita, sem que isso descarte a possibilidade de que, muita gente que se diga e se considere de esquerda, possa ter atitudes e desejos semelhantes àqueles professados pelo extremo oposto no espectro político.

No início do século XX, diante da assustadora vitória das forças do fascismo e do nazismo, da vitória dos totalitarismos, como a do bolchevismo na URSS, o filósofo alemão Walter Benjamin, um intelectual judeu apavorado com o perigo que constituía a visível e crescente presença do antissemitismo, defendeu que a social-democracia, que as esquerdas revissem o seu conceito, a sua noção de tempo, de história, de historicidade, de temporalidade. Para Benjamin, não havia possibilidade da vitória futura dos vencidos se eles continuassem a partilhar a mesma

visão de tempo dos vencedores. A história contada e narrada pelos vencedores não guardava lugar para as esperanças, os sonhos, as utopias, os desejos, os projetos, os interesses, as bandeiras defendidas ao longo do tempo por aqueles que foram vencidos, nas várias batalhas e enfrentamentos, nos vários conflitos e disputas que constituem a própria história. Os vencedores, ao vencerem, tratavam de apagar os rastros das lutas, os rastros e pegadas de sangue e de terror que foram responsáveis pela vitória. O vencedor escreve a história, configura a memória e, portanto, silencia, esquece, coloca para debaixo do tapete, escamoteia todos os crimes que foram perpetrados no momento do enfrentamento e da luta. Os vencedores, se preciso, reescrevem a história, ressignificam a memória, mudam a sua organização, alteram o seu relato, reorganizam seus eventos, fazem aparecer e desaparecer seus personagens e acontecimentos. Para que tenhamos, no final da batalha, um tempo único, homogêneo e pacificado, um tempo de ordem e de harmonia, é preciso que os devires, os outros tempos possíveis, as outras possibilidades de temporalidades, os outros projetos de tempo que coexistiram e conviveram em um dado momento, sejam apagados, sejam dissolvidos no tempo homogêneo e liso do vencedor.

Para que o tempo da vitória de Bolsonaro apareça como o único tempo possível, para que outras possibilidades de tempo, como o tempo da vitória de Lula, tempo possível que se tornou impossível pelas ações e artimanhas dos vencedores, que impediram desse tempo acontecer com o uso do arbítrio e o desrespeito e afronta às leis e à Constituição, inclusive a decisões de órgãos internacionais, essas possibilidades de outros tempos devem ser apagadas, devem ser silenciadas nas narrativas dos vitoriosos. O revisionismo histórico, tão comum em nossos tempos, predomina sempre que os vencedores precisam recontar a história de modo a legitimar e justificar as suas vitórias e sepultar a memória dos derrotados. É preciso que a grande imprensa brasileira continue por anos a fio desmontando a memória que os vencidos brasileiros têm

do governo Lula, é preciso alterar os sentidos, é preciso retramar, recontar, reinventar os tempos de Lula e do PT, como simplesmente tempos de corrupção e bandalheira, tempos de quadrilhas e de vermelhos bolivarianos. Não podem ser os tempos em que todo mundo ganhou muito e mais dinheiro, inclusive as empresas e as elites empresariais que hoje fingem esquecer, não podem ser tempos de redução da desigualdade social, racial e regional, não podem ser tempos de realização de sonhos e desejos de muitos dos deserdados e despossuídos brasileiros, não podem ser os tempos da moradia, da casa própria, do Bolsa Família, do Prouni, do Reuni, do salário mínimo subindo acima da inflação todos os anos. Esses tempos têm que ser borrados da memória nacional, transformados em anos de mácula e de manchas.

Para que não entremos em desespero, para que possamos superar subjetiva e concretamente a derrota temos que ter outra concepção, outra visão do tempo. Temos que pensar que o tempo nunca é único, homogêneo, universal. Temos que pensar o tempo como múltiplo, diverso, divergente. Como nos ensina o antropólogo britânico Tim Ingold, o tempo é formado por várias linhas temporais que convivem, coexistem, se entrelaçam, se tramam. Podemos habitar diferentes linhas temporais, por vezes contraditórias e divergentes, esquizofrênicas, até. Como era, e talvez ainda seja, comum que o militante da revolução, aquele que habitava uma linha de tempo transformadora e preocupada com a mudança, fosse em casa o habitante da linha de tempo retrógrada, a linha de tempo longa e contínua do machismo, da misoginia, da homofobia, do racismo. É comum que façamos parte de uma linha de tempo movida por um devir transformador e uma linha de tempo marcada pela repetição, pela reafirmação, pela anacronia, pela tradição. Cada um de nós habitamos distintas linhas do tempo e o que chamamos de Eu, de sujeito, de nós, é constituído justamente por um nó de linhas temporais, somos a amarração momentânea, histórica, cultural e socialmente falando de uma multiplicidade de linhas temporais. Não habitamos apenas um

presente, não temos um só passado e um só futuro. O presente em que estamos é povoado de muitos passados e nele muitos futuros aparecem como devires, como possibilidades. O presente é constituído de um feixe de linhas de passados e um feixe de linhas de futuro. O passado nunca passa, nunca está completamente passado. Como dizia o filósofo francês Henri Bergson, o presente é a ponta extrema do passado, que nele se condensa e se atualiza. Nosso presente, como sociedade brasileira, é composto de linhas temporais de longa duração, linhas de tempo dolorosas e terríveis como aquelas ligadas aos tempos da escravidão. A escravidão ainda habita nosso presente, no racismo estrutural de nossa sociedade, na prevalência dos negros nas camadas mais exploradas e desassistidas de nossa sociedade, na prevalência da carne negra entre aquelas mais matáveis, usáveis, encarceráveis. A escravidão se faz presente na rejeição racista aos médicos negros cubanos, na desconfiança em sua competência e na enunciação de que são escravos. A escravização se faz presente na defesa ruralista do trabalho análogo a escravo, no uso acintoso de trabalho escravo por grandes empresas do país e do mundo.

Não compreenderemos o que se passa no nosso tempo se acharmos que ele é um único e mesmo tempo, um tempo que só é constituído pelo agora. Nosso tempo de agora traz em sua constituição muitos outroras, muitas promessas de auroras, de amanhães melhores, que foram derrotados, soterrados e espezinhados pelos vencedores, inclusive pelos vencedores que chegaram ao poder através dessas promessas. Vivemos, no presente, as consequências dos tempos de vitórias das utopias socialistas, que trouxeram consigo vencedores que cedo adotaram os mesmos métodos e ações para se perpetuarem no poder, daqueles que haviam derrotado. Qualquer semelhança com o PT adotando os esquemas de permanência no poder daqueles partidos e forças que havia derrotado não será mera coincidência. Ao desandarem em ditaduras sangüinárias e incompetentes em gerirem a economia, essas vitórias das forças revolucionárias motivam as derrotas das esquerdas de hoje e

a acensão mundial da direita e da extrema-direita. Nosso tempo é composto de linhas temporais que vêm de passados terríveis como a reaparição das forças identificadas e defensoras do nazismo, do fascismo, do nacionalismo exacerbado, do imperialismo, do colonialismo, das ditaduras militares. Não são as catacumbas que se abrem, não estamos diante da aparição dos mortos-vivos, da temporada dos zumbis, os fascistas nunca estiveram mortos, eles nunca foram meros fantasmas ou fantasias, eles estiveram ao nosso lado o tempo todo, habitando temporalidades próprias, habitando tempos outros e paralelos aos nossos, onde tramaram e prepararam o seu retorno à frente da cena e do palco, nos bastidores e na surdina. Essas forças que parecem ressurgir das tumbas nunca estiveram derrotadas e destruídas completamente, elas existiam, elas viviam ao nosso lado e, através das redes sociais, descobriram que não eram existências isoladas, não eram almas penadas, eram milhares, eram milhões, eram multidões de vidas que se consideravam solitárias, estranhas, isoladas, diferentes, exóticas, enlouquecidas, descerebradas, idiotas, misantropas, etc. Vidas que se tramavam e se constituíam em outros tempos, em contratempos, em tempos contrários aos tempos que julgávamos dominados e realizadores do progresso, da evolução, do desenvolvimento, da civilização, da modernidade, do cosmopolitismo, da pós-modernidade, da globalização, etc. Jair Bolsonaro e seus seguidores, Olavo de Carvalho e seus seguidores nunca habitaram o mesmo tempo que muitos de nós, mas isso não significa que eram atemporais ou anacrônicos, eles simplesmente habitavam e habitam linhas temporais distintas daquelas em que habitamos. Não é porque as linhas temporais que eles constituem se tornaram dominantes em nosso presente, que elas se tornaram nosso tempo. Se habitávamos linhas temporais que foram dominantes em um dado momento, elas agora se tornaram linhas temporais que constituem o contratempo do nosso tempo.

O que nos cabe ou nos resta fazer quando linhas de tempo que nos remetem para a Idade Média, para tempos anteriores ao

Iluminismo e à Modernidade parecem se tornar as linhas dominantes em nosso tempo? O que fazer quando linhas de tempo que nos remetem ao colonialismo, ao estágio de colônia, ao escravismo, ao predomínio do rural sobre o urbano, aos tempos do fascismo, aos tempos em que a questão social era um caso de polícia, aos tempos em que não se falava de direitos humanos, aos tempos anteriores a Getúlio Vargas e à criação do Ministério do Trabalho e da legislação trabalhista, aos tempos em que às mulheres estavam reservados o casamento e a casa, parecem prevalecer? O que fazer quando os tempos do Brasil ame-o ou deixe-o, do Brasil sob coturnos e botas militares, o Brasil da censura às artes, à cultura e ao ensino, o Brasil da Operação Condor (ou será com dor), da polícia política, da justiça amordaçada e desabridamente de classe, parecem fazer sua reentrada em nosso tempo? Só nos cabe, como as forças do atraso e da reação fizeram nas últimas décadas, tramar no contratempo outros tempos possíveis e futuros. Os homens são seres que vivem na linguagem, são seres que dependem da narrativa para se comunicarem e darem forma e sentido ao mundo que os rodeia. O tempo, como toda realidade humana, é fruto de narrativas, o tempo é aquilo que sobre ele contamos, dizemos, imaginamos, simbolizamos, conceituamos. O tempo humano não é o tempo da natureza, não é o tempo das coisas, não é apenas o tempo do relógio e do calendário. O tempo humano é fruto do contar e do dizer sobre ele, do tramar narrativo dele. O tempo, o passado, o presente e o futuro são fruto de tramas, narrativas e práticas feitas pelos homens. Nós tramamos os tempos, no duplo sentido que essa palavra carrega, nós damos ao tempo uma narrativa quando o tramamos através dos discursos, mas também o tramamos ao conjugar, costurar, ao aproximar, ao fazer conviver se interpenetrar as várias linhas de tempos que cada um de nós representamos e carregamos conosco. É preciso que tramemos, no sentido de enredarmos, de produzir enredos, de nos comunicarmos, de trocarmos informações, outros tempos, em paralelo a esse tempo doloroso que o mundo inteiro parece viver.

Devemo-nos lembrar de que se vivemos tempos de mudanças, de melhorias e transformações; se vivemos tempos de alegrias e felicidades coletivas; se vivemos tempos de melhorias civilizacionais e sociais, esses tempos não foram obra de apenas um tempo presente. Em plena ditadura, muitos brasileiros se dedicaram a tramar esses tempos que viríamos a viver muito tempo depois. Paralelo aos tempos de terror, censura e repressão muitos foram capazes de criar outros tempos, foram capazes de tramar no contratempo. Em plena ditadura, tramaram-se o tropicalismo, o Cinema Novo, o udigrudi, o movimento hippie, o desbunde, as comunidades alternativas, os grupos de resistência, as comunidades eclesiais de base, os movimentos pela moradia e contra a carestia. Em plena ditadura, pessoas, de vários estratos sociais, no seu cotidiano, no seu dia a dia, foram capazes de criar outros tempos, de encontro, de partilha, de solidariedade, de dedicação às causas coletivas. Foi no contratempo dos tempos finais da ditadura que tramamos a anistia, que tramamos a criação do Partido dos Trabalhadores, que tramamos o movimento feminista, o movimento homossexual, o movimento negro, o movimento dos sem terra, que tramamos o movimento pelas diretas já. Não há nenhum tempo sombrio que não traga em seu interior outros tempos que se gestam, outros devires de luz e de esperança. Foi na escuridão dos tempos de ditadura que o teatro brasileiro, que a literatura, que a música, que o cinema brasileiro foram capazes de produzir tempos outros, cheio de criatividade, beleza e resistência.

Portanto, nos tempos sombrios que estamos vivendo ou que ainda se avizinham, sejamos capazes de sonhar juntos, de pensar juntos, de agir juntos para sermos capazes de tramar outros tempos. Esses tempos não devem ser apenas tempos de resistência, mas tempos de criação conjunta de outros tempos. Precisamos estar juntos, nos encontrar, criar situações de partilhamento, de convivência, sairmos de nossas bolhas e ilhas para nos dedicarmos a tramar o futuro. Aqueles que compartilham ideias e sentimentos, afetos e sensibilidades devem se fortalecer no encontro, na

vida, onde se encontram aqueles dispostos a sonhar, a desejar juntos, a tramar juntos tempos outros. Só nos cabe, para fugir do desespero, do desânimo, da depressão, de tudo aquilo que nos venha a enfraquecer e nos tornar zumbis, tudo aquilo que nossos inimigos querem, nos dedicar a fazer, no aqui e no agora, com os recursos intelectuais, morais e materiais que temos outros tempos para habitar. Podemos fazer de nossos dias tempos distintos e distantes desse tempo de boçalidade e de ignomínia dominante, esse tempo de ignorância e de brutalidade. Os tempos humanos só são forjados pelos humanos, vamos, portanto, na contramão, no contratempo desses tempos *horribilis* criar maravilhas e belezas, criar mudanças e transformações, que não precisam esperar um grande dia, um grande momento para acontecerem. Apostemos que as grandes mudanças, que os novos tempos se iniciam no aqui e agora, na vida e no cotidiano de cada um de nós, de cada um que diz não para esses tempos de arbítrio e miséria, de cada um que resolve afirmar a vida e a esperança, na prática e na ação. Nesses tempos, só nos restam tramar outros tempos, contratempos, para que não venhamos a soçobrar na angústia, no medo e no tédio.

Porque a extrema-direita cresce em todo o mundo I: a insegurança

A vitória de Jair Bolsonaro, nas últimas eleições brasileiras, não pode ser analisada como um fenômeno isolado e com causas apenas internas ao país e a sua vida política. Não podemos atribuí-la a um mero engano por parte da população brasileira. Não podemos considerá-la um mero produto da manipulação via meios de comunicação de massas e redes sociais. Há um crescimento da extrema-direita em todo o mundo. As eleições norte-americanas, embora como todo fenômeno histórico e político tenha sua individualidade e resulte de fatores singulares, já indiciava esse crescimento das forças de direita e extrema-direita. Governos de direita governam o Chile, a Argentina, a Colômbia, o Peru, o Paraguai, só para nos atermos a América do Sul. Em recentes eleições na província da Andaluzia, na Espanha, o partido de extrema-direita, saudoso da ditadura franquista, Vox, foi a quarta força mais votada, conquistando doze cadeiras no Parlamento Andaluz. A extrema-direita governa países europeus como Hungria e Polônia e divide com a extrema-esquerda, num curioso consórcio antiglobalização e antieuropeísta, o governo da Itália. O neonazismo ressurgiu com força na própria Alemanha onde conquistou postos importantes nas eleições locais e regionais. Na França, a candidata de extrema-direita, Marine Le Pen, alcançou o segundo turno nas últimas eleições, sendo derrotada por um candidato de centro-direita, Emmanuel Macron. Na Ásia e na África, contam-se nos dedos os países que não são governados por ditadores ou por agrupamentos políticos conservadores, como é o caso das Filipinas, de Israel, da Arábia Saudita, do Irã,

da Síria e da Turquia. Não podemos esquecer as ditaduras prepotentemente de esquerda como as da Coreia do Norte e da China ou o governo autocrático de Vladimir Putin, na Rússia.

Ora, mas para entendermos este espraiamento de uma onda conservadora é preciso pensarmos o que está gerando nas populações esse desejo por governos conservadores e autoritários. Não é suficiente reduzirmos o fenômeno ao mero jogo das forças políticas e dos eventos eleitorais. Não é inteligente pensarmos que se trata de um fenômeno sem lastro social, econômico e cultural. Como podemos constatar, nos últimos anos, no Brasil, a eleição de Bolsonaro é apenas uma consequência, uma resultante de um crescimento a nível social e cultural de consciências e sensibilidades conservadoras e reacionárias, quando não microfascistas. Jair Bolsonaro, infelizmente, não é uma excrescência, um fenômeno isolado, uma mera figura caricatural. Jair Bolsonaro se tornou presidente da República porque foi desejado por muitos, porque encarna os valores e as formas de pensar de milhares de pessoas no país, porque uma multidão de pessoas se vê nele representadas. Ele é a encarnação de um tipo de subjetividade, de desejos, de valores, de ideias, de conceitos e preconceitos que estão disseminados na sociedade brasileira. Se o mito é a encarnação de uma subjetividade e de desejos microfascistas, seus seguidores e grande parcela daqueles que nele votaram partilham dessa mesma forma de serem sujeitos. É se enganar atribuir a mera fraude, a desinformação, a manipulação sua eleição. Ele, infelizmente, é a encarnação de formas de pensar e sentir que estão disseminadas no interior da sociedade, que eram minoritárias, em dado momento, mas que vêm se tornando, por motivações históricas, que devemos tentar diagnosticar, majoritárias.

Essa semana ressurgiu nas redes sociais uma entrevista dada pelo historiador inglês, Eric Hobsbawm, ainda no ano de 2001, quando de uma de suas passagens pelo Brasil. Nela, ele previa um crescimento da direita e da extrema-direita, com o surgimento de outras formas de fascismo, inclusive atingindo a sociedade

brasileira. Em conversa com o jornalista Roberto D'Ávila, ele apontava algumas das motivações históricas que, segundo ele, provocariam essa onda conservadora em vários países. A nova etapa do capitalismo, um capitalismo cada vez mais dominado pelo capital financeiro, um capitalismo que, sem o contraponto da existência dos países socialistas, entrava num rápido processo de ataque às conquistas sociais dos trabalhadores e da regulamentação estatal que levaram a constituição dos chamados Estados de Bem-Estar Social, notadamente na Europa e nos países centrais ao sistema. A emergência do discurso neoliberal se deu à medida que o encerramento do período de expansão econômica, iniciado no pós-guerra, anunciado pela chamada crise do petróleo, do início dos anos setenta, era atribuído ao processo de regulamentação das atividades econômicas por parte dos Estados, como forma de evitar a repetição de crises como a que ocorrera em 1929. Desde que os governos de Ronald Reagan, nos EUA e Margareth Thatcher, na Inglaterra, adotaram as premissas neoliberais, o que se viu foi uma crescente liberalização das regras para funcionamento dos mercados e o constante ataque às conquistas feitas pelos trabalhadores em suas lutas, desde o século XIX. Como resultado, as sociedades capitalistas passaram a oferecer formas de vida cada vez mais inseguras e precarizadas, relações de trabalho cada vez mais informais, com a desvalorização crescente do trabalho e do emprego como lugares de atribuição e construção de identidades sociais, sendo substituído pelo consumo. Ser consumidor e o que se consome passaram a ser cada vez mais importantes para definir o lugar de alguém na sociedade, mais do que em que se trabalha ou o que se faz.

Temos que ter em conta que o capitalismo não é apenas um modo de produção de mercadorias, bens e serviços, o capitalismo também instaura modos de produção de subjetividades, modos de produção de sujeitos adequados a seu funcionamento. O capitalismo é inseparável da produção do sujeito burguês e do sujeito trabalhador, de subjetividades que se alojam e se sentem

representadas por esses lugares de sujeito. A crescente perda de centralidade da figura do trabalhador na vida social, sua substituição pela figura do consumidor é uma das formas prevaletentes de produção de subjetividades no mundo contemporâneo, que vem atrelada a precarização dos empregos e das relações de trabalho, como a reforma trabalhista realizada por Temer bem exemplifica. Para entendermos a adesão de uma parcela crescente das classes trabalhadoras ao voto conservador, ao voto em forças políticas de direita e de extrema-direita, precisamos levar em conta essa insegurança existencial crescente produzida pela nova etapa do capitalismo. Essa insegurança se acentua à medida que o avanço tecnológico significa a redução dos postos de trabalho e a desparição de muitas atividades e profissões. O novo deslocamento global das populações da terra, induzido pelo crescimento da concentração da riqueza; o avanço da miséria e dos conflitos bélicos em várias partes do mundo; combinado com as informações sobre a realidade dos países centrais do sistema, recebidas através dos novos meios de comunicação, também ampliam a concorrência pelos postos de trabalho, contribuem para o rebaixamento das taxas salariais, gerando o crescimento dos sentimentos de xenofobia e de racismo, sentimentos que encontram guarida e expressão políticas nas forças de direita e extrema-direita. As últimas eleições francesas são exemplares a esse respeito: grande parte das cidades que ficam nas áreas industrializadas e onde se concentra o eleitorado de origem operária deslocaram seu voto, tradicionalmente dado aos partidos de esquerda, para os partidos de direita.

A retórica da direita e da extrema-direita, com o reativamento do nacionalismo, com críticas à globalização, aos acordos de livre-comércio, ao europeísmo (ou seja, a construção da Comunidade Europeia, no caso dos países desse continente), as promessas de fechamento das fronteiras a entrada de imigrantes estrangeiros, as promessas de expulsão dos imigrantes clandestinos têm calado fundo nas camadas trabalhadoras, notadamente nos países centrais do sistema. A vitória de Donald Trump, com

o voto de grande parte dos grandes centros operários do país, explicita como essa necessidade de segurança existencial, essa necessidade de um mínimo de estabilidade na vida laboral, tem levado muitos daqueles que antes votavam nas forças da esquerda, se alinharem com as forças da reação. O choque que vemos esses dias entre republicanos e democratas, nos EUA, com a recusa da Câmara, onde os democratas possuem maioria, em aprovar os recursos para a construção do prometido muro na fronteira com o México, mostra que Trump sabe que sua reeleição depende do cumprimento dessa promessa simbólica de sua campanha. A eficácia desse muro para conter a imigração é bastante duvidosa, mas ele é fundamental na simbolização do fechamento das fronteiras nacionais para os invasores que vêm roubar os empregos dos americanos, rebaixar as taxas salariais (já que aceitam trabalhar por salários mais baixos à medida que são clandestinos) e aumentar, inclusive, segundo a retórica da direita e da extrema-direita, a criminalidade. A reação protagonizada pelos médicos brasileiros em relação à vinda de médicos cubanos para o país, a reação provocada pela chegada dos imigrantes haitianos e, agora, dos venezuelanos têm sido utilizadas pelas forças da direita no país para disseminar entre nós, um país de imigrantes, formado por gente desterritorializada de todos os quadrantes, esse discurso xenófobo e racista.

A nova crise global do capitalismo, instaurada desde o ano de 2008, foi motivada, exatamente, pela desregulamentação neoliberal promovida pelos países centrais do sistema, nos anos anteriores, o que levou a uma total perda de controle dos Estados sobre os fluxos de capitais, com o crescimento da centralidade dos paraísos fiscais e dos capitais provenientes de atividades criminosas e ilegais (tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas, sonegação fiscal, branqueamento de capitais) para a reprodução do próprio sistema. Essa perda de controle também se deu no setor financeiro, com os bancos podendo realizar transações e movimentações financeiras sem o suficiente controle das autoridades

fiscais e monetárias dos países, o que levou a fraude nos balanços de vários bancos e o crescimento desordenado do meio circulante sem o correspondente em valores econômicos. A nova crise global do sistema levou a adoção, em vários países, de duras políticas de recuperação econômica sob a supervisão dos organismos internacionais, dos bancos centrais e dos mercados financeiros. As políticas de bem-estar social foram culpabilizadas pelo discurso neoliberal pela quebra de vários países, atolados em dívidas com o setor financeiro e com enormes déficits fiscais, muitas dessas dívidas contraídas por governos conservadores e neoliberais sob o incentivo do próprio setor bancário e dos organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial, o FMI, etc. Essas políticas de recuperação econômica, aplicadas, inclusive, por sucessivos governos ditos socialistas levaram a desmoralização e ao descrédito crescente dos partidos mais a esquerda no espectro político, o que também favoreceu o crescimento da direita e da extrema-direita em vários países. No Brasil, apesar de quase uma década de sucesso e boa gestão econômica por parte do Partido dos Trabalhadores, a crise econômica de 2008 criou as condições para que as forças de oposição no país subissem o tom das críticas ao governo e, posteriormente, articularassem um verdadeiro cerco e boicote ao governo Dilma, no Congresso Nacional, impedindo que ela tomasse as medidas necessárias, inclusive para corrigir erros cometidos na gestão da economia, o que terminou por levar a população a culpar o PT por uma crise que não foi ele que gerou e cuja solução ainda está por ser encontrada.

Sabemos que um dos principais motivos da vitória de Bolsonaro foi seu discurso prometendo segurança. Erra quem acha que a necessidade de segurança se deve apenas a criminalidade e a violência que atingem níveis assustadores no país. A violência urbana, a falta de segurança pública, no entanto, só exacerbam e explicitam a sensação de insegurança que o próprio estágio atual do capitalismo promove. Quando Marx, já no Manifesto Comunista de 1848, dizia que com o capitalismo tudo

que era sólido se desmancharia no ar, ele apontava para a capacidade de geração de insegurança que o sistema capitalista trazia. O capitalismo tem como uma de suas características o de ser um modo de produção que está permanentemente revolucionando a sua própria forma de funcionamento. Desde o século XIX, todas as lutas sociais e políticas se deram no sentido de conter as tendências desterritorializantes, as tendências desestruturantes do capitalismo. O que se conseguiu com as políticas inspiradas pelas ideias do economista John Maynard Keynes e graças às lutas operárias foi tentar regular e conter as forças e fluxos caotizantes que o capitalismo produz em seu funcionamento. O capitalismo é gerador de insegurança à medida que está permanentemente alterando sua própria regulamentação, seus regramentos, suas formas de funcionamento, suas bases tecnológicas, deslocando sua produção de espaços, alterando as relações de trabalho e emprego. Quando as pessoas, no Brasil, estão clamando por segurança, elas atribuem a insegurança que sentem aqueles que são execrados como bandidos ou como corruptos, todos os dias na televisão. A insegurança, que é existencial, que é promovida pelas formas de vida precarizadas pelo capitalismo, é atribuída a um outro que se torna o bode expiatório do mal-estar causado por vivermos em constante incerteza. Isso é um passo para que esse mal-estar e essa insegurança se tornem simpatia e empatia com o candidato que diz que bandido bom é bandido morto, que irá dar permissão para a polícia matar indiscriminadamente os ditos bandidos, que diz que os corruptos mofarão na cadeia (desde que não seja aqueles de estimação do candidato), com o candidato que promete matar todos os vermelhos (causadores de insegurança), que promete dar a cada um uma arma para se defender desse bode expiatório que é o bandido. Quando Regina Duarte, bolsonarista de carteirinha, já expressava seu medo na campanha de 2002, seu medo, sentimento ligado à insegurança existencial, é causado por uma sociedade que tem na competição e no conflito de classes a sua forma nuclear de organização. Bolsonaro venceu,

entre outros motivos, por envergar uma farda, por ser um ex-militar, por ser aquele que, pretensamente, seria capaz de oferecer segurança, num mundo de pessoas inseguras. O crescimento da bancada da bala, esse ministério coalhado de homens fardados e os vários agentes de segurança eleitos para cargos majoritários explicitam essa busca e necessidade de segurança, que no caso do Brasil são potencializadas pela extrema violência com que convivemos, violência que tem raízes históricas que é preciso discutir. A busca de forças políticas que representam a ordem e a segurança é resultado, portanto, da crescente insegurança existencial promovida pelo próprio capitalismo. Nos próximos artigos, iremos comentar outros aspectos e fatores geradores dessa insegurança, como a precarização dos sistemas de previdência e saúde, como a privatização dos serviços públicos, como o fim da estabilidade no emprego no setor público, como a crise do próprio sistema político e as profundas mudanças culturais, institucionais e de valores que vivenciamos desde, pelo menos, a década de sessenta do século XX, quando o capitalismo dava os primeiros passos na direção dessa nova etapa de seu funcionamento, não apenas econômico, mas social e existencial, pois, afinal, o capitalismo não é uma entidade abstrata, sobre-humana, ele é encarnado por pessoas que, em todas as faixas sociais, vivem vidas muito mais desreguladas e sem amparos institucionais e legais (quem sabe o aumento da corrupção entre as elites dirigentes do sistema não se deva também à própria insegurança em que vivem, executivos que ganham milhões, que se deslocam pelo mundo constantemente, que nem casa ou família direito têm, que podem perder o emprego e o poder a qualquer momento, tratam de acumular de maneira fraudulenta a maior quantidade de recursos em busca de uma segurança de vida).

O estágio atual do capitalismo se caracteriza pela criação de formas de vida e de trabalho cada vez mais precárias. A informalidade (um dos objetivos a ser alcançado pela política trabalhista do governo Bolsonaro, segundo ele mesmo) crescente

das relações de trabalho, o crescimento das formas de trabalho temporário, a rotatividade dos postos de trabalho, a previsão de possíveis reduções de salário previstas em contratos de trabalho, a chamada flexibilização do trabalho, o fim mesmo da ideia de especialização e profissão, a competição crescente por postos de trabalho precarizados, a destruição permanente de postos de trabalho e de profissões, a exigência neoliberal de que cada um seja um empresário de si mesmo, que se vejam como capital humano, que tenham sucesso e poder sem que as condições para isso sejam dadas, produzem subjetividades e sujeitos inseguros, carentes de certezas e de ordem, o que é um caldo de cultura extremamente favorável para o crescimento de forças políticas que se propõem a produzir a ordem, a segurança e a certeza, em todos os âmbitos. Num mundo em que tudo parece naufragar, em que todos parecem surfar sobre ondas enfurecidas, em que tsunamis varrem periodicamente as praias e as casas de nossas vidas, essas forças reativas e reacionárias aparecem como a tábua de salvação, o rescaldo salvador em que se agarrar e navegar, a rocha que sobrou para se prender, o último porto e lugar seguro para se habitar. O encarniçamento, a violência, o aferramento com que as pessoas combatem a favor dessas forças da reação só demonstram o quanto para elas essas opções reacionárias são importantes existencialmente, o quanto elas parecem ser o único e último refúgio em um mundo hostil e perigoso. Os bolsominions são pessoas inseguras e desorientadas em busca de algo e alguém para se agarrar como verdadeiras salvações em um mundo desertado de segurança e ordem. Em um mundo distópico, as únicas utopias que restaram (e a crise ou a morte delas é outro componente a ser comentado) são utopias regressivas e saudosistas de um mundo seguro e previsível. O que eles não sabem é que não é o comunismo, os vermelhos, o petismo, os petralhas, o lulismo, o bolivarianismo, que provocam e são motivos da insegurança, do mal-estar, do medo que sentem, é o capitalismo, modo de produção que tanto defendem. Regina Duarte e seu marido fazendeiro

do agronegócio pensam que é o petismo que gera o medo e a insegurança que sentem, ledor engano, querida, ex-namoradinha do Brasil: é o capitalismo mesmo, cara pálida!

De volta a Primeira República?

Para aqueles que acreditam que o passado é algo morto e que realmente passa definitivamente, olhar para o Brasil de hoje deve causar muita perplexidade. Para aqueles inebriados com a ideia de que, na história, estamos sempre caminhando em busca do futuro, do progresso e do desenvolvimento, da civilização e da evolução, os tempos que correm no país é um duro golpe em suas crenças. Vários acontecimentos do presente nos fazem mais próximos do passado, da chamada Primeira República, período compreendido entre 1889 e 1930, do que próximos de qualquer futuro. Karl Marx, que era alguém que acreditava numa história dirigida e regida para e pelo futuro, considerava farsesca toda repetição, todo retorno do passado. Já o filósofo Walter Benjamin pensava que o retorno de certos outroras ajudava a iluminar o que seria o nosso agora. Sigmund Freud falava em retorno do recalcado, daquele processo traumático que havia sido sublimado, esquecido e que retornava como sintoma em um dado presente. O historiador das artes, Georges Didi-Huberman, vai falar das imagens sobreviventes, das sobrevivências do passado que afloram em dado momento como sintomas de um dado momento cultural e político. Vamos arrolar nesse artigo alguns acontecimentos do nosso tempo que parecem nos tornar mais próximos dos começos atribulados da ideia de república entre nós, do que de algum futuro outro com que tenhamos sonhado.

Estamos novamente à beira de termos governando o país um militar, um homem saído da caserna. Temos que lembrar que o atribulado percurso de nossa República foi iniciado com um golpe militar, de que foram militares os nossos dois primeiros

presidentes da república. É claro que a quartelada de 15 de novembro de 1889 só pôde ser vitoriosa porque contou com o apoio de grande parte da elite dirigente do país, naquele momento, insatisfeita com a monarquia, notadamente pela forma como deu fim a escravidão. Não é de hoje, portanto, que nossa elite, de mentalidade senhorial e escravista, chama os militares sempre que vê seus interesses econômicos e políticos ameaçados. Fica claro, nos dias que correm, que nossa República nasceu e permanece tutelada pelas Forças Armadas, que fazem reuniões às pressas de seu alto comando até para pressionar tribunais superiores a manter preso um ex-presidente da República, que não é de sua simpatia, que se arvoram no direito de fazerem pronunciamentos públicos sobre assuntos que não lhes dizem respeito e sobre os quais são vedadas constitucionalmente suas manifestações. Quando Jair Bolsonaro adentrar ao palácio, dia 01 de janeiro, secundado por nove ministros militares, só faltará a tropa de cavalos que percorreu as principais ruas da então capital do país, o Rio de Janeiro, para que tenhamos literalmente a volta dos que não foram. A tutela militar impediu que tivéssemos uma lei de anistia de verdade, que não contemplasse o perdão dos crimes e dos criminosos do Estado ditatorial. Anistiar torturadores, uma jabuticaba brasileira, totalmente em desacordo com as leis internacionais, atitude referendada por um Judiciário que também nunca teve coragem de enfrentar os militares, em defesa da constitucionalidade de nossas leis e na defesa do Estado Democrático de Direito. O fato do atual presidente do STF, Dias Toffoli, chamar um militar para ser seu chefe de gabinete é o reconhecimento e a explicitação de que o poder civil, que o Judiciário representa, ao lado do Legislativo e do Executivo, nunca se sobrepôs ao poder militar no país. A escolha de um militar para ocupar o ministério da Defesa, que foi criado no governo FHC, para simbolizar o predomínio do poder civil, do poder conferido pelas urnas, pelo voto, princípio basilar de qualquer democracia, sobre o poder armado, explicita que esse predomínio nunca existiu nessa nossa República.

A promessa do governo entrante em transformar a questão social em caso de polícia também nos remete para os tempos anteriores ao período do governo Getúlio Vargas e a institucionalização da organização sindical e a elaboração das leis trabalhistas. A chamada reforma na legislação que disciplinava as relações de trabalho no país, realizada no governo Temer, já nos aproximou de uma época histórica em que os trabalhadores não contavam com qualquer proteção legal, na hora de se engajar nas relações de trabalho e emprego. Em um dos muitos sincericídios que o futuro mandatário da nação cometeu, ele afirmou que a meta é aproximar as relações de trabalho e emprego da informalidade, ou seja, a meta de seu governo é aproximar o país da realidade vigente na Primeira República. O fim do Ministério do Trabalho e, por conseguinte, de seu papel de fiscalização das relações trabalhistas, talvez nos aproxime da realização de um velho sonho de nossas elites, herdeiras e filhas da casa-grande, a reintrodução do trabalho escravo no país. Para atender a demanda de elites que o apoiou, como a avançada elite ruralista, o presidente parece prometer fechar os olhos para a adoção de relações e condições de trabalho análogas à escravidão. Acena-se com a liberdade para que o genocídio das populações indígenas seja retomado, com o pretexto de integrá-las à vida social moderna. Nesse quesito talvez o retorno seja ao período colonial e a práticas ditas de catequese, sendo que dessa vez não serão os padres jesuítas o agente dito civilizador, mas as inúmeras denominações evangélicas, genericamente chamadas de cristãs. Quem sabe ao fim desse processo de integração do índio ao mundo moderno nós tenhamos muitas tribos vendo Jesus no pé da goiabeira, afinal a ministra visionária será a responsável pela administração da Funai. Esse genocídio e etnocídio, pois matança física e cultural, servirá para que novas terras públicas possam ser agregadas ilegalmente ao patrimônio dos proprietários de latifúndios já nababescos.

No campo da proteção ao meio ambiente, também estamos caminhando a passos largos para tempos onde essa não era

uma preocupação de nossos governantes. O ministro indicado para a pasta do meio-ambiente não acredita (como se fosse uma questão de fé) em aquecimento global. Aquilo que já está mais do que comprovado por inúmeros estudos científicos realizados em várias partes do mundo, por cientistas de distintas posições políticas, na realidade paralela em que viveremos com o governo do mito, aquecimento global não passará de discurso ideológico, de uma mitologia de praticantes do chamado globalismo cultural (conceito cuja elaboração ainda aguardamos da lavra do nosso filósofo futuro ministro das Relações Exteriores ou da lavra de seu guru filósofo, o ex-astrólogo, ex-comunista, o ex-muita coisa, Olavo de Carvalho). O simples anúncio da vitória do capitão fez o desmatamento na Amazônia atingir cifras que há muito não registava. As instituições de fiscalização dos crimes ambientais registraram, nos últimos meses do ano, um crescimento assustador das áreas devastadas. O capitalismo selvagem, sem travamentos vindos da legislação trabalhista e ambiental, caminha para ser uma realidade entre nós. O candidato eleito prometendo acabar com a farra, tudo indica que inaugurará uma verdadeira farra de queima do patrimônio público e das riquezas nacionais, que serão entregues a preços vis aos interesses internacionais. Nossas elites que tiveram no saque e na predação das riquezas as atitudes basilares em sua formação, deram o golpe e escolheram a volta do poder castrense para poder retomar a dilapidação constante das imensas riquezas que fazem esse país ter uma enorme potencialidade de crescimento e desenvolvimento nunca realizada.

A composição da equipe econômica de Paulo Guedes, com economistas e técnicos admiradores do milagre neoliberal, realizado pela ditadura chilena de Augusto Pinochet, que também foi escolhido pelo chanceler informal do novo governo, o filho do homem, Flávio Bolsonaro, aquele cujo assessor milionário anda desaparecido, como sendo modelo de governança e postura internacional, promete levar nossa economia para antes do governo

de Getúlio Vargas, que criou o arcabouço legislativo, para realizar uma política econômica nacionalista, substituir importações e dotar o país de infraestrutura e condições para se tornar um país industrializado, rompendo com a dependência colonial e externa. O processo de desindustrialização que já vivemos, possivelmente será acelerado pela política econômica de nossos Chicago's Boys, nossos economistas formados na escola de Chicago, grande centro de formação do pensamento neoliberal. Mas se o neoliberalismo surgiu como uma reação à presença crescente do Estado na economia, figurado, sobretudo, pelas políticas econômicas realizadas pelos governos totalitários dos anos trinta e quarenta do século XX (fascismo, nazismo, stalinismo), no futuro governo, podemos ter uma política econômica neoliberal num governo autoritário, o pior dos mundos. Nossos Chicago's Boys parecem só ser liberais na economia, na política parecem flertar com a ditadura chilena, que teria com a supressão das liberdades democráticas conseguido realizar as reformas neoliberais que, por serem totalmente anti-povo e antinacionais, dificilmente vencem eleições ou podem ser postas em prática por governos democráticos, sem que as reações sociais se façam, como vemos hoje na França, com o governo Macron. Num país onde a miséria e a desigualdade social sempre foram os maiores problemas, em que bastou dois anos de governo sem política social para que as taxas viessem a aumentar, onde a violência cotidiana explicita os resultados dessas desigualdades e diferenças sociais, um governo insensível às questões sociais e que adote uma política econômica que criará empregos cada vez mais precarizados, com salários em queda, tenderá a necessitar do uso da força para evitar protestos e até uma convulsão social. A criminalização dos movimentos sociais, o desmonte das organizações sindicais, a montagem de um aparato de repressão sob a responsabilidade de um ministro da Justiça que já demonstrou seu enorme despreço pela lei e pela Constituição, que possui uma mentalidade punitivista e que não se furta de cometer ilegalidade para atingir seus objetivos, pode nos lançar de volta a um período

em que somente a ação violenta e direta dos trabalhadores, sem a mediação de instâncias institucionais, levava a que minimamente fossem ouvidos.

No Rio Grande do Norte, nestes últimos dias, vivemos dias de Primeira República. Naquela época, existia uma comissão de verificação das eleições que servia para caçar os mandatos dos poucos parlamentares da oposição que conseguiam se eleger. A pretexto de verificar a regularidade do pleito, as comissões de verificação tratavam de encontrar irregularidades nas eleições daqueles que não pertenciam às oligarquias dominantes em cada Estado. No Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, vivemos cenas que se passavam nesses tempos de voto de cabresto e voto a bico de pena. O Ministério Público Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral, assim como o Tribunal Superior Eleitoral, resolveram colocar em dúvida a eleição de todos os parlamentares e componentes da chapa majoritária e vitoriosa em 15 de novembro. As oligarquias Rosado, Alves, Maia e Farias tendo sofrido uma derrota, como nunca acontecera antes, partiram para o tapetão onde queriam e querem alijar aqueles que os derrotaram nas últimas eleições. O caso do deputado Fernando Mineiro nada difere do que ocorria com os deputados eleitos pelas oposições na Primeira República, que tinham as cabeças cortadas pelas comissões de verificação. Em todas as suas instâncias, o Poder Judiciário perdeu o pudor de se mostrar parcial, partidário, lendo a lei ao sabor das conveniências de momento. O Ministro Marco Aurélio Melo constatou que o Judiciário abriu mão de seu papel de mediador dos conflitos e garantidor do Estado de direito para se tornar instrumento de conquista do poder pelas forças sem voto e repelidas nas urnas. O passeio sem pudor do desembargador do TRF-4, Thompson Flores, um dos algozes de Lula, com a deputada de extrema-direita, do Partido de Bolsonaro, Joice Halssemann, ou seu elogio ao General Mourão, a quem chamou de amigo, mostra que, assim como na Primeira República, não podemos contar nem mesmo com uma imagem de equidistância

ou de profissionalismo da cúpula do Judiciário, lá como cá, a Justiça é para os inimigos dos que se acham donos do poder.

Porque a extrema-direita cresce em todo mundo II: as incertezas

Desde o século XIX, os avanços do saber científico vêm destruindo mitos, dogmas e certezas há muito tempo arraigados. O avanço científico também contribui para tornar, ao mesmo tempo, o mundo mais manipulável, menos misterioso e cheio de segredos, e mais desencantado, dessacralizado, banalizado. Como vai diagnosticar Nietzsche, ainda no fim do século XIX, Deus estava morrendo como explicação para as coisas da natureza e para as coisas humanas. O que ele chamou de morte de Deus, o sociólogo Max Weber nomeou de dessacralização do mundo. Mesmo com a oposição cerrada das religiões institucionalizadas, as verdades científicas foram ganhando cada vez maior prestígio social, à medida que eram produzidas e legitimadas por instituições como as universidades, que, com o apoio do Estado, ganharam crescente autonomia e recursos, tornando-se o que poderíamos nomear de centrais de distribuição de sentido dominantes. Mas a batalha pela prevalência do saber científico sobre o saber religioso e qualquer outra forma de saber alternativa e minoritária, como as medicinas tradicionais, as simpatias e rezas curativas, a homeopatia, o saber das parteiras, o saber de curandeiros e barbeiros, se travou, sobretudo, através da imprensa e das publicações científicas especializadas, como as revistas e periódicos, que surgem e ganham notoriedade e importância tal que o historiador britânico Benedict Anderson chamou de surgimento do capitalismo editorial que, para ele, desempenhou papel decisivo na própria legitimação da ideia de nação ao veicular os discursos nacionalistas.

Foram das descobertas científicas que emergiram o que podemos chamar de grandes feridas narcísicas na pretensão, muito presente no século XIX, pretensão central no discurso humanista, de superioridade dos homens sobre os outros animais ou de sua superioridade e prevalência sobre todas as coisas do mundo, que eram garantidas, por um lado, pelo discurso religioso, ao colocá-lo como a única criatura que teria a imagem semelhante a do criador, Deus, e, por outro, ao ser definido, no discurso filosófico, como o único ser dotado de Razão. No entanto, a publicação do livro *A origem das espécies*, em 1859, por Charles Darwin, enunciando a teoria da evolução, a partir do estudo sistemático dos fósseis de homínídeos, encontrados em várias partes da terra, punha por terra a excepcionalidade da criatura humana em relação as demais criaturas. O homem é o resultado de um processo de evolução natural e, portanto, nada tem de excepcional em relação a seus congêneres animais. Embora essa descoberta científica não necessariamente implique a negação da existência de Deus, que cientificamente não pode ser afirmada ou negada - pois falta em relação a ela o que é fundamental para qualquer ciência poder afirmar ou negar algo: a presença de evidências materiais, embora através do discurso da fé tudo possa ser afirmado como evidência de sua presença -, a teoria criacionista e o relato bíblico sobre a origem humana quedaram atiradas para o campo dos mitos (guardem essa palavra que será importante na análise), a partir das descobertas de Darwin.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a descoberta e enunciado da existência e da importância do inconsciente por Sigmund Freud assentaram um duro golpe na definição racionalista do ser humano. Com Freud, descobrimos que muito do que fazemos, muito do que realizamos, não possui apenas e exclusivamente intenções racionalmente estabelecidas, não são apenas produto da racionalidade. Aquele ser da Razão, seguro de si e cheio de certezas, descobre-se habitado por forças que a própria razão não consegue controlar: o desejo, a libido, as pulsões, o

inconsciente, que participam de nossas decisões e de nossas ações tanto quanto o raciocínio, a consciência, a racionalidade, a reflexão. As próprias verdades científicas, a própria pesquisa científica, podem ser interrogadas quanto as suas motivações inconscientes, desejantes. O filósofo Gaston Bachelard propõe que se faça uma psicanálise do saber científico, já que esse também estaria motivado e habitado por desejos e pulsões inconscientes. O próprio Freud colocou as religiões como o cultivo de uma ilusão, como a busca de consolo e justificativas para uma condição humana, que considera trágica, por ser a experiência de alguém que morre, que é finito e que sabe disso. O ser do homem, como dirá o filósofo alemão Martin Heidegger, é um ser para a morte, um ser que vive num mundo que é temporal, que é histórico e, portanto, fadado à mudança, à transformação e à finitude. Com Heidegger, inaugura-se uma reflexão sobre o ser do homem que não é mais metafísica, ou seja, não pensa esse ser como algo fora do mundo, fora da história, fora do tempo, um ser que transcenderia a existência mortal. A busca da transcendência religiosa ou filosófica, ou seja, a busca de uma vida após a vida terrena, mundana, uma vida em que o espírito se separaria do corpo mortal e sobreviveria numa imortalidade incorpórea, sofre assim um duro golpe.

A própria afirmação do saber histórico, no século XIX, sua transformação paulatina em profissão e sua centralidade na explicação do ser do homem e da natureza, na modernidade, produzem o questionamento das verdades que se pretendem eternas, imutáveis, infensas aos efeitos da passagem do tempo. Entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, inaugurou-se no Ocidente uma nova maneira de se pensar e de se relacionar com o tempo: ele agora se torna uma flecha que se dirige para o futuro, uma linha que se estende entre o passado e o futuro, para onde se dirige. Filósofos da importância de Kant e de Hegel já colocavam a história como o fio condutor do seu pensar sobre a condição humana. Eles supõem, no entanto, que os homens, na história, cumprem uma missão, realizam uma tarefa que lhes é ditada pela

natureza e pela divindade. É com as filosofias de Nietzsche e Karl Marx, que a divindade é afastada de qualquer relação com a história humana. Os homens ficam sozinhos e abandonados num mundo em que eles é que têm que produzir, com sua inteligência e com seu trabalho, com a linguagem e com a sua disposição para a luta. Com esses dois pensadores, a verdade que antes era vinda de outro lugar que não as coisas do mundo, a verdade com letra maiúscula, a verdade divina, queda relegada às coisas humanas e mundanas. Em Nietzsche, a verdade se torna a versão da realidade produzida pelos vencedores, pelos poderosos. Nietzsche retira qualquer inocência diante das verdades, elas são desse mundo e quase sempre têm origens pouco lisonjeiras, pois elas nascem da imposição dos conceitos dos vencedores à realidade dos vencidos. Em Nietzsche, a verdade é inseparável da luta pelo poder, ela nasce da vontade de poder e a ela serve. Já Marx, embora separe o discurso científico do discurso ideológico, não deixa de reforçar que as verdades e certezas são desse mundo, são produto da luta entre as classes sociais e devem ser interrogadas e questionadas a partir da materialidade do mundo e de sua historicidade.

Esses pensadores, bem como os avanços em todos os campos da ciência, como Albert Einstein levando a uma outra compreensão da natureza, com a teoria da relatividade geral, derrogando muitos aspectos da física newtoniana; a descoberta do rádio, que levou ao desenvolvimento da energia atômica, destruindo a imagem anterior do átomo; a descoberta do DNA e todo desenvolvimento da genética, geraram o crescimento das incertezas, das dúvidas, com o desprestígio e superação de saberes e teorias que ofereciam um mundo a mão, um mundo de leis fixas e imutáveis. De uma natureza mecânica, de uma natureza determinista e fixista, caminhamos para uma natureza probabilística, uma natureza indeterminada, uma natureza em constante transformação. A flecha do tempo passou a habitar a própria natureza, tudo o que era sólido se desmanchou no ar. O uso mortífero feito das descobertas científicas, nas duas grandes guerras mundiais e ao longo da

guerra fria, gerou medo, desprestígio e desconfiança em relação à ciência que, passou, a partir dos anos sessenta, a ser duramente questionada quanto a ausência de reflexões sobre ética e sobre as consequências políticas de suas descobertas. Ao invés de produzir certezas, ela caminhou para ser vista como um perigo a mais num mundo inseguro e ameaçador. Já no final dos anos sessenta, no interior do que se chamou de movimento de contracultura, saberes que antes foram alijados como supersticiosos e charlatanices foram retomados no Ocidente. O interesse da juventude pelos saberes vindos do Oriente, inclusive pela medicina e práticas religiosas e filosóficas orientais, denuncia esse desencanto com a própria ciência ocidental, que se denuncia cada vez mais comprometida com o acúmulo de capital, com a lógica de mercado, com uma visão utilitarista, mercantil e de classe. As grandes indústrias químicas, farmacêuticas, alimentares e cosméticas deixam claro a imbricação entre ciência e interesses comerciais e financeiros. O uso da ciência para produzir artefactos que podem levar a destruição da própria espécie, aumentou a desconfiança e as incertezas, e fragilizou politicamente a posição do saber científico perante o retorno crescente das mitologias, dos saberes alternativos, das práticas religiosas, também cada vez mais comprometidas com a visão de mundo da burguesia e agora amparadas por técnicas de propaganda e marketing desenvolvidas para a venda de mercadorias. O mercado dos saberes alternativos e o mercado religioso se aquecem, à medida que os meios de comunicação alcançam maior presença e audiência, em todo mundo, trazendo para dentro da casa das pessoas, todos os dias, tudo o que de pior acontece em todo o planeta. A angústia coletiva se acentua com esse espetáculo cotidiano de horror e de sofrimento, de violência e de desespero. Surge um mundo cada vez mais cético e niilista, que se torna ainda mais quando as grandes utopias políticas vindas do século XIX fracassam: o liberalismo, já duramente contestado ainda no início do século XX pelas ideologias totalitárias de direita e de esquerda, vê-se retomado com o neoliberalismo, notadamente após o fim

da guerra fria, tendo produzido, por onde foi aplicado, miséria, desigualdade social, aprofundamento dos privilégios, precarização dos serviços públicos e da vida, incertezas quanto ao futuro, subordinação do Estado à lógica privatista e do mercado, enfraquecimento da soberania nacional; o socialismo e o comunismo, após darem origem a regimes totalitários e ditatoriais, acabaram por perderem prestígio e adesão em todo mundo, com o declínio político de suas agremiações e com o fim do chamado socialismo real, pondo em questão as próprias utopias e a própria atividade de militância política, contribuindo, junto com o neoliberalismo, para a produção de subjetividades cada vez mais individualistas, pouco solidárias, com dificuldade de conviver com o outro e aceitar a alteridade. A própria democracia e a república, duas utopias fundantes da modernidade, se veem atingidas por esse niilismo, por essa falta de esperanças, que se arraigam na impossibilidade de dar crédito a qualquer certeza, a qualquer convicção mais firme no campo da política.

Tudo isso é um caldo de cultura perfeito para o crescimento da extrema-direita que promete a volta a um mundo de certezas absolutas. O espetáculo que vemos nesses primeiros dias do governo Bolsonaro, que talvez rapidamente consiga a palma do mais caricato entre os regimes de extrema-direita no mundo, em muito se deve a essa busca pela volta a um mundo cheio de certezas irrevogáveis e eternas. O fato do governo Bolsonaro ter como guru o dito filósofo Olavo de Carvalho, que indicou os ministros do governo que mais se destacam pelo exotismo e pela bizarrice de suas ideias e práticas, é muito significativo. Olavo de Carvalho se dedicou ao estudo da astrologia, ou seja, militando num tipo de saber alternativo desqualificado, no Ocidente, pelo saber científico. Trabalhou como jornalista na revista Planeta, que se destacou por trazer ao país reportagens sobre temas e saberes considerados minoritários como ufologia, levitação, mediunidade, seres extraterrestres, medicina oriental, etc. Ele nunca concluiu o curso superior de filosofia que iniciou, mas de maneira autodidata

se dedicou ao estudo comparado de religiões e passou a oferecer material, inicialmente escrito, com sua visão muito particular da filosofia e das descobertas científicas. Cedo ele descobriu que contrariar as grandes descobertas científicas causava choque e chamava a atenção de um público que via na ciência um saber distante, um saber arrogante e que vinha destruir as certezas que sustentavam a vida das pessoas. Com as redes sociais, Olavo se fez o guru de todos aqueles ressentidos e intimidados pelo desabar de certezas seculares por parte da ciência. Alimentando um traço presente em todo regime de extrema-direita, o anti-intelectualismo, adotando a postura de um outsider, de alguém contrassistêmico, alguém que tem coragem de afrontar o establishment acadêmico, usando o deboche, o chiste e uma retórica agressiva e, por vezes, chula, ele aparece, justamente, como aquele sábio que, no entanto, não adota a linguagem esotérica da ciência, que fala como um mortal comum, indignado com o que passou a chamar de marxismo cultural, associando o saber produzido na universidade com o comunismo, por, justamente, querer retirar da produção de saber a sua dimensão crítica, para alojá-lo novamente no campo do dogma, da certeza e da fé, da afirmação e do enunciado bombástico e escandaloso, que, no entanto, não se apoia em nenhuma evidência e não nasce de nenhuma pesquisa rigorosa e sistemática. Ele passou a fazer o maior sucesso entre os internautas, mesmo dizendo as maiores sandices, mesmo pondo em questão anos e séculos de pesquisa científica. A defesa de seu individualismo intelectual, ao mesmo tempo que vem de encontro ao individualismo presente na vida coletiva hoje, vai de encontro ao saber científico que, quase sempre, exige o esforço coletivo para sua produção. Olavo de Carvalho vende a seus discípulos - e os ministros das Relações Exteriores, da Educação e o presidente do INEP são belos exemplos disso -, que se pode dizer qualquer coisa, que o saber ou a teoria individual vale tanto quanto os esforços de pesquisa coletivos levados a efeitos por décadas. Ele fomenta a consagração da opinião, do achismo, em detrimento

da pesquisa controlada por regras institucionais, por isso também abomina a participação do Estado na produção do conhecimento, pois ele significaria a prevalência dos interesses coletivos sobre o interesse individual. Ele estimula o que seria a genialidade pessoal e individual sem esforço, algo bem típico das redes sociais, aquele que pontifica sobre qualquer coisa sem muito esforço e estudo para isso. Ser diferente, ser exótico, ser até bizarro parece a máxima olavista, mesmo que para isso se entronize a idiotice e a besteira, a falta de inteligência e a ignorância, tudo com ar arrogante de sabedoria, desde que tudo seja apresentado como certezas irrevogáveis e inquestionáveis. A forma de pensar olavista é autoritária e fascista por não dar lugar ao contraditório, a incerteza, a dúvida, ao questionamento, a problematização, sem os quais não há saber científico. A ciência, ao contrário do que muitos pensam, não é o lugar da verdade inquestionável e absoluta, pelo contrário, é o lugar onde a refutação e a reelaboração são sempre possíveis. O erro faz parte da ciência, é a ela inerente e indispensável, só se aprende errando. Nos mundos olavista e bolsenarista, não há lugar para dúvidas, para incertezas, para questionamentos, para refutações. É o retorno do mundo das certezas absolutas, mesmo que saiam de uma única cabeça, que devorou e misturou mal, leituras e falácias as mais disparatadas, tanto que a produção de disparates é o gênero mais cultivado nessas hostes.

O fenômeno Damares Alves, que mereceria um estudo à parte, apenas é a encarnação de uma hostilidade crescente em relação ao discurso científico por seu potencial desestabilizador e desterritorializador de subjetividades e sujeitos, já fragilizados e precarizados por suas condições e histórias de vida. Um ser sequelado precisa de certezas para se apegar e justificar sua existência. A fala da ministra em que diz que, por muito tempo se deixou a ciência ao cientistas, embora do ponto de vista lógico não seja um primor (ela é campeã da produção de ilogismos e não de silogismos), deixa claro que agora a ciência deve ser feita pelos religiosos (o que fariam deles cientistas, portanto, beco sem

saída), deixa claro o anti-intelectualismo e a rejeição da ciência por parte dos próceres da extrema-direita. Todas as suas homilias, em sua igreja, têm como alvo a educação, a escola, onde estariam sendo gestados sujeitos hostis à religião e adestrados para tudo o que ela considera de pior. A hostilidade da extrema-direita aos professores, à educação, à ciência visa, justamente, combater a hegemonia conquistada pelo saber científico na sociedade. Damares está longe de ser inocente, ela faz parte de um ataque sistemático à inteligência, à crítica e à racionalidade, sem o qual o discurso farisaico das religiões, sem qualquer apuro teológico e filosófico, não se sustenta. Trata-se de disseminar o pânico, o medo, o preconceito, a rejeição, emotiva e não racionalmente produzidos contra o que seriam os agentes da crítica e da racionalidade. Os materiais que utiliza, que atribui a materiais usados na escola, mostram a sua má-fé, o maquiavelismo de uma atuação de deslegitimação do discurso científico e daqueles que o sustentam. Se não há argumentos racionais para se contrapor a esses saberes, trata-se de criar a rejeição preconceituosa, obscurantista, através da mobilização passional das pessoas, a maioria delas completamente desinformadas sobre o que se passa no mundo da ciência, um mundo, por culpa de seus agentes, fechado, hermético, pouco claro e explicitado para a população que o financia. A crítica ao que se chamou de ideologia de gênero explicita bem isso. Sendo ela uma crítica ideológica e desinformada sobre o que cientificamente se produziu sobre as questões de gênero, tem sucesso ao desinformar e inverter ideologicamente o que são informações científicas. Os estudos de gênero acertam um golpe fatal na naturalização de nossas identidades de gênero, nas certezas de que todo mundo nasce, por um desígnio divino ou da natureza, masculino ou feminino. O fim do binarismo de gênero, a emergência de várias possibilidades de escolha de objeto sexual, de relacionamento afetivo, de parceria sexual, de corporalidade, de genitalidade, de identidade de gênero geram um mundo cheio de incertezas e causam angústia e rejeição por parte daqueles que

querem um mundo binário e bicolor (menino veste azul, menina veste rosa, naturalizando o que é uma mera convenção social, pois vestir rosa ou azul nada tem que ver com as escolhas afetivas e sexuais). Enquanto os estudos de gênero fazem pesquisas com a diversidade de seres concretos existentes na sociedade, o discurso que o nega condena abstratamente esses seres à inexistência, à invisibilidade, à anormalidade e, em extremis, ao extermínio. O que se quer com o voto na extrema-direita é a volta a um mundo menos complexo, menos movente, menos instável, menos difícil de com ele lidar e nele se situar. Se quer um mundo simplista e determinista, cheio de certezas inquestionáveis, tidas como naturais ou divinas; se quer um mundo determinista e naturalizado, um mundo onde se saiba sempre dizer algo óbvio, embora obtuso, sobre “isso aí”. Elegeu-se um mito porque muitos aspiram a que nos alimentemos apenas de mitologias, que as verdades científicas, incômodas, passageiras, relativas a abordagens, tecnologias de pesquisa, tempos e espaços deem lugar ao culto, ao grito ritual, nem que seja, aquele grito burlesco e primal: watzap, watzap! Facebook, Facebook!

Porque a extrema-direita cresce em todo o mundo III: o retorno do recalcado

Em 26 de setembro de 1815, assina-se, em Paris, o tratado que põe fim à guerra em que o Czar Alexandre I derrota as tropas francesas sob o comando de Napoleão Bonaparte. Nesse mesmo ano, as potências monárquicas da Europa: o Império Russo, o Império Austríaco e o Reino da Prússia, reunidas no Congresso de Viena formam o que se denominou de Santa Aliança. Ela buscava reorganizar o mapa político da Europa, mas, acima de tudo, conter a difusão do ideário da Revolução Francesa, semeado por Bonaparte. A Santa Aliança foi, portanto, uma tentativa reacionária das monarquias europeias de fazer a história retornar ao período anterior ao grande acontecimento francês. Com a derrota de Napoleão, o que a Santa Aliança buscava era o retorno ao Antigo Regime, com o banimento das ideias liberais e constitucionalistas, a retomada do domínio das aristocracias frente às burguesias e a recolonização dos países da América, tudo inspirado, segundo o czar russo, “nas elevadas verdades presentes nas palavras de Nosso Salvador”. No entanto, em pouco mais de trinta anos, os objetivos da Santa Aliança se viram frustrados e a tentativa de conter as mudanças, de se contrapor a história, de fazer o mundo retornar no tempo, soçobrou completamente.

O que estamos assistindo, nesses tempos de acensão da extrema-direita no mundo, é uma espécie de Santa Aliança, em que as forças reacionárias globais se descobriram, através dos meios de comunicação e das redes sociais, identificaram-se na tentativa de conter uma série de mudanças nas ideias, nos valores, nos

costumes, nas formas de vida, nas crenças, nas tradições, nas relações e hierarquias sociais. Assim como a Santa Aliança foi fruto e só existiu como um produto reacionário ao processo revolucionário burguês, o crescimento das posições de extrema-direita no mundo, hoje, é produto do processo de globalização a que se opõem. É graças ao espantoso processo de expansão das redes de comunicação globais, acelerado a partir dos anos oitenta do século passado, que esses grupos passam a militar e a se reconhecer como posições políticas cada vez mais presentes nas sociedades em todo o planeta. Toda atividade reacionária é contraditória, não só porque é produto e está ligada àquilo mesmo a que reage, como essa reação é possibilitada pelas condições materiais, tecnológicas, econômicas, culturais a que busca combater. A extrema-direita denuncia a globalização, se declara nacionalista, quando não regionalista e separatista, mas seu crescimento e atuação é inseparável dessa própria globalização, podendo arregimentar seguidores em toda parte do planeta. Ao mesmo tempo que defendem o fechamento das fronteiras dos países à imigração, veiculando discursos xenófobos e racistas, retomando, inclusive, discursos suprematistas, defendendo a superioridade de raças e povos em relação a outros, a extrema-direita se globalizou, graças à circulação ininterrupta de pessoas, de suas próprias lideranças, que atuam em nível global, não apenas através das redes sociais, mas presencialmente, estabelecendo organizações e organismos com vocação internacional (o instituto Milênium, com sede no Brasil, é um exemplo) e, por mais contraditório que possa parecer, arregimentando adeptos entre aqueles povos e entre as ditas raças consideradas inferiores (ainda outro dia, a TV europeia veiculava a imagem de um grupo neonazista peruano, composto, em sua maioria, evidentemente, por rapazes de descendência indígena). No Brasil, embora sejam vítimas de constante preconceito, há nordestinos de extrema-direita, com discurso racista e, inclusive, se proclamando neonazi.

Mas um dos elementos que está na base desse crescimento da extrema-direita no mundo é um dos aspectos ao qual a Santa

Aliança também deu atenção: a mudança de ideias, valores e comportamentos. A extrema-direita se alimenta do mal-estar e do ressentimento, quando não do ódio, provocados pela emergência de novos valores, de novas figuras e identidades sociais, de novas relações sociais, da mudança nos códigos de conduta e nos modelos de subjetividade. Ela quer fazer o mundo retornar, em muitos casos, aos valores da Idade Média, quando a religião e a religiosidade explicavam e justificavam todas as formas de viver e de ser sujeito. Em alguns casos, a extrema-direita contemporânea se conecta ao que tentou fazer a Santa Aliança, ou seja, retomar a prevalência da explicação religiosa e do fundamento teológico para as ações e julgamentos, recolocando a moral e o moralismo no centro das decisões políticas e jurídicas. É fazer a história recuar para antes do processo de laicização e dessacralização do mundo trazido pela ascensão da burguesia e pelo desenvolvimento da vida moderna. Só podemos avaliar o tamanho da jabuticaba à brasileira que Jair Bolsonaro significa, ao vermos a nossa liderança de extrema-direita querer conjugar o que historicamente sempre foi incompatível, as premissas liberais em economia e as premissas teológicas cristãs, radicalmente antiliberais - embora nas religiões mercadológicas e mercantis atuais isso já não pareça tão inconciliável assim, afinal se o mercado é o *Deus ex machina* do liberalismo, parece ser também de algumas igrejas seguidoras da teologia da prosperidade, como a dos grandes gurus bolsonaristas Silas Malafaia e Edir Macedo.

A extrema-direita cresce em todo mundo diante da angústia e do mal-estar causados, por exemplo, pelas mudanças sociais trazidas pela luta e conquistas das mulheres, ao longo do século XX. A extrema-direita costuma ser machista, antifeminista, misógina, já que expressa a inconformidade dos homens, e das mulheres que partilham do machismo, com as mudanças que se deram nas relações de gênero, ao longo do século XX. A luta contra a chamada “ideologia de gênero” encarna, na verdade, o ressentimento e até o ódio às mudanças que as mulheres e os homossexuais realizaram

nas relações de gênero, nas relações sexuais, familiares, parentais, etc. A nova, como a antiga Santa Aliança, coloca-se como defensora da família, como se existisse um único e monovalente modelo familiar. Se a antiga Santa Aliança lamentava o fim da família extensa, patriarcal e patrimonialista, baseada nos laços hereditários e nobiliárquicos, se contraponto a emergência da família nuclear burguesa, assentada no direito civil e não no direito hereditário ou pretensamente divino, no direito de propriedade, no ideário individualista romântico, a nova Santa Aliança das extremas-direitas toma essa família nuclear burguesa como uma forma universal e eterna de família, como o modelo familiar, para se contrapor ao surgimento de novos arranjos familiares e à informalidade e fragilidade das relações familiares, notadamente do laço matrimonial, em nosso tempo. Eles pretendem refundar uma família assentada nos valores cristãos, que nunca conseguiu corresponder a seu ideal de família e que sempre foi diversificada em termos de realização nos diversos grupos sociais e nas diversas culturas.

A extrema-direita significa o retorno do machão, que se sente pressionado e limitado pelas conquistas legais e pela mudança nos valores, no imaginário e nos conceitos conseguidos pela luta das mulheres. São homens que se sentem emparedados, com seu poder ameaçado, sentem-se preteridos e até criminalizados pela legislação de proteção aos direitos das mulheres. O eleitorado de Bolsonaro foi majoritariamente masculino, o mito encarna, para muitos desses homens, o retorno do macho ao comando, de onde ele nunca deveria ter saído (notadamente depois que uma mulher chegou à presidência da República, um acinte comunista insuperável). As agressões reiteradas às mulheres, feitas pelo parlamentar e candidato, como o episódio emblemático com a deputada Maria do Rosário, deixam claro que o *homo rusticus*, o *homo boçal* bolsonariano é fruto da revanche machista, diante do que seria as injustiças sofridas pelos homens, nas últimas décadas. Podemos ver no crescimento da extrema-direita uma reação desesperada e angustiada dos machos diante da presença crescente da mulher

no espaço público, numa tentativa de convencer a todos a voltarmos à época em que menino vestia azul e menina vestia rosa. O papel da ministra Damares Alves, nessa pantomima reacionária, é estratégico, pois ela encarna a mulher que, mesmo sequelada, mesmo vítima do machismo e da violência masculina, se dispõe a repor a naturalização das hierarquias entre homens e mulheres e a apregoar um retorno à família dita cristã, que era, e continua sendo machista, patriarcal e misógina. Ela é a vítima que legitima o algoz, que presta loas ao seu carrasco, naturalizando e divinizando distinções e hierarquias de poder que são social e culturalmente construídas.

O mesmo se pode dizer em relação ao discurso homofóbico que irmana toda a extrema-direita no mundo. Os homossexuais são alvo de campanhas difamatórias, de assédio moral, de intimidação física e de violência sanguinária por parte de grupos e indivíduos de direita e de extrema-direita, em todo o mundo (o episódio do exílio do deputado Jean Wyllys dá a dimensão de a que ponto o ódio homofóbico chegou no Brasil, açulado e legitimado pela troica bolsonarista, que fizeram dele, por ser o mais visível e destemido opositor do destempero homofóbico de Bolsonaro, o bode expiatório a ser literalmente sacrificado nos altares do fascismo tupiniquim). A homossexualidade militante e questionadora, que conquistou direitos e visibilidade social, é intolerável para pessoas e grupos que se sentem angustiados pela aproximação de si de corpos que expressam desejos e pulsões que por se fazerem presentes neles mesmos devem ser rejeitados com a máxima veemência. A homofobia costuma partir daqueles corpos onde o desejo e a pulsão homossexual se encontram de forma muito presentes, já que, como sabemos desde Freud, ela está em maior ou menor grau atuando em todos nós. O discurso e o gesto homofóbico, desde o mais irrefletido até aquele militante e agressivo, nascem dessa tentativa de se ver livre de um desejo, de uma pulsão que atormenta o homofóbico. A fobia nasce do medo do contato e do contágio justamente porque o

fóbico já está muito mais próximo daquilo que teme do que suspeita, ele morre de medo de não resistir e de se contaminar no contato, daí a repulsa neurótica. Os grupos neonazistas, os grupos masculinos de extrema-direita, como é o caso da entourage bolsonarista, formada, quase sempre, de jovenzinhos e de senhoras que se proclamam machos, mal esconde a presença do desejo homossexual. O investimento libidinal e passional feito em torno do corpo do capitão e de sua miscelânea machista estereotípica deixa claro que há circulando nesses agrupamentos uma indisfarçável erótica homossexual e homoafetiva. A fixação anal, que parece também acometer o guru filosófico da trupe, o fato de não resistirem a colocar o ânus na boca, falando nele e dele insistentemente, as performances de culto ao falo, aos músculos, ao macho rude e acéfalo, mal escondem a presença do desejo homoerótico aí atuante. Todos sabemos que os corpos e fardas militares constituem um dos fetiches homoeróticos mais recorrentes, quase sempre como parte de fetiches sadomasoquistas. A apologia da tortura ou a sua aceitação não deixa de estar relacionada a desejos de caráter sádico e masoquista, embora esse tipo de prática costume, no mundo real, ser presidido por elaborados códigos que limitam e regulam a prática, afastando-a do universo da tortura, não podendo ser a ela assimilado, nem do ponto de vista jurídico, nem do ponto de vista ético.

A ascensão da extrema-direita é inseparável da presença crescente, entre os pobres, os trabalhadores, os marginalizados, da insegurança existencial, como já discutimos em outro artigo dessa série. Mas essa insegurança também foi potencializada por essas mudanças de valores. Se a insegurança do trabalhador cresceu com a precariedade das relações de trabalho, trazidas pela nova fase do capitalismo, pelas reformas neoliberais, pelo declínio da centralidade do trabalho produtivo na economia global, essa insegurança se intensifica quando as tradicionais hierarquias de gênero, nacionais e étnicas se veem ameaçadas. Se antes, o trabalhador, subordinado, subalterno, explorado em seu trabalho,

muitas vezes humilhado, tinha a sua casa para reinar como um déspota, agora a legislação protege, cada vez mais, as mulheres e as crianças do poder discricionário do marido e do pai. Esses homens se tornam cada vez mais ressentidos, esperam com o voto e a militância na extrema-direita o retorno do mundo aos eixos, com o retorno do poder do macho. Se o imigrante, esse ser de outra cultura e de outra etnia, ameaça seu trabalho, os casamentos internacionais, interculturais e interraciais aparecem como ameaças às famílias e às futuras gerações. Se antes, o trabalhador tinha seu corpo usado, desgastado, alquebrado no trabalho, ele podia, em casa, fazer o uso discricionário que quisesse dos corpos de suas mulheres e filhos, pelo menos, era assim que se pensava. O ódio ao feminismo, aos direitos humanos, ao estatuto da infância e da adolescência, que irmana a toda a extrema-direita, no Brasil, e no mundo, nasce do fato de que eles vieram limitar e regular o poder masculino e vieram punir as violências e desmandos cometidos pelos homens.

É nesse mesmo sentido que devemos entender o ódio, a raiva e o ressentimento que emergiram na sociedade brasileira com a adoção das políticas de afirmação da população afrodescendente, com a política de cotas, com a legislação de regulamentação do trabalho doméstico. Essas conquistas feitas pelos movimentos de afirmação da população negra e indígena, pelos movimentos sociais, vieram mexer em seculares hierarquias presentes em nossa sociedade. A presença crescente dos negros e indígenas, nos espaços e instituições vistas como sendo para brancos, causou uma enorme ansiedade e apreensão entre os considerados brancos, notadamente das classes médias, em processo de declínio social, como a classe médica, assustada com a presença negra e cubana em suas, até então, exclusivas atividades. Essa ansiedade e apreensão se traduziram em agressividade e ressentimento dirigidos contra o petismo, acusado de comunista, justamente, por promover, através das políticas afirmativas, mudanças nas hierarquias sociais. O discurso anticomunista, que parece caricato e

fora de época e lugar, ganha sentido quando entendemos que o significado de comunismo no imaginário das elites e das classes médias brasileiras, desinformadas e ignorantes em grande escala, é justamente toda e qualquer medida, ideia ou reivindicação que vá na direção da redução das desigualdades sociais, das mudanças nas relações e hierarquias sociais, nos valores e costumes que reafirmam e legitimam a desigualdade estrutural entre classes e grupos sociais, no país. A defesa da meritocracia, mal esconde a defesa da manutenção do status quo, a manutenção dos privilégios daqueles que são considerados e se consideram mais merecedores, não necessariamente por terem maiores méritos, mas por serem quem são, por terem a origem social que têm, porque são da raça que são. Meritocracia em nosso país ainda repercute a ideia colonial do homem bom: existem os bons, os melhores, que são as elites sociais, mesmo que ignorantes e despreparadas, como muitas se mostram, basta ver a idiocracia instalada em Brasília. As políticas afirmativas, a educação e a universidade para todos, que o ministro da educação diz não ser possível, diz ser demagogia, ameaçaram modificar as relações e hierarquias raciais, no país, o que foi, para muitos que se consideram brancos, insuportável. Ver o filho da empregada doméstica na universidade, ao lado de seu filho, era assustador para o patrão e a patroa, não apenas pelo que simbolizava o princípio “comunista!” da igualdade de direitos e oportunidades levado à prática, como por representar uma dupla ameaça para o futuro de seus descendentes e de seus privilégios: ter que vir a concorrer no mercado de trabalho com esse negro, que passa a ter possibilidades de ascensão social, com a formação conquistada, bem como de vir a ficar sem a possibilidade de ter um serviçal, um trabalhador para lhe servir. O bolsonarismo e a extrema-direita são profundamente racistas, como racista é estruturalmente a sociedade brasileira. Qualquer política pública que ameace mexer no racismo estrutural de nossa sociedade vai gerar reações extremadas, como o assassinato de Moa do Katendê, durante a campanha política, ou o assassinato

de Marielle Franco, triplamente significativo, já que ela era uma mulher negra e homossexual. A legislação que regulamentou o trabalho doméstico, e toda e qualquer legislação que regulamente o trabalho, que Bolsonaro promete levar quase a informalidade, atinge uma relação que, na história do país, foi, por quatrocentos anos, uma relação quase completamente desregulamentada: a relação escravista de trabalho. Se a luta dos escravos foi impondo limites ao poder senhorial, este era visto como quase absoluto, sem peias e sem travas. Nossas elites ainda guardam esse desejo de ter o corpo do trabalhador para ser usado sem qualquer limite. É fato que a exploração do trabalho é um tônica do capitalismo, em todo e qualquer espaço, mas no Brasil, ele se reveste desse imaginário vindo da escravidão e é inseparável do racismo e das hierarquias e valores que ele estabelece. A cor da pele continua sendo uma marca desqualificadora no país. A reação à possibilidade de vir a ficar sem serviços, sem ninguém para servir, lógica que também preside as relações entre homens e mulheres, adultos e crianças no Brasil, o medo de não poder desfilar com sua empregada doméstica de estimação, como se desfila com seu pet, com seu dog, fez muitas madames odiar o petismo, odiar de coração sua semelhante Dilma Rousseff, e ter ataques diante da vigência do “socialismo” no país. Ter serviços sempre conferiu status na sociedade brasileira, portanto, eles não podem ser pensados como sujeitos de direitos, mas como sujeitos de uso doméstico e privado, onde as relações devem estar imunes à intervenção do Estado (todo e qualquer controle coletivo dessas relações é visto como comunismo, daí a proposta de nos levar de volta ao século XIX instituindo a educação doméstica, talvez reintroduzindo a palmatória e a chibata, já que a intervenção do Estado em defesa de interesses coletivos e nacionais e não interesses privados e corporativos é lida como socialismo, coisa de esquerdista). Elas devem ser decididas pela negociação pessoal, atravessada pelo afeto, pela personalidade e, claro, pelas abissais diferenças de capacidade de barganha. Nossos patrões sonham com a generalização

das condições do trabalho doméstico, antes da lei que o equiparou a qualquer relação de trabalho: aquele que só por ser exercido já institui a inferioridade e menoridade social e de direitos daquele que o exerce, atravessado por uma linha racial e de gênero muito clara - a maioria era mulheres negras e mestiças -, os contratos precários e privados, dependendo muito da bondade e boa vontade dos patrões, que devem ser reconhecidas e retribuídas com mais dedicação e trabalho pelo empregado, sem jornada de trabalho e tarefas definidas, etc. A extinção da Secretaria da Igualdade Racial mostra que a vitória da extrema-direita, no Brasil, foi a vitória do racismo e dos racistas, como foi a vitória dos machistas, misóginos, sexistas, homofóbicos, etc.

Mas assim como a Santa Aliança, as extremas-direitas que-rem, hoje, um retorno no tempo que é impossível. Aliás, a vaga dominante da extrema-direita mostra muito mais desespero do que força e vigor. É a vitória do que o filósofo Espinosa chamava de paixões tristes, de paixões passivas, aquelas que nada criam, que buscam apenas destruir, evitar, barrar, fazer a roda da história girar para trás. O ódio, o ressentimento, a raiva, a inveja, o medo e a angústia são paixões tristes, elas são excelentes para destruir laços, relações e instituições, mas péssimas para construir alguma coisa. Anos de destruição estão reservados para o Brasil e para o mundo, mas toda reação é, ao mesmo tempo, a afirmação daquilo a que se reage. Não há volta atrás possível: as mulheres, os homossexuais, os negros e os indígenas não abrirão mão de suas conquistas, por elas lutarão, reafirmarão suas vontades, desde que se entreguem a paixões ativas, desde que se entreguem aos desejos construtivos, não se deixem capturar pela irracionalidade reativa dos inimigos. Eles passarão, e agente passarinho, desde que mantenhamos nossa disposição para o canto e para o voo, e não nos deixemos abater pelas armas assassinas que quererão nos fazer temer e tremer, pois o medo é paralisante e definhador. A Santa Aliança ruiu, apesar de toda a sua "santidade". Os santarrões hipócritas de hoje, os cemitérios caídos também ainda

cairão do galho da goiabeira, e nossos valores civilizacionais prevalecerão sobre essa noite de obscurantismo, grosseria, boçalidade e ignorância que nos ameaça tragar a todos como a lama fétida, criminosa e gananciosa de Brumadinho tragou a centenas de vidas. Nossa homenagem indignada e emocionada a esses brasileiros, vítimas de um capitalismo selvagem, sustentado pela ambição desmedida, a incúria, a irresponsabilidade política e a absoluta falta de ética e de valores humanistas. Aqueles que privatizaram a Vale, aqueles que a compraram e aqueles que a deviam fiscalizar e não o fizeram têm nas mãos e na consciência a nódoa inapagável do sangue de centenas de brasileiros.

Brasil: um ninho de urubus

Embora haja controvérsia entre os ornitólogos e outros estudiosos das aves, os urubus podem ser considerados aves de rapina. Entre elas, eles ocupariam um lugar muito específico, à medida que, preferencialmente, se alimentam de animais já mortos, se alimentam de animais que não caçaram, nem apreenderam, mas encontraram em estado de putrefação, de carniça. Os urubus, mesmo sendo aves carniceiras, como as águias e os gaviões, com os quais partilha muitas características, preferem se alimentar de carnes mortas, de corpos em decomposição, comprazendo-se em se alimentar das vísceras apodrecidas, que acessam através de algum orifício feito ou presente na carcaça do animal.

A tragédia da morte de dez garotos, que jogavam nas categorias de base do Clube de Regatas Flamengo - que tem o urubu como símbolo -, após os *containers* em que dormiam se incendiar, em plena madrugada, quando quase todos dormiam, parece ser um acontecimento símbolo não só do momento que vive a sociedade brasileira, mas, em grande medida, da própria história do país. O centro de treinamento, em que os dez meninos - todos tinham entre 14 e 16 anos -, perderam a vida, chama-se, significativamente, Ninho do Urubu. Secularmente, as terras em que hoje vivemos foram vítimas constante da rapinagem. A rapina atravessa toda a história do país e poderia ser um fio condutor para narrar a nossa trajetória no tempo. O Brasil nasceu no interior do grande movimento de rapinagem internacional nomeado de colonialismo ou de colonização. A rapina de suas riquezas florestais e minerais foi a base do chamado processo de colonização e de formação da nacionalidade. A maioria dos europeus que para

cá vieram, o fizeram na intenção de retirar o máximo possível, no menor tempo possível, retornando para a Europa. O sistema capitalista foi possível graças a esse processo de rapinagem internacional, que Marx nomeou de processo de acumulação primitiva do capital. Sem o saque, sem a predação das riquezas, sem a superexploração dos recursos naturais das colônias, as metrópoles europeias não teriam acumulado o capital necessário para se lançarem na aventura industrial. Como urubus sedentos por carniça, impulsionados seja pela ambição, pelo desejo de posse, propriedade e acumulação, seja pela busca da aventura, da fama, da glória e da reputação, seja pela busca da graça e da salvação das almas pagãs e desgarradas do aprisco divino, levas de homens brancos chegaram às terras americanas, africanas e asiáticas para serem os dominadores, os colonizadores, os civilizadores, os transformadores.

Mas, como sabemos, as aves de rapina, como os urubus, são aves carniceiras, elas se alimentam de corpos que matam ou que já estão mortos. A formação da sociedade brasileira, o que ela é hoje, é incompreensível sem o drama vivido por milhões de corpos humanos, usados, explorados, torturados, utilizados até as suas últimas forças. A história do Brasil, assim como toda a história das Américas, é inseparável da carnificina aqui perpetrada contra as populações indígenas, o genocídio e o etnocídio de milhares de povos, a hecatombe de populações inteiras, abatidas pela violência sanguinária, pela fome, pelas doenças contagiosas, pela destruição de seus ambientes naturais e culturais, pela destruição de suas culturas e civilizações. Nas Américas e na África, perpetrou-se um dos maiores crimes da humanidade, a exploração de milhões de corpos e almas humanas, capturados como bestas, no interior do continente africano, às vezes com a colaboração dos próprios africanos rivais ou treinados para a razia escravista, trasladados em péssimas condições, armazenados como animais e transportados em navios que ficaram, significativamente, conhecidos como tumbeiros. A sociedade brasileira se estruturou sob

o signo da rapina dos corpos negros africanos. Ela se formou sustentada pela exploração brutal desses corpos, pela sevícia e a tortura diárias, pela humilhação e pelo desprezo de vidas que não contavam, de corpos que não eram vistos como semelhantes e iguais. As elites brasileiras se formaram na rapinagem de riquezas e de corpos. Como urubus, engordaram, enriqueceram, fizeram-se importantes e ricos, às custas do sangue e das carnes dos considerados inferiores, irracionais, incivilizados, quase animais, alguns domésticos e de estimação. O ethos, a maneira de ser, a mentalidade, a sensibilidade, o imaginário que sustentam as elites brasileiras, que as constituem como sujeitos, é a rapinagem, é o se banquetear de preferência com aquilo que exige menos esforço para conseguir. O urubu não é uma ave futurista, é uma ave imediatista, trata de comer o máximo que pode, quando encontra a carne desejada. Ele não guarda nada para depois, como faz o cachorro, trata de tudo devorar, o mais rápido possível. Como urubus, nossas elites vêm, há séculos, devorando riquezas e gentes sem nunca ter um projeto de futuro para essa nação e para esse país. Trata-se de se empanturrar o mais rápido possível, deixando atrás de si devastação, carnificinas, podridão e restos. Muitos, ainda com as penas e os bicos sujos, abandonam o país para viverem no exterior, golfando vômito pútrido sobre a própria imagem do país e de sua gente, como fez recentemente um dos integrantes do governo entrante.

O urubu trata sempre de romper o couro ou a pele que contém e protege as vísceras para delas fazer seu alimento. Creio que vivemos um tempo de exposição das vísceras do país e, como estamos sentindo, elas fedem muito. Os urubus são aves que se alimentam da corrupção dos corpos e, assim, exercem uma importante atividade sanitária e higiênica, pois nos livram das carniças, das ameaças à saúde que elas significam e do mau cheiro que exalam. Esse momento que vivemos no país se iniciou com uma operação, em que um senhor vestido, preferencialmente de preto, como um urubu, prometeu sanear o país de toda e qualquer

corrupção, lavando-a a jato. Do alto de sua condição de juiz de primeiro piso, prometeu expor toda a podridão que habitava o corpo da nação, para submetê-la a uma faxina higienizadora. Eis que, uma vez destampada a carniça do país, muitos urubus se mostraram seletivos, só querendo devorar dadas comidas específicas, tampando os olhos e as narinas para fontes muito bem localizadas de mau cheiro e podridão. Os urubus que não são dotados de bela voz ou canto, passaram a grasnar um discurso repetitivo, e desengonçados, como soem ser, passaram a rodopiar e a bailar em torno dos mesmos alvos, deixando claro que nem todas as fontes de podridão e mau cheiro deveriam ser devoradas ou deglutidas, nem mesmo bicadas ou expostas. Mas, mesmo assim, o fedor se espalhou por todo o país e como em estado de narcose pelo ar pesado e nauseabundo que passou a circular entre todos, os urubus passaram a se entredevorar. Quanto mais carniça se expunha e se expõe, mais carniça se queria, mais carniça se quer. Há governador prometendo buscar, no exterior, tecnologia produtora de carniça de pobres e pretos, ditos bandidos, a granel, para alimentar o apetite de sangue das classes médias. O desejo reativo de morte se apossou de boa parte da sociedade brasileira, passamos a ter uma sociedade de urubus que querem ter, a cada dia, seu naco de carne podre para o repasto. Os meios de comunicação de massa passaram a veicular discursos e práticas tumulares, colocando no patíbulo diário muitas vidas, reputações e honras, para o deleite da urubuzada sequiosa por vísceras podres. A nação passou a se alimentar de um jornalismo urubulino, um jornalismo de rapina, um jornalismo dito de guerra, ou seja, que busca e encontra a morte do próprio jornalismo, transformado em discurso azedo e pútrido de ódio, vingança, ressentimento e atravessado pelo desejo de destruição e humilhação do outro. Como falsas carpideiras, passamos a chorar e bendizer o nosso morto de cada dia, a nossa carniça posta na mesa do jantar, todas as noites, pelo Jornal Nacional.

Esses primeiros dois meses do ano de 2019 parecem mesmo estar presididos pela figura do urubu. Se existisse urubu

no jogo do bicho seria a aposta certa todos os dias. Nossas elites, com sua interminável sede por sangue e linfa, conseguiram colocar no poder aqueles que encarnam a sua face mais rapace. Em pouco mais de dois anos, os corpos dos trabalhadores voltaram a ser carne barata para o açougue. A derrogação de boa parte dos direitos trabalhistas, que continuam na mira do bando de urubus que chegou a Brasília, visa tornar mais barato explorar as forças e as vidas dos trabalhadores. Sugar suas vísceras agora vai custar menos. A reforma da previdência promete jogar na rua um grande número de carcaças velhas e já carcomidas, que quedarão fedendo a céu aberto, sem nenhum abrigo que as venha proteger antes do túmulo definitivo. Trata-se de gerar mais carniça para o bico dos urubus das finanças, já sobrevoando a todos com o agourento sistema de capitalização que, no Chile, fez dos aposentados miseráveis a mendigar um naco de carne para continuarem vivos. O desejo de rapina do capital financeiro, nacional e internacional, não quer encontrar barreiras ou limites para o repasto de seus estômagos insaciáveis, por isso derrubam governos, dão golpes de Estado, instauram o estado de exceção, compram leis, emendas, tribunais, tribunos, qualquer urubu que cacareje mais do que duas ideias pelas redes sociais; compram também pitbulls, que costumam ser rivais dos urubus na rapinagem. O astral do país, coisa para astrólogos verificarem, parece estar baixo. As tragédias se sucedem, o governo entrante é em si mesmo uma tragédia. Da maioria das instituições, exala um fedor quase insuportável. Comprometidas, durante anos, em espalhar maus eflúvios e em encher a atmosfera nacional com os miasmas de ideias retrogradadas, reacionárias e fascistas, muitas das forças empenhadas no fim do domínio petista na política do país se sujaram e se enlamearam na própria fedentina que produziram, foram tragadas pelas fossas que elas mesmas destamparam ou produziram. Vivemos um tempo, no país, que até as ideias parecem cheirar mal. Aquelas que emanam das forças que assaltaram o poder, espalhando a sujeira da mentira, da calúnia, das fake news, do assédio e do

acosso moral, da intimidação, da fraude, da violência, apodrecem em praça pública. Há gente que, quando abre a boca, o hálito de carniça é intragável. Tempos que deveriam ser de alegria e gozo por parte dos urubólogos e urubólogas de plantão, mas que vão se tornando não palatáveis até para esses paladares mais devotados ao podrido.

A tragédia de Brumadinho expõe as vísceras de nosso capitalismo, o respeito que as empresas têm pela vida e pelos corpos de seus trabalhadores. O capitalismo à brasileira sempre significou o soterramento e o enterro de milhares de vidas humanas tragadas pela ambição, pela incúria, pela corrupção, pelo desprezo pela lei e pelas regras. O futebol brasileiro sempre encenou a vísceras escravistas e racistas de nossa sociedade. Nele, corpos, pés e mãos sempre foram comprados e vendidos, explorados, usados e jogados fora como lixo humano, numa das atividades onde as marcas deixadas pela escravidão, no país, sempre apareceram com destaque. Proibidos de jogar, tendo que usar pó de arroz para embranquecerem, comprados e vendidos como gado, explorados por técnicos, dirigentes e empresários, até mesmo sexualmente, milhares de garotos brasileiros, saídos das camadas populares, nascidos do ventre da escravidão e da miséria, sonhando em ter uma vida melhor para si e para os seus, usando as habilidades adquiridas em campinhos de barro e com bolas de meia, fizeram a glória e a fama de nosso futebol, constituíram-se num dos poucos motivos de orgulho patriótico, num país de elite colonizada, que deprecia sua nação e seu povo. Como disse Nelson Rodrigues, o futebol nos retirou o complexo de vira-latas, mas às custas da exploração brutal de muitos corpos e muitas vidas, jogadas na pobreza e no abandono, após fugazes anos de ribalta. Os meninos incendiados do Flamengo, quase todos negros, são apenas mais um capítulo nessa verdadeira hecatombe de corpos negros que é a história desse país. Poucas horas depois que os dez meninos arderam no fogo da irresponsabilidade e da incúria futebolística, treze corpos negros foram varados de bala, torturados à

faca, espancados, sequestrados e jogados nas pedras dos hospitais por policiais que obedecem à política necrofilica dos novos poderosos de plantão. O filósofo nigeriano Achille Mbembe diz que a necropolítica, a política da morte, foi parceira da biopolítica, a política da vida, na constituição do mundo moderno. Estamos, no Brasil, sobre o domínio da necropolítica. As poucas decisões emanadas, até agora, de um governo inepto e confuso, sem projeto e sem nenhuma articulação foram todas na direção de consagrar a morte, a busca da morte, como política de Estado.

A liberação do porte de armas, nem de longe pode ser pensado como medida de segurança pública, ao contrário, é medida de tragédia pública, é promessa que muitas carniças vão ser produzidas para nossos urubus, que cacarejam nos programas que sensacionalizam a morte e a desgraça, delas possam se alimentar: está garantida a nossa ração diária de sangue. Aqueles que precisam de desgraças alheias para apaziguarem as suas próprias desgraças têm já sua cota diária de carne garantida. Ainda ontem, aqui em João Pessoa, uma banal discussão de trânsito se transformou na execução sumária e pública de um taxista por um motorista prepotente e armado, que se refugiou em casa, portando outra arma de grosso calibre, mantendo as forças de segurança imobilizadas durante horas nos arredores de sua residência, diante da ameaça de que sua esposa, os seus vizinhos ou quem passasse diante da mira de sua arma fossem a próxima vítima. Essa será a realidade do país, daqui para frente, um país que elegeu um presidente da República que tem o uso de arma como fetiche. Sua mão, simulando atirar em alguém, suas promessas de extermínio armado dos adversários viraram ícones num país de urubus, que vivem perscrutando desejosos o cheiro de um cadáver. O pacote anticrime do ministro da Justiça é outra peça de destaque da necropolítica em ação em nosso país. Dar carta branca para policiais matarem pobres, pretos e quem eles avaliarem que são bandidos, num país onde as polícias são responsáveis por quase um quarto das mortes registradas, é um convite a carnificina. Como canta lindamente Elza Soares, a carne

preta será, cada vez mais, a carne mais barata do mercado, junto com a carne de homossexuais, transexuais, mulheres e crianças, destinadas a alimentar os apetites racista, homofóbico, machista e misógino de parcelas consideráveis de nossa sociedade. O conjunto de leis de Moro é uma afronta aos direitos humanos, aos direitos civis, a várias cláusulas da Constituição, mas como esperar que urubu obedeça a regras ao se deparar com a possibilidade da carniça. Moro nunca se destacou pela observância das leis e da Constituição. Junto com o ministro da Educação promete fazer uma razia nas universidades, em busca de corpos para alimentarem a sede de vingança e o ódio à inteligência e ao conhecimento, que definem tão bem o grupo no poder. Talvez mais cadáveres, como o do reitor da Universidade de Santa Catarina, sejam produzidos, afinal esse é um governo que aplaude e elogia uma ditadura que teve nos corpos de jovens estudantes e professores das universidades as carnes mais apetitosas para a sevícia, a tortura e a execução sumária, seguidas do desaparecimento e transformação em pó e cinzas desses corpos. Com essas medidas, somadas à política econômica do Ministro Paulo Guedes, destinada a dificultar a sobrevivência da maioria da população, a tanatocracia está completa. Como bem sintetizou o ex-presidente Lula, Guedes cria os pobres e miseráveis e Moro os mata, por falta de uma política efetiva de educação, que o ministro Velez diz ser privilégio para alguns, para dar-lhes oportunidade de não ter o mundo do crime como único caminho possível. Só o Jesus na goiabeira, de Damares, na causa para nos salvar do desastre anunciado. Quem sabe o ministro das relações exteriores, com seus maus modos e falas, ainda nos meta num conflito ou numa guerra, onde a mortandade de brasileiros pobres e pretos arregimentados como soldados mal pagos, mal preparados e mal equipados será ainda maior. Assim se realizaria o sonho de parte de nossas elites: livrá-la dessa gatinha. Poderíamos dizer: se eu Moro, me Velez por favor!

Vivemos sob o signo da morte, do fim. Os verbos que mais ouvimos na boca de nossas autoridades, de todos os poderes, na

boca dos varões de nossa mídia são: acabou, extinguiu, fechou, descontinuou, diminuiu, desidratou, fundiu, privatizou, destruiu, engavetou, suspendeu, paralisou, arquivou, determinou o fim, etc. Os bancos e financiamentos públicos devem definharem, enxugar, ser privatizados. As empresas estatais, patrimônios construídos durante anos com o suor dos brasileiros, leiloadas, cedidas, fundidas, extintas, privatizadas. Os programas sociais desidratados, auditados, reduzidos, extintos. As empresas nacionais alienadas, fundidas, adquiridas por outrem, internacionalizadas, fechadas, falidas. Em todos os âmbitos do país, os urubus estão à espreita, estão salivando diante da rapina e do repasto à vista. Talvez somente a própria podridão dos salões do poder, das forças que se apossaram da República, forças que cheiram à morte, patrocinadas e perpetradas por milícias e forças de exceção; forças que remetem à morte em situação de tortura, nos porões de um regime de exceção; forças que vivem da exploração da fé em um deus que se deixou matar, que defendem a mortificação do corpo e do desejo; forças que são responsáveis por milhares de mortes no campo, nas favelas, nas periferias das cidades, em acidentes de trabalho, envenenados por agrotóxico e produtos químicos, congelados em frigoríficos, tombados de andaimes e máquinas pingentes, possa nos acordar do sono mortífero que parece ter se apossado das forças vivas do país. Talvez a fedentina seja tanta, o sangue e a carnificina sejam tamanhos, que venhamos a acordar, como sociedade, desse desejo de urubu que levou um terço da população do país a escolher a morte ao invés da vida, o luto ao invés da alegria, a violência ao invés do amor e da esperança, a agressão e o preconceito ao invés da solidariedade e do respeito. Os urubus ridentes, que não param de grasnar sandices, de derramar a fedentina do ódio e do preconceito nas redes sociais; pessoas capazes de brincar e gozar com as maiores desgraças; que são capazes de serem clubistas diante de dez corpos de meninos mortos; que sorriem e vibram com a morte de treze pessoas numa favela; que são capazes de tripudiar sobre a dor de uma

liderança política e homossexual que se viu obrigado, sob risco de ser mais um cadáver a alimentar os urubus fascistas e armados que povoam nosso dia a dia, a se exilar do próprio país; deixam claro que o Brasil está podre por dentro, que as vísceras do país estão expostas, e delas, muitas bolsas de fezes e pus escorrem, muita fedentina se espalha pelo ar. Há momentos que a sensação é que o ar é irrespirável e que vamos nos afogar na fedentina. O país que, há apenas alguns anos, parecia que ia dar certo, que era festejado em todo mundo, em que a população se dizia uma das mais alegres e otimistas do mundo, parece estar se tornando carniça e não faltam urubus sobrevoando para lhe arrancar um naco.

Depois de dois meses da posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, já podemos fazer um balanço a respeito do que tem significado esse governo para o país. Já podemos debitar na conta dos eleitores que votaram em Bolsonaro algumas “conquistas extraordinária” que teve o país nesses dois meses de governo (sic). Depois de dois anos do desastroso governo Temer, o governo nascido do golpe, e de dois meses de governo do capitão, vai ficando difícil manter o discurso que atribui todos os males do país ao PT, a Lula e a Dilma. Vai se tornando imperativo que os bolsonaristas tenham alguma coisa a dizer sobre o seu mito e sobre sua atuação à frente dos destinos do país. Vai ficando difícil continuar respondendo cada pergunta acerca do candidato em que votaram com uma acusação em relação ao PT e a seus ex-presidentes. Está na hora de começarem a apresentar o que acham ser as virtudes e as conquistas do governo em exercício. Pretendemos, hoje, ser generosos com os que tiveram a ideia de entregar o país ao clã Bolsonaro, a um partido nanico e de origens duvidosas como o PSL, à trupe olaviana e sua filosofia de alcova, enumerando algumas “conquistas” que tivemos nesses dois meses de governo da direita no país. Vejamos:

1. Temos, talvez pela primeira vez, um governo que tem a coragem de afirmar publicamente que governa para os mais ricos. Coerente com o perfil da maior parte do

eleitorado que o elegeu, o governo Bolsonaro veio para reduzir a carga tributária dos ricos, reduzir os direitos dos trabalhadores, preservar os privilégios de dadas castas privilegiadas do serviço público (militares, membros do judiciário), atacar os demais servidores públicos, ampliar a pobreza acabando com as políticas sociais, inclusive com o combate à fome, levar os mais velhos à indigência com a chamada reforma da Previdência. Reconhecemos que é preciso coragem para, ao mesmo tempo, apresentar uma reforma da previdência, que vai reduzir drasticamente direitos, em nome do combate ao deficit público e desonerar setores inteiros da economia de impostos, perdoar dividas milionárias dos ruralistas e desmontar os mecanismos de combate à sonegação. Reconhecemos a ousadia do capitão ao defender que o trabalho no país retorne à informalidade, que se destrua, inclusive, a Justiça do Trabalho, que os sindicatos sejam desmantelados e criminalizados, que a luta por direitos sociais seja imediatamente identificada com subversão comunista e tratada como caso de polícia. Não há dúvida que com o governo Bolsonaro marchamos aceleradamente em direção às relações capital e trabalho do século XIX. O neoliberalismo faz banquete com o velho liberalismo, todos à brasileira, eivados de conservadorismo e autoritarismo.

2. Temos efetivamente um governo que não pratica a “velha política”, talvez nem mesmo a política. A incapacidade de negociação política do governo e do capitão em particular é visível. Ancorado num discurso de campanha de criminalização da política e dos políticos, o presidente, e muitos da sua entourage, teima em não descer do palanque e vai fornecendo, a cada semana, espetáculos de humilhação pública de aliados, de desdinho em relação a parlamentares e ao Parlamento, com

o uso de táticas truculentas como aquelas usadas para a conquista da presidência do Senado. Tendo como grande estrategista a figura de Carluxo, o indômito, esse é efetivamente um governo que tem se mostrado duro com os políticos e com todos que se aproximaram do clã, querendo faturar a sua popularidade de ocasião. O capitão não confia em ninguém, nem na própria sombra e, por isso, vê traições e traidores em todos os locais. Seu jeito “delicado” de tratar os correligionários, seu incontrolável personalismo, seu jeito autoritário de ser, têm levado que um general durão como Hamilton Mourão pareça um Maquiavel da habilidade política. Temos um presidente que está mais preocupado em manter satisfeita e fiel a sua matilha nas redes sociais do que em viabilizar a governabilidade do país. Ele parece firmemente preocupado com as próximas eleições, os quatro anos que terá de governar parece ser apenas um interregno, que não terá efeitos tão decisivos em sua reeleição como a fidelidade dos buldogues bolsonaristas das redes sociais. Por isso, ao invés de procurar construir consensos, de procurar negociar, o presidente crê que a melhor forma de governar é continuar atacando inimigos fantasmáticos pelas redes sociais. Ele acha que irá sustentar quatro anos de governo xingando o PT, vendo comunismo em todas as coisas e continuando a ser o bicho politicamente incorreto que sempre foi. Ele continua esquecido, embora em seu discurso oficial de posse tenha tido um lampejo de racionalidade política, que é agora presidente de todos e não apenas de seus partidários. Ele governa uma sociedade plural e complexa e queda estranho continuar reduzindo o país a uma briga entre azul e encarnado como numa brincadeira popular. A atitude de obrigar o seu ministro midiático da Justiça a demitir uma suplente de uma

comissão por pensar diferente dele e de seus seguidores mais radicais mostra que ele ainda não acordou para a realidade, já que ele nunca pensou, em sã consciência, que fosse estar sentado, um dia, na cadeira de presidente da República.

3. Temos efetivamente um governo que se comunica de outro modo. Embora conte com meios de comunicação tradicionais dispostos, como sempre, a ser veículos chapa branca, como as Redes Record e SBT, que disputam quem faz o jornalismo mais sabujo, esse governo aposta que toda sua comunicação se dará por lives e postagens na internet. A forma como trataram os jornalistas na posse já deixava claro que o modelo Donald Trump de ser fazia furor no Planalto. Como o presidente não consegue articular um discurso livre do teleprompter, como fica muito tenso sempre que tem que enfrentar cara a cara os jornalistas, pois seus recursos intelectuais são parcos, ele reproduz, como presidente, a tática que lhe deu notoriedade como parlamentar: o discurso bombástico, gritado, com afirmações peremptórias, seguidas sempre de um tá ok e de um isso aí ou disso daí. Perto do novo presidente, Dilma Rousseff e sua reconhecida falta de elegância retórica, era Cícero pregando as catilinárias. O “discurso” de Davos, uma das páginas mais vexatórias da história do país, deixa claro que o presidente é um homem “modesto, humilde, um como qualquer um de nós”. Temos que reconhecer que o presidente é a encarnação fiel da inteligência e acuidade intelectual de seus seguidores e de seu guru filosófico. A estratégia perfeita de comunicação incluiu ter o traseiro filmado pelo filho no hospital, aparecer de pijama, chinelo e camisa falsificada do Palmeiras, comer num bandejão frango frito e arrotar que isso era parte da austeridade governamental.

4. É preciso admitir que esse governo veio para acabar com tudo que está aí, para acabar com a farra. Em dois meses, os verbos que mais se conjugaram nesse governo foram aqueles que se referem ao ato de acabar com alguma coisa que existia antes. Começou acabando com ministérios voltados para as políticas sociais, para os trabalhadores, para as mulheres, para os negros, para a cultura e as artes. Acabou até mesmo com o ministério voltado para a indústria e o comércio, num gesto de agradecimento ao engajamento monetário de empresários desses ramos no patrocínio de sua campanha ilegal, nas redes sociais. Num gesto corajoso e inédito, entregou as terras indígenas à administração dos ruralistas. Por seu turno, presenteou os ruralistas, seus eleitores convictos e belicosos, logo no início do governo, com uma querela com a China e outra com os países árabes, mercados fundamentais para o agronegócio brasileiro. Dois meses e não se viu um plano de governo para qualquer área. Dois meses em que tudo o que se produziu foram factoides e fake news, tal como decorreu em sua campanha. Dois meses de idas e vindas, de ditos e não ditos, de faz e volta atrás, deixando claro que o governo como um peru bêbado gira sem sair do lugar. Dois meses para parir um pacote para a segurança pública de viés autoritário e que vai apenas dar superpoderes de espionagem ao governo sobre a vida das pessoas, aumentando a insegurança e a violência, à medida que praticamente libera a matança policial. Dois meses para parir uma reforma da previdência cheia de armadilhas e jabutis que se encaminha para destruir o sistema público de seguridade social e produzir a precariedade e a indigência da vida de muitos. Acabaram com o Minha Casa, Minha Vida, acabaram com o Brasil Sorridente, acabaram com o Mais Médicos, acabaram

com o PAC, acabaram com a Embraer, estão acabando com a Petrobras, que nos governos petistas cresceu três vezes de valor e que agora fecha e vende pedaço por pedaço, acabaram com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, etc.

5. Realmente, como disse o presidente em Vitória, estamos caminhando para acabar com o senso crítico e com o “marxismo cultural”. Estamos mesmo livres do comunismo e do socialismo que estiveram implantados no país, nos últimos anos. A desigualdade social voltou a crescer e é a maior em sete anos. A miséria e a fome não param de atingir novas camadas da população. O crescimento do PIB é o menor entre todas as economias mais importantes do planeta. O desemprego, mesmo com todas as condições dadas para o aumento da precariedade dos contratos, continua em patamares elevados. A arrecadação continua em declínio, assim como o consumo das famílias. Naqueles anos infernais em que comunistas governavam o país, os empresários ganhavam dinheiro como não fazem há pelo menos quatro anos. O governo tratou de substituir o senso crítico pela ideologia reacionária mais descarada. A escola sem partido foi implantada pelo ministro Velez, ela inclui a militarização das rotinas, o cantar o hino nacional e o repetir o bordão de campanha do candidato eleito presidente, tudo filmado sem consentimento dos pais e enviado ao MEC para a necessária avaliação do apartidarismo da escola. A ideologia de gênero foi definitivamente abolida, com a ajuda de Jesus na goiabeira, com a obrigatoriedade de menino vestir azul e menina vestir rosa. O fim do senso crítico inclui o abandono definitivo da noção de verdade e sua substituição pela mentira, pelo achismo, pela invencionisse. O presidente fez sua campanha toda baseada em

mentiras deslavadas como o kit gay e a mamadeira de piroca, a ministra Damares admite que mente para seus fiéis, o ministro Sales do meio ambiente mente sobre suas condições jurídicas, o presidente mentiu sobre não ter conversado com Bebianno, o ministro do Turismo mente sobre o laranjal em que esteve envolvido, o ministro Araújo mente todo dia sobre a Venezuela. O ministro astronauta, como teve a experiência de flutuar no espaço, teve que desmentir que a terra é plana, uma das teses fundamentais dos novos cientistas que apoiam o governo. No lugar do marxismo cultural, foram colocados os delírios do ministro das Relações Exteriores, os raciocínios brilhantes da ministra Damares, a constatação do ministro da Educação de que somos ladrões e canibais, de que a universidade não é para todos.

6. Realmente temos que admitir que demos um giro de noventa graus em nossa política externa, que foi desideologizada, deixou de ser comunista. Pela primeira vez o Brasil deixa de ser um país identificado com o multilateralismo, com a paz, com o equilíbrio e profissionalidade em sua política externa. A dupla Araújo e Eduardo Bolsonaro, auxiliados pelo embaixador honorário na Virgínia, Olavo de Carvalho, tornaram, rapidamente, o Brasil uma piada internacional. Fazendo uma política externa alinhada e subserviente, até mesmo deslumbrada, aos EUA sob o governo Trump. O Brasil quase entra numa guerra com um vizinho para servir de bucha de canhão aos interesses ianques. O presidente recebe em palácio um autoproclamado presidente da Venezuela que não teve um voto para isso e que mesmo assim se diz um defensor da democracia. Seria o mesmo que Maduro receber o autoproclamado presidente do Brasil, José de Abreu. Se não fosse a cada vez maior banda militar do governo

atuar para controlar as atitudes alopradas do chanceler olavista e poderíamos ter o Brasil encalhado numa guerra que não é sua. A aproximação com o governo de extrema-direita de Israel, ameaçado de impeachment, é outra vexatória página da política externa sem ideologia do governo Bolsonaro. A ameaça de transferência da embaixada para Jerusalém, além de ser um gesto para agradar as hostes cristãs de seu governo, cristãos que seguem menos Cristo que ao judaísmo, colocou o país em situação difícil com os países árabes. O B dos Brics vai desaparecendo e com ele todas as oportunidades de negócios e intercâmbios com esses países. A hostilidade ao Mercosul e à Unasul praticamente paralisou o processo de integração sul-americana. O Brasil já coleciona reprimendas da ONU, o que deve alegrar o governo em função que considera o organismo, assim como a Unesco, como um agente do marxismo internacional. Marx nunca contou que teria tão relevantes propagadores. Esse é um governo que vive a esmurrar fantasmas e fantasias e a ignorar a realidade, talvez porque seja o governo de um mito, um ser também imaginário. Talvez, assim como um fantasma nada camarada, o mito, em dado momento, faça pluff e desapareça como por encanto e emerja diante dos olhos atônitos da nação toda a devastação econômica, social, política e cultural que esse governo está empreendendo.

O prefixo latino *ex* significa a ação de tirar, a saída, o acabamento, a ação de levar, a privação ou negação, o reforço. Para descrevermos adequadamente a situação que vivemos no país, desde a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, e para descrever o comportamento do próprio presidente, devemos lançar mão desse universo de palavras que, na língua portuguesa, se iniciam por esse prefixo latino. Podemos descrever tanto a

situação em que estamos, como o comandante dessa situação, como sendo, no mínimo, excêntricos, ou seja, tudo aquilo que se desvia da norma e da normalidade, tudo aquilo que é extravagante, esdrúxulo, esquisito, fora do comum. Jair Bolsonaro já iniciou sua campanha à presidência se anunciando como sendo um outsider, ou seja, uma espécie de ovelha negra no interior da classe política brasileira. Seu marketing pessoal e político sempre se baseou na construção da figura de um excêntrico, de um desajustado às normas que regem o politicamente correto. Sendo medíocre em todos os sentidos, ele cedo descobriu que a melhor forma de aparecer, de não continuar sendo o parlamentar apagado e excomungado por muitos de seus pares, desprezado e subestimado até pelos lobistas e pagadores de propina (o que terminou por lhe dar o trunfo de parecer um parlamentar desligado da corrupção), por sua completa incapacidade de articular um discurso que não seja composto de frases feitas, impropérios e bordões reacionários destinados a produzirem o choque e o incômodo, era elaborando esse personagem estranho, burlesco, que de tanto ser performatizado terminou por ser subjetivado e encarnado.

Bolsonaro foi descobrindo que milhares de pessoas nas redes sociais partilhavam com ele dessa sensação de excentricidade, de serem pessoas anômalas, de serem filhos indesejados, de serem seres excepcionais, com toda a ambiguidade de sentido que essa palavra carrega em nossa língua. Muitos, como ele, estavam à espera de serem aceitos, vistos, acolhidos, representados por alguém que, como eles, fossem os patinhos feios, as ovelhas negras da família. Se vivíamos uma situação de excepcionalidade institucional, desde que as principais instituições que deveriam preservar o Estado Democrático de Direito e a democracia (Judiciário, Legislativo, Ministério Público, meios de comunicação), resolveram golpeá-los, foi o momento adequado para que, muitos daqueles que se sentiam uma exceção à regra, se manifestassem no sentido de colocar no poder alguém que, de tão excepcional, atingia a condição de mito. O mito goza, antes de mais nada, da

condição de extemporaneidade, ele está fora e acima do tempo, do passar do tempo. Bolsonaro apareceu, para muita gente, como aquele que destoava do tempo de corrupção, violência, bandalheira, imoralidade, tempo do demoníaco, do comunismo, do tempo de muitas outras fantasias e fantasmas de maldade e degradação. Bolsonaro era uma espécie de anjo vingador que viria recolocar os tempos nos eixos. Num tempo que parecia de exceção, somente alguém exótico, alguém estranho, estrangeiro, distinto daquele tempo poderia trazer a solução. Bolsonaro fez questão de se vender como o personagem antissistêmico (fantasia que o aprisiona agora no governo e vem inviabilizando a governabilidade), como uma excrescência em relação ao sistema político brasileiro. Atolado até a alma em seus vícios, ele conseguiu navegar na onda da antipolítica alimentada pela mídia em sua cruzada para retirar o PT do poder. Numa época em que o exercício da política foi demonizado, em que ser político foi considerado necessariamente ser uma pessoa incorreta, Bolsonaro, a encarnação do politicamente incorreto, foi inflado a condição de salvador da pátria. Seus seguidores fanáticos, que se consideraram e, muito são vistos e tratados, como excêntricos, se apaixonaram pelo mito que encarnava e verbalizava publicamente a raiva e a revolta de quem se considera marginalizado, desprezado, subestimado, humilhado, maltratado. Bolsonaro deu corpo e voz a todos os ressentidos, malvistas, malditos e mal-amados do país. Ele encarnou e satisfez o desejo de vingança e de revanche de muitos que se sentiam excluídos em suas famílias, em suas vidas afetivas e sexuais, no mundo do trabalho e da crença, em sua condição de gênero e étnica, em sua condição etária e política.

Assumindo o governo, ele se cercou de ministros que também se notabilizam pela excentricidade, pela bizarrice, pelo fora do comum e do lugar. Bolsonaro e seus filhos excepcionais sabem que se o pai se normalizar, se ele se conformar, se ele se tornar um presidente comum, ele irá desaparecer, ele irá deixar cair todas as suas máscaras e fantasias, o rei estará nu e sua mediocridade ficará

explicitada. Continuar agindo de modo excepcional é a única maneira de dar alguma marca e distinção a um governo sem projeto claro para o país, sem capacidade de articulação política, sem gosto pelo cotidiano da vida pública. Bolsonaro sempre foi um parlamentar enfasiado com o dia a dia da política, sempre teve preguiça da liturgia dos cargos que ocupou. Ser um presidente que foge de todas as normas e regras que preside o cargo é a única coisa que garante que ele vai continuar no centro dos holofotes. Como vai disputar notoriedade com o juiz Moro, o queridinho da grande mídia, um homem com notória sede de poder e notoriedade, em quem forças poderosas investem suas expectativas de futuro? Como vai, em sua ignorância completa em administrar e gerir a economia (e qualquer coisa) fazer sombra para o ai Jesus do mercado, o paladino do neoliberalismo, Paulo Guedes, o vendilhão do país e o assaltante dos direitos dos trabalhadores e dos aposentados? Tem que continuar fazendo barulho, produzindo eventos, mesmo os mais constrangedores possíveis. Tem que, inclusive, dar caneladas e cotoveladas periódicas em seus ministros estrelas (e até mesmo na insignificante Damares, como ele fez questão de lembrar) para mostrar quem manda na tropa, quem é que dá as ordens. Seu autoritarismo de formação não permite que preste reverência ou homenagem a ninguém, a não ser a seus ídolos políticos e intelectuais, Donald Trump e Olavo de Carvalho que, por estarem distantes, fora do país, não ameaçam tomar o seu pirulito, tão duramente conquistado. Foi às custas de muita humilhação, de muito desprestígio, de muito desprezo, que conseguiu chegar onde chegou, sabendo transformar estupidez em sabedoria, ignorância em informação, preconceito em conceitos, malcriação em atitude política, violência em marketing político.

Ele sabe que é um presidente extraordinário, não no sentido de ser acima da média, mas de ser alguém que chegou lá de maneira excepcional, que conseguiu se eleger graças a somatória de um conjunto improvável de circunstâncias, que é um presidente fora do ordinário, fora da ordem. O fato de ter sido eleito

pela conjunção de eventos improváveis, faz com que ele julgue que só a ele, a seus excepcionais filhotes e a seus seguidores nas redes sociais, se deve essa vitória e, portanto, só a eles deve dar satisfação. Ele não faz ideia de que agora governa até para aqueles que nele não votaram (que foi a maioria), que ele agora chefia um Estado. Ele continua achando que governa uma família, um clã ou no máximo um grupo de seguidores nas redes sociais. Sua retórica e ações belicosas contra todos aqueles que não vê como família ou seguidores, inclusive contra os aliados de última hora, que sabe terem se aproveitado de sua popularidade, são resultado dessa incompreensão de que agora ocupa um outro lugar, que não o permite agir como um pai de família ou como um jovemzinho que se diverte sentado no chão com seu celular. Durante a campanha, ele parecia um moleque rebelde a fazer traquinagens, brincando de fazer arminha com os dedos com adolescentes e crianças, transformando o tripé de uma câmara fotográfica numa arma para trucidar a petralhada, dando o bolo em todos os debates, levando a cola explícita nas mãos para a sabatina do professor Bonner, contando a mentira mais deslavada, inventando kit gays e mamadeiras de pirocas, caçando o fantasma do comunismo em todo lugar. Na presidência, continua contando petas, brincando com fogo e armas, adorando seus ídolos de direita, disparando suas abobrinhas nas redes sociais. Como uma criança mimada não mede as consequências do que diz e do que faz e, assim, vai improvisando uma administração que trata de satisfazer apenas, da maneira mais desabrida, suas convicções pessoais e ideológicas. O programa de governo é ele e suas idiosincrasias. Não importa que, simular uma briga com os comunistas chineses, possa levar ao cancelamento de investimentos de milhões de dólares no país, que possa significar a queda nas exportações de produtos agrícolas; não importa que transferir a embaixada brasileira para Jerusalém possa afastar os países árabes de nosso comércio exterior. Na sua arrogância de menino birrento, não importa que suas atitudes de subserviência explícita ao imperialismo norte-americano possam

levar o país a perder prestígio no mundo e afetar a relação com nossos vizinhos, comprometendo, inclusive, a segurança nacional. Como Bolsonaro mesmo diz, ele não segue o script de um presidente da República comum e normal, que é alguém que se esforça para construir algo que deixe a sua marca no país, ele veio para destruir. Seu rancor, ressentimento e ódio a toda uma realidade, a todo um sistema que o rejeitou e rejeitou, por muito tempo, que o condenou a viver de rachadinha de salário de funcionários e das conexões com zonas sombrias do mundo da contravenção e do crime, o faz um presidente da destruição, ele veio para destruir muita coisa. Seu ódio antipetista alimenta seu governo. Ele foi entronizado, mesmo que por um acaso, no lugar do anti-Lula, por grande parte de nossas elites, e isso é que dá norte e sentido a tudo o que faz. Como para muita gente da nossa direita, Lula é a obsessão, é o que não sai da sua cabeça. Desmanchar, acabar, destruir tudo o que Lula e o PT criaram é a única coisa que dá sentido a cada uma de suas ações de governo. Se Lula participou da criação dos BRICS, ele o destrói. Se Lula foi a alma da Unasul, ele a destrói. Se Lula investiu e criou várias universidades, ele as hostiliza e delas retira cargos e recursos. Trata-se do desmonte sistemático da herança do lulopetismo, que faz seu guru da Virgínia espumar de ódio. Ele pouco está se importando com reforma da previdência, pelo seu gosto não a fazia, como confessou candidamente. Isso Lula também fez e mesmo assim não agradou o mercado, que sempre quer mais. Só tem graça acabar com o que o PT construiu: os ministérios, os conselhos nacionais, a legislação trabalhista e sindical, as políticas sociais. Atacar os movimentos sociais, entregar as empresas e bancos públicos, reforçados e valorizados na administração do PT. Por isso mesmo, dizendo-se um patriota, um homem nacionalista, entrega a nação porque o PT foi nacionalista e não ser diferente não tem graça. Trata-se de ódio partidário, ideológico, de classe, ódio de medíocres contra governos que contaram com muita gente brilhante e capaz. É a revolta dos extremamente fora de lugar.

Daí porque o fato de postar uma foto escatológica, nas redes sociais, não deveria causar tanto espanto. Estamos diante de um governo de gente que, durante muito tempo, se sentiu uma excrescência, um resto, uma sobra, um erro, uma abjeção. Qual a surpresa de que essas pessoas sintam atração pelo dejetivo, pelo excremento, pelo bizarro? Seja quem for que tenha encontrado e enviado ao presidente aquela cena, buscando com ela resumir o que seria o carnaval, os blocos carnavalescos, que vinham mandando sistematicamente o presidente se utilizar do orifício por onde sai as fezes, é inegável que deseja e goza com a visualização de tais práticas sexuais. O presidente ferido no lugar que parece mais o preocupar, dada a sua obsessiva retórica homofóbica, (orifício que também não sai da boca de seu guru, especialista em cunilíngua), partilhou numa rede social oficial da presidência a cena simbólica do que é seu governo, uma cena escatológica e de mal gosto. Num país sério, num país não carnavalesco e não carnavalizado, esse gesto teria lhe custado o cargo, por absoluta falta de decoro e respeito pelo lugar que ocupa. Mas se falta de decoro fosse motivo de alguém estar fora da vida pública, o deputado Jair Bolsonaro há muito teria sido cassado pelos pares e condenado pela Justiça. Que surpresa pode haver no fato de que alguém que fez da falta de decoro seu ganha pão de fama e notoriedade, partilhar imagens indecorosas? Se Bolsonaro chegou a ser o mito tendo comportamentos imorais e abjetos em toda sua carreira, qual a surpresa do mito fazer do mijo sua mensagem de reinado de Momo? Do mito ao mijo, não houve assim tão grande transformação. Que espanto pode causar uma excrescência veicular em nível nacional um ato de excreção? Se mais de um terço da população do país foi às urnas para depositar seu vômito de raiva, ressentimento de classe, de raça, de gênero, de condição sexual e religiosa; se fizeram da hora de votar um momento de dejeção de seus desejos de morte, de violência, de vingança, de domínio, de exploração, de escravidão, de distinção, qual o espanto que aquele que elegeram faça do dejetivo a sua mensagem e efígie

pública? O detalhe da ignorância sobre o significado da expressão “golden shower”, ainda torna mais simbólica a cena partilhada, de um governo que não só pratica, mas comemora a ignorância e a desinformação. A chuva ou o banho dourado caiu como uma luva para exprimir o envolvimento do mandatário da nação com coisas muito mais aparentadas do submundo, do esgoto da sociedade: suspeita de ligação com as milícias, vínculos com os matadores de Marielle Franco, envolvimento no laranjal do PSL, uso de caixa de dois na campanha eleitoral, uso de uma rede internacional de difamação contra adversários, montagem de grupos de extrema-direita armados, etc.

Estamos vivendo um momento de privação, de inexistência, de negação do que é ter um governo, uma administração, do que é ser um presidente da República. Todas as ações de governo se regem pelo acabar, tirar, destruir, diminuir, cortar, extinguir, impedir, estamos no governo em que imperam os conceitos e palavras iniciadas pelo prefixo ex. Um governo que tudo o que promete é a privação, a negação, a inexistência, um paraíso para aqueles que dele não precisam, um inferno para aqueles que dele dependem. No governo da excomunhão dos que não rezam por suas crenças ideológicas e teológicas, teremos ao final um país esgotado, uma população exangue, de onde se precisará exumar a alma e o corpo destruídos por esse ataque das forças da extinção e da morte. É preciso que as forças vivas e da vida resistam e se coloquem no caminho de todo esse excremento que ameaça nos afogar e naufragar. Não podemos deixar que reduzam esse imenso país à condição de latrina dos grandes interesses do capital internacional e de seus agentes indecorosos

O presidente Jair Bolsonaro tem demonstrado sofrer de um enorme fastio quando se trata de fazer política, de jogar o jogo democrático, de tratar do cotidiano cinzento da administração, de realizar as articulações e negociações necessárias para que se tenha governabilidade. Desde a campanha eleitoral, que Jair demonstrou que era melhor já irmos nos acostumando com um presidente

que terceiriza as decisões político-administrativas, que atribui aos auxiliares a tarefa de definir programas e prioridades, que espera que eles realizem a articulação com o Congresso Nacional, para que as medidas administrativas e de gestão possam ser aprovadas e implementadas. Bolsonaro nunca tentou enganar ninguém, se muitos se deixaram ou quiseram se enganar, ele, desde que era um parlamentar obscuro e ausente das decisões mais importantes para o país, sempre demonstrou inapetência, quando se trata de exercitar a arte da política, até porque lhe faltam dotes indispensáveis para isso, como: disposição para o diálogo e o debate de ideias (até porque tem poucas), o espírito democrático, ou seja, a abertura para o convívio e aceitação do diferente, do pensamento divergente e diverso, o domínio da palavra e da retórica, indispensável para o convencimento do outro, desde a Antiguidade, o se deleitar com a dialética das posições políticas. Desde que era parlamentar, Bolsonaro demonstrou certo cansaço em relação aos debates públicos (ausentado-se ou se dedicando a seu esporte preferido que é navegar pelas redes sociais enquanto os debates se desenrolavam). Quando, essa semana, em dois ataques de sincericídio, disse ser um abacaxi ser presidente da república e confessou que não nasceu para o cargo que ocupa, mas para ser militar, ele apenas explicitou o que vemos todos os dias, desde que, para surpresa dele mesmo, sentou na cadeira da presidência do país.

Essa última revelação é muito significativa e, ao mesmo tempo, muito preocupante. Quando Bolsonaro afirma que não nasceu para ser presidente, numa semana em que teve que passar um dia atendendo líderes partidários, em que foi pressionado a deixar as redes sociais e suas viagens internacionais para bajular líderes direitistas e homenagear ditadores e se dedicar às tarefas mezinhas da vida pública, da atividade política e de gestão de um país da complexidade do Brasil, mais uma vez ele demonstra essa falta de apetite quando se trata do exercício de um cargo público dentro de um Estado democrático, que pressupõe a existência do contraditório, da oposição, do conflito, de pressões de

distintos grupos e classes, de divergências e alianças. Sua eleição, tendo sido viabilizada no lastro de uma campanha sistemática dos meios de comunicação em parceria com parcela do Judiciário de criminalização da atividade política, tornou-se um obstáculo ao próprio exercício da política e, por corolário, da democracia. O que mais preocupa, é que, ter nascido para ser militar, segundo Bolsonaro, significa ter nascido para dar ordens e não para negociar, ter nascido para bradar palavras de ordem e não para apresentar argumentos num debate plural de ideias, significa seu apetite pelo poder sem peias e sem contestação, seu apetite pela autoridade sem limites e conseguida mediante o uso da força e não mediante o uso da racionalidade e do exemplo construtivo. Sua obsessão pelas armas é muito reveladora: não se negociam ou se debatem ideias com um revólver na mão, não se coloca disponível para ouvir e aceitar o contraditório quem porta uma metralhadora para dizimar adversários. A racionalidade de caserna ou até miliciana do presidente revela sua pouca disposição para as atitudes que uma vida em democracia exige. A principal delas: respeitar o adversário e não ver nele um inimigo a ser abatido e derrotado, nem que para isso tenha que se usar a violência direta. A arte da política foi inventada pelos homens para tentar evitar a violência sanguinária, a política é a arte de mediar e resolver conflitos, de fazer as desavenças humanas ser canalizadas para atitudes e ações de evitação do confronto direto, pessoal, corporal, sanguinolento.

Não nascer para ser presidente, na cabeça de Bolsonaro, parece ser ter nascido para ser um ditador (já que elogia e admira a todos), não ter nascido para ser um presidente num Estado democrático, o que exige o exercício cansativo da política. Bolsonaro teria enorme apetite pela presidência se ele pudesse “mudar isso aí”, só com seu desejo, com sua palavra, com uma canetada sua (a retirada da fiscalização eletrônica das estradas sem nenhuma discussão, sem nenhum estudo e análise prévia de impactos, sem ouvir especialistas, dá a ideia da forma que Bolsonaro imagina a atividade de um presidente. Ele não para de falar nesse gesto

irresponsável como se fosse um modelo de governança e de gestão). (Eu quero, eu posso, eu faço, é a lógica autoritária). Ele abomina a velha política, a velhíssima política democrática, que vem lá dos gregos, porque ela impõe a quem dela participa, a contenção de seus desejos de poder, a temperança no uso da força e da violência, a moderação nas atitudes e costumes, o respeito pelo outro que dele diverge. A chamada revolução conservadora pretendida por Bolsonaro, que se realiza via a mobilização direta da turba pelas redes sociais, desconhecendo a mediação das instituições constituídas e constitucionais, é uma proposta autoritária, à medida que se apoia na ideia de que a vontade dessa maioria constituída pela mobilização digital deve se impor sem limites e sem contestação sobre toda a sociedade. Com o auxílio luxuoso de centenas de perfis falsos nas redes, de robôs e disparadores automáticos de mensagens, aquela opinião, aquele desejo, aquele achismo, que chegar ao *trend topics* no Twitter deve prevalecer sobre o jogo democrático dos discursos e debates parlamentares, sobre os debates e discussões promovidos pelas instituições da sociedade civil, consideradas, a priori, suspeitas de patrocinarem ideologias exóticas, de disseminarem o marxismo cultural, a ideologia de gênero ou coisas semelhantes. Bolsonaro confessa que sonha com um país no formato de um quartel, em que uns mandam e outros obedecem sem contestarem (o que levando em conta seu passado na caserna parece irônico ou uma piada de mau gosto).

A ideia de militarizar a administração pública, de militarizar a educação, de espalhar a lógica da caserna para todo o Estado é coerente com um presidente que sente fastio em relação à atividade política e sente fome de poder e de autoridade discricionária. É preciso que se ressalte que Bolsonaro reproduz e é produto de uma cultura autoritária formadora de nossas instituições militares, simbolizada e resumida pela ideia de disciplina. Ideia moderna por excelência, como bem demonstrou o filósofo Michel Foucault, a disciplina visa produzir corpos e subjetividades

dóceis, obedientes, servis, adaptadas à reprodução da ordem política e econômica. A formação disciplinar abomina tudo que possa parecer desordem ou anormalidade. A disciplina é a internalização e a incorporação das demandas do poder de governo, é a preparação do corpo e da subjetividade para se deixar melhor governar. Por mais contraditório que possa parecer, Bolsonaro faz um péssimo governo porque deseja governar muito mais do que uma democracia o permite. Ele se enfastia porque não pode simplesmente queimar os livros didáticos que expõem a verdade de que o golpe de 1964 foi um golpe, porque ele não pode, talvez com a ajuda luxuosa de Carluxo, Damares, Perez e Olavo de Carvalho, redigir a prova do Enem de seus sonhos. Se ele é tão fissurado em redes sociais é porque nelas seus desejos e opiniões podem se realizar e se disseminar sem contestação imediata. Nelas, ele pode emitir as opiniões e as teses mais estapafúrdias e nenhum chato o pode contestar imediatamente, e quem o fizer, a posteriori, ele pode simplesmente excluí-lo ou bloqueá-lo. As redes sociais são um ambiente perfeito para seu desejo narcisista de poder sem peia, de fala sem adversário. Todas as vezes que intervinha no Parlamento, fazi-o aos gritos, tentando com o tom da voz impor sua visão muito particular das coisas, quando não fazia gestos como estirar a língua para seus contendores (qualquer semelhança com o comportamento de Paulo Guedes, diante da contestação e das provocações da oposição, não será mera coincidência). Bolsonaro tem verdadeiro pavor que lhe contestem as afirmações porque, diante de uma argumentação contrária, ele é colocado na situação de ter que contra-argumentar e como fazê-lo se lhe faltam recursos e treinamentos para isso? Bolsonaro é um corpo treinado e disciplinado e uma cabeça desarrumada e desordenada. Quando é chamado a contradizer um contendor quase sempre parte para a agressão, a bravata, o deboche, por falta de recursos intelectuais e culturais. Ele fica visivelmente desconfortável diante de microfones e repórteres, ele teme ser questionado, pois nunca foi muito bem preparado para discutir questões, para

o debate de ideias, ele foi preparado para decidir uma questão a bala, daí dizer ter nascido para ser militar. Suas performances diante de microfones, no exterior, têm sido de corar até a mais pura das freiras, constrangimento e vergonha alheios é o que nos resta sentir.

Num momento em que as instituições que deveriam defender a democracia têm se mostrado covardes e pusilânimes, tendo muitas delas participado com entusiasmo do estupro das nossas instituições e da Constituição, inclusive o Supremo Tribunal Federal, que se deixou acuar por falas de generais, editorias da imprensa e pela opinião nas redes sociais, ter um presidente com pouco apetite para o jogo democrático é perigoso e assustador. Bolsonaro se viabilizou como alternativa política porque as instituições que deveriam defender a democracia e o Estado Democrático de Direito, com suas regras, códigos e liturgias, resolveram caminhar pela senda da excepcionalidade para retirar do poder um partido e forças políticas que não conseguiram retirar democraticamente pelo voto. A operação Lava Jato, que tinha desde o princípio o objetivo de prender a maior liderança popular do país, de afastá-lo da vida pública, cometeu inúmeras e escandalosas ilegalidades, ferindo a letra da lei e da Constituição, com o aplauso da grande mídia e de setores expressivos da sociedade brasileira, que se mostraram mais uma vez despreparados para a vida democrática e eivados de autoritarismo. O que se reivindicava é o mesmo que reivindica o presidente inapetente para o jogo democrático: o apressamento de procedimentos e a desobediência a salvaguardas e direitos. A Lava Jato, como o próprio nome diz, prometia lavar com rapidez a corrupção do país e, para isso, não abriu mão de violar as leis, de cometer atos arbitrários e sem amparo constitucional, tudo sob o beneplácito das outras instâncias da Justiça, que se omitiram, se calaram ou referendaram atos da maior discricionariedade. Sérgio Moro está ao lado de Bolsonaro, e com ele rivaliza como futuro candidato a presidente, por partilhar com ele o pouco apreço pela democracia e seus jogos

e rituais. Moro, assim como Bolsonaro, não nasceu para ser juiz, na acepção própria da palavra, nasceu para ser justiceiro. Moro não quer obedecer e aplicar as leis, ele quer as moldar a seus desejos e caprichos. Ele as aplica seletivamente dependendo de seus interesses políticos e de sua visão ideológica. No fundo, ele sonha com uma Constituição que possa chamar de sua e com leis a que possa obedecer ou desobedecer dependendo das circunstâncias e da pessoa que é objeto de seu julgamento. O que se viu nos processos envolvendo o presidente Lula é algo que nenhum Estado Democrático de Direito que queira fazer jus a esse nome pode permitir: um juiz que se torna acusador, um conluio entre todas as instâncias da polícia e da Justiça, a violação sistemática de direitos, a inversão do ônus da prova, o fim da presunção de inocência, o aligeiramento de todas as etapas do processo, a discricionariedade nos procedimentos, o uso de expediente criminosos como a indução à delação premiada, a tentativa de criminalização da defesa, o linchamento prévio e público do acusado com o uso sistemático dos meios de comunicação, a inobservância dos direitos mais mezinhas como de visitar um parente morto. Moro teve o que Bolsonaro deseja ardentemente, uma Constituição só para ele, um código penal e um código de processo penal redigido por ele à revelia do Congresso e das demais instâncias da Justiça. Nas poucas vezes que teve que ir ao Congresso, Moro demonstrou que é irmão siamês ou conge de Bolsonaro, na falta de inteligência e no despreparo, mas também no autoritarismo e na arrogância, na incompreensão do jogo democrático, ao dizer que os parlamentares não poderiam mudar ou emendar seu pacote de medidas e ao querer ele definir o ritmo e o modo de tramitação de seu projeto autoritário e inconstitucional.

Como vemos, Bolsonaro também se cercou de gente que não sabe o que é viver e agir politicamente numa democracia. O ministro da Economia, Paulo Guedes, demonstrou em sua ida ao Congresso o quanto é inábil e despreparado para o debate político e também demonstrou vontade de ir para casa se o Congresso

resolver roubar o seu pirulito: uma reforma da previdência que na verdade é a destruição da seguridade social do país, uma reforma que contribuirá para o aumento da miséria e da desigualdade, vendida como uma panaceia para todos os problemas e embalada na falácia do corte de privilégios, quando só favorecerá os já privilegiados. Assim como Bolsonaro, seus ministros estrelas agem como criança emburradas sempre que seus desejos de onipotência são questionados pelos fatos e pelas relações numa sociedade democrática, por isso mesmo, complexa, contraditória e conflitiva. Bolsonaro sonha, como todo projeto de ditador, com a paz dos cemitérios, com o silêncio do cale-se. Para ele, tudo que cheira à luta democrática por direitos é comunismo e deve ser destruído, toda luta por benefícios sociais é marxismo cultural, toda reivindicação é vista como impertinência, estorvo e desafio. Ele e os três projetos de tiranos que pôs no mundo e educou (ou deseducou) não estão preparados para o debate democrático (um deles se ausenta sistematicamente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, onde deveria participar dos debates parlamentares, para decidir se ministros ficam ou saem através do Twitter, o deputado e o senador ainda não disseram para o que vieram no Congresso; mesmo sendo filhos do presidente não têm se colocado como possíveis lideranças de uma articulação política para apoiar o governo do pai, nem mesmo têm participado com destaque na defesa de seu governo e de seus projetos - talvez porque inexistam-, tendo deixado os ministros estrelas do governo do pai nas mãos da oposição).

Portanto, as forças que defendem a democracia, que se colocam ao lado do jogo democrático, devem prestar atenção a essas falas e gestos de sinceridade de Bolsonaro. Bolsonaro não gosta da política democrática, ele não se alimenta da dialética das ideias e das ações (deve achar que dialética é coisa de comunista). Ele quer mesmo é o faço e arrebento, quer mesmo é a imposição sem peias de suas ideias e desejos. Sonha que ao dizer “é preciso mudar isso aí”, a mudança se faça sem demandar o debate e

os esforços de construção de uma hegemonia, de uma legitimidade, de um certo consenso em torno dessa mudança. Bolsonaro olha com desprezo o Congresso e os congressistas, até porque guarda um enorme ressentimento por ter sido um parlamentar marginalizado e periférico durante décadas, escanteado na hora da repartição das benesses que essa atividade proporciona. Mas porque também acha o debate parlamentar uma perda de tempo, um jogo sujo e mesquinho, uma relação que o pode levar a jogar dominó na cadeia. Sua fome e sede de poder desabrido e sem peias torna enfadonho e incômodo a necessidade da negociação e do toma lá da cá da política parlamentar. Bolsonaro, amparado em décadas de campanha de desmoralização da vida política e parlamentar, pode querer perpetrar uma aventura autoritária, um golpe contra as instituições, realizando sua vocação de nascimento para ser um militar e não um presidente da república democraticamente eleito (a tradição golpista das Forças Armadas do Brasil inaugurou a República entre nós e desde lá nunca desapareceu. A ameaça do General Vilas Boas ao Supremo em caso de reconhecimento de que é inconstitucional a prisão em segunda instância é um exemplo claro de que as Forças Armadas, no Brasil, nunca se submetem ao poder civil e nunca reconhecem a Constituição como instância limitadora e definidora de sua atuação). Bolsonaro prefere a guerra à política, sua campanha e sua vida pública foram presididas pela lógica da guerra e não pela lógica da política democrática. Nas redes sociais, Bolsonaro e seus asseclas, independente de quem está na frente, atrás ou no meio, perfilam-se por uma atuação agressiva e guerrilheira, por fazerem guerra de destruição e linchamento de seus adversários (podendo chegar à morte e ao abate), comemorando a morte de quem não partilha de suas posições, ameaçando a integridade física de quem lhe faz oposição, aplaudindo o exílio e a inabilitação de seus concorrentes, considerando um grande dia aquele em que um de seus adversários saiu do ou perdeu um combate. É a lógica da guerra em ação e não a lógica da política. Para vencer a guerra se lança

mão de todas as armas, de todos os estratagemas, de todas as estratégias, como: a mentira, a calúnia, a difamação, a intimidação, a perseguição, armas consideradas impróprias e eticamente reprováveis na vida democrática. Na lógica da guerra, os demais poderes, que limitam e contrabalançam o poder do Executivo, são vistos como óbices, como obstáculos a ser transpostos ou como amolações a se desconhecer; a imprensa e seu poder de controle devem ser estigmatizados e repelidos (só o meio de comunicação dócil e disposto a fazer a propaganda favorável à guerra em andamento interessa: a guerra em defesa dos valores conservadores, da família, dele inclusive). Portanto, fiquemos alerta, pois, para quem nasceu com vocação para fazer a guerra e não para fazer a política, todo tipo de violência às instituições parece possível e desejável. O desejo de morte que acompanha quem “nasceu para ser militar” é um perigo para a política, que representa o desejo de vida, de fazer melhorar e proliferar a vida, através do governo. Um governante que incentiva o uso da violência, que elogia ditadores e torturadores, que com eles se identifica, é um candidato a ditador e torturador; portanto, temos que ter muito cuidado com esse presidente que confessa ser um abacaxi o posto que ocupa, que se diz inapto para ele. Ser inapto para ser presidente, não significa ser inapto para ser um tirano, ao contrário, a história nos ensina que os presidentes passaram a existir com o fim das tiranias. Temos que estar a postos na defesa da democracia, ameaçada vivamente por quem não está preparado subjetivamente para exercê-la. O fastio político e o apetite pelo poder do presidente podem resultar num país empanzinado de autoritarismo e de violência.

Temos pela primeira vez, no Brasil, um governo que se assume publicamente como um governo voltado para atender aos interesses dos ricos e poderosos. A maioria dos governos que tivemos atenderam, preferencialmente, à demanda dos grupos dominantes, mas sempre procuravam se dizer e se mostrar como governos que visavam atender ao povo, essa entidade abstrata e sem rosto, base de toda a política moderna e republicana, desde o

século XIX. O governo Bolsonaro, embora tenha contado com os votos dos pobres para se eleger, notadamente daqueles fanatizados pela atuação das igrejas evangélicas, mostra-se avesso a qualquer demanda que venha das camadas mais carentes da população. Em sete meses de governo, vem promovendo um verdadeiro desmonte de todas as políticas sociais voltadas para atender demandas dos setores mais vulneráveis da população. A pretexto de atender a mandamentos ideológicos de acabar com todas as políticas petistas, o que lhe garante o apoio e mobilização das falanges de direita e de extrema-direita, o que o governo Bolsonaro está realizando é um desmonte do próprio Estado e das instituições públicas, dos quais quem mais necessitam são justamente os pobres e desvalidos. A crueldade do receituário neoliberal, seguido à risca pelo representante dos banqueiros, Paulo Guedes, aboletado no inflado Ministério da Economia, está na clara ação de governo voltada para atender às demandas do capital e dos capitalistas e a destruição de toda proteção legal ao trabalho e aos trabalhadores. Temos pela primeira vez um governo que, sequer em nível de retórica ou de discurso, mostra preocupação com a miséria, com a desigualdade social - que voltam a crescer-, com o desemprego, com a absoluta ausência de oportunidades de futuro para os mais pobres. Em mais de uma ocasião, o próprio presidente, em seus sincericídios, deixou claro que quem gosta de pobre é o PT, e que qualquer discurso que se volte para a defesa dos mais carentes é expressão de miserabilismo e vitimismo.

A fala preconceituosa e agressiva contra os governadores “paraíba” (sic), aos quais nada deveria ser dado, é apenas a reafirmação pública de que temos um governo inimigo dos pobres, um governo assumidamente preconceituoso em relação aos mais necessitados, um governo que encarna, sem disfarces, a visão de nossa classe média e de nossas elites endinheiradas sobre a pobreza. Elas sempre fizeram uma leitura moral da pobreza, sempre colocaram na conta dos miseráveis a sua própria miséria. Numa reação psicológica comum, a da denegação, esses

privilegiados tratam de dissociar a situação de carência do outro do fato de que tenham tanto, de seus próprios privilégios, tratando de atribuir à preguiça e falha moral do miserável o fato de que fique com parcela tão diminuta da renda nacional. O que incomodava muito a essa gente nos governos petistas não era apenas o fato de que ele admitia a existência da pobreza e a colocava como problema central em sua administração, mas era o fato de que, pela primeira vez, tínhamos um governo que associava a existência da pobreza à gritante má distribuição de renda e riqueza no país. Embora não tenham parado de ganhar dinheiro e de lucrarem durante os governos petistas, nossas elites não suportavam ter como governantes pessoas que não partilhavam seu estilo de vida ou suas ideias em relação ao mundo. Irem a reuniões com um presidente que lhes diziam que eles eram responsáveis pela enorme desigualdade social no país, constrangia-os e indignava. Terem um presidente que não saiu de seu meio social, que não partilhava de sua maneira depreciativa de ver pobres, pretos, trabalhadores, favelados, catadores de lixo, moradores de rua, sem terras e sem tetos, enchia-os de raiva e de revolta de classe. Por isso, mesmo diante do desastre político e administrativo que é o governo Bolsonaro, mesmo diante do despreparo notório da equipe de governo mais medíocre que a República já viu, essas elites quedam caladas e coniventes, mesmo que o país esteja indo para o buraco econômico e venha se apequenando no cenário internacional. Essa gente não pode dar o braço a torcer porque o aleijão desse governo é apenas o reflexo do aleijão moral e civilizacional das elites capitalistas, capazes de, em nome do lucro e da acumulação, destinarem milhões de vidas humanas ao desprezo, ao abandono, ao desespero, ao nomadismo sem rumo e sem destino.

O preconceito contra o nordestino, alimentado pelos próprios discursos das elites política, econômica e intelectual dessa região - que optou por viver da exploração da miséria e da pretensa inferioridade física e social desse espaço -, é apenas um capítulo

do preconceito contra os pobres, os trabalhadores, os pretos, os mestiços, aqueles considerados matutos, analfabetos, ignorantes. O preconceito contra o nordestino, os paraíba e baianos é o preconceito contra o trabalho manual, contra aqueles que exercem as atividades menos qualificadas no mercado de trabalho. A invisibilidade de outra migração nordestina, a de seus cérebros, de seus intelectuais, de seus artistas, daqueles que, nascidos entre as elites nordestinas, também tiveram que migrar em busca de um lugar de destaque na vida artística e cultural do país, deixa claro que esses não são vistos e ditos como nordestinos, esses não são paraíba e baianos, sendo logo integrados como intelectuais e artistas nacionais, com alguns deles fazendo questão de renegar até suas origens. Se referir aos governadores do Nordeste como paraíba mostra, apenas, que Bolsonaro não é um membro das elites brasileiras que veste punho de rendas, apesar de ter sempre o chicote e o tacão no bolso. O governo Bolsonaro passará para a história como um governo que didaticamente expôs as entranhas do que é a elite brasileira. Ela pode até rejeitar se ver em seu espelho, mas ele é apenas a encarnação grotesca e grosseira do que sente, pensa e de como age as nossas elites e nossas classes médias. Bolsonaro fez uma declaração racista, mas qual a surpresa? Nossas elites são racistas, são produto de mais de quatro séculos de escravidão, de séculos ocupando a posição de senhores de escravos. Bolsonaro é misógino. E desde quando as classes dominantes brasileiras, a maioria do povo brasileiro, não foram misóginos? Bolsonaro apoia a violência, a tortura, faz apologia da morte dos mais fracos e frágeis socialmente, desde que sejam identificados como bandidos ou petralhas. E quando foi que as elites brasileiras deixaram de assassinar os pobres, de mandar eliminá-los, quando se tornaram perigosos para seus interesses e privilégios? Se ele conta com o apoio da bancada ruralista é porque assassinar camponeses e lideranças camponesas foi sempre uma prática comum no país, bem como a prática do trabalho análogo a escravo. Depois da experiência petista, quando seus ímpetos mais bárbaros e

anticivilizacionais estiveram contidos, nossas elites resolveram não brincar mais de democracia e Estado Democrático de Direitos, perpetraram o golpe, colocaram no poder quem assume e representa publicamente a sua face mais perversa e resolveram, assim, assumir de vez seus desejos mais perversos e destrutivos. Um governo que, como eles sempre quiseram, incentiva a morte de quem a eles se oponham, que decreta o liberou geral em termos de agressão à natureza, que disponibiliza armas e venenos para que essas tarefas sejam realizadas o mais rapidamente possível. Para que se enganar, esse não é um governo não desejado, uma excrescência. Bolsonaro nunca se escondeu, sempre foi o que está sendo, sempre foi essa pessoa truculenta e sem noção, e sempre retornou ao Congresso Nacional com grandes votações, portanto, representa o que pensa, sente e é, pelo menos, um terço da população brasileira, a maioria composta de homens brancos, ricos ou de classe média, moradores de cidades, com boa escolarização o que, como vemos, não impede que a ignorância reine. Nossas elites sempre se destacaram pelo letramento e pela ignorância, até pela estupidez, qual a novidade?

O que o governo Lula significou foi ser uma enorme ferida narcísica nessas elites, que viram alguém que julgavam inferior, analfabeto, ignorante, um paraíba, um sem dedo, se tornar o melhor presidente da República que o país já teve, que deixou claro o potencial de desenvolvimento com certa autonomia do país, o potencial do próprio mercado capitalista no país, coisa que nossas elites burguesas, de tão colonizadas, nunca conseguiram afirmar. Para o ódio absoluto de muitos, ele se tornou o presidente brasileiro de maior prestígio no exterior, mesmo sem falar inglês ou francês, aliás sem falar corretamente o português. Lula foi, na prática, o questionamento da autoimagem das elites e da classe média brasileiras, pois derrubou toda a mitologia racista e classista que dava identidade àqueles que se julgam elite no país, daí seu destino só poder ser a cadeia e a tentativa de desmoralizá-lo. Já Bolsonaro é aquele que essas elites fingem publicamente não

reconhecer como igual, mas que intimamente, em privado, causa enorme satisfação, causa gozos e regozijos, por dizer e fazer em público o que elas fazem em seu cotidiano: desprezar e explorar pobres, considerar negros, índios e homossexuais como pessoas inferiores e anormais, considerar as mulheres e nordestinos como seres que devem ocupar seus lugares tradicionais de subalternidade. Por que Bolsonaro foi eleito com o voto majoritário daquelas regiões do país onde as elites e a própria população se consideram brancos, mais inteligentes e trabalhadores, como dando maior contribuição para o país? Seria mera coincidência que os eleitores de Bolsonaro desprezem tanto o Nordeste quanto ele o faz? Regiões onde milhares de nordestinos e seus descendentes foram responsáveis pelo trabalho duro, que explorado fez a riqueza de muitos que se dizem descendentes de europeus, embora esqueçam que esses chegaram, quase sempre, muito pobres de seus países de origem, que lá estavam longe de formarem parte das elites. É mera coincidência que municípios que votaram majoritariamente em Bolsonaro tenham, no passado, visto parte de suas elites comprometidas com ideologias de extrema-direita como o integralismo e o nazifascismo e já expressassem um discurso de pretensa superioridade racial?

O ódio preconceituoso e ressentido que o presidente e seu Ministro da Educação devotam à cultura, à educação, à universidade é algo novidadeiro quando se trata de nossas classes dominantes? Fomos o último país da América a criar universidades, isso diz muito sobre o valor que nossos dirigentes sempre deram a educação. Nossas elites sempre temeram o conhecimento, a inteligência, sempre quiseram fazer deles motivo de distinção e privilégios. A cultura sempre foi passível de censura e policiamento, sempre foi suspeita de ser subversiva e comunista. O fim do Ministério da Cultura, o ataque à Lei Rouanet, o ataque à Ancine são apenas mais alguns capítulos na longa história de abandono e perseguição das atividades culturais no país. Qual a novidade em vermos os representantes do que há

mais superficial, mercadológico, banal em termos de produção cultural apoiar Bolsonaro e sua turma, embora ícones do que consideramos o melhor de nossa produção cultural também tenham embarcado no bolsonarismo, já que os valores de classe média e seus preconceitos falam mais alto, nesses casos. O espetáculo deprimente de um presidente bicão, que entra em gramados e estádios impondo sua presença a torcedores, jogadores, comissões técnicas, é coisa nunca vista no país. A falta de decoro e de noção do que seja a liturgia do cargo nos deixa perplexos. Ficamos imaginando se fosse Lula a correr pelo gramado do estádio do Corinthians, agarrado com a taça, tirando foto da vitória com os jogadores, colocando medalhas no pescoço dos vencedores, o que não iriam dizer o Jornal Nacional, o Galvão Bueno, o Estadão, a Jovem Pan, a CBN e assemelhados. Tão deprimente quanto o presidente bicão é uma penca de jogadores de futebol, vindos das condições sociais de que vêm, a maioria negros e mestiços, demonstrarem tamanha alienação e sabujice, chegando ao ponto de entoar gritos de mito para quem deveria respeitar o fato de que a seleção é, ou foi, um símbolo nacional, que não pode ou deve ser partidarizado. Tudo começou quando os coxinhos elegeram a camisa da seleção para farda do golpe de 2016, a pretexto de dizerem que o verde e amarelo é um patrimônio exclusivo da direita que, no caso brasileiro, máxima contradição, quase sempre foi entreguista, colonizada e associada aos interesses imperialistas e do capital estrangeiro. Os jogadores da seleção que deveriam, por respeito a milhões de brasileiros, que não são de direita e não votaram em Bolsonaro, evitar o assédio constrangedor de um presidente “beijoqueiro”, um presidente invasor de gramados e vestiários, participaram gostosamente da cena patética e que vai destruindo o vínculo de parte da população com o que um dia foi um símbolo nacional. A conivência da CBF e da Comebol com tal cena não causa nenhum espanto dada a história de promiscuidade dessas entidades com todo tipo de governo e de autoridades. Sabemos que a própria identificação desses jogadores com o

país vai se tornando pequena à medida que se tornam jogadores internacionais. Mas talvez seja a urgência em se mostrarem diferentes dos pobres, de negarem de onde vieram, de adotarem vida e visões de mundo das elites endinheiradas das quais passaram a fazer parte, que explique tanta alienação e sabujice. O caso da nossa maior estrela, que sequer consegue efetivamente jogar em qualquer lugar, totalmente entregue a uma vida alienada por dinheiro, luxo, mulheres (e tivemos um exemplo do tipo de relação que com elas mantém), que não se furta a posar sorridente com e defender o presidente bicão. Tudo ele faz e fará para negar que um dia foi pobre e mulato, já que segundo nossa ideologia racista, quem enriquece embranquece.

As revelações feitas pelo Intercept Brasil de toda a trama que levou ao golpe de 2016, que teve na operação Lava Jato seu ponto de toque, mostram bem quais os valores e conceitos que definem a vida das elites e da classe média brasileiras. Vai ficando claro que a trama é muito maior do que aquela montada na república de Curitiba. Agora sabemos que Moro e Dallagnol são apenas dois ambiciosos, periféricos e caipiras, com recursos intelectuais limitados, que foram alçados ao estrelato por uma mídia golpista, propriedade de grupos familiares que representam bem o ódio dos poderosos aos pobres, negros, aos deserdados desse país. A mídia, no Brasil, com raras exceções, sempre esteve a serviço dos interesses empresariais de seus proprietários e daqueles que os financiam. A reunião secreta de Dallagnol com representantes de grandes bancos nacionais e internacionais, deixa claro aos interesses de quem o golpe, a Lava Jato, a prisão de Lula, e a ascensão de Bolsonaro estão a serviço. Um promotor e um juiz do Supremo Tribunal Federal, Luís Fux, fazem reuniões secretas com banqueiros para discutir as eleições do ano passado, é preciso dizer mais alguma coisa? Um juiz, que por coincidência, impediu uma entrevista de Lula durante o processo eleitoral, motivo de preocupação histórica dos procuradores lavajateiros. Fica claro que tanto Moro quanto Dallagnol estavam pouco se lixando para o combate

à corrupção, cumpriam ditames políticos, possivelmente advindos dos grupos empresariais, de mídia e internacionais que lhes davam suporte midiático e estratégico. Eles viram na Lava Jato a oportunidade de ganharem dinheiro com a fama alcançada e, no caso de Moro, foi picado, inclusive, pela mosca azul do desejo de ser uma figura política de proa, no país, condenando, prendendo e mantendo em silêncio a maior liderança política do país. Em todo seu comportamento, as formas de ser e viver da classe média brasileira, foi marcado pelo desprezo aos de baixo e pela ambição de tornar-se parte da minoria que ocupa o topo da pirâmide. O deslumbramento dessa gente com o fato de frequentarem salões e ambientes em que nunca pensaram entrar, a ideia que de que estavam finalmente sendo aceitos entre os de cima, fez com que passassem os pés pelas mãos e cometessem tantas arbitrariedades, toleradas por estarem fazendo o serviço sujo, o serviço que capangas, jagunços, capitães do mato, pistoleiros, esquadrões da morte, torturadores e milicianos sempre fizeram para a nossa civilizada elite. A falta de escrúpulos de alpinistas sociais fica evidente e a ânsia por dinheiro e notoriedade também. Diante disso, onde ficam os pobres? Destruir milhares de empregos fechando e desvalorizando as empresas nacionais é um preço muito pequeno a pagar se o resultado é a fama e o ganho, se é a simpatia dos poderosos, daqueles que podem ser generosos pagando alguns mil reais para ouvirem a fala hipócrita de um paladino da moral que está tendo sua reputação regiamente remunerada. Os trabalhadores ganham muito, têm muitos direitos, segundo o nosso presidente, enquanto empresários pagam muito imposto, enfrentam muitas dificuldades legislativas, ambientais, inclusive devendo ser poupados dos cortes na previdência social, esses são os mantras do governo dos ricos.

A chamada reforma da previdência, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, é a explicitação de que esse é um governo que governa de costas para os pobres. A pretexto de acabar privilégios, ela só aprofunda os privilégios, sendo um

poderoso fator de ampliação das desigualdades sociais. Toda a economia que promete fazer sairá das costas e das contas dos mais pobres e vulneráveis. A vergonhosa exclusão da cobrança de uma alíquota maior sobre a propriedade, para atender aos ruralistas, acompanhada do fim da aposentadoria especial para os professores, da redução do valor das aposentadorias para os mais carentes é um atestado que estamos diante de um governo que assumidamente tomou o partido dos poderosos, revoltados com alguns anos em que o Estado resolveu também atender às demandas dos mais necessitados. Em toda sua arrogância e insensibilidade social, nossas elites pariram esse enorme rato, que é esse governo de pessoas primárias e xucras, revelando o lado mais selvagem e incivilizado daqueles que dominam a nossa sociedade e ocupam a posição de privilegiados.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Jefferson Ricardo Lima
Revisão Linguística e Normalização	Elizete Amaral de Medeiros
Tipologias utilizadas	Scrivano 14/16pt Samantha Upright 12/14 pt Adobe Caslon Pro 12/14pt
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	10,5 x 16,8 cm

Os artigos aqui reunidos foram escritos entre o dia 28 do mês de maio do ano de 2018, período em que já se podia avaliar as consequências do golpe de Estado, parlamentar, midiático, empresarial, militar e judicial, que apeou do poder o Partido dos Trabalhadores e a presidenta Dilma Rousseff, e o dia 28 de junho de 2019, quando já se viam os resultados desastrosos, do ponto de vista econômico, político, social e cultural, da chegada ao poder da extrema-direita, através da eleição de Jair Bolsonaro, para exercer a presidência da República, nas eleições do ano anterior, evento possibilitado pela ruptura constitucional empreendida pelas forças golpistas, que abriu espaço para o discurso da antipolítica.

ISBN 978-85-7879-837-6

